



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LUCIANA CALDAS GONÇALVES

OS FRÁGEIS GALHOS DOS CAFEZAIS E A MODERNIZAÇÃO
EMERGENTE

A GESTÃO GOVERNAMENTAL DE JONES DOS SANTOS NEVES

VITÓRIA
2010

LUCIANA CALDAS GONÇALVES

**OS FRÁGEIS GALHOS DOS CAFEZAIS E A MODERNIZAÇÃO
EMERGENTE**

A GESTÃO GOVERNAMENTAL DE JONES DOS SANTOS NEVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Orientador: Prof^a Dr^a Clara Luiza Miranda.

**VITÓRIA
2010**

LUCIANA CALDAS GONÇALVES

**OS FRÁGEIS GALHOS DOS CAFEZAIS E A MODERNIZAÇÃO
EMERGENTE**

A GESTÃO GOVERNAMENTAL DE JONES DOS SANTOS NEVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território.

Aprovada em de de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Clara Luiza Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª Drª Marta Zorzal e Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª Drª Vera Lúcia Ferreira Motta Rezende
Universidade Federal Fluminense

Para Maria Adelaide Gonçalves Caldas.

Para meus pais.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio e a dedicação intelectual da professora Clara Luiza Miranda, minha orientadora, a quem sou muito grata.

Aos professores Marta Zorzal e Silva, Vera Lúcia Ferreira Motta Rezende, José Francisco Bernardino Freitas e Ângela Maria Morandi, minha gratidão pelas valiosas sugestões e esclarecimentos.

Ao professor Paulo Vargas e à arquiteta Angela Gomes de Souza, agradeço pelo apoio e incentivo à realização deste trabalho. Aos amigos Jadir Peçanha Rostoldo e Lorena Zardo Trindade, pela importante colaboração técnica.

Agradeço também aos servidores do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo e da Biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves, por sua gentileza e colaboração.

RESUMO

Pretendeu-se, por meio desta pesquisa, examinar a gestão governamental de Jones dos Santos Neves no Estado do Espírito Santo, no período compreendido entre 1951 e 1955, no que concerne ao planejamento de políticas públicas, desde a hierarquização de prioridades de investimentos até a implementação dessas políticas. Além disso, buscou-se também analisar os desdobramentos dessas ações no território do município de Vitória, capital do estado, bem como nos municípios que com ela mantinham relações socioeconômicas.

As políticas públicas implementadas por Santos Neves no estado apresentaram um caráter desenvolvimentista com ênfase na industrialização, o que distinguiu essa gestão governamental, em particular, das duas gestões estaduais imediatamente anteriores e da gestão posterior ao período em estudo. Tais ações de governo representaram um marco para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo.

Importa ressaltar a ocorrência de uma significativa alteração espacial no território da capital do estado, decorrente de uma das ações de Santos Neves: a realização de aterros resultou na incorporação de novos espaços urbanos em Vitória – a Esplanada da Capixaba e as novas áreas dos bairros de Bento Ferreira e Ilha de Santa Maria. Observou-se também, que os investimentos efetuados em geração de energia, importação de petróleo e infra-estrutura de transportes promoveram um fortalecimento do corredor de exportação formado pela ferrovia Vitória – Minas e o cais comercial de Vitória, intensificando os fluxos comerciais entre a capital e os demais municípios do interior do estado, e resultando na dinamização do processo de urbanização da capital. Sob essa ótica, buscou-se analisar o modelo de gestão adotado por Santos Neves e o desdobramento de suas ações no âmbito econômico, social e político, no período em estudo.

Palavras-chave: gestão governamental, história do urbanismo, Santos Neves.



Figura 1: Governador Jones dos Santos Neves
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Governador Jones dos Santos Neves.....	7
Figura 2: Tabela demonstrativa da receita e da despesa do estado em 1.000 dólares americanos, período 1945 a 1950.....	90
Figura 3: Tabela demonstrativa da receita e da despesa do estado em 1.000 dólares americanos, período 1951 a 1954.....	90
Figura 4: Tabela demonstrativa da receita e da despesa do estado em 1.000 dólares americanos, período 1955 a 1958.....	90
Figura 5: Tabela demonstrativa da origem da receita estadual em 1.000 dólares americanos, período 1947 a 1954.....	91
Figura 6: Tabela demonstrativa da origem da receita estadual em 1.000 dólares americanos, período 1955 a 1958.....	91
Figura 7: Tabela demonstrativa das despesas realizadas pelas principais Secretarias estaduais em 1.000 dólares americanos.....	93
Figura 8: Gráfico demonstrativo do percentual da despesa realizada pelas principais Secretarias estaduais em relação à despesa total realizada no estado.....	94
Figura 9: Tanques para armazenamento de produtos petrolíferos.....	102
Figura 10: Tanques para armazenamento de produtos petrolíferos.....	103
Figura 11: Telegrama datado de 06/04/1954 de Jones dos Santos Neves para Getúlio Vargas congratulando-o pelo êxito da operação de descarga de petróleo no porto de Vitória.....	104
Figura 12: Telegrama datado de 08/04/1954 de Getúlio Vargas em resposta a Jones dos Santos Neves.....	105
Figura 13: Projeto de urbanização da Esplanada da Capixaba.....	106
Figura 14: Enseada da Capixaba, antes das obras de aterro.....	107
Figura 15: Vista parcial da Esplanada da Capixaba após as obras de aterro.....	108
Figura 16: Assentamento de blocos na Esplanada da Capixaba.....	109
Figura 17: Assentamento de blocos de concreto ciclópico sobre a cortina de enrocamento na Esplanada da Capixaba.....	109
Figura 18: Telegrama 03/08/1951 de Lourival Fontes a Jones dos Santos Neves comunicando a aquisição de carros metálicos de passageiros para a Estrada de Ferro Vitória-Minas.....	110
Figura 19: Vista da obra realizada entre o Forte de São João e Bento Ferreira.....	111
Figura 20: Oficina de Bento Ferreira.....	115
Figura 21: Vista de uma das câmaras frigoríficas.....	115
Figura 22: Usina de laticínios instalada no frigorífico.....	116
Figura 23: Início das obras de construção do Armazém 4.....	116
Figura 24: Vista aérea do cais acostável de Paul.....	117
Figura 25: Vistas do canteiro de serviço da Capuaba - construção dos tubulões de concreto para o cais acostável de Paul.....	118
Figura 26: Vistas do canteiro de serviço da Capuaba - construção dos tubulões de concreto para o cais acostável de Paul.....	118
Figura 27: Tabela demonstrativa de dados para a navegação no estado.....	120
Figura 28: Gráfico demonstrativo das mercadorias transportadas por navegação em toneladas no estado.....	120

Figura 29: Usina hidrelétrica de Rio Bonito em construção.....	125
Figura 30: Usina hidrelétrica de Rio Bonito.....	126
Figura 31: Desembarque no porto de Vitória do material elétrico para a usina hidrelétrica de Rio Bonito	126
Figura 32: Telegrama datado de 16/06/1952 de Jones dos Santos Neves para Getúlio Vargas comunicando a assinatura do contrato de construção da usina hidrelétrica do Rio Bonito pelo governo do Espírito Santo.....	127
Figura 33: Telegrama datado de 20/06/1952 por Getúlio Vargas em resposta a Jones dos Santos Neves.....	128
Figura 34: Telegrama datado de 10/09/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre o transporte de maquinaria alemã destinada à usina de Rio Bonito.....	129
Figura 35: Telegrama datado de 22/10/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre o transporte de maquinaria alemã destinada à usina de Rio Bonito.....	130
Figura 36: Telegrama datado de 16/10/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas comunicando decisão do grupo alemão Kloechner de instalar Usina Siderúrgica em Vitória	131
Figura 37: Ponte sobre o Rio Doce, em Linhares	133
Figura 38: Telegrama datado de 02/06/1954 de Jones dos Santos Neves a Lourival Fontes solicitando audiência com Getúlio Vargas a fim de convidá-lo para inauguração da ponte Getúlio Vargas, sobre o Rio Doce	133
Figura 39: Getúlio Vargas e Jones dos Santos Neves na inauguração da ponte sobre o Rio Doce	134
Figura 40: Vista panorâmica da ponte Presidente Vargas	135
Figura 41: Vista da ponte Presidente Vargas: “contraste entre o passado e o futuro”	135
Figura 42: Vista panorâmica da ponte de Guarapari.....	136
Figura 43: Vista da ponte de Guarapari.....	136
Figura 44: Viaduto de São Torquato: passagem superior sobre a estrada de ferro Vitória - Minas	137
Figura 45: Rodovia Vitória - Colatina: passagem superior em João Neiva sobre a estrada de ferro Vitória - Minas.....	137
Figura 46: Ponte sobre o Rio Itaúnas em Morro D'anta.....	138
Figura 47: Ponte sobre o Rio Farinho: Santa Leopoldina – Rio Bonito	138
Figura 48: Ponte Fernando de Abreu, em Cachoeiro de Itapemirim	139
Figura 49: Ponte Águia Branca: Rodovia São Domingos – Barra de São Francisco.....	139
Figura 50: Ponte sobre o Rio São Mateus	140
Figura 51: BR 5: Vitória - Linhares	140
Figura 52: BR 5: trecho pavimentado Rio Novo - Iconha.....	141
Figura 53: Trecho pavimentado na rodovia Iconha Rio Novo: ao fundo, “o Frade e a Freira”	141
Figura 54: Telegrama datado de 23/08/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo	143
Figura 55: Telegrama datado de 07/10/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo	144

Figura 56: Telegrama datado de 20/11/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo	145
Figura 57: Telegrama datado de 01/12/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo	146
Figura 58: Telegrama datado de 08/01/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas comunicando desembarque de asfalto americano para a pavimentação da rodovia Vitória - Cachoeiro do Itapemirim.	147
Figura 59: Tabela demonstrativa dos valores dos Produtos Internos Brutos para o estado, período 1951 a 1955.....	148
Figura 60: Gráfico comparativo entre os Produtos Internos Brutos de serviços, comércio, indústria e agropecuária para o estado, período 1951 a 1955	149
Figura 61: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo à agropecuária para o estado, período 1948 a 1960	149
Figura 62: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo à indústria para o estado, período 1948 a 1960.....	150
Figura 63: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo ao comércio para o estado, período 1948 a 1960	151
Figura 64: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo aos serviços para o estado, período 1948 a 1960	151
Figura 65: Gráfico demonstrativo da evolução do valor do Produto Interno Bruto para o estado, período 1948 a 1960.....	152
Figura 66: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos para os estados da região sudeste, período 1948 a 1960.....	154
Figura 67: Gráfico comparativo dos valores percentuais dos Produtos Internos Brutos para os estados da região sudeste, período 1950 a 1955.....	155
Figura 68: Vista das obras da fábrica de cimento Barbará, em Cachoeiro de Itapemirim ...	157
Figura 69: Fábrica de artefatos de cimento, em Vitória	158
Figura 70: Fábrica de manilhas e meios fios de concreto, em Vitória	158
Figura 71: Tabela demonstrativa de dados sobre a produção industrial no estado, período 1949 a 1953.....	161
Figura 72: Tabela demonstrativa de dados sobre a produção industrial no estado, período 1954 a 1958.....	161
Figura 73: Gráfico demonstrativo do número de estabelecimentos da produção industrial para municípios.....	161
Figura 74: Gráfico demonstrativo do número de estabelecimentos da produção industrial para o estado	162
Figura 75: Gráfico demonstrativo do pessoal ativo na produção industrial para municípios	163
Figura 76: Gráfico demonstrativo do pessoal ativo na produção industrial para o estado ...	163
Figura 77: Gráfico demonstrativo do valor da produção industrial em 1.000 dólares americanos para o estado.....	164
Figura 78: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959	165
Figura 79: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959.....	165

Figura 80: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos industriais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959	166
Figura 81: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos industriais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959.....	166
Figura 82: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos comerciais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959	167
Figura 83: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos comerciais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959.....	167
Figura 84: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos de serviços para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959	168
Figura 85: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos de serviços para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959	168
Figura 86: Audiência pública concedida semanalmente pelo governador	172
Figura 87: Parque infantil Maria Lindemberg, na Praia Comprida, Vitória	173
Figura 88: Parque infantil Darcy Vargas, em Santo Antônio, Vitória	173
Figura 89: Parque infantil Ernestina Pessoa, Vitória	174
Figura 90: Pórtico de entrada do parque infantil Ernestina Pessoa, Vitória.....	174
Figura 91: Grupo escolar Santo Antônio, Vitória	175
Figura 92: Construção do Colégio Estadual do Espírito Santo.....	175
Figura 93: Projeto e construção da firma “Construções Populares Ltda.” - Instituto de Bem Estar Social	182
Figura 94: Vista aérea de parte do conjunto habitacional planejado pelo IBES	183
Figura 95: Casas em construção no conjunto habitacional planejado pelo IBES.....	184
Figura 96: Henrique Cerqueira Lima, presidente do IBES, Santos Neves e sua esposa entregam uma residência à família vista à direita da fotografia.....	185
Figura 97: Monumento erigido pelo governador Jones dos Santos Neves em homenagem póstuma a Getúlio Vargas.....	191
Figura 98: Tabela demonstrativa da área em km ² de cada região em estudo e correspondente percentual em relação à área total do estado.....	195
Figura 99: Gráfico demonstrativo do correspondente percentual da área de cada região em relação ao somatório das áreas das regiões em estudo	196
Figura 100: Gráfico demonstrativo do correspondente percentual da área de cada região em estudo em relação à área total do estado	196
Figura 101: Tabela demonstrativa do somatório das áreas em km ² dos municípios em estudo e do correspondente percentual em relação à área total do estado.....	197
Figura 102: Gráfico demonstrativo da área em km ² e em valores percentuais de cada município componente da Região Capital Expandida.....	198
Figura 103: Gráfico demonstrativo da área em km ² de cada município componente das Regiões Norte 1 e Sul.....	198
Figura 104: Gráfico demonstrativo da área em km ² de cada município componente das Regiões Norte 2 e Serrana	199
Figura 105: Tabela demonstrativa do contingente populacional e estimativas por municípios e estado	201
Figura 106: Gráfico demonstrativo do contingente populacional e estimativas anuais.....	201
Figura 107: Tabela demonstrativa das taxas de crescimento populacional para os municípios e estado	202

Figura 108: Gráfico demonstrativo das taxas de crescimento populacional real para os municípios e estado, entre 1940 e 1950.....	203
Figura 109: Gráfico demonstrativo das taxas de crescimento populacional estimado para os municípios e estado, entre 1950 e 1955.....	204
Figura 110: Gráfico demonstrativo do contingente populacional e estimativas por municípios	206
Figura 111: Tabela demonstrativa da densidade populacional para o estado e municípios	207
Figura 112: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Vitória, segundo registro civil	208
Figura 113: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vitória, segundo registro civil.....	209
Figura 114: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vitória, segundo registro civil.....	209
Figura 115: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Cariacica, segundo registro civil	210
Figura 116: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cariacica, segundo registro civil	210
Figura 117: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cariacica, segundo registro civil	211
Figura 118: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Vila Velha, segundo registro civil	211
Figura 119: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vila Velha, segundo registro civil.....	212
Figura 120: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vila Velha, segundo registro civil.....	213
Figura 121: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Serra, segundo registro civil	213
Figura 122: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Serra, segundo registro civil	214
Figura 123: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Serra, segundo registro civil	214
Figura 124: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Cachoeiro de Itapemirim, segundo registro civil	215
Figura 125: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cachoeiro de Itapemirim, segundo registro civil.....	216
Figura 126: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cachoeiro de Itapemirim, segundo registro civil.....	216
Figura 127: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Colatina, segundo registro civil	217
Figura 128: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Colatina, segundo registro civil	217
Figura 129: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Colatina, segundo registro civil	218
Figura 130: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Linhares, segundo registro civil	218

Figura 131: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Linhares, segundo registro civil.....	219
Figura 132: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Linhares, segundo registro civil.....	220
Figura 133: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o estado do Espírito Santo, segundo registro civil	220
Figura 134: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o estado do Espírito Santo, segundo registro civil.....	221
Figura 135: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o estado do Espírito Santo, segundo registro civil.....	221
Figura 136: Máquinas de moto-mecanização agrícola.....	224
Figura 137: Fábrica de farinha, em Linhares	225
Figura 138: Casa do lavrador em São Francisco	225
Figura 139: Usina de laticínio, em Guaraná.....	226
Figura 140: Escola técnica rural, em Itapina.....	226
Figura 141: Tabela demonstrativa do valor total da produção agrícola das 28 principais culturas em 1.000 dólares americanos para os municípios em estudo e estado	227
Figura 142: Gráfico demonstrativo do valor total da produção agrícola das 28 principais culturas em 1.000 dólares americanos para o estado do Espírito Santo	228
Figura 143: Tabela demonstrativa da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios e estado, período 1945 a 1949	230
Figura 144: Tabela demonstrativa da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios e estado, período 1952 a 1954	230
Figura 145: Tabela demonstrativa da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios e estado, período 1955 a 1958	230
Figura 146: Gráfico demonstrativo da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios em estudo.....	231
Figura 147: Gráfico demonstrativo do preço da saca de 60 kg de café em dólares americanos para o município de Colatina	232
Figura 148: Gráfico demonstrativo do percentual do valor da produção de café do município de Colatina em relação ao valor da produção de café do estado	233
Figura 149: Gráfico demonstrativo da produção de café em 1.000 dólares americanos para o estado.....	234

SUMÁRIO

1. Introdução.....	15
2. Capítulo I: O contexto político e econômico nacional.....	21
3. Capítulo II: Aparelho de Estado e planejamento governamental no Brasil na década de 1950.....	44
3.1 Aparelho de Estado e planejamento governamental.....	44
3.2 O planejamento urbano no Brasil	61
4. Capítulo III: A gestão governamental de Santos Neves no período 1951 a 1955	67
4.1 Breve histórico: os governos de estado - de 1930 a 1950.....	67
4.2 O governo Jones dos Santos Neves e a modernização emergente.....	73
4.3 O Plano de Valorização Econômica para o Espírito Santo	80
4.4 Secretarias de Estado: prioridades de investimentos.....	88
4.5 Melhoramentos urbanos e ampliação da área retroportuária	95
4.6 Investimentos em energia e infraestrutura de transporte rodoviário.....	123
4.7 Economia estadual e fomento econômico.....	148
4.8 Políticas sociais	170
5. Conclusão.....	186
6. Referências	192
7. Apêndice 1 - Aspectos territoriais e comentários	195
8. Apêndice 2 - Indicadores demográficos e comentários	200
9. Apêndice 3 – Produção agrícola e comentários.....	223

1. Introdução

Em 1951, Jones dos Santos Neves¹ foi eleito governador do estado do Espírito Santo. Em consonância com a política econômica varguista, Santos Neves procurou abrir novos horizontes econômicos, diversificando a economia e buscando criar as bases de sustentação para a uma futura industrialização do estado. Em sua concepção, esse seria o caminho que permitiria reverter a posição periférica do estado do Espírito Santo no cenário econômico regional, até então, à margem do dinamismo da Região Sudeste. Em parceria com o governo federal, Santos Neves investiu maciçamente em nos setores de infraestrutura viária, energia elétrica, importação petrolífera e fomento industrial, fazendo coincidir as diretrizes políticas estaduais com as diretrizes nacionais.

O presente trabalho analisou a gestão governamental de Santos Neves, no período compreendido entre 1951 e 1955, bem como as alterações territoriais decorrentes de suas ações no município de Vitória, capital do Estado, e em seus arredores². As tendências polarizadoras da capital manifestavam-se mais intensamente nos municípios vizinhos de Cariacica e Vila Velha, originalmente designada como “Espírito Santo”.

A escolha do período, que abrange todo o mandato do governo estadual de Santos Neves, não foi acidental. A gestão do governo Santos Neves, por sua orientação industrializante e urbana, apresentou características parcialmente diferenciadas em relação aos governos Lindemberg (1947-1951) e Lacerda de Aguiar (1955-1959), governadores de estado, de orientação predominantemente agrícola e ruralista. Buscou-se verificar se, efetivamente, as ações de governo no período representaram um marco, não somente em relação ao desenvolvimento

¹ Santos Neves nasceu em 29 de dezembro de 1901, no município de São Mateus, no estado do Espírito Santo. Casou-se com Alda Hithcings Magalhães Neves, mãe de seus três filhos - Jones Filho, Joel e Terezinha. Médico, formado pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro, dedicou grande parte de sua vida à carreira pública, tendo sido também deputado federal e senador. Veio a falecer em 20 de dezembro de 1973, aos 71 anos de idade. Governou o estado do Espírito Santo por duas vezes - a primeira, como interventor federal, de 1943 a 1945, tendo sido nomeado por Getúlio Vargas; a segunda, como governador eleito, no período compreendido entre 1951 e 1955.

² A região em estudo corresponde ao embrião do que se denomina atualmente como Grande Vitória, que compreende os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão.

socioeconômico do estado, como também no que concerne à racionalização da burocracia e à ampliação, organização e fortalecimento do aparelho de Estado.

O período em estudo ainda não havia recebido o devido interesse por parte dos autores da historiografia do estado do Espírito Santo, encontrando-se poucas obras que tratassem especificamente do assunto, razão pela qual buscamos contribuir com uma análise mais aprofundada sobre tais questões. Esse novo olhar analítico, por certo, servirá de base a possíveis reflexões e visões alternativas sobre esse período, bem como sobre outros modelos de gestão governamental adotados no estado em diferentes períodos.

Importa ressaltar a ocorrência de uma significativa alteração espacial no território da capital do estado, decorrente de uma das ações de Santos Neves. A ampliação da área retroportuária do cais comercial de Vitória, por meio da realização de aterros, resultou na incorporação de um novo espaço urbano em Vitória – a Esplanada da Capixaba. A capital foi acrescida de novos bairros – Bento Ferreira e Ilha de Santa Maria, também por meio de serviços de aterramento da área. Uma série de documentos oficiais do período contribuiu para a estruturação e o embasamento da pesquisa, sendo as fontes históricas primárias e secundárias encontradas na Biblioteca Pública Estadual, no Arquivo Público Estadual, na biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves, e nos arquivos eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Dessa forma, portanto, reuniram-se as condições que viabilizaram a pesquisa.

Quanto aos fins, a pesquisa foi investigativa, buscando identificar, por meio do confronto de fontes documentais e à luz do referencial teórico proposto, os possíveis desdobramentos socioeconômicos e territoriais em Vitória e municípios vizinhos decorrentes das ações de governo de Santos Neves, no período compreendido entre 1951 e 1955.

Quanto aos meios, a pesquisa foi documental e bibliográfica. Documental, pois foram analisados relatórios, mensagens de governo, publicações oficiais, periódicos, cartas, telegramas e fotografias. Tais documentos serviram de base para as análises efetuadas. A pesquisa foi também bibliográfica, tendo em vista que, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho e confrontação de fontes, fez-se

necessária uma revisão de literatura nas áreas de metodologia de pesquisa histórica, tratamento de fontes históricas, história política e econômica do Brasil, história política e econômica do estado do Espírito Santo, planejamento governamental e urbano no Brasil, política habitacional brasileira e fundamentos da ciência política.

Os dados primários encontrados nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo – DEE mostraram-se de primordial importância para a realização de um exame quantitativo dos indicadores demográficos, econômicos e sociais. Os dados primários foram pesquisados, selecionados, organizados e agrupados por categorias de análise, propiciando a elaboração de séries históricas por meio de tabelas e gráficos. Tais instrumentos permitiram que fossem analisados os dados relativos a um longo período histórico, que excedeu o período da gestão de Santos Neves. Essa abordagem quantitativa propiciou uma correlação entre os dados encontrados e o discurso dos atores envolvidos, buscando uma abordagem histórica o mais isenta possível de concepções pessoais. Isso permitiu, certamente, maior segurança à confirmação das hipóteses de pesquisa.

Como objetivo geral, propôs-se examinar a gestão governamental de Santos Neves, analisando as principais políticas públicas e investimentos do governo estadual realizados na capital e no estado, identificando os possíveis desdobramentos dessas ações em Vitória e arredores. Para tanto, procedeu-se inicialmente ao exame da política nacional varguista no período compreendido entre 1930 e 1954, buscando destacar possíveis influências sobre as diretrizes e políticas públicas do governo Santos Neves. Buscou-se examinar as diretrizes governamentais e políticas públicas do governo Santos Neves, buscando verificar se o modelo de planejamento adotado representou efetivamente um marco de modernização na gestão governamental do estado do Espírito Santo. Entendeu-se relevante examinar a possibilidade de uma defasagem entre o horizonte de expectativa governamental e sua realidade de atuação, em se tratando de políticas e investimentos públicos versus resultados esperados e efetivamente alcançados.

Propôs-se como hipótese principal de pesquisa que as ações governamentais de Santos Neves impactaram significativamente o território da capital e municípios

vizinhos, dinamizando a urbanização local. Entendeu-se hipoteticamente que o governo estadual manteve-se em estreita consonância com as diretrizes estabelecidas pelo governo nacional varguista, apresentando um alinhamento político e econômico em forte concordância de objetivos. Nesse sentido, entendeu-se que a gestão de Santos Neves apresentava orientação parcialmente diferente no que concerne a prioridades de investimentos governamentais de seus antecessores de maior destaque – João Punaro Bley³ e Carlos Lindemberg⁴, bem como de seu sucessor - Lacerda de Aguiar⁵.

Outra hipótese a ser confirmada seria a de que a gestão governamental de Santos Neves representou efetivamente um marco no que se refere às fortes iniciativas industrializantes e ao pioneirismo na racionalização, organização e fortalecimento do aparelho de estado.

Entendeu-se hipoteticamente que as políticas implementadas por Santos Neves, especialmente no setor econômico, corresponderam às expectativas do governador, ciente este das limitações apresentadas pelo estado, o que inviabilizava um maior e mais consistente desenvolvimento industrial no curto período de apenas um mandato estadual. Entretanto, entendeu-se que as expectativas do governador em relação à continuidade dos investimentos realizados nos períodos seguintes restaram frustradas, face à mudança nos rumos políticos nacionais e estaduais. No período da gestão de Lacerda de Aguiar, o estado distanciou-se das diretrizes nacionais, reforçando e reafirmado o modelo agroexportador, historicamente almejado pelos grupos oligárquicos espiritosantenses. Tais foram, portanto, as hipóteses de pesquisa que se buscou comprovar.

A organização desse documento se deu em quatro capítulos, além da introdução. O capítulo primeiro examinou a política nacional varguista no período compreendido entre 1930 e 1955, buscando observar as possíveis influências dessa política sobre

³ Militar e administrador, foi o governante que por mais tempo exerceu o poder frente ao estado do Espírito Santo. De 1930 a 1943 exerceu os cargos de interventor e governador de estado.

⁴ Advogado e empresário, nascido no município de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, em 1899. Exerceu o cargo de Secretário de Fazenda e Agricultura durante parte do período governamental de João Punaro Bley, Foi também deputado federal em 1933 e 1946 e senador em 1951 e em 1967. Por duas vezes foi governador do estado, de 1947 a 1951 e de 1959 a 1963.

⁵ Nascido no município de São José do Calçado, Espírito Santo, em 1903, foi prefeito do município de Guaçuí, em 1944 e também deputado federal. Foi governador do estado do Espírito Santo nos períodos 1955 a 1958 e 1963 a 1966.

as diretrizes governamentais para o estado do Espírito Santo no período em estudo, identificando diferenças e semelhanças político-ideológicas e de orientação para a tomada de decisão e implementação de ações de governo.

O capítulo segundo discorreu sobre o aparelho de Estado varguista e seus instrumentos de planejamento governamental. Buscou-se abordar, em linhas gerais, as diretrizes para planejamento urbano vigentes à ocasião, no plano nacional.

O capítulo terceiro traçou preliminarmente um breve quadro da evolução política e governamental do Espírito Santo, desde a década de 1930, com vistas a uma melhor compreensão do segundo governo Santos Neves no âmbito do contexto da história estadual. Em seguida, abordou as principais ações e investimentos de Santos Neves, buscando traçar um amplo panorama da gestão governamental, analisando as propostas contidas no Plano de Valorização Econômica para o Espírito Santo, os principais melhoramentos urbanos na capital, os esforços realizados em geração de energia elétrica, infraestrutura de transportes e importação de petróleo, propostos por meio do Plano de Valorização Econômica. Analisou as finanças estaduais e a alocação de recursos públicos dentre as principais Secretarias de Estado, a fim de investigar as prioridades de investimentos governamentais. Foram também abordadas as principais políticas relativas ao fomento econômico agropecuário e industrial, bem como aquelas implementadas nas áreas de educação, saúde e habitação.

O capítulo quarto correspondeu à conclusão da pesquisa e confirmação das hipóteses levantadas preliminarmente.

Foram também introduzidos três apêndices. Os aspectos territoriais, os indicadores demográficos e a produção agrícola para o período pesquisado permitiram um embasamento para todo o desenvolvimento do trabalho e contribuíram para a confirmação das hipóteses da pesquisa. Entretanto, por não se encontrarem diretamente relacionados aos objetivos principais da pesquisa, optou-se por apresentá-los à parte. Ressalte-se que o material obtido na coleta de dados ultrapassou a capacidade de processamento das análises decorrentes, face à limitação de prazo para conclusão da pesquisa. Portanto, há ainda muito que se possa analisar e concluir em etapas futuras. As tabelas, gráficos e comentários apresentados nos mencionados apêndices poderão servir como base para novas

pesquisas sobre o tema, bem como para o aprofundamento das questões então tratadas.

2. Capítulo I: O contexto político e econômico nacional

Em janeiro de 1951, Getúlio Vargas assumia a presidência da República, após haver governado o Brasil sob um regime autoritário, durante o período denominado Estado Novo. Para uma melhor compreensão desse segundo mandato, sobre o qual se focaliza esta pesquisa, faz-se necessária uma breve recapitulação histórica, iniciando-se na Revolução de 1930. Essa recapitulação tomou como base o livro *História do Brasil*, de autoria de Boris Fausto e alguns artigos disponibilizados pela Fundação Getúlio Vargas, buscando abordar aspectos políticos, socioeconômicos e ideológicos do período.

Em 1929, o presidente paulista Washington Luís romperia o pacto formulado entre as elites estaduais de Minas Gerais e de São Paulo. Segundo o pacto, se alternariam na presidência da República um presidente paulista e um presidente mineiro. Washington Luís, ao contrário do esperado, indicou para sucedê-lo o paulista Júlio Prestes, então governador de São Paulo. Essa atitude foi refutada pelas elites mineiras, provocando a aproximação dessas com a classe política do Rio Grande do Sul. O acordo firmado entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul contemplava o apoio a um candidato gaúcho. Esse candidato era Getúlio Vargas e seu vice, João Pessoa, então governador da Paraíba.⁶

A campanha varguista seria realizada em nome da Aliança Liberal, cujo programa favorecia aos anseios das classes regionais não vinculadas ao núcleo cafeeiro. Buscava-se sensibilizar a classe média e, sobretudo, defender a necessidade de diversificação da economia, incentivando a produção nacional em geral. Outro ponto importante da campanha dizia respeito aos direitos sociais. Propunham-se medidas para a extensão do direito à aposentadoria a grupos ainda não beneficiados, para a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e para o cumprimento efetivo da lei de férias.⁷

Em outubro de 1929 eclodia a crise mundial, fazendo com que os preços do café no mercado internacional caíssem vertiginosamente. A depressão econômica

⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006. p. 319.

⁷ *Ibid.*, p. 319-20.

deflagrada pela crise durou todo o período compreendido entre 1929 e 1934, afetando negativamente a economia mundial. A crise já havia se manifestado preliminarmente em 1928, por meio de uma vertiginosa queda nos preços agrícolas do mercado mundial e teve seu momento crucial com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, acarretando uma crise financeira sem precedentes. Em verdade, desde 1927, a economia dos EUA vinha sendo amparada pela especulação nas bolsas e pela valorização artificial das ações. Em outubro de 1929, verificou-se uma queda acentuada nos valores das ações, levando a um desespero geral. Sucedeu-se uma crise bancária e, em consequência, uma série de falências. A crise acabou por assumir proporções globais, em decorrência da posição hegemônica dos Estados Unidos frente à economia capitalista mundial. A repatriação de capitais e a diminuição das importações realizadas pelos EUA acarretaram um colapso na indústria e nas finanças norte-americanas, além de uma significativa elevação nas taxas de desemprego. A América Latina sentiu também os efeitos perversos da diminuição dos investimentos externos e da diminuição das exportações de matérias-primas. Em 1932, Franklin Roosevelt assumiu a presidência dos EUA, adotando a política econômica intervencionista denominada *New Deal*. Essa política, que preconizava o planejamento e a intervenção estatal na economia, foi adotada não somente pelos EUA, mas também pela Europa e América Latina.⁸

A crise da bolsa em 1929 trouxe graves consequências para a economia brasileira, face à queda no preço do café em um terço de seu valor. Esse evento provocou uma retração das importações e, mais diretamente, uma repercussão negativa sobre a economia cafeeira. Além disso, o financiamento e o pagamento dos juros da dívida externa, tanto do governo federal quanto dos estados, encontravam-se em suspenso, em decorrência da interrupção dos fluxos financeiros internacionais. Essa situação desequilibrava a taxa cambial, com impactos nocivos sobre as relações comerciais internacionais. Diante disso, Vargas suspendeu os pagamentos externos

⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Crise de 1929**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria/Crise29>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

e buscou negociar caso a caso as dívidas relacionadas à produção de café, por meio de acordos diretos com os credores estrangeiros.⁹

No Brasil, a situação dos cafeicultores nacionais era bastante grave, não somente pelo endividamento com o Estado por empréstimos contraídos para investimentos na produção do grão, quanto pela excelente colheita verificada no ano de 1929. Isso elevava a oferta do café, depreciando ainda mais seu valor. A crise mundial trazia como conseqüência uma produção agrícola sem mercado para absorvê-la, a falência de produtores e o desemprego nos grandes centros. Os cafeicultores solicitaram novos financiamentos e a moratória dos débitos a Washington Luiz. O presidente não concederia os benefícios, temeroso de colocar em risco o plano de estabilidade cambial. Apesar da onda de descontentamento geral, vencia as eleições nacionais, o paulista Júlio Prestes.¹⁰ Aparentemente, a cisão regional encontrava-se apaziguada. Entretanto, o grupo dos tenentes civis, inconformado, dispunha-se a pegar em armas para reverter tal resultado. Em novembro de 1930, Getúlio Vargas tomava posse como presidente da República, marcando o final da Primeira República.¹¹

A Revolução de 1930 marcou o início do declínio do monopólio oligárquico, abrindo-se um espaço para a incorporação de novos grupos sociais ao sistema político brasileiro. Em contrapartida, a elite oligárquica rural buscou caminhos para preservar sua influência na tomada de decisões do Estado. O meio rural continuou sendo o lócus de domínio dessa elite, ainda que o coronelismo viesse perdendo terreno, face às transformações econômicas e sociais pelas quais passava o país. De fato, após 1930, houve uma reorganização do quadro político, sendo a oligarquia rural obrigada compartilhar o comando do Estado e o poder decisório com as emergentes elites urbanas. A elite urbana empresarial ganharia maior penetração no quadro político, a partir do desenvolvimento dos setores industrial e financeiro. Essa elite era composta por uma parcela da elite rural que, face à modernização nacional, buscava diversificar seus negócios e sua área de atuação. Dessa elite também faziam parte

⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Política econômica**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/PoliticaEconomica>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

¹⁰ FAUSTO, op. cit., p. 320-1, nota 6.

¹¹ Ibid., p. 321-5.

imigrantes nacionais, particularmente do estado de São Paulo e dos estados do Sul, bem como dirigentes de empresas estrangeiras.¹²

“A preocupação tenentista de construção de um Estado nacional soberano chocava-se necessariamente com o federalismo oligárquico; ao defender a centralização político-administrativa e a concentração ao nível do poder central dos instrumentos de política econômica anteriormente disseminados pelos governos estaduais, os tenentes criaram as condições institucionais indispensáveis à colocação em marcha de uma política intervencionista e industrializadora.”¹³

As idéias que vinham sendo gestadas no Brasil, em 1930, tornavam-se explícitas e desenvolviam-se a partir da crise e da ruptura propiciadas pela Revolução. Segundo Octávio Ianni, formulavam-se as “matrizes do pensamento social brasileiro” em questões importantes, concernentes à vocação agrária do país versus possibilidades de industrialização e ao capitalismo nacional versus capitalismo associado. Eram debatidos também “o federalismo e o centralismo, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a multiplicidade racial e a formação do povo, o capitalismo e o socialismo, a modernidade e a tradição.”¹⁴

O Ministério da Educação, criado em 1930, abrigava intelectuais de diversas correntes de pensamento. Nessa época, modernistas, positivistas, integralistas, católicos e socialistas viriam a ocupar cargos estratégicos na burocracia do Estado, buscando levar o Brasil a elevados patamares de desenvolvimento.¹⁵ Havia uma parcela da elite urbana composta por oficiais militares, engenheiros e economistas, que viria a atuar junto aos órgãos reguladores, às agências de desenvolvimento regional e às empresas estatais.

“O prestígio dessa camada indicava a valorização da competência e da qualificação acadêmica como recurso

¹² DULCI, Otávio Soares. As elites políticas. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp, 2004. p. 240-1.

¹³ SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. p. 97.

¹⁴ IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 29.

¹⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Anos de incerteza (1930 - 1937): os intelectuais e o Estado**. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AAEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

de poder. A elite técnica e a empresarial desenvolveram laços fortes entre si, o que é um dado importante na análise da política brasileira. A observação das carreiras de seus membros mostra uma tendência à circulação de dirigentes do setor privado para o setor público e vice-versa. São quadros executivos que atuam segundo uma lógica empresarial tanto a serviço do governo quanto do capital privado.”¹⁶

As bases sociais e políticas, à época da Revolução de 1930, se apresentavam por demais complexas. A classe média e a burguesia industrial haviam surgido apenas recentemente como classes. A primeira era ainda bastante heterogênea. A segunda era marcada por clivagens regionais e identificada com os interesses das elites agrárias. Esses dois grupos, nitidamente vinculados aos grupos dominantes da Primeira República, não participaram de maneira incisiva da Revolução, ainda que, após a posse de Vargas, muitos industriais tenham buscado uma aproximação, a fim de angariar apoio com vistas ao fortalecimento da burguesia industrial. “Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político.”¹⁷

O modelo de gestão estatal varguista buscava centralizar o poder decisório, tanto sob o viés econômico-financeiro como político, passando a intermediar os interesses dos diferentes grupos oligárquicos.¹⁸ Em novembro de 1930, Vargas dissolvia o Congresso Nacional, os poderes legislativos estaduais e municipais e demitia os governadores eleitos, nomeando interventores federais subordinados normativamente ao poder central. A ação dos estados restava limitada, sendo-lhes proibido contrair empréstimos externos sem autorização federal, despender mais que 10% de sua receita ordinária com serviços da polícia militar, ou dotar de artilharia e aviação as polícias estaduais.¹⁹

O sistema de interventorias criava departamentos administrativos para exercerem as funções que seriam pertinentes às assembleias legislativas. Seus componentes

¹⁶ DULCI, op. cit., p. 241, nota 12.

¹⁷ FAUSTO, op. cit., p. 325-6, nota 6.

¹⁸ Ibid., p. 327.

¹⁹ Ibid., p. 333.

eram indicados pelo presidente da República e sua função principal era exercer o controle externo sobre os atos dos interventores. As tarefas dos departamentos englobavam a aprovação dos decretos-leis de autoria dos interventores, a aprovação dos orçamentos estaduais, a fiscalização da aplicação dos recursos públicos e a avaliação do desempenho da gestão dos órgãos estaduais. A obtenção de maior eficiência e racionalidade, por meio da eliminação de possíveis interferências sobre os processos decisórios por parte das oligarquias regionais, era a justificativa adotada para a ausência de representatividade social e para a centralização das funções do Estado. Esse ideário preconizava a supremacia dos interesses nacionais sobre os interesses particulares locais. Houve, de fato, uma submissão do poder local ao poder central. Os esquemas de aliança e lealdade passaram da esfera regional para a esfera nacional. Não obstante, as elites locais continuaram grandes detentoras de poder. Em diversos casos, os interventores eram pertencentes às próprias elites locais. Quando não eram pertencentes às elites, buscavam consolidar vínculos estreitos com seus membros, por meio de práticas clientelistas de utilização dos recursos disponíveis. Uma forma de favorecimento dos antigos grupos locais era a nomeação de seus membros para exercerem cargos públicos nos departamentos administrativos. Essa prática favoreceu a criação de bases para a formação da liderança de alguns interventores.²⁰

O processo político que se seguiria até 1934 seria caracterizado por duas questões de suma importância: o tenentismo e o conflito travado entre o poder central e os grupos oligárquicos regionais. Os tenentes apoiavam um governo centralizado e estável, que pudesse realizar reformas de cunho econômico e social, entendendo que a ditadura imposta por Vargas deveria continuar. Com base nesse apoio, Vargas buscou combater as oligarquias estaduais nordestinas e paulistas, utilizando-se das forças tenentistas a fim de nomear interventores militares para os estados do Nordeste e de São Paulo. Os interventores do Nordeste, com suas ações contra os interesses dos grupos dominantes locais, acabaram por despertar a revolta não somente das elites nordestinas, como das elites dominantes no restante do país.²¹

²⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Novas interventorias e departamentos administrativos**. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/InterventoriasDepartamentos>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

²¹ FAUSTO, op. cit., p. 340-1, nota 6.

Em São Paulo, a nomeação de um interventor militar e nordestino para a condução do governo paulista desagradou à elite local. O ato feriu as aspirações desse grupo, que desejava a nomeação de um interventor civil e paulista. Em dois anos, quatro interventores passaram pelo governo do estado de São Paulo e não resistiram às pressões do grupo local e da população paulista, que defendiam o término do governo autoritário e a constitucionalização do país. A situação culminou com a deflagração de uma guerra civil – a Revolução Constitucionalista de 1932, que resultou, após três meses de conflito, na vitória do governo central. “A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país”.²²

Progressivamente, o tenentismo foi perdendo força enquanto movimento. Em julho de 1934, era finalmente promulgada uma nova Constituição, aos moldes da Constituição de Weimar²³. Nesse mesmo ano, Vargas era eleito presidente da República pelo voto indireto, ficando estabelecido o término de seu mandato para maio de 1938, quando então, haveria novas eleições para a presidência, dessa vez, pelo voto direto.²⁴

O período compreendido entre os anos de 1934 e 1937 foi marcado por diversos eventos significativos. Em 1934, ocorreram reivindicações operárias e greves. Por essa razão, foi aprovada pelo Congresso, em abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional. Essa lei proibia a greve de funcionários públicos, a propaganda subversiva, a organização de associações e partidos considerados subversivos, elencando, portanto, uma relação de crimes contra a ordem política e social. Nesse mesmo ano era criada a Aliança Libertadora Nacional – ALN, colocando lado a lado os tenentes de esquerda e os comunistas. Essa Aliança, presidida por Luiz Carlos Prestes e da qual fazia parte Carlos Lacerda, desejava a tomada do poder por um governo popular, nacional e revolucionário, substituindo, segundo palavras contidas em um manifesto de Prestes, o “governo odioso” de Vargas.²⁵

²² FAUSTO, op. cit., p. 341-50, nota 6.

²³ A República de Weimer teve lugar na Alemanha, no período compreendido entre o final da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo.

²⁴ FAUSTO, loc. cit., p. 351-2.

²⁵ Ibid., p. 358-60.

Em razão das aspirações revolucionárias manifestadas pela ALN, o governo federal deliberou por encerrar as atividades da Aliança em abril de 1935, decretando sua extinção. A medida resultou em uma tentativa frustrada de golpe de Estado, por parte da ALN, gerando graves conseqüências relativas à liberdade civil nacional. A partir desse evento, o governo federal passou a se utilizar mais livremente de medidas repressivas, verificando-se uma ampliação do autoritarismo no país, em nome do combate ao comunismo internacional. Foi decretado o estado de guerra, perdurando tal situação até junho de 1937.²⁶

Entre 1936 e 1937 começaram a ser definidas as candidaturas à sucessão presidencial. As forças internas dos estados se encontravam, à ocasião, divididas entre governistas e oposicionistas. Vargas, por sua vez, não demonstrava disposição para declinar da presidência, haja vista que nenhum dentre os candidatos ao cargo era pessoa de sua confiança. O pretexto para um novo golpe de Estado veio por intermédio do Plano Cohen, um documento redigido pelo grupo integralista que discorria fantasiosamente sobre um possível plano de insurreição comunista. O documento caiu em mãos da cúpula do Exército, que passou a divulgá-lo como se fosse um plano de fato. Imediatamente, o Congresso tornou a aprovar o estado de guerra, suspendendo as garantias constitucionais por noventa dias. Em novembro de 1937, por meio de um novo golpe de Estado, Vargas instituía o Estado Novo e promulgava uma nova Carta constitucional.²⁷

O Estado Novo representou, em verdade, uma continuidade ao autoritarismo do período anterior. A Constituição de 1937 era, em linhas gerais, autoritária e centralista, assemelhada aos modelos fascistas de organização político-institucional. Sob o viés político, centralizava o poder, concentrando-o nas mãos do chefe do Executivo.²⁸ As disposições finais e transitórias da Carta Magna permitiam ao presidente da República aprovar ou não, conforme sua vontade, o mandato dos governadores eleitos, nomeando interventores em caso de não aprovação, expedir decretos-lei nas matérias sob responsabilidade do governo federal e aposentar funcionários civis e militares “no interesse do serviço público ou por conveniência do

²⁶ FAUSTO, op. cit., p. 360-2, nota 6.

²⁷ Ibid., p. 362-4.

²⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Constituição de 1937**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

regime”. Um dos artigos declarava estado de emergência no país, com a suspensão da garantia das liberdades civis. A escolha dos interventores para os governos dos estados seguia diferentes critérios. Vargas escolheu para interventores parentes seus, alguns militares e, mais comumente, algum representante da oligarquia local.²⁹

O Estado Novo era instaurado no Brasil à mesma ocasião em que uma leva de governos autoritários assumia o poder na Europa, reforçando a tese de que a democracia liberal estaria em derrocada. Benito Mussolini assumia o poder na Itália, em 1922, instaurando o fascismo, António Salazar tornava-se primeiro-ministro de Portugal, em 1932, dando início a uma longa ditadura e Adolf Hitler, em 1933, tornava-se chanceler e chefe do nazismo na Alemanha. A guerra civil espanhola iniciava-se em 1936, perdurando até 1939. Ao término da guerra, seria instaurada a ditadura de Francisco Franco.³⁰

O enfraquecimento do Estado Novo decorreu do quadro das relações internacionais mantidas pelo país, bem mais do que dos entraves políticos internos. Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, setores da oposição passaram a questionar a contradição entre o apoio brasileiro às democracias e a ditadura varguista. Em 1943, foi criada a União Nacional dos Estudantes – UNE, grupo muito importante, numérica e simbolicamente, na luta pela democratização. Cada vez mais, a imprensa burlava a censura, expondo material que criticava duramente o regime. Ciente do enfraquecimento do regime, Vargas baixou um ato adicional que fixava um prazo de noventa dias para a realização de eleições gerais. A candidatura de Eurico Gaspar Dutra era lançada pela situação, em oposição à de Eduardo Gomes.³¹

Em 1945, a campanha presidencial de Eduardo Gomes, marcada pela democracia e pelo liberalismo econômico, agradava aos setores da classe média. A candidatura, de Dutra, pelo contrário, parecia não despertar interesse de nenhum grupo. Essa situação somente modificou-se após um pronunciamento público de Vargas, às vésperas da eleição, em apoio ao candidato. A oposição surpreendeu-se com a vitória inesperada de Dutra, que venceria com 55% dos votos válidos, contra 35% atribuídos a Eduardo Gomes, confirmando, portanto, o prestígio de Vargas frente à população. Entretanto, Vargas não ficou à margem da política. Pelo contrário,

²⁹ FAUSTO, op. cit., p. 365-6, nota 6.

³⁰ Ibid., p. 353-6.

³¹ Ibid., p. 382-4.

concorrendo a cargos de senador e deputado federal em diversos estados, obteve excelente votação, optando por assumir o cargo de senador pelo Rio Grande do Sul. “A votação mostrou claramente como a máquina política montada pelo Estado Novo, com o objetivo de apoiar a ditadura, podia ser também muito eficiente para captar votos, sob regime democrático.”³²

No governo Dutra, os controles estabelecidos pelo Estado passaram a ser gradativamente abolidos, condenando-se a intervenção estatal. Sob o viés econômico, seguiu-se o modelo liberal. A liberdade dos mercados e a livre importação de bens passaram a ser vistas como a solução para o desenvolvimento do país e para o fim da inflação observada nos últimos anos da guerra. Retornava-se à idéia, anterior à década de 1930, de que o Brasil seria um país de vocação agrícola. Entretanto, a onda de importação de bens, favorecida pela valorização da moeda, levou ao esgotamento das divisas, fazendo fracassar a política liberal. Como resposta, em 1947, o governo mudava de orientação e estabelecia um sistema de licenças para importação. Dessa forma, ficava favorecida a importação de itens essenciais e restrita a importação de bens de consumo. Isso levaria a um estímulo da produção para o mercado interno, favorecendo o avanço da indústria.³³

Ainda no curso do governo Dutra, se iniciaram as manobras para sucessão presidencial. Vargas tinha garantida a lealdade dos chefes da máquina política, montada no meio rural. Além disso, defendia a industrialização e a ampliação dos direitos trabalhistas. Vargas sairia vitorioso nas eleições de 1950, obtendo 48,7% do total de votos. Cabe observar que o estado de São Paulo concedeu a Vargas aproximadamente um quarto do total da votação do candidato, o que indicava a superação do antigo antigetulismo paulista.³⁴

No período correspondente ao segundo mandato de Vargas, as questões relativas à modernização dos países periféricos continuavam sendo discutidas. O termo "atraso" viria a ser substituído por "subdesenvolvimento", conforme orientação elaborada pelos estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina - Cepal, órgão das Nações Unidas criado em 1948. Um dos importantes formuladores do ideário da CEPAL foi o economista Celso Furtado. Essa comissão propunha a

³² FAUSTO, op. cit., p. 397-9, nota 6.

³³ Ibid., p. 403.

³⁴ Ibid., p. 404-5.

substituição de importações, a proteção ao mercado interno e a importância do Estado no processo de desenvolvimento.³⁵

Na década de 1950, estiveram na pauta dos debates as questões relacionadas ao nacionalismo e à submissão dos interesses nacionais aos estrangeiros. Segundo os intelectuais e cientistas sociais, o personalismo, o familismo, o patrimonialismo explicariam as diferenças nas etapas do desenvolvimento dos países periféricos em relação aos desenvolvidos. Gradativamente, foi sendo gestada a proposta de uma alavancada econômica, que fosse capaz de compensar as lacunas do subdesenvolvimento, projeto que seria concretizado efetivamente na década de 1960.³⁶

Durante o segundo governo Vargas, eram visíveis as disputas políticas e divergências ideológicas dentro das Forças Armadas. Havia duas principais tendências: a nacionalista e a democrática, esta última chamada pejorativamente de “entreguista” pelos opositores. A alternância do apoio concedido por Vargas a cada um desses grupos culminou na perda de apoio ao governo, por parte dos militares.³⁷ O governo se defrontava também com a alta inflacionária, um problema que traria muitas repercussões sociais negativas.³⁸ Nas palavras de Boris Fausto,

“Getúlio se via obrigado a manobrar em um mar de correntes contraditórias. De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores, atingidos pela alta do custo de vida; de outro, precisava tomar medidas impopulares no sentido de controlar a inflação.”³⁹

Vargas mostrava-se cada vez mais disposto à execução de medidas que feriam os interesses dos setores mais conservadores da sociedade. Adotando uma linha nacionalista na área econômica, responsabilizava o capital estrangeiro pelos problemas verificados no balanço de pagamentos. Em abril de 1954, lançava um

³⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Do atraso ao subdesenvolvimento**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/Atraso>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

³⁶ Ibid.

³⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Os militares e o segundo governo Vargas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElVltou/Militares>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

³⁸ FAUSTO, op. cit., p.409, nota 6.

³⁹ Ibid., p.410.

projeto de lei que criava a Eletrobrás, empresa estatal de energia elétrica. O anúncio de aumento de 100% no salário mínimo, em maio desse mesmo ano, viria a provocar críticas acirradas ao governo. Vargas mantinha-se no poder, a despeito das pressões e da ausência de um apoio consistente para seu governo. O estopim para a derrocada de Vargas veio com o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, seu ferrenho opositor. A ação violenta, que matou um major das Forças Armadas, que acompanhava Lacerda à ocasião, foi atribuída a Vargas. O fato culminaria em seu suicídio, em agosto de 1954, causando profunda comoção nacional.⁴⁰

As relações internacionais após 1930

As relações internacionais mantidas pelo Brasil tiveram um importante papel no desenrolar dos acontecimentos políticos, durante o período varguista. Em 1933, Franklin Delano Roosevelt assumia a presidência dos Estados Unidos. Seu mandato seria caracterizado pela “política de boa vizinhança” em relação aos países latinos americanos. Abandonava-se a política intervencionista, adotavam-se práticas de negociação diplomáticas e estabeleciam-se parcerias econômicas e militares com esses países. Essas medidas tinham por objetivo neutralizar a influência européia na América Latina, assegurando a supremacia norte-americana na região. A política adotada vinha ao encontro de interesses políticos e econômicos, permitindo aos Estados Unidos fazerem frente ao crescente poderio alemão e, ao mesmo tempo, se recuperarem dos efeitos econômicos perversos da crise de 1929. A cooperação dos países latino-americanos garantiria o suprimento de matérias-primas para as indústrias norte americanas, favorecendo a formação de mercados para seus produtos.⁴¹

A partir dos resultados das medidas de combate à crise, propostas pelo presidente Roosevelt, acentuaram-se a hegemonia inglesa e a emergência norte-americana. No entanto, em 1933, despontava no cenário internacional a Alemanha nazista, iniciando uma política de influência ideológica sobre a América Latina. Os alinhamentos e realinhamentos do governo Vargas na política externa tiveram, a partir de então, um caráter nitidamente pragmático. O governo brasileiro fechava

⁴⁰ FAUSTO, op. cit., p.416-7, nota 6.

⁴¹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Política de boa vizinhança**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

negócios com os parceiros que lhe oferecessem melhores vantagens, assinando acordos comerciais, tanto com os EUA, quanto com a Alemanha. Esse pragmatismo não foi enfraquecido após o golpe do Estado Novo, e nem mesmo após o abalo nas relações entre Brasil e Alemanha em 1938, diante da eliminação do movimento integralista e da investida contra grupos nazistas ao sul do Brasil. O distanciamento em relação à Alemanha e a maior aproximação com os EUA iniciaram-se com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ocasião em que o país foi forçado a definir mais claramente seu alinhamento político.⁴²

O fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha, observado durante a década de 1930, era uma das preocupações dos EUA no campo das relações internacionais, tendo em vista os diversos acordos realizados entre os dois países. Além disso, o governo norte-americano reivindicava, junto ao governo brasileiro, o pagamento dos juros da dívida externa, o que colocava os EUA em uma posição desconfortável diante do governo brasileiro. O pagamento dos juros havia sido suspenso em 1937, em face das dificuldades que enfrentava o país para equilibrar seu balanço de pagamentos. Havia o temor, por parte dos EUA, de que por força do desequilíbrio econômico-financeiro, se efetivasse uma aproximação brasileira com a Alemanha, não somente pela via comercial, mas, sobretudo, em âmbito militar e político-ideológico. A aproximação da guerra forçou o governo norte-americano a elaborar um plano para garantir o apoio político dos governos latino-americanos.⁴³

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, consolidava-se a liderança dos Estados Unidos nas Américas, sendo o princípio da solidariedade contra o inimigo externo, seu lema norteador. À ocasião, surgia o ideal pan-americanista, que apontava características identitárias entre as nações americanas, tais como o apoio às instituições republicanas e à democracia, a procura de soluções pacíficas para as disputas e a soberania dos Estados-nação. Esse ideal possibilitava a criação de um

⁴² FAUSTO, op. cit., p. 379-81, nota 6.

⁴³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Missão Aranha**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/Missaoranha>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

vínculo entre nações de regimes diferentes, ligando a democracia norte-americana a algumas ditaduras latino-americanas.⁴⁴

Diante da participação dos EUA na Segunda Guerra Mundial, Washington procuraria garantir o rompimento de relações diplomáticas entre as nações americanas e os países do Eixo - Alemanha e Itália. Essa estratégia favoreceu, ao final do conflito, a consolidação da hegemonia norte-americana sobre os países da América Latina.⁴⁵ A década de 1940 marcava também o início de uma forte campanha de influência cultural norte-americana no Brasil, instituindo o *american way of life* na sociedade brasileira. Essa campanha era vinculada à estratégia norte-americana de promoção da cooperação e da solidariedade entre os países americanos, a fim de possibilitar o enfrentamento do Eixo e, ao mesmo tempo, consolidar sua posição hegemônica de grande potência.⁴⁶

A participação dos EUA no conflito mundial implicava no fornecimento de matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana, por meio dos “Acordos de Washington”, e na cessão de bases navais e aéreas no Nordeste para o estabelecimento de suas tropas. Em contrapartida, os EUA concederiam créditos ao Brasil com vistas à modernização das Forças Armadas e à criação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN.⁴⁷

Nas Forças Armadas, o grupo dos nacionalistas entendia que o país deveria manter-se distante ou em oposição aos EUA. Já seus opositores, de modo contrário, defendiam o alinhamento do país com os EUA, a fim de engrossar as fileiras do combate mundial ao comunismo. Por essa ocasião, era deflagrada a guerra civil na Coreia. Essa guerra contaria com a intervenção dos EUA e se prolongaria até 1953,

⁴⁴ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Conferências Interamericanas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/ConferenciasInteramericanas>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Tio Sam chega ao Brasil**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/TioSam>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

⁴⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Negociação do alinhamento**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/NegociacaoAlinhamento>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

forçando os países do terceiro mundo a definirem mais nitidamente suas posições, fosse de alinhamento com os países capitalistas ou com os países comunistas.⁴⁸

A política externa varguista foi alvo, nos anos 1950, de um intenso debate ideológico focado na questão do nacionalismo político e econômico. De acordo com Francisco Weffort, nos períodos do segundo governo Vargas (1950-1954) e do governo Kubitschek (1955-1960), a noção de desenvolvimento aliava-se à ideologia⁴⁹ nacionalista. O nacionalismo, portanto, enquadrava-se em uma “concepção desenvolvimentista⁵⁰ que envolvia a noção de um crescimento econômico voltado para o mercado interno, com características de autonomia nacional e distributivismo social.”⁵¹

Entretanto, ressalta Weffort que, naquele período, a formulação ideológica mantinha certa distância em relação às ações governamentais. Nas palavras do autor,

“Não se pode passar por alto, nos anos 1950, as distâncias que mantinham as idéias com as ações políticas em geral, em especial com as ações de governo. Precisamente por haver sido uma época em que as idéias alcançaram notável relevância, mais necessário se torna distinguir as diferenças entre as formulações dos ideólogos e aquelas que acabaram moldando as decisões dos políticos, bem como as dos técnicos que, dentro ou fora do Estado, implementaram decisões cruciais para o desenvolvimento da economia. Porque eram diferentes as circunstâncias em que atuavam, teriam que ser diferentes as razões dos teóricos e dos

⁴⁸ FAUSTO, op. cit., p.407-8, nota 6.

⁴⁹ Por “ideologia” entende-se o sistema articulado de proposições e valores que servem de fundamento para a interpretação e transformação da realidade. Cf.: SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: Fapesp, 1998. p. 46.

⁵⁰ Por “desenvolvimentismo” entende-se a política econômica vigente em Estados latino-americanos, após a crise de 1930 e em países do Leste Asiático, no contexto da bipolaridade mundial Leste-Oeste, baseada em metas de crescimento acelerado da produção industrial visando ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, buscava-se a construção de Estado forte e autônomo, propiciando uma participação ativa do Estado na economia, voltando-se os esforços governamentais para a criação de uma infraestrutura básica destinada a viabilizar o desenvolvimento industrial nacional. Cf.: ZORZAL E SILVA, Marta. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: Edufes, 2004. p. 63-4.

⁵¹ WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006. p. 298.

práticos, embora todos imersos na atmosfera criada pelos debates entre as idéias nacionalistas emergentes e um liberalismo até então dominante.”⁵²

A política externa brasileira no primeiro governo Vargas foi marcada pelo alinhamento com os Estados Unidos. Ao final do conflito, os EUA saíam na condição de potência única, não havendo espaço para barganha. Dessa forma, a consolidação do alinhamento com os norte-americanos se apresentava como opção única para o governo anticomunista de Dutra, em 1946. Vargas, em seu segundo mandato, se encontraria diante desse quadro. Entretanto, seu discurso nacionalista preconizava uma política externa mais independente dos EUA. Assim sendo, Vargas tentava driblar essa situação, negociando o apoio político-estratégico brasileiro aos Estados Unidos, em troca da ajuda para o desenvolvimento econômico⁵³ nacional. Buscava dessa maneira, o atendimento simultâneo de dois grupos – daquele favorável à aproximação com os EUA e do grupo comprometido mais fortemente com o ideário nacionalista.⁵⁴

A economia no período Vargasista

O Estado varguista buscava promover o capitalismo nacional, tendo como base dois principais suportes: as Forças Armadas e a aliança formada pela burguesia industrial e os setores da classe trabalhadora urbana. O poder da burguesia industrial decorria do fornecimento de tal suporte ao governo. Esse novo Estado distinguia-se do Estado oligárquico por algumas características: uma maior centralização e autonomia, a atuação econômica voltada para a promoção da industrialização, a atuação social voltada para uma maior proteção aos trabalhadores urbanos e o papel central atribuído às forças armadas, especialmente ao Exército, para apoio à criação de uma indústria de base e garantia da ordem social interna.⁵⁵

⁵² WEFFORT, op. cit., p. 314-5, nota 51.

⁵³ Por “desenvolvimento econômico” entende-se o processo de crescimento econômico acompanhado por mudanças positivas na qualidade de vida da sociedade, de maneira que os benefícios resultantes das mudanças sociais possam ser usufruídos por toda a população. Cf.: FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004. p. 113-4.

⁵⁴ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **A política externa de Vargas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaExterna>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

⁵⁵ FAUSTO, op. cit., p. 327, nota 6.

A política centralizadora era também visível no campo econômico. A fim de centralizar as decisões sobre a política econômica do café, Vargas criaria em fevereiro de 1933, o Departamento Nacional do Café – DNC, constituído por diretores nomeados pelo ministro da Fazenda. Em decorrência da crise mundial, um decreto de fevereiro de 1931 havia estabelecido que o governo federal compraria todos os estoques de café existentes no país. Tais estoques foram destruídos fisicamente após sua compra, visando à redução da oferta do produto e à sustentação do seu preço. A sistemática de aquisição e posterior destruição dos estoques perdurou até julho de 1944, tendo sido eliminadas 78,2 milhões de sacas do grão, quantidade correspondente a três anos de consumo mundial. Os problemas relativos à produção de café se encontravam em estreita correspondência com a grave situação financeira do país. Em setembro de 1931, os pagamentos da dívida pública externa foram suspensos, tendo sido reintroduzido o monopólio cambial do Banco do Brasil, instituído inicialmente ao final do mandato de Washington Luís e revogado ao início do governo Vargas. Por força dessa medida, o Banco do Brasil seria a única instituição autorizada a efetuar o câmbio da receita de exportação por moeda estrangeira. Da mesma forma, o Banco do Brasil seria o único autorizado a efetuar o pagamento de importações.⁵⁶

No primeiro período, compreendido entre 1930 e 1937, o governo buscou o equilíbrio de interesses entre os diferentes setores da economia, não apresentando forte incentivo ao setor industrial. Se, em termos políticos, poder-se-ia dizer que o Estado Novo representou uma continuidade do primeiro período do governo Vargas, na esfera econômico-financeira, o mesmo não poderia ser afirmado. Nesse sentido, o Estado Novo representaria uma mudança de orientação. Face à perspectiva de uma nova guerra mundial, com graves restrições às importações, o Estado “embarcou com maior decisão em uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base.”⁵⁷

Com o propósito de promover a industrialização do país, o Estado Novo buscou aliar os interesses da burguesia industrial com os da burocracia civil e militar. A burocracia civil almejava uma maior autonomia nacional, por meio da industrialização. A burocracia militar entendia que a industrialização com a

⁵⁶ FAUSTO, op. cit., p. 333-4, nota 6.

⁵⁷ Ibid., p. 369-70.

instalação de indústrias de base seria um meio para fortalecer a segurança nacional. A burguesia industrial acreditava que o Estado propiciaria um incentivo à industrialização por meio de uma intervenção ativa. O diálogo entre a burguesia industrial e o Estado foi mediado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, e pela Federação Industrial de Minas, cujos representantes eram, respectivamente, Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e Américo Giannetti. Esse grupo reivindicava medidas protecionistas à indústria nacional, ao setor de câmbio e às tarifas sobre importações.⁵⁸

O projeto varguista preconizava um Estado forte, centralizador e empreendedor, que fosse capaz de prover os recursos necessários à promoção de investimentos, mantendo-se sob controle as demandas do emergente operariado industrial. Para atingir os objetivos propostos, Vargas aperfeiçoaria a legislação trabalhista por meio de atos de governo, inspirando-se na legislação social e trabalhista dos países capitalistas ocidentais. Por outro lado, preocupava em regular minuciosamente a atuação dos sindicatos trabalhistas, mantendo-os sob forte dependência da burocracia estatal. Tais medidas apresentavam o conteúdo ideológico da “convivência pacífica entre capital e trabalho com base no desenvolvimento”.⁵⁹

Em agosto de 1942, o Brasil iniciava sua participação na Segunda Guerra Mundial. O governo passaria a supervisionar a economia, que antes, era realizada sem que houvesse um planejamento geral. Para tanto, foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica.⁶⁰ Como bem observou Celso Furtado em *A fantasia organizada*, os temas relacionados à industrialização e ao desenvolvimento econômico ocupariam lugares estratégicos na agenda governamental após a Segunda Guerra Mundial. Isso se deu tanto no Brasil, como nos demais países latino-americanos, o que poderia explicar-se pelo impacto das imagens da destruição européia conseqüente à guerra. A devastação visível seria comparada com a pobreza da América Latina, marcada pelo frágil desenvolvimento econômico. Seria natural que se almejasse, também no Brasil, um plano de desenvolvimento,

⁵⁸ FAUSTO, op. cit., p. 367, nota 6.

⁵⁹ CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp, 2004. p. 296.

⁶⁰ FAUSTO, loc. cit., p. 370.

comparável às políticas de recuperação propostas por meio do Plano Marshall, na Europa. Essa fase consolidou no país a preocupação, presente no Brasil desde os anos 1930, com o estabelecimento de medidas direcionadas ao desenvolvimento industrial.⁶¹

Conforme comentado anteriormente, as Forças Armadas se encontravam divididas em dois grupos: nacionalistas e seus opositores, depreciativamente chamados de “entreguistas”. Os primeiros defendiam o desenvolvimento pela via da industrialização, com um sistema econômico independente do sistema capitalista internacional. Segundo essa lógica, o Estado teria um importante papel enquanto regulador da economia e investidor em áreas estratégicas - nos setores de petróleo, siderurgia, transportes e comunicações. Os nacionalistas consideravam com restrições o capital estrangeiro, temendo que seu investimento em áreas estratégicas pudesse colocar em risco a soberania nacional. Por outro lado, seus adversários, os “entreguistas”, propunham uma menor intervenção do Estado na economia, não priorizavam a industrialização e entendiam que o desenvolvimento econômico do país dependia de capitais externos, ainda que devidamente controlados. Esse grupo defendia o controle da emissão de moeda e o equilíbrio dos gastos do governo, com o propósito de combater a inflação.⁶²

“[...] o ambicioso projeto desenvolvimentista do segundo governo Vargas encontrou sérios obstáculos à sua implementação. O principal deles radicava no problema da escassez de recursos e de poupança interna capazes de sustentar o financiamento dos pesados investimentos requeridos por tal projeto. Como se frisou, a alternativa de uma reforma fiscal e financeira não encontrou trânsito fácil na correlação de forças políticas que sustentou os governos na década de 50. Por outro lado, no plano estratégico das definições mais gerais da política econômica, os impasses entre os dois grupos de técnicos – nacionalistas e cosmopolitas – não se equacionaram de modo definitivo na gestão Vargas. Isso, principalmente, no que concerne ao papel reservado à empresa estatal e

⁶¹ FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 43-4.

⁶² FAUSTO, op. cit., p.407-8, nota 6.

ao espaço que deveria ser ocupado pelo capital estrangeiro.”⁶³

Não obstante a supremacia ideológica do grupo “entreguista”, que pouca ênfase dava à necessidade de industrialização do país, Vargas insistia na promoção de uma série de medidas destinadas a incentivar a indústria. Realizou investimentos públicos nas áreas de transportes e energia, bem como no reequipamento da marinha mercante e sistema portuário.⁶⁴

A necessidade do estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento econômico se fez mais acentuada ao principiar da década de 1950.

“Os anos 50 foram tempos de grandes mudanças no mundo ocidental. A Europa se recuperava dos efeitos econômicos da guerra, o sistema monetário era remontado a partir da hegemonia do dólar americano, e os EUA começavam a deixar para trás, com o governo republicano de Dwight C. Eisenhower, um modelo econômico mais intervencionista, criado pelo democrata Roosevelt a partir do New Deal e reforçado pela mobilização da guerra.”⁶⁵

Apenas alguns meses após a posse de Vargas em seu segundo mandato, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ⁶⁶ publicou um relatório com o objetivo de subsidiar o governo na escolha da melhor estratégia a ser adotada para acelerar o crescimento econômico do país. O mencionado relatório afirmava que as importações criavam fortes restrições ao desenvolvimento econômico, indicando a necessidade do estabelecimento de novas diretrizes

⁶³ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 193, nota 50.

⁶⁴ FAUSTO, op. cit., p. 409, nota 6.

⁶⁵ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951 – 1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 161.

⁶⁶ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com o objetivo de promover o desenvolvimento e a cooperação econômica entre seus países membros. A Comissão era composta por vários estudiosos do pensamento desenvolvimentista da América Latina, dentre os quais, o economista brasileiro Celso Furtado. Esses técnicos entendiam ser a industrialização a solução para a superação do subdesenvolvimento dos países latinoamericanos. Cf. MENDES, Candido. Celso Furtado: fundação e prospectiva do desenvolvimento. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 set. 2008.

econômicas, a fim de que o Brasil avançasse para um novo estágio de crescimento. O relatório preconizava a necessidade do incremento da produção de bens de capital e da realização de amplos investimentos nas áreas de infraestrutura de transportes e de energia elétrica.

A necessidade de investimentos maciços nessas áreas já havia sido diagnosticada ao final dos anos 1940. A inexistência de uma infraestrutura adequada era considerada um dos principais impasses para o avanço industrial brasileiro. O retorno de Vargas ao poder representou a retomada dessa política de investimentos. O setor privado atenderia a demanda do Estado por empreendimentos industriais. Do exterior, “viriam os empréstimos públicos e privados, a tecnologia e os investimentos diretos ou indiretos para áreas consideradas prioritárias pelo governo.”⁶⁷ Vargas buscava a autonomia econômica para o Brasil, por meio do incentivo à produção industrial e pela resolução do problema representado pela carência energética. Naquele momento, o Estado seria o “propulsor do desenvolvimento”.⁶⁸

“Além de buscar a expansão da indústria de base, puxada pelas refinarias de petróleo e pelas usinas hidrelétricas, Vargas fazia referência ao desenvolvimento das indústrias interligadas à agricultura: alimentos, fertilizantes e máquinas agrícolas.”⁶⁹

Na fase inicial de seu segundo governo, Vargas se dedicaria a projetos de grande porte, ligados às áreas de petróleo, energia elétrica e siderurgia. Desses investimentos em infraestrutura resultaria a expansão da indústria local de equipamentos e de bens de capital.

“Foi com a viabilização desses grandes projetos, e com a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial em 1952, que surgiram propostas concretas de expansão de subsetores da indústria de bens de capital. A exploração e o refino do petróleo, as usinas hidrelétricas e a expansão e diversificação da produção do aço puxaram a

⁶⁷ LEOPOLDI, op. cit., p. 161-2, nota 65.

⁶⁸ Ibid., p. 163-4.

⁶⁹ Ibid., p. 164.

indústria de bens de capital leves e a indústria da construção civil.”⁷⁰

Em relação à política de investimentos na produção de energia elétrica, Leopoldi destaca que o Estado assumiu a tarefa de produção de eletricidade de forma tão intensa que, em apenas uma década, os papéis do Estado e das empresas privadas se inverteram. As companhias privadas estrangeiras, antes grandes produtoras de energia elétrica, tornaram-se, tão somente, distribuidoras de energia. Além disso, o Estado passou a assumir o papel de financiador da expansão da capacidade instalada. No início do governo Vargas, a demanda por energia elétrica mostrava-se bem superior à capacidade de sua produção. A população, para iluminação de suas residências, recorria aos lampiões de querosene e à lenha. As indústrias eram movimentadas por geradores particulares.

Pode-se afirmar que o impacto da política energética do governo Vargas obteve visibilidade apenas nas décadas seguintes. A infraestrutura criada em seu período de governo propiciou o incremento do consumo de energia elétrica somente nos períodos de governo posteriores. O governo Vargas chegou ao seu término sem apresentar um incremento significativo no consumo de energia elétrica, haja vista que os investimentos realizados na construção de usinas hidrelétricas levam aproximadamente cinco anos para surtir o retorno desejado. Não obstante, a capacidade de produção de energia elétrica cresceu significativamente em seu período de governo.⁷¹

Por um lado, a parceria com os EUA propiciava a obtenção de empréstimos públicos e a colaboração técnica para a indústria. Por outro lado, eram relevantes a busca de créditos, assistência técnica e parcerias comerciais com a Europa. Vargas demonstrava interesse em empreendimentos locais, realizados por empresas estrangeiras em áreas econômicas prioritárias. “O salto para a integração vertical da industrialização, se representava menor dependência da importação de certos produtos, significava também a necessidade de importar novos insumos e

⁷⁰ LEOPOLDI, op. cit., p. 188-9, nota 65.

⁷¹ Ibid., p. 184-5.

equipamentos.” Evidenciava-se, portanto, a necessidade de diversificar as relações econômicas e comerciais do Brasil com os EUA e com a Europa.⁷²

Também as Forças Armadas se interessaram pela produção de bens de capital, com vistas à defesa nacional. Eram fabricados motores e equipamentos para a Marinha e para a Aeronáutica. Por meio de acordos, os militares passaram a priorizar a aquisição de bens que fossem produzidos no país, em detrimento dos bens importados. Embora o crescimento da produção de equipamentos tenha se mostrado mais intenso no governo Juscelino Kubitschek, o esforço inicial de desenvolvimento desse setor deve ser atribuído ao governo Vargas.⁷³

Em outubro de 1953, foi criado o confisco cambial para a exportação do café. Essa medida estabelecia que o valor do dólar recebido pelos exportadores de café seria mais baixo do que a cotação normal da moeda. O mecanismo permitia ao governo confiscar parte da receita obtida pela exportação do produto, a fim de financiar outros projetos, considerados prioridades na agenda governamental, especialmente no setor industrial. Por outro lado, a política de sustentação dos preços do café no exterior, em patamares elevados, provocou uma reação de protesto por parte dos EUA. Em janeiro de 1953, assumia a presidência americana o general Eisenhower. Reforçando o combate ao comunismo, assumiria uma postura bastante rígida face aos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, sua linha de atuação propunha a interrupção da assistência aos países e, em contrapartida, o fomento de investimentos privados. Assim sendo, ficariam reduzidas as possibilidades de obtenção de crédito para realização de obras de infraestrutura e reposição do déficit do balanço de pagamentos nacional, levando a uma retração de investimentos governamentais.⁷⁴

⁷² LEOPOLDI, op. cit., p. 165, nota 65.

⁷³ Ibid., p. 188-9.

⁷⁴ FAUSTO, op. cit., p.411-2, nota 6.

3. Capítulo II: Aparelho de Estado e planejamento governamental no Brasil na década de 1950

3.1 Aparelho de Estado e planejamento governamental

Como visto na retrospectiva histórica do capítulo anterior, no período após 1930, os estados e municípios foram gradativamente perdendo os meios para exercer a política clientelista. O processo de centralização política transformou o governo federal no ator político detentor de maior poder.⁷⁵

“De uma à outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, por meio de seus aparelhos e instrumentos, controlou e imiscuiu-se até o âmago da acumulação capitalista.”⁷⁶

Para tanto, Vargas fortaleceu o aparelho de Estado, promovendo avanços em sua organização, ao criar comissões, órgãos e empresas que amparassem tecnicamente as decisões governamentais e as colocassem em prática. Logo no início de seu governo, em 1934, criou o Instituto Nacional de Estatística, com a finalidade de prover o Estado de informações e indicadores confiáveis, propiciando um melhor conhecimento do território nacional. Esse órgão iniciou suas atividades em 1936, com a criação do Conselho Nacional de Estatística, que tinha como tarefa principal a coordenação nacional das atividades estatísticas das várias esferas administrativas. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Geografia, o qual, junto ao Conselho Nacional de Estatística passou a integrar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Inicialmente, o IBGE era uma autarquia diretamente subordinada à presidência da República, sendo posteriormente transformada em fundação, no

⁷⁵ NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 18.

⁷⁶ DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 15-6.

ano de 1967. Esses órgãos forneciam informações geográficas e estatísticas básicas para a tomada de decisão governamental.⁷⁷

A centralização político-administrativa levou à criação de diversos conselhos, com vistas a melhor orientar as decisões governamentais. O Conselho Federal de Comércio Exterior, órgão diretamente subordinado à presidência da República, foi criado em 1934, centralizando a política de comércio exterior do país e realizando o planejamento econômico, por meio da coordenação das atividades dos demais órgãos de política econômica. O CFCE era composto por representantes dos ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas, por representantes do Banco do Brasil e da Associação Comercial, designados todos pelo presidente da República. Posteriormente, o Conselho passou a incluir representantes de entidades privadas, sendo sua atuação importante no sentido de propiciar o acesso do empresariado ao aparelho de Estado, por meio da representação classista patronal. Destacam-se iniciativas significativas por parte do órgão, tais como a criação do Instituto Nacional do Mate e do Conselho Nacional do Petróleo. Extinto em 1949, foi substituído pelo Conselho Nacional de Economia.⁷⁸

A partir de 1937, a ditadura sofreu um processo de consolidação, sendo intensificadas as normas corporativistas e fortalecida a centralização do poder federal. Não obstante, o clientelismo permaneceu enquanto sistema de trocas. A gestão de governo centralista e corporativista permitiu que os recursos clientelistas, anteriormente utilizados e administrados pelos governos locais, fossem, a partir de então, utilizados pelo governo central. A reforma do serviço público proposta pelo Estado Novo buscou modificar as bases tradicionais do Estado brasileiro, por meio de uma racionalização e padronização de procedimentos, criando um corpo técnico apartado das disputas políticas, a fim de melhor assessorar o Estado na formulação das políticas de governo.⁷⁹

⁷⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/IBGE>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

⁷⁸ SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAUJO, Maria Celina. (org.). **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 149-53.

⁷⁹ NUNES, op. cit., p. 18, nota 75.

O Conselho Técnico de Economia e Finanças foi criado em 1937, sendo um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, com o objetivo de fiscalizar e controlar as finanças públicas estaduais e municipais. Cabia ainda, a esse conselho, a realização de estudos e a elaboração de pareceres sobre a política econômico-financeira do país em seus diversos aspectos, tais como, tributação, legislação bancária e monetária, incentivos fiscais, aproveitamento de combustíveis e política energética. O Conselho exerceu papel de destaque na discussão e no encaminhamento das políticas nas áreas de siderurgia e petróleo.⁸⁰

O Presidente via-se obrigado a “barganhar permanentemente com os chefes dos anéis de interesses coligados”, a fim de manter coeso o sistema político. Daland, citado por Cardoso, entendia que tal situação explicava o fato de a burocracia manifestar certa independência em relação à elite política. Possuindo esse sistema político as características de “uma colcha de retalhos da qual apenas os limites gerais eram estabelecidos pelos centros de decisões políticas e, em última análise, pelo próprio Presidente”, a burocracia persistiu imune diante das crises da cúpula de um Estado, no qual, somente na aparência, o Presidente e as decisões centrais possuíam uma forte determinação e independência.⁸¹

A administração pública brasileira permanecia nos mesmos moldes patrimonialistas e de favoritismo político e social. A esfera pública e a privada se confundiam no âmbito da administração de Estado, comandada pelas oligarquias do Império e da República Velha. Essas oligarquias conseguiram viabilizar a manutenção da unidade territorial, mas não buscaram quaisquer tentativas de modernização do aparato burocrático de Estado. A burocracia racional-legal e o modelo de Estado moderno, “intervencionista e social”, teve início após a Revolução de 1930. Tentou-se a implantação da administração pública nos moldes weberianos, sendo o instrumento principal dessa tentativa, o Conselho Federal do Serviço Público Civil, criado em 1936. Dois anos depois de sua criação, esse conselho se transformou no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A criação de tal aparato de

⁸⁰ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

⁸¹ Ibid., p. 180.

Estado não impediu a permanência de algumas “práticas clientelistas do velho modelo patrimonial”.⁸²

O Estado Novo buscou uma reformulação da administração pública, antes ajustada à política clientelista da Primeira República, transformando-a em agente de modernização. Buscou instituir uma burocracia desvinculada da política partidária, mas identificada com os princípios do novo regime. Os critérios normativos para o serviço público passariam a ser a eficiência, a economia e a racionalidade. Em 1938, conforme já mencionado, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, órgão ligado diretamente à presidência da República. Esse órgão controlava a máquina burocrática estatal e tinha poderes para instituir um controle central sobre o funcionalismo, organizando e racionalizando o serviço público no país, conforme reforma administrativa proposta pelo governo. Com o DASP, verificou-se a tentativa de estabelecer um sistema de regras formais de ingresso e promoção no serviço público, em que o mérito fosse o quesito de maior peso. Verificaram-se muitas restrições para que fossem colocadas em prática as novas regras, persistindo ainda a indicação pela via da conexão política ou pessoal, remanescente das relações clientelistas.⁸³

“O aumento considerável do número de intelectuais convocados para o serviço público provocou um processo de burocratização e de ‘racionalização’ das carreiras que pouco tem a ver com a concessão de postos e prebendas com que os chefes políticos oligárquicos costumavam brindar seus escribas e favoritos. Embora seja inegável que o recrutamento dos intelectuais ao longo do período Vargas continuou como antes a depender amplamente do capital de relações sociais dos postulantes aos cargos, vale dizer, caudatário de ‘pistolões’ cuja rentabilidade poderia sobrepujar aquela proporcionada pelos títulos escolares ou pelas aptidões profissionais, cumpre admitir que o novo estágio da divisão do trabalho administrativo

⁸² PRATES, Antônio Augusto Pereira. **Administração pública e burocracia**. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. (orgs.). op. cit., p. 117-8, nota 12.

⁸³ FAUSTO, op. cit., p. 378-9, nota 6.

acabou impondo mudanças de peso nas relações entre os intelectuais e a classe dominante.”⁸⁴

A ideologia que permeava o pensamento dos técnicos do DASP era a racionalidade pela qual deveria primar a administração. Fazia-se urgente a modernização da burocracia do Estado, haja vista a incompatibilidade da irracionalidade política com a racionalidade administrativa. O sistema de ingresso e promoção pelo mérito propiciava, segundo essa visão, a diminuição das interferências dos interesses privados e político-partidários no preenchimento dos cargos públicos. A elaboração da proposta orçamentária e sua fiscalização eram também atribuições do DASP. Na prática, até 1940, a política orçamentária seria encargo do Ministério da Fazenda. Nessa data criava-se a Comissão de Orçamento, no seio desse Ministério, sendo presidida pelo também presidente do DASP. Em 1945, o DASP assumiria de fato a responsabilidade pela elaboração do orçamento federal, extinguindo-se a antiga comissão do Ministério da Fazenda. O órgão chegou a estabelecer diversas medidas relevantes, exercendo significativa influência sobre algumas políticas governamentais. Dentre suas principais realizações encontra-se a sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, por meio da criação do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Após o término do Estado Novo, o DASP foi reestruturado, com o conseqüente esvaziamento de suas funções, que passaram a funções de assessoramento. Não obstante, a seleção e o aperfeiçoamento do funcionalismo continuaram sendo executados pelo órgão.⁸⁵

Sobre o clientelismo no Brasil, discorre Helio Jaguaribe. Segundo o autor, “uma monstruosa deformação do serviço público” foi conseqüência, dentre outros fatores, de uma persistente política clientelista, originada da necessidade de atender à nova classe média, formada em conseqüência ao desequilibrado processo de urbanização, produtor de cidades populosas e de baixa capacidade produtiva. O clientelismo “subsistia apenas como um mecanismo de preservação do poder do latifúndio mercantil”.

⁸⁴ MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 131-2.

⁸⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Departamento Administrativo do Serviço Público**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

Entretanto, com o passar dos anos, os grupos responsáveis pelo dinamismo econômico nacional, quais sejam, a burguesia industrial e os setores de governo vinculados aos empreendimentos produtivos, encontravam-se cada vez mais dissociados ideologicamente das classes que manobravam a política de clientela, e ainda detinham o controle político do Estado.⁸⁶

Na década de 1930, o desenvolvimento de uma indústria petrolífera não havia ainda suscitado muitas discussões. Somente a partir de 1935, alguns industriais brasileiros começaram manifestar interesse na instalação de refinarias de petróleo. Por outro lado, de 1936 a 1938, as companhias estrangeiras Standard, Texaco Atlantic e Anglo-Mexican apresentaram propostas para instalação de grandes refinarias no país, iniciando-se discussões mais intensas sobre a questão petrolífera. Entretanto, um decreto-lei datado de abril de 1938 marcou a intervenção governamental, nacionalizando as indústrias de refinação de petróleo, tanto o importado quanto o de produção nacional. Isso significava, não o monopólio estatal, mas a nacionalização do capital investido e a atuação de técnicos brasileiros junto à direção das empresas. Esse mesmo decreto criava o Conselho Nacional do Petróleo – CNP, primeira iniciativa do Estado com vistas à regulação do setor petrolífero. A criação desse Conselho veio acompanhada de uma legislação claramente estatizante, que previa um forte controle governamental sobre os assuntos concernentes à indústria do petróleo, não obstante a participação do setor privado na exploração e refino do produto, por meio de concessões. Em verdade, o Conselho colocou um ponto final no processo iniciado com a promulgação da Lei de Minas, em 1921. O CNP era formado por ministros representantes das três Forças Armadas, pelos ministros da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio, e por representantes dos sindicatos da indústria e do comércio.⁸⁷

Entretanto, a partir de 1943, a influência dos setores nacionalistas sofreria um enfraquecimento, não somente pela pouca confiança de Vargas em iniciativas totalmente estatais, mas, sobretudo, pela intenção de evitar quaisquer atritos com o governo norte-americano, tendo em vista as negociações que resultariam na criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. A partir de então, foram realizadas

⁸⁶ JAGUARIBE, Helio. **Condições institucionais do desenvolvimento**. Conferências pronunciadas no Clube de Engenharia em junho de 1957. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957. p. 22 e seguintes, apud WEFFORT, Francisco C. op. cit., p. 312, nota 51.

⁸⁷ FAUSTO, op. cit., p. 372-3, nota 6.

concessões para a instalação de refinarias privadas, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Verificou-se, nesse período, uma preponderância dos interesses privados sobre os interesses estatais. As realizações do Estado Novo na área petrolífera foram reduzidas, ainda que importantes, propiciando a criação da Petrobrás em 1953.⁸⁸

O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica - CNAEE foi criado em 1939 e tinha como objetivo realizar estudos sobre a exploração e a utilização da energia elétrica, especialmente nas questões relativas à produção hidrelétrica, buscando coordenar as ações do Estado nesse setor, antes gerenciado quase que exclusivamente pela iniciativa privada. Após a criação da Eletrobrás e do Departamento Nacional de Águas e Energia, na década de 1960, esse conselho foi perdendo suas funções e acabou sendo extinto em 1969.⁸⁹

O aperfeiçoamento da mão-de-obra industrial e comercial também se encontrava presente na agenda governamental. Em 1939, com a obrigatoriedade da realização de cursos de aperfeiçoamento profissional para as indústrias com mais de quinhentos operários, foram estabelecidas normas nacionais para o ensino industrial. Em 1941, Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, e Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, propuseram a Vargas que as federações sindicais do empresariado ficassem responsáveis pelo ensino industrial. Seguindo essa orientação, Vargas criou, em 1942, o Serviço Nacional da Indústria - SENAI, uma instituição de direito privado subordinada à CNI.⁹⁰ Em 1945, foi assinada portaria criando uma comissão destinada a difundir e aperfeiçoar o ensino comercial no país. Naquele mesmo ano, era criada a Confederação Nacional do Comércio - CNC, órgão sindical representativo do patronato comercial brasileiro. Em 1946, era criado o Serviço Nacional de Comércio - SENAC, instituição de direito privado subordinada

⁸⁸ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

⁸⁹ Ibid., p. 149-53.

⁹⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/SENAI>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

à CNC. Meses depois, por meio de um decreto-lei, regulamentava-se o ensino comercial e fixavam-se os direitos e obrigações de comerciantes e comerciários.⁹¹

A preocupação com a defesa nacional levou os militares brasileiros a lutarem por uma indústria siderúrgica nacional. Anteriormente, em 1930, discutia-se a criação de uma grande indústria siderúrgica no país, com o objetivo de atender ao desenvolvimento econômico e fortalecer a soberania nacional. Em 1939, o chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, general Góes Monteiro, realizava visita aos Estados Unidos, manifestando ao governo norte-americano a disposição do Brasil em cooperar com a defesa dos EUA no conflito mundial, em troca do reequipamento econômico e militar brasileiro. Em 1940, era criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, que decidia pela localização da usina em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, uma comissão composta por Edmundo de Macedo Soares, Guilherme Guinle e Ari Torres foi aos EUA a fim de negociar o financiamento para o empreendimento junto ao Eximbank, obtendo um empréstimo de US\$ 20 milhões de dólares. As negociações em relação à cooperação econômica e militar entre os dois países continuavam em paralelo, e somente chegariam a termo em 1942.⁹²

Por força da Carta constitucional de 1937, somente brasileiros poderiam explorar as minas e as quedas d'água. Progressivamente, esses locais seriam nacionalizados, assim como aquelas indústrias consideradas de interesse para a defesa econômica ou militar do país. O Código de Minas, que entrou em vigor em janeiro de 1940, proibia a participação de estrangeiros na mineração e na metalurgia. Em verdade, àquela ocasião, não havia ainda uma orientação clara sobre a nacionalização da economia. As normas sujeitavam-se, de fato, aos interesses de diferentes setores.⁹³

Os grupos interessados no aço nacional concordavam em um ponto - a produção deveria ser ampliada e diversificada. Dela dependiam a expansão dos serviços de transporte e a instalação de uma indústria pesada no país. A importação do aço, até então, havia acarretado um pesado ônus para a balança comercial brasileira. E, se

⁹¹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/SENAC>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

⁹² SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

⁹³ FAUSTO, op. cit., p. 370-1, nota 6.

por um lado, Vargas e os grupos privados desejavam uma associação com capitais estrangeiros no setor siderúrgico, por outro lado, as Forças Armadas pressionavam o governo por uma siderurgia financiada pelo capital nacional, livre do controle estrangeiro. Assim sendo, em janeiro de 1941, foi organizada a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, uma empresa de economia mista. Ela controlava a Usina de Volta Redonda, implantada em 1940.⁹⁴

Foi criada em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, empresa de capital misto, com controle acionário do governo federal. Sua finalidade principal era dinamizar a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, especialmente o minério de ferro. De acordo com o disposto no Código de Minas, que proibia a exploração do subsolo brasileiro a estrangeiros, o governo federal passou a exercer, a partir da década de 1940, uma política mais agressiva na área da exploração mineral, eliminando as pretensões de empresas estrangeiras nesse setor. A criação da CVRD se relaciona com a criação da CSN, sendo as duas empresas, parte de um projeto de desenvolvimento econômico mais amplo, que buscava a industrialização nacional. Ambas as empresas continuaram se fortalecendo com a passar dos anos.⁹⁵

“[...] os anos 50 marcam um momento de virada definitiva na trajetória do desenvolvimento empresarial da VALE. A mudança de rumos verificada no mercado transoceânico de minério de ferro, ao lado de uma arrojada estratégia dos dirigentes da empresa no sentido de consolidá-la como grande estatal capaz de gerar divisas para a nação, conduziria a CVRD a realizar maciços investimentos integrados em infra-estrutura cuja resultante, ao mesmo tempo em que gerou as condições para seu crescimento, transformaria, em longo prazo, radicalmente, o perfil socioeconômico dos municípios e, em alguns casos, até de estados de sua área de influência.”⁹⁶

Na década de 1950, a CVRD alcançou uma posição de destaque, consolidando-se no mercado mundial. As duas décadas seguintes foram marcadas pela

⁹⁴ FAUSTO, op. cit., p. 370-1, nota 6.

⁹⁵ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

⁹⁶ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 191-2, nota 50.

diversificação de suas atividades, que incluíam a exploração do porto de Tubarão em Vitória, capital do estado do Espírito Santo.⁹⁷

Em 1944, foi criada a Fundação Getúlio Vargas, no intuito de colaborar com o desenvolvimento do Estado em busca da eficiência, por meio da realização de estudos e do ensino dos assuntos relacionados à administração pública. Em 1946, o economista Eugênio Gudín passou a liderar um quadro de economistas na FGV, iniciando-se a atuação da instituição na área econômica. Essa nova atividade resultou na criação da Revista Brasileira de Economia e na revista Conjuntura Econômica, no Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, em 1951, e na Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE, em 1966. Na área administrativa, foram criadas a Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP, em 1952, e a Escola de Administração de Empresas - EAESP, em 1954.⁹⁸

Conforme mencionado anteriormente, o nacionalismo apresentava-se como linha divisória entre os dois grupos de técnicos do governo, durante os anos de pós-guerra. O nacionalismo brasileiro, em termos projeto de desenvolvimento para o país, originou-se, nos anos 1930, de uma elite formada por técnicos e militares que vieram a representar os principais suportes dessa ideologia, executando as políticas públicas implementadas sob seu comando. Nos últimos anos da década de 1940, em concordância com os militares de mesma orientação, tais grupos buscaram a construção de sua identidade política enquanto membros de um sistema de alianças, que os integrava em uma rede de âmbito internacional.⁹⁹

No ano de 1946, presenciou-se o ressurgimento do regime democrático, encontrando-se o corporativismo em pleno funcionamento, não obstante a antiga prática clientelista. Várias agências de governo foram criadas na década de 1950, em meio a um acirrado debate entre nacionalistas e internacionalistas. Apesar de sua competência técnica, essas novas agências eram bastante politizadas, pautando suas atividades por opções políticas claras. Algumas agências caracterizavam-se por um forte traço nacionalista, enquanto outras se apresentavam

⁹⁷ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

⁹⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/FGV>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

⁹⁹ SOLA, op. cit., p. 60-1, nota 49.

mais cosmopolitas, no que dizia respeito à formulação e implementação de políticas econômicas voltadas à consolidação do processo de industrialização.¹⁰⁰

Pode ser considerado extremamente politizado o contexto em que se desenvolveu, nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, o debate em torno de tarefas tidas como não conflitivas, tais como planejamento e industrialização. O conhecimento técnico e científico nessas áreas dobrou-se a posições ideológicas divergentes, ao invés de corresponder a uma postura especificamente tecnocrática.¹⁰¹ Os técnicos do governo impulsionavam indiretamente o desenvolvimento capitalista no Brasil na direção desejada. Entretanto, para que isso fosse possível, o processo de despolitização da sociedade brasileira teria que ser colocado em prática por meio de um regime autoritário, que a alijasse gradativamente da participação nas decisões de governo.¹⁰²

Segundo Hirschman¹⁰³, duas funções complementares são desempenhadas pelo Estado ao longo do desenvolvimento capitalista. A função empresarial, correspondente à fase expansiva do ciclo econômico e a função reforma, através da qual se busca corrigir as desigualdades sociais e econômicas agravadas na fase anterior, durante a fase de acumulação capitalista. Para que o desenvolvimento econômico se produza em um quadro democrático, as duas funções devem se suceder. Na década de 1950, os técnicos viam-se divididos em dois campos distintos no que se refere aos principais beneficiários do sistema econômico, ao modo de inserção do país no sistema internacional e ao resultado dessas ações para a ampliação da democracia brasileira. Esses técnicos poderiam ser divididos entre nacionalistas e cosmopolitas. O estatismo era o denominador comum aos dois grupos, minimizando temporariamente suas posições divergentes.¹⁰⁴

Em 1949, formou-se uma comissão com a finalidade de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. A comissão, composta por Eugênio

¹⁰⁰ NUNES, op. cit., p. 18-9, nota 75.

¹⁰¹ Por "tecnocracia" pressupõe-se a existência de uma doutrina sobre a derivação da autoridade que legitime o exercício do poder em termos da competência técnica com base no conhecimento científico e da relativa neutralidade política e ideológica manifestada pela adesão a princípios universais e impessoais da ciência e da eficiência técnica. Cf.: SOLA, op. cit., p. 45, nota 49.

¹⁰² Ibid., p. 44-5.

¹⁰³ HIRSMAN, Albert. apud SOLA, op. cit., p. 50, nota 49.

¹⁰⁴ SOLA, op. cit., p. 50-3, nota 49.

Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanho, estabelecia como prioridade de investimento os setores de agricultura, energia e transporte. Como resultado das negociações firmadas entre Brasil e Estados Unidos, foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1951. Os trabalhos da Comissão Mista voltaram-se para a formulação de exigências técnicas e legais para formulação e implementação de projetos prioritários relativos à geração de energia e logística de transportes. A Comissão aprovou 41 projetos do Plano de Reparcelamento Econômico, sendo necessários cerca de 22 bilhões de cruzeiros para sua implementação. Dessa quantia, parte seria financiada pelo governo federal e pelos governos estaduais e oito bilhões de cruzeiros seriam financiados pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, ou pelo Export-Import Bank - Eximbank. O plano de alocação dos recursos destinava 60,6% de investimentos ao setor de transportes, 33,1% ao setor de energia elétrica e 6,3% a projetos industriais, máquinas agrícolas e estocagem de cereais. Essas sugestões foram oficializadas por meio de um plano quinquenal de desenvolvimento, sendo autorizada a criação do Fundo de Reparcelamento Econômico, cujos recursos seriam providos por uma taxa adicional sobre o imposto de renda. Com vistas à administração do fundo e dos recursos obtidos em moeda nacional e estrangeira, foi criado um banco especial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.¹⁰⁵

As idéias sobre industrialização e desenvolvimento nos anos 1950 encontrariam seus principais representantes em instituições que funcionavam como agências de Estado, tais como a já mencionada Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, criada em 1948, e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos - CMBEU, criada em 1949, ao final do governo Dutra, que prosseguiu com suas atividades no segundo governo Vargas. Furtado esclarece que, da Comissão Mista, já mencionada, originou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, em 1952, sob a liderança de Roberto Campos (1917-2001).¹⁰⁶

“A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) se estabeleceu a partir de um acordo entre os governos Dutra e Truman em 1950, visando, do lado brasileiro, a

¹⁰⁵ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

¹⁰⁶ WEFFORT, op. cit., p. 298-300, nota 51.

obtenção de assistência técnica a projetos que trariam recursos para o reequipamento econômico brasileiro e, do lado norte-americano, a obtenção de matérias primas estratégicas brasileiras. [...] Estabelecida na esfera do Ministério da Fazenda, a Comissão Mista produziu trabalhos que passaram a compor o que o ministro Lafer denominou Plano de Reparcelamento Econômico, um plano quinquenal formado pelos projetos já elaborados e parcialmente financiados com recursos do Banco Mundial e do Eximbank. [...] Para gerir esse fundo, bem como os recursos advindos dos empréstimos externos, Horácio Lafer propôs ao Congresso a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). [...] No final de 1953, a CMBEU é dissolvida, em virtude do desinteresse do novo presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, nesse tipo de colaboração técnica, envolvendo recursos públicos, em lugar de investimentos privados.”¹⁰⁷

A CMBEU evidenciava certa tendência ao favorecimento do capital estrangeiro, e, de forma bastante explícita, ao estímulo aos empreendimentos que envolvessem tanto capitais, quanto tecnologias norte-americanos. Como mencionado anteriormente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE passou a assumir as funções da CMBEU, realizando estudos de viabilidade de empreendimentos nas áreas de infra-estrutura energética, transportes e siderurgia, bem como gerenciando recursos provenientes dos fundos de reparcelamento econômico e eletrificação. Outra comissão importante, a Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI, também vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada em 1951, com as funções de planejar uma ampla política de desenvolvimento industrial e de elaborar projetos de cunho mais específico, destinados à criação e expansão de determinados setores industriais, sendo tal comissão composta por representantes de ministérios e órgãos governamentais. Nas comissões e nas subcomissões em que a CDI se desdobrava, havia sempre dois representantes da classe industrial. Essa comissão norteou-se por uma política protecionista, no intuito de atrair indústrias locais e estrangeiras para setores estratégicos da economia, ao

¹⁰⁷ LEOPOLDI, op. cit., p. 167, nota 65.

oferecer diversos benefícios, tais como, isenção de tarifas de importação de insumos e bens de capital, subsídio cambial, prioridade para remessa de lucros e reserva de mercado. A CDI foi responsável também, pela formulação, em 1952, do que se denominou Plano Geral de Industrialização. Nesse plano, estabeleciam-se áreas prioritárias de investimentos, como por exemplo, a área de produção de energia, principalmente a área de produção de equipamentos para prospecção e refino de petróleo e a de produção de material elétrico pesado, a área de metalurgia, no que diz respeito à produção de ligas metálicas e correspondente processamento em bens de consumo e de produção, a área química, no setor de produção de insumos industriais, adubos, fibras artificiais, matérias plásticas, produtos farmacêuticos, celulose, papel, borracha e produtos alimentícios.¹⁰⁸

Da segunda metade da década de 1930 até o final da década de 1940, desenvolveu-se um amplo debate sobre os problemas e as perspectivas da economia nacional e as transformações estruturais a serem introduzidas no sistema produtivo. Também se debatiam os papéis da iniciativa estatal e da iniciativa privada - nacional e estrangeira - na economia. Duas missões americanas - a Missão Cooke, em 1942, e a Missão Abbink, em 1948, contribuíram para elaboração de um diagnóstico sobre o tímido desenvolvimento da economia nacional.¹⁰⁹

Outro relatório elaborado pelo BNDE indicava a necessidade de investimentos prioritários no reaparelhamento de portos e ferrovias, no aumento da capacidade de armazenamento e na ampliação do potencial elétrico. Inicialmente, o Banco firmou um acordo de cooperação com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal, formando com esta um grupo de estudos, voltado à obtenção e análise de dados macroeconômicos. O órgão se associou também ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, com vistas ao fornecimento periódico de dados sobre a evolução da renda nacional.¹¹⁰

Para Vargas, o desenvolvimento se estruturava sobre três apoios: a empresa pública, a empresa privada nacional e o capital internacional. No período do Estado Novo, procedeu-se a uma reestruturação estatal, sendo criadas a Assessoria Econômica da Presidência da República e a Comissão de Desenvolvimento

¹⁰⁸ LEOPOLDI, op. cit., p. 169-70, nota 65.

¹⁰⁹ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

¹¹⁰ Ibid., p. 149-53.

Industrial – CDI, agências que visavam à formulação de políticas econômicas. O Plano de Reparcelamento Econômico fazia parte da política econômica governamental. Eram criados o Fundo Rodoviário Nacional, com a proposta de ampliar a malha rodoviária brasileira e Plano Nacional do Carvão, destinado a modernizar os processos de extração e beneficiamento desse produto. Além disso, formulava-se uma política de aparelhamento de portos e ferrovias, criava-se o Fundo Nacional de Eletrificação e propunha-se a criação da Eletrobrás, aprovada posteriormente em 1961.¹¹¹

A fim de dinamizar o desenvolvimento regional, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Banco do Nordeste. Foram também criadas diversas autarquias com vistas ao desenvolvimento agrícola, tais como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Comissão Nacional de Política Agrária, o Serviço Social Rural e a Subcomissão de Jeeps e Tratores, destinada a realizar o planejamento da indústria automobilística. Em 1952, seguindo a linha nacionalista, o governo reformulava a lei de remessa de lucros, limitando em 10% o teto para envio ao exterior, dos lucros obtidos por companhias estrangeiras. Em 1953, Vargas estabeleceria uma nova lei destinada a regulamentar a remessa ao exterior, relativa a lucros extraordinários. Tais leis traziam certa inquietação aos setores da economia associados com o capital internacional, e conseqüente insegurança aos investimentos externos.¹¹²

No segundo governo Vargas, criou-se Assessoria Econômica da Presidência da República. Pela primeira vez na história do Brasil, criava-se um órgão permanente de planejamento, com a finalidade de realizar estudos e formular projetos relativos às áreas estratégicas da economia. Um dos trabalhos mais relevantes da Assessoria foi o programa energético, que englobava energia elétrica e petróleo.¹¹³

Em 1951, Vargas enviava ao Congresso, um projeto de lei que propunha a criação da empresa Petróleo Brasileiro S.A., sendo uma empresa de economia mista com controle majoritário do governo. Pelo projeto, a empresa não estabeleceria o

¹¹¹ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

¹¹² Ibid., p. 149-53.

¹¹³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Assessoria Econômica da Presidência da República**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElVoltou/AssessoriaEconomica>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

monopólio estatal, permitindo que até 1/10 de suas ações ficassem sob controle estrangeiro. No entanto, outro projeto, apresentado pelo deputado Eusébio Rocha, já se encontrava em discussão. Esse novo projeto propunha a criação de uma empresa de economia mista, porém, com um rígido monopólio estatal e com a proibição de participação do capital externo.¹¹⁴

“Quando Getúlio Vargas chega à presidência, a questão do petróleo havia assumido tal magnitude na vida política e econômica brasileira que dificilmente poderá ser ignorada. Havia então uma demanda crescente do produto e seus derivados, que fazia com que esse item já ocupasse o primeiro lugar na pauta dos produtos importados. Em 1951, quando começa o segundo governo Vargas, havia em funcionamento três refinarias de grupos nacionais, produzindo anualmente 19 milhões de litros de produtos derivados do petróleo.”¹¹⁵

Em outubro de 1953, Vargas criava a empresa Petróleo Brasileiro S. A – Petrobras, empresa de propriedade e controle do Estado, com participação majoritária da União, e de caráter monopolista. Somente a distribuição do produto escapava do monopólio estatal. À Comissão Nacional do Petróleo caberia a tarefa de orientar e fiscalizar o monopólio da União, bem como de supervisionar o abastecimento nacional do produto. O caráter claramente nacionalista da criação da Petrobras repercutiu negativamente sobre as relações entre o Brasil e os EUA.¹¹⁶

Durante o período compreendido entre 1930 e 1950, pode-se dizer que o sistema partidário criado por Vargas, com sua visível falta de autonomia nas decisões de política econômica, incluindo-se o Congresso, e a ideologia nacionalista vigente determinaram os meios pelos quais os principais atores buscaram sua legitimação no sistema político, propiciando uma justificativa para a preferência por ações políticas que excluíssem os partidos. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza¹¹⁷, o reduzido controle exercido pelos partidos políticos sobre as principais questões de política econômica, dentre outros fatores, fez com que o sistema

¹¹⁴ SILVA, op. cit., p.149-53, nota 78.

¹¹⁵ LEOPOLDI, op. cit., p. 175-7, nota 65.

¹¹⁶ SILVA, loc. cit.

¹¹⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. apud SOLA, op. cit., p. 58-9, nota 49.

partidário brasileiro permanecesse precariamente institucionalizado durante a democracia populista. Os partidos exerciam um escasso controle sobre os recursos governamentais, quando comparado ao exercido pelas burocracias públicas e pelas Forças Armadas. Nesse sentido, os partidos brasileiros mostravam-se incapazes de competir com outros atores, no que se refere à formulação de estratégias econômicas e de políticas públicas para satisfação das necessidades da sociedade.¹¹⁸

Fernando Henrique Cardoso¹¹⁹ apresenta um panorama da ação planejadora nos anos 1950. O autor considera que os primórdios da prática de planejamento se encontram no governo de Gaspar Dutra (1945 a 1950) e no segundo governo de Vargas (1951 a 1954). Enfatiza que o plano resultou de um “diagnóstico de carências”, elaborado por técnicos do governo, e orientados por “valores de fortalecimento nacional”. Entretanto, contrapõe a essa prática, o “quadro de apatia da sociedade civil” e da classe política diante desse instrumento de inovação tecnológica de gestão. O planejamento ainda se mostrava incipiente nessa fase, tendo em vista guiar-se pelas expectativas e pressões do sistema político tradicional, caracterizado ainda pela prática do clientelismo. Além disso, nem o pessoal técnico nem a classe política possuíam informações adequadas na esfera econômica, que pudessem nortear a conduta decisória - “modernização e rotina coexistem desconhecendo-se”.

Cardoso observa que os níveis mais altos de decisão governamental mostravam-se, à ocasião, mais permeáveis a inovações técnicas individuais, em face da inexistência de estruturas intermediárias de participação política, dotadas de capacidade de interferência junto ao Estado. Eventualmente, tais inovações, partindo de indivíduos, poderiam chegar a altas esferas de governo sem esbarrar com grupos organizados de resistência.

“Num sistema desse tipo, a grande alavanca com que tanto as classes dominantes como a administração incrustada no sistema de poder contam para defender seus interesses tradicionais é precisamente o colchão de

¹¹⁸ SOLA, op. cit., p. 58-9, nota 49.

¹¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: MINDLIN, Betty. (org.). **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 173-4.

algodão da não-comunicação entre as diferentes organizações do estado e destas com a sociedade.”¹²⁰

Assim sendo, a cristalização de alguns núcleos sociais, em que vigorava o reconhecimento da necessidade do planejamento enquanto instrumento de gestão, apresenta grande importância estratégica, considerando-se a ausência de estruturas intermediárias de comunicação entre o Estado e as classes. Verificava-se também, uma conseqüente criação e difusão de círculos de interessados.

“Neste sentido, a valorização do Plano Trienal, a quase mística da SUDENE, o próprio Plano de Ação e a enorme tarefa de difusão das técnicas de planejamento e da necessidade de planejar através dos cursos da CEPAL e do ILPES, foram criando os já referidos círculos de interessados de planejamento, que penetraram amiúde pelo mesmo processo de cooptação e contaminação da cúpula administrativa, nos órgãos estaduais, regionais e nacionais de decisão econômica, de ação econômica direta e de administração, formando o que Hirschman chamou de ‘ilhas de racionalidade’.”¹²¹

Cardoso ressalta a importância da formação de “inumeráveis grupos de ação e planejamento, que começaram a existir desde o governo Vargas, mas que se generalizaram a partir do governo Juscelino Kubitschek”, com a conseqüente criação de um segundo escalão de planejadores. Isso elevou os planos de ação governamentais da categoria de simples diagnósticos, para uma mais alta categoria “em que o planejamento passou a ser visto como um processo social.” Tais grupos formavam, portanto, “ilhas de racionalidade”, que se situavam entre “os interesses do clientelismo político e a inércia burocrática”.¹²²

3.2 O planejamento urbano no Brasil

A partir da década de 1930, na medida em que se intensificava o processo de industrialização, as cidades assumiam gradativamente novas funções, modificando

¹²⁰ CARDOSO, op. cit., p. 174, nota 119.

¹²¹ Ibid., p. 178.

¹²² Ibid.

seu padrão espacial. Antes, sedes do comércio e da burguesia dos estados, as cidades passariam a ser também sedes da produção industrial. O núcleo central da produção se deslocava do campo para as cidades, provocando uma acelerada urbanização em curto período de tempo.¹²³

O geógrafo Milton Santos tece importantes comentários sobre a prevalência dos processos econômicos sobre o processo de urbanização. Segundo o autor, após as décadas de 1940 e 1950, “os nexos econômicos ganham enorme relevo, e se impõem às dinâmicas urbanas na totalidade do território.”¹²⁴ Nessa fase, prevalecia a “lógica da industrialização”, sendo o termo utilizado em seu sentido *lato*, ou seja, enquanto “processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipar o território para torná-lo integrado”. Dentro desse mesmo processo, a expansão do consumo, em suas diversas formas, impulsionava as relações de mercado, incrementando o processo de urbanização. A nova base econômica se expandia ao nível regional, até chegar ao nível nacional.¹²⁵ Segundo Santos,

“O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização.”¹²⁶

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciava-se um processo de alocação de recursos públicos em infraestrutura de transportes, tais como ligação entre estradas de ferro já construídas e construção de novas rodovias, o que propiciava a integração do território, na medida em que conectava as diferentes regiões brasileiras. Além disso, os novos sistemas tecnológicos na área da Engenharia ofereciam as condições necessárias à substituição das importações, trazendo como consequência o surgimento de novas relações sociais, criadas com base em novos padrões de

¹²³ CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **História da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-ES, 2005. p. 33.

¹²⁴ SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 24.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 27.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 31.

consumo. Esse período de “decolagem” iria perdurar até o final da década de 1960.¹²⁷

O autor busca explicar o funcionamento da dinâmica do processo de urbanização da seguinte maneira: as obras promovidas pelo poder público estimulavam novos empreendimentos, os quais incentivavam a movimentação da mão-de-obra do meio rural para o meio urbano. Dando seguimento ao processo, estabelecimentos comerciais se implantavam espontaneamente na cidade, promovendo seu *status* social; a abertura de vias e rodovias favorecia o setor de construção civil e de fornecimento de serviços de energia elétrica, redes de distribuição de água e coleta de esgoto sanitário, os quais, por sua vez, propiciavam a instalação de indústrias.¹²⁸

No que concerne à tomada de decisões em prol do desenvolvimento urbano¹²⁹, os países periféricos vêm, com freqüência, apropriando-se de soluções urbanísticas elaboradas nos países desenvolvidos. Isso se dá na medida em que a força capitalista avança na área econômica desses países. O autor recapitula a origem do desenvolvimento capitalista no Brasil, quando do período de substituição de importações, a partir da década de 1930. Esse desenvolvimento criou diversos problemas urbanos, tais como concentração populacional e industrial.

Francisco de Oliveira tece importante comentário sobre o processo de crescimento urbano no Brasil, traçando um paralelo com o processo de industrialização:

“As cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do produto, e, nesse sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas do produto, tanto maior a taxa de urbanização. Portanto, em primeiro lugar, o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total. Sem embargo, apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor Secundário como um todo não seria

¹²⁷ SANTOS, op. cit., p. 36, nota 124.

¹²⁸ Ibid., p. 99.

¹²⁹ Entende-se por “desenvolvimento urbano” a elevação do padrão de vida da população urbana, decorrente de mudanças socioculturais positivas para a maioria dos cidadãos. Reside no objetivo principal da elaboração de um planejamento urbano integrado. Cf.: FERRARI, op. cit., p. 114, nota 53.

o responsável pelos altíssimos incrementos da urbanização no Brasil. Esse fato levou uma boa parcela dos sociólogos, no Brasil e na América Latina, a falar de uma urbanização sem industrialização e do seu xifópago, uma urbanização com marginalização. Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades.”¹³⁰

Cabe examinar o caso das cidades em que o planejamento de seu núcleo urbano vinculava-se a políticas governamentais de importância estratégica, em consequência do esforço voltado ao processo de industrialização, que se iniciava nos anos 1930. À ocasião, o urbanismo relacionava-se estreitamente à formação da cidade industrial, seguindo as correntes de pensamento surgidas em países desenvolvidos, ao principiar do século XX. Essas novas idéias passavam a exercer significativa influência sobre o pensamento de arquitetos e engenheiros brasileiros, o que justificava a incorporação de “conceitos modernos de racionalidade espacial” nos novos projetos urbanísticos. Tais projetos caracterizavam-se pela “hierarquização de espaços habitacionais, cinturões verdes de proteção ambiental, zoneamento”.¹³¹

“Nesses casos, sendo o planejamento urbano encarado como um projeto acabado, ou seja, como uma obra a ser construída e edificada em sua totalidade, o “dono” da cidade tomava a si a função de implementação, sendo os recursos mobilizados para a implantação desse “urbanismo de luxo” conseguidos com facilidade proporcional à dimensão político-econômica do projeto em questão. Nas cidades de apoio à atividade mono-

¹³⁰ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 58-9.

¹³¹ MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de. COSTA, Geraldo Magela. (Orgs.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 34-5.

industrial, as próprias empresas se encarregavam da construção.”¹³²

Esses casos traziam à tona as teorias ou correntes de pensamento que delegavam ao Estado a condução da resolução da problemática urbana, que como tal, decorria das “grandes questões político-econômicas nacionais”.¹³³ O urbanismo foi também aplicado no atendimento às “novas exigências sócio-urbanas”. Como resultante, nas periferias das cidades foram construídas vilas operárias e áreas industriais para a classe trabalhadora. Para as classes altas, também na periferia, surgiram bairros-jardim, acompanhados por investimentos em infra-estrutura de transporte urbano e equipamentos recreativos. A partir dessas propostas urbanísticas iniciais, desde o modelo “tabuleiro de xadrez” até as cidades-jardim e os núcleos industriais modernos, “o modelo progressista/racionalista se impôs como a principal influência no movimento urbanístico brasileiro, tendo seu coroamento com a construção de Brasília.”¹³⁴

Esta corrente de pensamento, apoiada no conceito chave do modernismo, ou “l’*esprit nouveau*” da era industrial, concentra o interesse dos urbanistas na técnica moderna e na estética, redefinida face aos novos conceitos. A cidade industrial é considerada anacrônica e defasada, devendo assim, passar por transformações estruturais fundamentais, de forma a se coadunar com a eficácia exigida pela sociedade moderna. O urbanista da escola racionalista/progressista está bem mais preocupado em representar uma visão arquitetural da cidade grande contemporânea, do que em fazer a análise mais aprofundada de seu complexo organismo.”¹³⁵

Nesse sentido “o urbanismo passa a ser a busca de uma lógica racional-arquitetônica em contraposição às estruturas urbanas espontâneas ou naturais”. Em busca de maior eficácia e riqueza, a cidade gerava a especialização de funções na

¹³² MONTE-MÓR, op. cit., p.34-5, nota 131.

¹³³ CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidade: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979, apud: MONTE MÓR, op. cit., p. 33-4, nota 131.

¹³⁴ MONTE MÓR, loc. cit., p. 35.

¹³⁵ Ibid.

distribuição do uso do espaço urbano. A maioria das propostas de intervenção nas grandes cidades geralmente não considerava o capital social básico existente, transformando radicalmente a estrutura urbana e, quase sempre, destruindo o espaço urbano existente.¹³⁶

“Desagregando o conceito clássico de cidade-aglomeração, através da fragmentação e especialização funcional de porções do espaço, e impondo uma predefinição integral de uma nova ordem específica e rígida, definida a partir de uma exaustiva análise funcional, o urbanismo progressista impõe autoritariamente um espaço urbano acabado que visa permitir um rendimento máximo no desempenho das funções urbanas.”¹³⁷

Vera Lúcia Rezende comenta sobre as propostas urbanísticas do engenheiro Sabóia Ribeiro para a cidade do Rio de Janeiro e suas concepções sobre planejamento regional. Segundo a autora, na década de 1950, Sabóia Ribeiro já falava em “juntas de planificação”, citando em seus artigos, textos das universidades de Harvard, MIT, Cornell, Colúmbia e da Fundação Rockefeller, que trabalhavam com essas questões. Ressalta, entretanto, que tais idéias não eram bem aceitas no Brasil.¹³⁸

O que se observava no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, era uma prática de planejamento urbano voltada apenas aos aspectos físico-territoriais¹³⁹. Em verdade, mesmo atualmente, ainda não é comum nos municípios brasileiros o estabelecimento de medidas em prol da elaboração de um planejamento efetivamente integrado¹⁴⁰.

¹³⁶ MONTE-MÓR, op. cit., p. 35-7, nota 131.

¹³⁷ Ibid., p. 37.

¹³⁸ REZENDE, Vera Lúcia. Ecos do modernismo: a Guanabara e o plano Doxiadis. In: **Novas memórias do urbanismo carioca**. FREIRE, Américo. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 85-6.

¹³⁹ Entende-se por “planejamento físico-territorial” o planejamento setorial que objetiva ordenar espacialmente determinada área sob planejamento ou, mais especificamente, que visa à regulamentação dos usos, da ocupação do solo e do traçado das vias. Cf.: FERRARI, op. cit., p. 277, nota 53.

¹⁴⁰ Entende-se por “planejamento integrado” o método de aplicação contínua e permanente, cujo principal objetivo é solucionar de forma racional, os problemas que atingem determinada sociedade, em espaço e época delimitados. Atua por meio da realização de uma previsão ordenada das mudanças desejadas, em que se consideram não somente os aspectos físico-territoriais, mas também os aspectos sociais, econômicos, e administrativos da realidade social. As mudanças

4. Capítulo III: A gestão governamental de Santos Neves no período 1951 a 1955

4.1 Breve histórico: os governos de estado - de 1930 a 1950

Durante a primeira República, a direção política do estado esteve sob o comando dos grupos ligados à atividade agromercantil exportadora. Dessa forma, as políticas de desenvolvimento socioeconômico seriam direcionadas ao atendimento das demandas desses grupos. Não obstante a preocupação com a necessidade da diversificação econômica, raras medidas realmente efetivas foram implementadas. Os suportes econômicos fundamentais à economia agromercantil exportadora foram priorizados por meio de investimentos. Nesse sentido, houve uma preocupação em priorizar investimentos em infraestrutura de transportes, construindo-se estradas e pontes que facilitassem o escoamento da produção cafeeira. Também foram efetuadas melhorias no aparelhamento do cais comercial de Vitória. Em uma iniciativa com resultados não muito significativos para a diversificação, foram introduzidas novas culturas agrícolas. No entanto, as políticas sociais não estiveram elencadas como prioridade do gasto público, sendo deixadas em segundo plano.¹⁴¹

Quando eclodiu o movimento revolucionário de 1930, Aristeu Borges de Aguiar encontrava-se no comando do governo do estado. Sua orientação política era claramente situacionista e contrária à revolução, tendo apoiado a candidatura do paulista Júlio Prestes, em solidariedade com o presidente Washington Luís. A proximidade geográfica com o estado de Minas Gerais, centro de comando do movimento revolucionário, tornava difícil a posição política tomada por Borges de Aguiar. Sem apoio militar federal, o governo via-se impossibilitado de organizar a contento a defesa da capital, Vitória, que era então ameaçada pelas colunas do coronel Otávio Campos do Amaral, chefe das forças revolucionárias que operavam no estado. Diante do impasse, Borges de Aguiar não teve alternativa, senão abandonar o cargo, seguindo viagem para o Rio de Janeiro. A partir de então,

propostas vinculam-se aos objetivos e diretrizes dos planos específicos dos vários escalões governamentais. Cf.: FERRARI, op. cit., p. 277-8, nota 53.

¹⁴¹ ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo**: estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/UFES, 1995. p. 106-8.

assumiria o governo do executivo estadual, a Junta Governativa constituída por João Manuel de Carvalho, pelo capitão João Punaro Bley e por Afonso Correia Lírio.¹⁴²

Entretanto, as lideranças oposicionistas estaduais não chegavam a um consenso sobre quem assumiria o cargo de interventor do estado. A indicação ao cargo acabou sendo realizada diretamente por Vargas, que designou um integrante do grupo dos militares revolucionários tenentistas, o capitão João Punaro Bley, que governaria o estado por doze anos. O primeiro período de interventoria do governo provisório durou de 1930 a 1935. No início da crise de 1929, haviam sido reduzidas à metade as receitas provenientes do comércio do café, com visível abalo da economia estadual. Uma das prioridades da gestão de Punaro Bley era o saneamento das finanças públicas, cuja situação negativa decorria dos empréstimos bancários contraídos pelo governo anterior. Para tanto, procurou reduzir ao máximo os gastos públicos e racionalizou as atividades administrativas. Apesar da crise, a exportação de café gradativamente foi se recuperando, o que permitiu ao governo saldar suas dívidas.¹⁴³

Outra prioridade importante de governo foi o atendimento de demandas sociais, nas áreas de saúde, educação e assistência social. No setor educacional, o governo buscou melhorar a qualidade do ensino primário e secundário, criando também escolas normais e cursos noturnos de educação popular. Além disso, novas unidades escolares foram construídas e as faculdades particulares de Direito, Farmácia e Odontologia entraram em funcionamento. Observa-se que a gestão do estado acabou por se distanciar das oligarquias regionais, seguindo as diretrizes do governo central. Ainda que o estado não apresentasse grupos políticos identificados com os interesses industrializantes, suas políticas sociais vieram a melhorar a qualidade de vida da população, propiciando indiretamente as condições básicas para o estabelecimento da industrialização.¹⁴⁴

“A administração Bley, se por um lado não rompeu as estruturas patrimoniais do pacto coronelístico preexistente, por outro, colocou em xeque o sistema

¹⁴² OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 450-1.

¹⁴³ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 115-8, nota 141.

¹⁴⁴ Ibid., p. 119-21.

homogêneo e vertical da articulação de interesses entre os grupos dominantes e dominados que prevalecia antes de trinta. Nesse sentido, as ações modernizantes introduzidas tanto na estrutura socioeconômica (Escola Prática de Agricultura, Instituto de Crédito Agrícola, aparelhamento portuário, infra-estrutura sanitária-hospitalar, preventórios, patronatos, asilos) como na política (centralização do poder e modernização administrativa) e ideológica (ampliação do número de escolas, atualização do sistema de ensino) produziram, lentamente, rachaduras que, no limite, permitiram a um maior número de forças sociais se expressarem politicamente.”¹⁴⁵

Em 1935, ao final do governo provisório de Vargas, os embates travados pelos grupos políticos estaduais, uma vez mais, não conseguiriam chegar a um consenso sobre a escolha do sucessor de Bley. A escolha, que recairia novamente sobre Bley, seria efetuada diretamente pelo presidente. Sua eleição seria realizada por voto indireto via Assembléia Legislativa. Após o golpe do Estado Novo, Punaro Bley exerceria o cargo de interventor, permanecendo no governo até 1943¹⁴⁶. Suas ações de governo buscaram dar continuidade àquelas iniciadas no período anterior, realizando obras importantes nos setores de saúde e educação. Essas ações seguiam as diretrizes do governo federal. Também foram realizados investimentos no setor agrícola.¹⁴⁷

A política econômica primou por medidas de fomento à produção agrícola. Máquinas e implementos agrícolas foram adquiridos. A pecuária foi incentivada, bem como a cultura de produtos diversos, como cacau, feijão, milho e mandioca, buscando a diversificação econômica. As obras de aparelhamento do porto de Vitória tiveram também continuidade. Observa-se, nesse período, uma gradativa perda de poder

¹⁴⁵ GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do Estado e direito do cidadão**: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930 – 1945). 162 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. p. 65-6.

¹⁴⁶ De 1943 a 1945, Jones dos Santos Neves assumiria a interventoria do estado.

¹⁴⁷ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 122-3, nota 141.

dos grupos oligárquicos regionais quanto à tomada de decisão sobre as diretrizes políticas do estado.¹⁴⁸

“Com efeito, uma análise mais cuidadosa da política econômica do Governo Bley revela a preocupação, sempre presente, com a diversificação da base econômica. Contudo, tal objetivo está concebido dentro da mesma linha de desenvolvimento que, tradicionalmente, seus antecessores vinham realizando; isto é, a diversificação agrícola, sob os mesmos moldes da pequena propriedade privada, onde a via da industrialização nem sequer é cogitada.”¹⁴⁹

Em 1945, Carlos Lindemberg assumiria o governo estadual. A estrutura administrativa do poder Executivo era bastante simples, contando com apenas cinco Secretarias. A Secretaria de Governo tinha a função de articular politicamente as demais secretarias, os órgãos autônomos e as prefeituras municipais. As funções de comunicação social, controle estatístico e assessoria jurídica também faziam parte de suas atribuições. A Secretaria do Interior e Justiça cuidava da segurança pública e da imprensa oficial. A Secretaria da Fazenda era a de maior destaque, sendo responsável pela formulação da política econômica e social de governo. Era também sua, a função de planejamento, tarefa ainda embrionária nas gestões de governo, sendo também responsável pela coordenação e controle da gestão orçamentária. Controlava também a administração geral. A Secretaria de Educação e Cultura tratava dos assuntos de política educacional e a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, a segunda em ordem de importância, responsabilizava-se pela execução da política de fomento agrícola, e pelo ensino e assistência agropecuária, além de realizar as obras governamentais. As Secretarias de Fazenda e de Agricultura, Viação e Obras Públicas absorviam o maior volume de recursos estaduais - cerca de 60% do total.¹⁵⁰

“Não havia, no caso do Espírito Santo, uma dinâmica local que possibilitasse a expansão capitalista. Ao contrário, as condições intrínsecas da economia capixaba

¹⁴⁸ ZORZAL E SILVA, op. cit., 124-5, nota 141.

¹⁴⁹ Ibid., p. 127.

¹⁵⁰ Ibid., p. 216.

e suas relações de produção no setor primário, impediam que o Estado pudesse desempenhar um papel de destaque na nova conjuntura em que começava a se ater a economia do País. Destarte, o café continuou sendo a mola-mestra da produção capixaba. A partir daí, conforme explanado, até os anos de 1950, o Espírito Santo só seria batido pelos Estados de Minas Gerais e de São Paulo na produção de café, posição em que permaneceu até a entrada do Paraná, com a grande expansão da sua cafeicultura, performance que foi acompanhada pelo Porto de Vitória, posicionando-se este também em terceiro lugar entre os portos nacionais.”¹⁵¹

A meta principal do governo Lindemberg era a política de redução dos gastos públicos correntes, especialmente o gasto com pessoal, que perfazia mais da metade da arrecadação do estado. Com vistas a manter o equilíbrio orçamentário dotou o aparelho arrecadador de mecanismos que assegurassem a máxima eficiência. Além disso, Lindemberg primaria por uma orientação no sentido de desenvolver o setor rural. Em um estímulo nitidamente protecionista ao setor agropecuário, negava-se a majorar as taxas e impostos que incidissem sobre a atividade agropecuária ou em sua produção. Investiu também na construção de estradas, a fim de melhorar o escoamento da produção agrícola. O alinhamento das diretrizes econômicas de sua política de governo com os interesses dos grupos agrofundiários, decorreria de seus próprios laços familiares rurais.¹⁵²

A diversificação econômica encontrava-se também na agenda governamental de Lindemberg. Havia, portanto, a preocupação em livrar o café do ônus excessivo como suporte às finanças do estado. O investimento em obras públicas contemplou a construção e reforma de estradas e pontes no interior do estado, com vistas ao escoamento da produção cafeeira rumo ao porto. Foram construídas unidades escolares na área rural, atendendo às populações ligadas às oligarquias rurais, que proporcionavam a base de sustentação política a Lindemberg. Com vistas a

¹⁵¹ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 378.

¹⁵² ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 220-4, nota 141.

dinamizar a industrialização, deixou encaminhados estudos para a construção da usina hidroelétrica Jucu 2.¹⁵³

“O governo Lindemberg, iniciado em 1947, representou um momento favorável ao investimento em obras públicas, além de promover importantes estudos para implantação de novas usinas hidrelétricas, base para qualquer projeto industrial de então, seu governo deu mostras de incentivar um processo de industrialização, mas que deveria caminhar em paralelo com a agricultura.”¹⁵⁴

Ainda que o empreendimento não tenha se concretizado, algumas alternativas foram articuladas com vistas à sua realização. Os investimentos em energia elétrica eram imprescindíveis para alavancar o processo de industrialização no estado. Entretanto, essa questão representou um grave obstáculo por um longo período da história estadual.¹⁵⁵

“Apesar de se poderem visualizar, em sua política econômica, embrionárias medidas no sentido de se favorecer a emergência de um setor industrial no Espírito Santo, estas não se constituíram no conteúdo básico de sua política de desenvolvimento. Refletiu a estratégia de possibilitar o surgimento do setor de forma moderada e gradual, para permitir, assim, a diversificação econômica do estado, que padecia dos efeitos da monocultura cafeeira. Porém, a industrialização não é sua meta prioritária. Não da mesma forma como o era para Jones dos Santos Neves. Para Carlos Lindemberg ela deveria caminhar ao lado do desenvolvimento agrícola, portanto, não deveria provocar grandes rupturas no processo de transformação em curso.”¹⁵⁶

¹⁵³ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 225, nota 141.

¹⁵⁴ BITTENCOURT, op. cit., p. 378, nota 151.

¹⁵⁵ ZORZAL E SILVA, loc. cit.

¹⁵⁶ Ibid., p. 233.

As diretrizes governamentais de Lindemberg primavam pelos interesses dos grupos conservadores, dos quais era representante, refletindo também o posicionamento tomado pelo governo de Gaspar Dutra, no plano nacional¹⁵⁷. A industrialização acelerada ainda não constava das agendas de ambos os governos.¹⁵⁸

4.2 O governo Jones dos Santos Neves e a modernização emergente

Em 1951, Jones dos Santos Neves, que mantinha laços de amizade com Vargas, venceria as eleições estaduais, assumindo o governo após ter sido interventor pelo breve período compreendido entre 1943 e 1945. À ocasião, Vargas era eleito presidente da República, retornando ao plano nacional com um projeto de industrialização acelerada para o país, conforme comentado no primeiro capítulo deste trabalho. Santos Neves obtinha, dessa forma, o respaldo político para a implementação das novas diretrizes econômicas para o estado, as quais seguiam a cartilha do projeto nacional de desenvolvimento.¹⁵⁹

O governador, mesmo ciente do estágio econômico ainda primário-exportador em que se encontrava o Espírito Santo, buscou criar no estado, por meio de suas ações de governo, as bases para o desenvolvimento industrial, seguindo as diretrizes nacionais para o projeto de desenvolvimento acelerado do país. De fato, a idéia industrializante tinha origem nos idos de 1930, tendo sido desenvolvidas a partir da ruptura propiciadas pela Revolução. Naquela ocasião, as “matrizes do pensamento social brasileiro” eram gestadas, sendo uma das principais, a questão concernente à vocação agrária do país versus a possibilidade de industrialização.¹⁶⁰

A política econômica do governo Santos Neves direcionou-se à criação, na capital, de uma infra-estrutura voltada ao desenvolvimento industrial, não obstante a força política estadual dominante ser constituída majoritariamente pelas classes agrofundiárias presentes no interior rural do estado.¹⁶¹

¹⁵⁷ Dutra seguia o modelo liberal, condenando a intervenção estatal na economia. A liberdade dos mercados e a livre importação de bens eram vistas como solução para o desenvolvimento do país e para o fim da inflação verificada anteriormente. Retomava-se a ideia, anterior à década de 1930, de que o Brasil seria um país de vocação agrícola.

¹⁵⁸ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 233, nota 141.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ IANNI, op. cit., p. 29, nota 14.

¹⁶¹ ZORZAL E SILVA, loc. cit., p. 276-7.

“Na década de 1950, quando Jones dos Santos Neves assumiu o governo do Espírito Santo em substituição a Lindemberg, o País parecia haver esgotado a fase mercantil, aspirando a transição para uma economia industrial. Santos Neves, imbuído do pensamento ‘desenvolvimentista’ desenvolvido pelo Presidente Getúlio Vargas, assim que tomou posse, lançou, conforme vimos, o ‘Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo’, fundamentado em obras infra-estruturais para implementação do Porto de Vitória, ampliação da produção de energia elétrica, abertura de rodovias para escoamento da produção agrícola, que deveria ser fomentada.¹⁶²

Santos Neves atendeu às demandas das classes rurais, procurando, tão somente, garantir a necessária manutenção da base econômica estadual, ainda centrada na produção cafeeira, enquanto não se efetivasse o almejado desenvolvimento industrial. Nesse sentido, o planejamento de governo serviria não apenas como instrumento de gestão, mas também como uma justificativa técnica, diante das forças políticas rurais, para a implantação das medidas sócio-econômicas desenvolvimentistas.¹⁶³ Seguiu, portanto, o modelo de gestão estatal varguista, conforme já comentado no primeiro capítulo deste trabalho, procurando centralizar o poder decisório, e buscando também favorecer, em certa medida, os interesses dos diferentes grupos oligárquicos – comercial exportador e agrário.

As ações realizadas por Santos Neves à frente do governo no período em estudo, não resultaram imediatamente no desenvolvimento econômico do estado. As transformações rumo ao capitalismo industrial seriam implementadas em ritmo lento ao longo das duas décadas seguintes, em função da defasagem econômica do Espírito Santo, diante dos demais estados da região Sudeste. Segundo Freitas, todo o período do governo Neves foi “marcado por intenções arrojadas e derivadas de um

¹⁶² BITTENCOURT, op. cit., p. 378, nota 151.

¹⁶³ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 262, nota 141.

entusiasmo e vigor desenvolvimentista transmitido e explicitado pela própria retórica de seus relatórios e mensagens”.¹⁶⁴

O próprio governador, no Relatório de Governo de 1953 encaminhado à Assembléia Legislativa, ao tecer comentários ao Plano de Valorização Econômica e às realizações de seu governo, reconhecia a difícil tarefa a que se propunha:

“Preferimos, portanto, o caminho mais áspero, que, privando-nos embora da justa recompensa de assistir à conclusão total das obras nos limites do quadriênio, nos confere, contudo, as alegrias de haver, modestamente, contribuído para o bem estar e a tranqüilidade das gerações futuras.

Um programa assim, talhado para repercutir vivamente na economia estadual, operando verdadeira metamorfose em sua fisionomia, não se improvisa em poucos anos, nem se concretiza de repente como um passe de mágica. É uma tarefa de Hércules, que demanda pertinácia e vagar.”¹⁶⁵

O modelo de desenvolvimento adotado por Santos Neves foi o marco inicial no processo de inserção do Espírito Santo no capitalismo industrial, tendo seu governo lançado as diretrizes para o desenvolvimento estadual, que se iniciou efetivamente nos anos 1970.¹⁶⁶ Gabriel Bittencourt comenta a respeito do estilo de governo de Santos Neves:

“Do ponto de vista político e dos governantes empreendedores desse período, nunca é demais lembrar que Jones dos Santos Neves era um homem moderno, mas apenas do ponto de vista da condução de um projeto econômico; não do ponto de vista ideológico, tampouco

¹⁶⁴ FREITAS, José Francisco Bernardino. **Os relatórios e mensagens de governo e as intervenções urbanísticas em Vitória – 1930 – 1955: uma história oficial**. [S.l.:s.n., 199-?]. p. 14. Artigo originado do banco documental referente à pesquisa intitulada “Os relatórios e mensagens de governo e os planos e projetos urbanísticos para Vitória 1900 – 1965”, realizada pelo Núcleo de Arquitetura e Urbanismo (NAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

¹⁶⁵ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Estadual em 1953 [por] Jones dos Santos Neves, governador do Estado do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1953. p. 7-8.

¹⁶⁶ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 276-7, nota 141.

do ponto de vista das suas relações com a sociedade. Sobre esse aspecto era um homem marcadamente autoritário, como era Carlos Lindemberg. Aliás, como era toda a política a ele contemporânea.”¹⁶⁷

Concordamos com Bittencourt em relação à visão modernizante de Santos Neves. De fato, as diretrizes de seu governo se diferenciavam amplamente das diretrizes de governo de seus predecessores, Punaro Bley e Carlos Lindemberg, bem como de seu sucessor imediato, Lacerda de Aguiar. Em relação à condução político-partidária, certamente, Santos Neves apresentava um perfil bem mais próximo do de um técnico racional, do que de um político habilidoso para realizar coalizões e transitar com firmeza no âmbito do sistema político estadual. A maneira como Santos Neves se relacionava com a sociedade era perfeitamente coerente com a época em que vivia e com o estilo do governo centralizador varguista, segundo o qual se espelhava seu próprio governo.

Não obstante, cabe examinar até que ponto representou o governo de Santos Neves uma abertura à modernização. Para tanto, faz-se necessário melhor definir o que seja modernização em termos de gestão governamental. Sergio Paulo Rouanet baseia-se em Max Weber para discorrer sobre o conceito de modernização. O autor observa que, para Weber, modernização significa principalmente o aumento de eficácia e autonomia. Nas palavras do autor:

“Esse conceito de modernização é o que prevalece na literatura especializada e nas políticas de desenvolvimento econômico e social. Modernização significa melhorar a eficácia do sistema tributário, educacional, de saúde, de transportes, de alimentação. Modernizar é melhorar a eficiência da administração pública, das instituições políticas, dos partidos. É um conceito funcional de modernização, no sentido literal: numa sociedade moderna as instituições *funcionam* melhor que em sociedades tradicionais.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ BITTENCOURT, op. cit., p. 384, nota 151.

¹⁶⁸ ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 121-2.

Analisando-se a gestão governamental de Santos Neves sob a ótica desse autor, pode-se entendê-la como moderna, da mesma forma como pode ser considerada também moderna a gestão de Getúlio Vargas, haja vista o contexto histórico de um Brasil que tão somente iniciava sua fase industrial. O governo Santos Neves primava pela eficácia, apresentando estreita dependência do poder central. Esses aspectos centralizadores poderiam nos impedir de caracterizar sua gestão como moderna, no sentido específico desse conceito, não fossem os investimentos despendidos na construção de escolas e estabelecimentos de saúde, a reestruturação mais complexa do aparelho de Estado, com o desmembramento de Secretarias e a indicação de técnicos de nível superior para sua direção, ações essas que evidenciavam o empenho do governador em buscar uma modernização e uma autonomia, ainda que incipientes.

Outro ponto importante e digno de menção foi o fato de que, durante seu governo, Santos Neves não buscou reforçar os laços de solidariedade política com os coronéis do interior do estado. Pelo contrário, os interesses clientelistas seriam enfraquecidos, haja vista a centralização estabelecida na política educacional. Por essas ações, Santos Neves pagaria um alto preço político. Sem o apoio das oligarquias rurais, este não elegeria um sucessor que sustentasse as diretrizes industrializantes priorizadas em seu governo.¹⁶⁹

Comentou-se anteriormente que, não obstante a centralização verificada em todo o período de governo varguista, as elites locais continuaram fortes detentoras de poder. À ocasião da sucessão de Santos Neves, Francisco Lacerda de Aguiar surgia no cenário político. A imagem de homem bom, simples, grande coronel e pai protetor tornava-o o candidato ideal do populismo¹⁷⁰. Lacerda de Aguiar, além de representante dos grupos dominantes do interior, também se identificava com as classes populares urbanas.¹⁷¹ Apesar de populista, buscava imprimir uma orientação ruralista às suas ações, apoiando os interesses expressos pelas oligarquias mercantis exportadoras e pelos grupos rurais. Era importante que a produção cafeeira tivesse continuidade nos moldes da pequena propriedade privada. Na

¹⁶⁹ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 286, nota 141.

¹⁷⁰ Por “populismo” entende-se a estratégia de *power-building*, por meio da qual setores da elite política procuraram responder, através do Estado, ao problema, incontornável, da incorporação das massas urbanas ao sistema político. Cf.: SOLA, op. cit., p. 19, nota 49.

¹⁷¹ ZORZAL E SILVA, loc. cit., p. 287-8.

medida em que se conseguia produzir com menor custo, garantiam-se maiores ganhos na intermediação comercial e na exportação do café. A política socioeconômica implementada por Lacerda de Aguiar resultou na melhoria e ampliação desse sistema produtivo.¹⁷²

Por outro lado, Eurico de Aguiar Sales, candidato adversário de Lacerda de Aguiar, propunha manter as diretrizes governamentais de Santos Neves, dando continuidade ao Plano de Valorização Econômica, dedicando-se principalmente aos setores de energia elétrica e fomento à produção industrial. Entretanto, o pleito seria vencido por Lacerda de Aguiar, cujo governo orientar-se-ia para o atendimento às populações rurais. O governo de Aguiar, apesar da orientação ruralista que o aproximava do governo de Lindemberg, não iria voltar-se para a manutenção do equilíbrio orçamentário, tampouco para a criação de infraestrutura rodoviária, geração de energia e construção de escolas rurais, como o fizera Lindemberg. Suas diretrizes governamentais se pautariam pela melhoria das técnicas agrícolas, com o fornecimento de máquinas, equipamentos e implementos, estímulo à agroindústria de laticínios e ocupação territorial do estado, por meio do melhoramento do acesso à região noroeste.¹⁷³

A administração Lacerda de Aguiar sofreu com as limitações provenientes da escassez de recursos financeiros originadas, dentre outros fatores, pela crise com que se deparava a economia cafeeira. Além disso, verificou-se um distanciamento das relações entre o governo do estado e o governo federal. As diretrizes industrializantes da política econômica de Juscelino Kubitschek, empossado na presidência da República em 1956, distinguiam-se bastante da orientação agrícola de Lacerda de Aguiar.¹⁷⁴

Essa administração caracterizou-se pela retração no ritmo de desenvolvimento que vinha sendo implementado por Santos Neves, com vistas a criar as bases para a industrialização no estado. De maneira diversa, Lacerda de Aguiar voltaria seus esforços para a agropecuária. Ainda que a industrialização estivesse presente em sua agenda, essa não era a prioridade de seu governo. Para Lacerda de Aguiar, a industrialização seria uma atividade complementar à agricultura, não uma alternativa

¹⁷² ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 291, nota 141.

¹⁷³ Ibid., p. 307.

¹⁷⁴ Ibid., p. 308-9.

para o avanço econômico do estado. Em razão disso, favorecia a pequena e média agroindústria rural.¹⁷⁵

Lacerda de Aguiar manteve os órgãos de fomento ao desenvolvimento criados por Santos Neves, diminuindo, entretanto, o ritmo de investimentos previstos no Plano de Valorização Econômica. A tendência centralizadora e intervencionista de governo pela via do planejamento foi descontinuada. Os investimentos econômicos foram destinados prioritariamente ao interior do estado, sendo a construção de estradas vicinais e pontes, os investimentos que consumiriam a maior parte dos recursos do estado.¹⁷⁶ A política de desenvolvimento socioeconômico realizada pelo governo do estado era oposta à política do plano de metas federal. Enquanto o governo Lacerda de Aguiar priorizava a agricultura, a industrialização era o carro chefe do governo federal.¹⁷⁷

Importa ressaltar que a gestão de Santos Neves diferenciou-se amplamente da gestão de Lacerda de Aguiar, tendo em vista os objetivos principais absolutamente diferenciados de um e de outro governante. Enquanto Santos Neves buscava seguir a política desenvolvimentista característica do governo varguista, Lacerda de Aguiar retomava a idéia de um estado ruralista e agroexportador. No entanto, cabe comentar que, em relação às gestões de Punaro Bley e de Lindemberg, havia certamente um distanciamento de objetivos, mas de forma alguma tão díspares quanto em relação ao governo Lacerda de Aguiar. Cabe notar que tanto Punaro Bley quanto Lindemberg buscaram, ainda que de maneira menos ostensiva do que Santos Neves, colocar o Espírito Santo na rota do desenvolvimento econômico, o primeiro atendendo a demandas sociais em saúde, educação e assistência social, o que propiciou indiretamente as condições para uma posterior industrialização, procurando diversificar a produção agrícola e realizando melhorias portuárias, e o segundo, preocupando-se em livrar o café do ônus excessivo como suporte às finanças do estado, pela via da diversificação econômica, bem como deixando encaminhados os estudos para a construção da usina hidroelétrica Jucu 2, o que denota sua intenção em preparar o estado para uma industrialização futura.

¹⁷⁵ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 309, nota 141.

¹⁷⁶ Ibid., p. 309-10.

¹⁷⁷ Ibid., p. 313.

4.3 O Plano de Valorização Econômica para o Espírito Santo

A década de 1950 representou o período em que seria gestada, gradativamente, a proposta de uma alavancada econômica, com vistas a compensar as lacunas do subdesenvolvimento, o que se daria, efetivamente, na década de 1960. Em consonância, portanto, com a política econômica varguista, Santos Neves procurou abrir novos horizontes econômicos para o estado, buscando criar as bases para a industrialização. Em sua concepção, esse seria o caminho eficaz para reverter a posição periférica do estado no cenário nacional, até então, à margem do dinamismo econômico do país. Por meio da obtenção de recursos federais, Santos Neves investiu maciçamente nas áreas econômica e social, fazendo coincidir as diretrizes econômicas estaduais com as nacionais.

Santos Neves defendia a adoção de medidas que viessem a minimizar os efeitos perversos da monocultura:

"[...] Mister se fazia a adoção de medidas radicais, tendentes a corrigir os roteiros da nossa economia, e abrir-lhe as fronteiras de nossas atividades, de modo a afastar os perigos da nossa monocultura e robustecer outras novas fontes de produção."¹⁷⁸

Fica claro que Santos Neves preocupava-se em manter o café como o maior suporte da economia capixaba. Em diversas ocasiões, os preços do café no mercado internacional haviam sofrido quedas vertiginosas, afetando não somente a economia nacional, como a economia do estado, esta tão dependente das receitas provenientes da produção e exportação do grão. Ciente desse fato e alinhado com a postura varguista de desenvolvimento acelerado, Santos Neves, buscava fomentar a diversificação econômica com ênfase na industrialização, realizando investimentos em infraestrutura que pudessem ser o sustentáculo de uma economia mais independente e menos suscetível às contingências do mercado internacional.

"[...] a experiência nos ensina e a realidade já nos compelira a aprender a dura lição de que seria impossível manter forte e florescente a economia estadual, sob o sustentáculo, quase único, da monocultura cafeeira.

¹⁷⁸ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 7, nota 165.

Nenhum govêrno, nem qualquer estadista, se animaria jamais a empreender grandes obras, fiado apenas nos resultados aleatórios das nossas cifras orçamentárias da Receita, que ora infletiam para o alto, na crista de uma valorização fortuita, ora despenhavam em colapso, ao sabor das estiagens e das especulações mercantís do mercado cafeeiro.”¹⁷⁹

O governo de Santos Neves caracterizou-se por um forte centralismo nas decisões de investimentos. Entretanto, o governo buscou tanto empréstimos do governo federal quanto parcerias com as empresas estrangeiras, no sentido de fomentar investimentos em infraestrutura. Vale ressaltar que, em 1950, estabelecera-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) com vistas à obtenção de assistência técnica a projetos nacionais, em troca da obtenção de matérias primas estratégicas brasileiras, por parte dos Estados Unidos. Em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE assumiu as funções da CMBEU, ao realizar estudos de viabilidade de empreendimentos nas áreas de infra-estrutura energética, transportes e siderurgia,

Em relação ao aparelhamento de Estado, a Secretaria de Fazenda seria ocupada por Ary de Siqueira Vianna¹⁸⁰ em uma primeira gestão e por Joel Vasconcelos e Othon do Amaral Abreu nas gestões subseqüentes. A Secretaria de Interior e Justiça ficaria a cargo de Nuno dos Santos Neves e de Cicero Alves¹⁸¹. O Departamento do Serviço Público seria entregue a José Celso Cláudio¹⁸². A direção do Departamento Estadual de Estatística ficaria sob responsabilidade de Antônio Lugon e o Departamento Estadual de Saúde, a cargo de Jayme dos Santos Neves¹⁸³. Como prefeitos da capital, se reveariam na gestão municipal, Álvaro de Castro Matos

¹⁷⁹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Estadual em 1954 [por] Jones dos Santos Neves**, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória: [s.n.], 1954. p. 4.

¹⁸⁰ Contabilista e servidor público, nascido em 1905, no município de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Foi nomeado prefeito desse município, por Santos Neves, em 1943. Foi também deputado federal e senador em 1946 e 1955, respectivamente.

¹⁸¹ Advogado e deputado estadual em 1947.

¹⁸² Advogado, professor e servidor público, nascido no município de Serra, Espírito Santo, em 1905.

¹⁸³ Irmão de Jones dos Santos Neves, médico, professor e escritor, nascido em Vitória, em 24 de agosto de 1909. Líder nas campanhas contra a tuberculose e o fumo, fundou, em 1935, a Liga Espírito-santense Contra a Tuberculose. Foi também diretor do Serviço Nacional de Tuberculose e consultor da Organização Pan-americana de Saúde.

(1948-1951), José Ribeiro Martins (1951-1953) e Armando Duarte Rabelo (1953-1955).¹⁸⁴

Vale ressaltar que no Brasil, na década de 1950, estiveram na pauta dos debates muitas questões relacionadas ao nacionalismo e à submissão dos interesses nacionais aos estrangeiros. Intelectuais e cientistas sociais apontavam o personalismo, o familismo e o patrimonialismo como fatores que explicariam as diferenças verificadas no desenvolvimento dos países periféricos, em relação aos desenvolvidos. Seguindo essa linha de pensamento, Santos Neves primava por alocar em cargos estratégicos na burocracia do Estado, técnicos competentes e detentores de boa qualificação acadêmica.

O governador Santos Neves deixava claro, por meio das mensagens enviadas à Assembléia Legislativa do estado do Espírito Santo, sua preocupação com a elaboração de um documento que apresentasse as diretrizes para as ações governamentais. Ele criaria o Plano de Valorização Econômica para o estado do Espírito Santo, instrumento de gestão que exigia, para sua implementação e gestão, o trabalho de uma equipe de técnicos que a este dessem o devido suporte. Em verdade, esse aparato burocrático configurava-se altamente inovador, posto que o estado ainda não havia se utilizado desse sistema tecnocrático. Além de técnicos capixabas, Santos Neves buscou em São Paulo e Rio de Janeiro os profissionais gabaritados para o propósito de gerir o plano.¹⁸⁵ A inovação do sistema de planejamento implantado junto à administração governamental ficava evidenciada por meio de seu discurso, bem como as resistências encontradas ao longo do mandato, para essa nova e racional política administrativa.

“A meio caminho do mandato governamental, vencidos os percalços iniciais para a implantação de um regime racional de planejamento e alcançados os primeiros benefícios dessa nova política administrativa, é de ânimo sereno e com o espírito tranqüilo que venho hoje à vossa presença, na solene abertura desta Sessão Legislativa Ordinária, para vos dar conta, em cumprimento às

¹⁸⁴ **O ESPÍRITO** Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958. p. 6.

¹⁸⁵ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 251, nota 141.

normas constitucionais, da situação geral do Estado, ao término do nosso segundo ano de governo.”¹⁸⁶

“Certamente, não vos esquecesteis, também, das linhas mestras que, naquele ensejo, esboçamos, acerca da planificação indispensável para marcar os itinerários do govêrno, em seus anseios de realizações nos setores da energia elétrica, fomento da produção agrícola, transporte e obras portuárias de Vitória.”¹⁸⁷

Santos Neves, ao falar de planejamento, menciona John Vieg, membro do conselho da Associação Americana de Ciência Política e pesquisador norte americano, cujos estudos e análises realizados na década de 1950, presumivelmente, mostravam-se objetos de interesse do então governador. Vieg, segundo comentário de Santos Neves, enfatizava a importância da tarefa de planejamento, como instrumento norteador das ações futuras.

“Planejar, no conceito de John Vieg, é ‘ir ao encontro do porvir, e modelá-lo, segundo nossos desejos’. No caso espírito-santense, e em face das sombrias perspectivas do futuro, a tarefa de planejamento se nos apresentava, assim, como uma desesperada necessidade. Urgia perscrutarmos os horizontes, antesentir a procela, para traçarmos os rumos certos que nos defendessem da intempérie.”¹⁸⁸

A realização de diagnósticos sobre o tímido desenvolvimento da economia nacional já havia contado com a efetiva colaboração das duas missões americanas - a Missão Cooke, firmada em 1942, e a Missão Abbink, firmada em 1948. Ao mencioná-las, Santos Neves deixa clara a intenção de acatar o planejamento como efetivo instrumento de elaboração de um diagnóstico de deficiências, norteador da elaboração de políticas de desenvolvimento econômico. Para Santos Neves, o instrumento de planejamento adotado por seu governo correspondia ao Plano de Valorização Econômica. Pelas palavras do governador, verifica-se uma preocupação, não somente de estabelecer as diretrizes de planejamento, mas ainda

¹⁸⁶ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 3, nota 165.

¹⁸⁷ Ibid., p. 4.

¹⁸⁸ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 7, nota 165.

de realizar uma avaliação das ações implementadas, com vistas à realimentação do processo planejador.

“Desde as chamadas Missão Cooke e Missão Abbink, técnicos estrangeiros e nacionais insistiam na imperiosa necessidade de se levantar, no Brasil, o balanço das nossas deficiências, de molde a suprimi-las por um esforço pertinaz de concentração dos recursos extraordinários. Tivemos aqui, em nosso Estado, a sabedoria de aplicar a lição. E os resultados aí estão patentes, com decorrência do ‘Plano de Valorização Econômica’ que nos auxiliastes a elaborar. Previsto para se desenvolver em cinco anos, ultrapassando os limites dêste quadriênio, já se encontra, porém, com suas linhas principais, quase totalmente realizado, impondo-se agora o seu re-exame no sentido de buscarmos uma fórmula para o seu prosseguimento e continuidade, tão benéfico se mostrou o instrumento propulsor do nosso atual progresso.”¹⁸⁹

Por outro lado, Santos Neves evidenciava o foco do planejamento na política econômica. É notório que a política social de seu governo não se encontrava dentre os pontos elencados por meio das ações de planejamento de governo. O governador, além disso, buscava mostrar à sociedade e aos demais atores políticos que, a despeito das descrenças manifestadas em relação ao inovador sistema de gestão implementado em sua gestão, este havia efetivamente alcançado sucesso.

“Era, de início, um fato novo e um capítulo inédito nas administrações que, porisso mesmo, despertava críticas e gerava desconfiança. Parecia um esquema inatingível, um devaneio sem conseqüências, que se perderia melancolicamente nos ronceiros desvãos da rotina administrativa. Mas contrariando os vaticínios pessimistas, êle se releva um sistema altamente eficaz e precioso para comandar o ressurgimento econômico do Espírito Santo. Em todos os setores do Plano, as

¹⁸⁹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 9-10, nota 165.

atividades expontaram e se desenvolveram, abrindo novos mercados de trabalho para o excedente marginal da nossa população e comprovando, pela evidência das obras, a impossibilidade de se conseguir tão alto rendimento sem o auxílio de uma planificação racional.”¹⁹⁰

A iniciativa, até então inédita no estado, de elaborar e implantar o instrumento de planejamento na esfera governamental merece ser ressaltada. O “Plano de Valorização Econômica do Estado do Espírito Santo” foi o assunto principal da plataforma política de governo, bem como do discurso pronunciado à ocasião de sua posse na Assembléia Legislativa.

Conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, Cardoso considera que as primeiras iniciativas na prática de planejamento se encontram no governo de Gaspar Dutra (1945 a 1950) e no segundo governo de Vargas (1951 a 1954), sendo os planos resultantes de “diagnósticos de carências”, elaborados por técnicos do governo. Ressalta ainda o “quadro de apatia da sociedade civil” e da classe política diante desse inovador instrumento de gestão. Cardoso comenta que os níveis mais altos de decisão governamental mostravam-se mais inclinados a iniciativas individuais, tendo em vista inexistirem estruturas de participação política com capacidade de interferência junto ao Estado. A formação de grupos de ação e planejamento teve início no segundo governo Vargas, mas apenas se generalizou no governo Juscelino Kubitschek, por meio da criação de um segundo escalão de planejadores. Os planos de ação governamentais elevaram-se da categoria de simples diagnósticos, para a categoria de planejamento enquanto processo social.¹⁹¹

Sobre a metodologia de elaboração do Plano de Valorização Econômica do Estado, Zorzal e Silva realiza a seguinte análise:

“Um dos aspectos que chama atenção no referido plano é o fato de sua justificativa não estar fundamentada em um diagnóstico da economia estadual, e sim, sobre os

¹⁹⁰ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 9-10, nota 165.

¹⁹¹ CARDOSO, op. cit., p. 174-8, nota 119.

aspectos positivos e as vantagens do planejamento como técnica para alcançar objetivos a longo prazo.”¹⁹²

Embora não se apresentasse formalmente como um diagnóstico, foram elencadas as principais carências, com base no eficiente conhecimento dessas demandas por parte da equipe de governo. Importa ressaltar que, à época, o modelo de gestão governamental brasileiro não contemplava a prática da elaboração de diagnósticos formais, como subsídio ao planejamento de políticas públicas. Esse tipo de planejamento foi implementado como prática de gestão algumas décadas mais tarde. Buscou-se examinar, portanto, em que medida as ações previstas e implementadas por meio do Plano de Valorização Econômica foram de fato oportunas e se surtiram os resultados almejados pelo governo do estado, considerando-se o estágio econômico em que se encontrava o Espírito Santo à ocasião.

Esse Plano exibia dois objetivos centrais que delineavam as linhas de seu programa de governo. O primeiro objetivo reafirmava a intenção de dar continuidade ao plano de desenvolvimento que havia traçado anteriormente para o Espírito Santo, quando fora interventor¹⁹³. O plano anterior desdobrava-se no fortalecimento das áreas de saneamento, produção e transporte. A esses três pontos-chaves foi acrescentada a geração de energia.

Observa-se a perfeita consonância entre as prioridades de investimentos econômicos estaduais e nacionais. As grandes questões nacionais versavam sobre o fomento de infraestrutura de energia, seja por meio da construção de hidrelétricas, seja por meio da produção petrolífera. A produção industrial era também um dos pilares do desenvolvimento nacional, visando à diversificação econômica.

“Em que pese a falta de técnicos e de estudos capazes de nortear as políticas públicas, assim como de instituições voltadas para a formação de uma mão-de-obra especializada no Espírito Santo, Santos Neves tratou logo de atingir os problemas cruciais que afetavam a infra-estrutura capixaba, com vistas à criação da

¹⁹² ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 260, nota 141.

¹⁹³ Jones dos Santos Neves foi nomeado interventor federal por Getúlio Vargas, no período compreendido entre 1943 e 1945.

‘Grande Indústria Siderúrgica’. A deficiência da infraestrutura, porém, em nada viabilizava os empreendimentos industriais, públicos ou privados. As poucas unidades industriais existentes eram espoliadas pelos altos preços da energia elétrica, ao que se somavam as dificuldades de mercado, ausência de mão-de-obra especializada e outras mazelas que compunham o quadro deficitário regional.”¹⁹⁴

O segundo objetivo ressaltava a importância do planejamento como um instrumento de gestão administrativa indispensável para viabilizar as ações governamentais. Em carta ao amigo José Pacheco Pimenta, em julho de 1951, o governador enviava o exemplar publicado do Plano de Valorização para o estado, revelando de antemão os setores que seriam dinamizados em seu governo:

“[...] Pretendo realizar um trabalho sério em nosso Estado, nesse como em outros setores. Anexo encontrará o prezado conterrâneo um exemplar do Plano de Valorização Econômica que instituí e já pus em marcha. Os setores de eletrificação, rodovias e obras portuárias já estão em pleno desenvolvimento, apesar de não estar a lei sancionada. No plano, que desejo realizar em quatro anos, está prevista a verba extraordinária de setenta milhões de cruzeiros.”¹⁹⁵

O Plano de Valorização Econômica do Estado, conforme mencionado anteriormente, exigia um quadro técnico competente para sua operacionalização. A fim de centralizar e fortalecer a Secretaria responsável pela gerência do Plano de Valorização Econômica, Santos Neves desmembrou a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas em duas secretarias distintas: a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização. A direção dessa última seria confiada inicialmente a Lauro Ferreira Pinto¹⁹⁶, e posteriormente a Enrico Aurelio Hildebrando Ruschi. A direção da Secretaria de Viação e Obras Públicas seria confiada ao engenheiro Hermes Curry Carneiro. Essa Secretaria

¹⁹⁴ BITTENCOURT, op. cit., p. 379, nota 151.

¹⁹⁵ NEVES, Jones dos Santos. **Cartas selecionadas**. Vitória: Cultural-ES, 1988. p. 89-90.

¹⁹⁶ Farmacêutico e deputado estadual em 1947.

ficaria responsável por coordenar, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução geral do Plano. Os departamentos e órgãos vinculados a essa secretaria primaram por técnicos em sua direção. A direção do Departamento de Estradas de Rodagem foi confiada ao Engenheiro Luiz Serafim Derenzi¹⁹⁷ e a superintendência do Porto de Vitória, a Joubert de Barros. A Secretaria de Governo seria entregue inicialmente a Erildo Martins¹⁹⁸, e posteriormente a Tulo Hostilio Montenegro e Messias Lins de Oliveira Chaves.¹⁹⁹

4.4 Secretarias de Estado: prioridades de investimentos

A seguir, analisamos o comportamento da receita e da despesa do estado. A série histórica apresentava uma tendência deficitária até 1952. O déficit apresentado devia-se aos pesados investimentos em infraestrutura efetuados pelo estado no governo Santos Neves. A partir de 1953, observava-se uma inversão dessa tendência, rumo ao superávit, encontrando-se as finanças estaduais equilibradas ao final do mandato. Entretanto, o superávit verificado decorria de uma operação de empréstimo junto ao Banco do Brasil, a fim de fossem estabilizadas as finanças estaduais. Santos Neves entendia que a venda dos terrenos aterrados, localizados na Esplanada da Capixaba, pudessem reverter o quadro deficitário do estado. No entanto, o mercado imobiliário ainda era, à ocasião, bastante restrito. Esses terrenos, ao contrário do que pretendia Santos Neves, não tiveram sucesso em vendas, e tampouco se conseguiu que fossem vendidos na gestão seguinte, o que acabou por afetar novamente o equilíbrio financeiro do estado nos anos subseqüentes, o qual voltou a apresentar um quadro deficitário.

“De qualquer modo, porém, em nosso caso, o deficit que o Govêrno lealmente confessa, pelo culto que consagra à verdade, está perfeitamente contrabalançado pelos valores que mantém em carteira, sob a forma de apólices não vendidas e pelos terrenos conquistados ao mar, que enriqueceram seu patrimônio.

¹⁹⁷ Engenheiro Civil e geógrafo, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, nascido em Vitória, em 1898. Exerceu também o cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo.

¹⁹⁸ Advogado e professor, foi também juiz do Tribunal Regional Eleitoral e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil-ES.

¹⁹⁹ **O ESPÍRITO** Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 6, nota 184.

As primeiras, fora da circulação, poupam juros ao Erário, os últimos cada dia que passa, recrescem de valor, recompensando fartamente, com ágio, a postergação de suas vendas.

O deficit apurado no exercício último, representa, assim, em última análise, apenas uma receita em suspenso, cuja realização foi prorrogada por força de circunstâncias aleatórias. Prevendo-o procuramos, em tempo oportuno, compensá-lo mediante uma operação de crédito, junto ao Banco do Brasil.”²⁰⁰

“Essa contingência de modo algum pode atemorizar-nos, pois sòmente a valorização dos terrenos que conquistamos ao oceano, nas vizinhanças da Capital, quando vendidos, ultrapassará, de muito, aquela parcela, que pode ser considerada, não um deficit real, mas uma receita em potencial. Parece-nos oportuno recordar a respeito a lição de Burke quando nos ensina que: ‘A simples parcimônia não é economia. Inversões e gastos de vulto podem constituir uma parte essencial da verdadeira economia. A economia é uma virtude distributiva e consiste não na poupança, mas na seleção. A parcimônia não requer sagacidade, nem qualquer poder de ambição, nem juízo. O mero instinto pode produzir esta falsa economia. A outra economia possui maior alcance. Ela revela um raciocinio discriminador e uma inteligência lúcida.

As inversões que fizemos enriquecem o Estado, que pode, assim, suportar sem tibieza o risco dessa eventualidade passageira. O que importa é o prestígio crescente da nossa prosperidade, agora reconhecida e proclamada nos altos círculos financeiros do país, onde somos ouvidos e atendidos com solicitude e respeito.”²⁰¹

²⁰⁰ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 26-7, nota 165.

²⁰¹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 18-9, nota 179.

A seguir são apresentadas tabelas e respectivos gráficos referentes às finanças estaduais. Optou-se por converter os valores em cruzeiros para dólares americanos. Tal conversão justifica-se pelo fato da elevada inflação ocorrida no país durante o período em estudo, o que dificultaria quaisquer análises. A moeda escolhida para conversão foi o dólar americano, tendo em vista que essa moeda apresentava-se estável no período sob análise. As tabelas e gráficos a seguir nos permitem uma visualização mais precisa do comportamento da receita extraordinária em relação à receita ordinária estadual.

Receita e despesa do estado em 1.000 dólares americanos	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Receita	5.062,89	6.908,55	5.495,87	7.738,60	12.476,29	14.341,89
Despesa	5.580,88	6.181,28	6.529,38	7.707,54	10.068,61	13.646,99

Figura 2: Tabela demonstrativa da receita e da despesa do estado em 1.000 dólares americanos, período 1945 a 1950

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Finanças Públicas Estado do Espírito Santo - 1956/1958, 1957/1959

Receita e despesa do estado em 1.000 dólares americanos	1951	1952	1953	1954
Receita	18.674,70	19.793,78	14.061,36	13.851,43
Despesa	18.506,52	24.563,66	14.930,67	12.091,13

Figura 3: Tabela demonstrativa da receita e da despesa do estado em 1.000 dólares americanos, período 1951 a 1954

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Finanças Públicas Estado do Espírito Santo - 1956/1958, 1957/1959

Receita e despesa do estado em 1.000 dólares americanos	1955	1956	1957	1958
Receita	10.706,55	11.309,12	12.935,05	9.186,31
Despesa	11.274,77	11.144,50	17.172,45	11.991,32

Figura 4: Tabela demonstrativa da receita e da despesa do estado em 1.000 dólares americanos, período 1955 a 1958

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Finanças Públicas Estado do Espírito Santo - 1956/1958, 1957/1959

Origem da receita estadual em 1.000 dólares americanos	1947	1950	1952	1953	1954
Receita ordinária	5.373,61	14.126,22	18.830,31	12.086,35	10.100,26
Receita extraordinária	122,25	215,67	963,46	1.975,01	3.751,17
Total da receita	5.495,87	14.341,89	19.793,78	14.061,36	13.851,43

Figura 5: Tabela demonstrativa da origem da receita estadual em 1.000 dólares americanos, período 1947 a 1954

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Finanças Públicas Estado do Espírito Santo - 1956/1958, 1957/1959

Origem da receita estadual em 1.000 dólares americanos	1955	1956	1957	1958
Receita ordinária	9.342,81	10.935,28	12.269,97	8.970,64
Receita extraordinária	1.363,74	373,85	665,08	215,67
Total da receita	10.706,55	11.309,12	12.935,05	9.186,31

Figura 6: Tabela demonstrativa da origem da receita estadual em 1.000 dólares americanos, período 1955 a 1958

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Finanças Públicas Estado do Espírito Santo - 1956/1958, 1957/1959

Zorzal e Silva analisa o montante da receita estadual a ser investido no Plano e observa o percentual destinado aos diferentes setores beneficiários dos investimentos:

“O Plano de Valorização Econômica do Estado, que seria implementado nos moldes previstos por esta Lei [nº 53/51], definia o prazo de 5 anos para sua execução, e elegia quatro áreas como beneficiárias dos investimentos. Para tanto, previu uma dotação global da ordem de Cr\$ 634.700.000,00, a qual correspondia a 39% do total da receita estadual estimada para o quinquênio. Desse total, 35% fora destinados para as obras do porto de Vitória, 23% para a ampliação do suprimento de energia elétrica, 30% para o setor rodoviário, e 11% ao fomento da produção agrícola.”²⁰²

²⁰² ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 252, nota 141.

As tabelas e gráficos a seguir, apresentam um panorama dos investimentos governamentais pelas principais Secretarias de Estado. As tabelas e o gráfico apresentados a seguir referem-se ao período de governo compreendido entre 1952 e 1955. A Secretaria de Viação e Obras Públicas foi a que mais despendeu recursos públicos durante todo o período de gestão governamental. No terceiro ano de governo, essa Secretaria despendeu 15,31% de toda a despesa anual, o maior percentual para todo o período em estudo. Em 1955, já em mandato posterior, o percentual de recursos despendido por essa Secretaria decresceu significativamente para 9,38%.

“Duplicou-se, em três anos, a Receita arrecadada em 1950. E quanto às Obras Públicas, entre as construídas ou inauguradas neste triênio, registramos, com ufania, a percentagem de uma de dois em dois dias, índice surpreendente e singular que por si só marca e confirma a intensidade dos esforços da administração. Ao ritmo desse labor infatigável, como que despertaram também as iniciativas particulares que, por tôda a parte, se expandem em novas realizações e investimentos, empolgando o Estado com uma febre de construções nunca vistas, que transforma o nosso território em imensa oficina de trabalho.”²⁰³

Observa-se também, que a Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização despendeu poucos recursos do estado, tendo sido a que menos se destacou nesse quesito, dentre as três principais Secretarias analisadas. Quanto ao quesito Educação, se somados os valores despendidos pela Secretaria de Educação e Cultura com os despendidos pelo Serviço de Educação Pública, tais gastos representariam o segundo maior volume de despesa estadual, logo em seguida ao volume despendido pela Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Essas análises comprovam, por meio de números extraídos das estatísticas oficiais, que a intenção inicial do governante, qual seja, investir em áreas propícias ao desenvolvimento econômico e em fomento à Educação, foi efetivamente realizada, se observada a destinação da maior parte da receita estadual para as Secretarias de

²⁰³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 6, nota 179.

Viação e Obras Públicas, de Educação e Cultura, Serviço de Educação Pública e Serviços Industriais.

A partir do gráfico, percebe-se claramente a intenção do governante em investir a maior parte dos recursos públicos nas áreas prioritárias ao desenvolvimento econômico por meio da industrialização, em detrimento dos investimentos no setor agropecuário. Em 1953, terceiro ano de gestão governamental, 15,31% do total da despesa foi despendido pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, enquanto apenas 1,99% foram despendidos pela Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização. Essa tendência pode ser verificada também, ainda que menos acentuada, nos anos de 1952 e 1954.

Em 1955, na gestão posterior, essa tendência se inverteria, evidenciando um gradativo fortalecimento da política de priorização de investimentos no setor agropecuário. A despesa efetuada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas decresce de 13,67% da despesa total, em 1954, para 9,38% em 1955, enquanto a Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização acresce percentualmente sua parcela na aplicação de recursos públicos, passando de 1,93% da despesa total, em 1954, para 3,06%, em 1955.

Despesas realizadas nas principais Secretarias de Estado	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Secretaria da Educação e Cultura	2.964,16	1.550,99	1.438,39	1.720,33	1.978,89	3.429,83	2.532,15
Secretaria de Viação e Obras Públicas	10.595,97	6.857,04	4.957,29	3.174,20	2.757,11	1.771,43	1.050,09
Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização	1.545,29	893,08	700,41	575,34	672,70	843,03	575,97

Figura 7: Tabela demonstrativa das despesas realizadas pelas principais Secretarias estaduais em 1.000 dólares americanos

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Finanças Públicas Estado do Espírito Santo - 1956/1958, 1957/1959

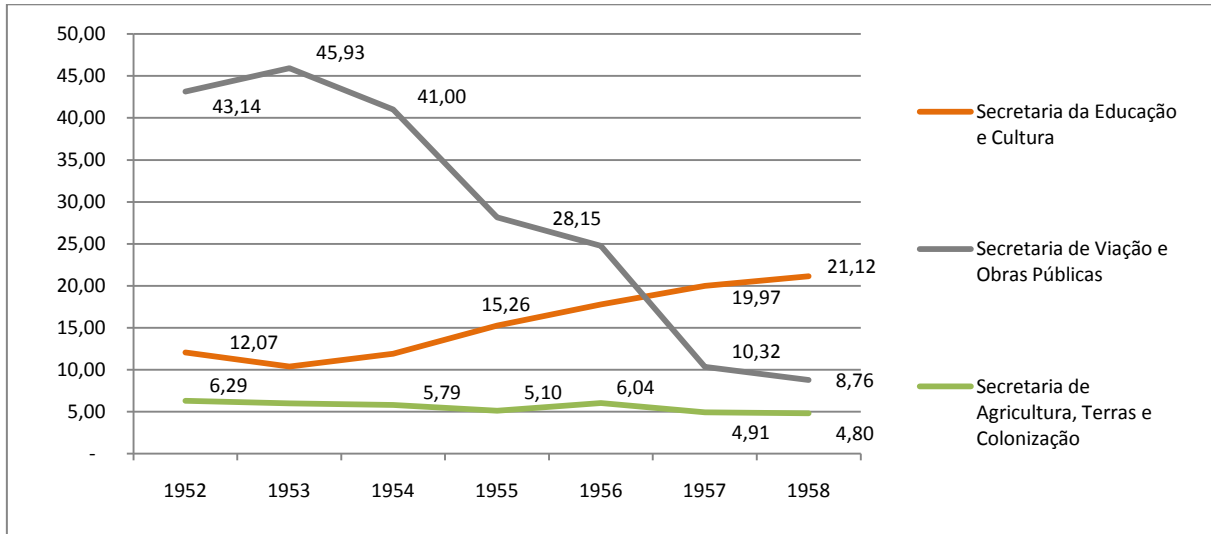


Figura 8: Gráfico demonstrativo do percentual da despesa realizada pelas principais Secretarias estaduais em relação à despesa total realizada no estado

Os investimentos do governo Santos Neves não se limitaram à capital. Várias obras foram realizadas também nos municípios do interior do estado. Assim deixa clara a mensagem de governo:

“Entre os anexos desta Mensagem, encontrareis, uma relação discriminada de mais de 400 obras construídas e serviços instalados, no interior do Estado, município por município, durante este triênio de administração.

E também uma sinopse da Despesa Orçamentária de 1953 aplicada, exclusivamente, no interior e cujo total ascende à notável cifra de Cr\$ 182.027.066,40.

É a resposta serena e irretorquível que dá o Governo aos apressurados críticos que propalam o dislate de ser a Capital a única beneficiária dos empreendimentos da administração pública.”²⁰⁴

²⁰⁴ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 21, nota 179.

4.5 Melhoramentos urbanos e ampliação da área retroportuária

Breve retrospectiva dos melhoramentos efetuados nos portos do espírito Santo e do seu movimento comercial nos governos anteriores ao de Jones dos Santos Neves

No século XIX, o comércio exportador do Espírito Santo era realizado majoritariamente por dois portos - o porto de Vitória, na capital, e o porto de Itapemirim, ao sul do estado. O porto de Vitória exportava prioritariamente café, açúcar, milho e madeira, mas sofria por limitações decorrentes da ausência de uma rede de comunicação rodoviária e ferroviária que ligasse a capital ao interior do estado. Os valores de exportação do porto de Itapemirim superavam os do porto de Vitória, decorrente da produção cafeeira em larga escala, exportada diretamente para o Rio de Janeiro. Além do café, o porto de Itapemirim exportava também açúcar e madeira. Ao norte do estado, o porto fluvial de São Mateus era o entreposto natural dos produtos vindos do interior da região norte do estado. Esse porto escoava a maior parte de sua produção para Vitória, mantendo também um pequeno comércio com os portos do estado da Bahia. O porto de São Mateus destacava-se como exportador da farinha de mandioca, produto amplamente produzido na região norte do estado. Já em termos de importação, o porto de Vitória destacava-se por centralizar a entrada dos produtos importados de outros estados e do exterior, tais como carnes, cereais, produtos industrializados, máquinas, lã e algodão.²⁰⁵

Ao final do século XIX, a produção do café capixaba apresentava-se bastante significativa. Entretanto, o Rio de Janeiro ficava com a maior parte dos lucros e das rendas alfandegárias da exportação do produto, impedindo a geração de excedentes para a realização de investimentos em infraestrutura, tais como o aparelhamento dos portos e a abertura de estradas que ligassem a capital ao interior, melhorando o fluxo de produtos. Somente a partir de 1889, após a proclamação da República, o café capixaba conseguiu produzir um excedente econômico que propiciava o investimento na construção de ferrovias. Por outro lado, percentualmente, a

²⁰⁵ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940**. 2. ed. Vitória: Codesa, 1995. p. 46-51.

exportação de farinha e madeira tornou-se pouco significativa frente à exportação maciça do café. A exportação de açúcar foi descontinuada.²⁰⁶

“A quase exclusiva dedicação ao plantio do café não era vantajosa para o Estado, porque o café não possuía um valor estável; dependia das flutuações do seu valor mercantil. E quando ocorria a desvalorização dos preços ou a crise na produção, a situação financeira estadual ficava depreciada.”²⁰⁷

De 1908 a 1920, a percentagem do café em relação às exportações totais do estado variava entre 81% e 91%. Em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, se agrava a crise do setor cafeeiro, face à redução do valor do produto no mercado internacional em 30%, em relação aos anos de 1911 e 1912. A economia cafeeira no estado conseguiu minimizar os efeitos da queda de preços, em razão do aumento da demanda do produto pelos EUA, fator que manteve estáveis os valores de exportação do café capixaba. Diante da instabilidade dos preços do café, o governo do estado reconhecia a necessidade de diversificar a economia por meio do estímulo a outras culturas, especialmente a cultura de cereais, e pelo incentivo à industrialização. À época, essas culturas atendiam ao mercado local, sendo pouco desenvolvidas em função, não somente da falta de apoio governamental, como face à dificuldade de transporte.²⁰⁸

A partir de 1910, o governo tomava medidas de estímulo ao estabelecimento de novas culturas, organizando o crédito agrícola, divulgando processos mais modernos de cultivo e favorecendo o estabelecimento de indústrias agrícolas de pequeno porte. De 1916 em diante, ainda que o café continuasse a ser o produto principal na lista de exportações, já figuravam no cenário econômico as exportações de milho, feijão, açúcar, couros, arroz, tecidos de algodão e farinha de mandioca. As importações estrangeiras englobavam produtos como carnes, peixes salgados, vinhos, farinha de trigo, sal, azeite, frutas, doces, tecidos, manufaturados de ferro e aço, calçados, seda, porcelana e manufaturados de louça, bebidas alcoólicas e não

²⁰⁶ SIQUEIRA, op. cit., p. 54-9, nota 205.

²⁰⁷ Ibid., p. 60.

²⁰⁸ Ibid., p. 63.

alcoólicas e produtos químicos. Havia também uma significativa importação de produtos alimentícios nacionais.²⁰⁹

Ao final de 1920, o porto de Vitória já centralizava a maior parte do movimento marítimo. O porto de Itapemirim, ao sul do estado, não comportava embarcações de maior porte, fato que contribuiu para seu enfraquecimento e conseqüente fortalecimento do porto de Vitória. A inauguração, em 1910, do trecho da estrada de ferro Santa Leopoldina, que ligava Vitória ao Rio de Janeiro, permitiu que parte do café produzido ao sul do estado fosse transportada para a capital, e não totalmente para o Rio de Janeiro, como ocorria anteriormente. Isso veio a fortalecer também o porto de Vitória. O porto de São Mateus, ao norte do estado, servia como entreposto natural para os produtos produzidos na região. Essa posição de porto subsidiário ao porto de Vitória manteve-se até 1936, quando da inauguração da rodovia que ligava São Mateus à capital.²¹⁰

As melhorias portuárias em Vitória se faziam cada vez mais necessárias, tendo em vista a intensificação comercial de produtos agrícolas, por meio da estrada de ferro Vitória – Minas Gerais.²¹¹ Os governantes, à ocasião, manifestavam o desejo de investir em infraestrutura, principalmente no setor de transportes, com a ampliação de ferrovias e a construção de rodovias que facilitassem a comunicação entre municípios, bem como entre os centros produtores e as linhas férreas. A intenção era elevar Vitória a uma grande praça comercial, centralizando o comércio do estado do Espírito Santo e de parte do norte do estado de Minas Gerais.²¹²

Algumas melhorias portuárias foram realizadas por Jerônimo Monteiro, então governador do estado em 1911. Entretanto, essas poucas melhorias não tiveram continuidade, em decorrência da crise financeira provocada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Durante os dez anos seguintes não houve quaisquer investimentos em melhorias portuárias.²¹³

A produção e a exportação do café no estado, antes em patamares estáveis, vieram a sofrer os efeitos da depressão econômica gerada pela crise da bolsa de Nova

²⁰⁹ SIQUEIRA, op. cit., p. 63-5, nota 205.

²¹⁰ Ibid., p. 67-8.

²¹¹ Ibid., p. 73-4.

²¹² Ibid., p. 77-8.

²¹³ Ibid., p. 81-2.

York, em 1929. O valor da exportação do café sofreu uma grave retração, decorrente da redução do preço do produto no mercado internacional, agravado pelo fato do café ser o principal gerador de lucros do porto de Vitória. A compensação parcial da queda do valor do café deu-se em função da elevação sistemática de sua produção.²¹⁴

O porto de Vitória escoava não somente parte da produção estadual de café, como também parte da produção do café do norte mineiro, que chegava pela via férrea. A exportação de cabotagem realizada pelo porto de Vitória era relativamente pequena, sendo que parte da produção de café e grande parte da produção dos demais produtos seguiam pela estrada de ferro Leopoldina em direção ao Rio de Janeiro, a fim de serem reconduzidas a outros estados. Entretanto, o comércio exterior de longo curso era realizado em sua totalidade pelo porto de Vitória.²¹⁵

No governo Florentino Avidos²¹⁶, em 1925, foram contratados novos estudos e realizadas as obras previstas para o término do cais comercial de Vitória, sendo executados os serviços de dragagem, extração e nivelamento de rochas, enrocamentos, canalização de águas, realização de aterros, balizamento do porto, plataforma e aparelhamento técnico do porto. Com a finalidade de ligar as linhas férreas ao cais, foi construída uma ponte ligando a cidade ao continente. Avidos não conseguiu completar todas as obras previstas no contrato. Entretanto, após 1928, as obras foram realizadas sem interrupções e o contrato foi totalmente executado.²¹⁷

Em 1937 foi finalizada a primeira seção do cais, facilitando aos navios uma operação direta junto ao porto. No entanto, o acabamento da plataforma interna e seu aparelhamento técnico foram concluídos somente em 1940, quando então se deu a efetiva inauguração do cais comercial de Vitória. O porto de Vitória trouxe mudanças significativas à morfologia da cidade, que foi profundamente alterada. A urbanização resultante da ampliação do cais econômico foi observada por meio do alargamento e da abertura de novas ruas, dos serviços de drenagem, pavimentação e iluminação, da inauguração de novos estabelecimentos comerciais e face ao crescente

²¹⁴ SIQUEIRA, op. cit., p. 89, nota 205.

²¹⁵ Ibid., p. 91-7.

²¹⁶ Engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, nascido no estado do Rio de Janeiro, em 1870, foi governador do Espírito Santo no período de 1924 a 1928 e senador em 1930.

²¹⁷ SIQUEIRA, loc. cit., p. 112-4.

movimento comercial portuário que, ao longo dos anos, viria a concentrar na capital a vida econômica do estado.²¹⁸

“Analisando as mensagens presidenciais, verificamos que quase todos os presidentes do Estado entre 1915 a 1937 focalizam os perigos da monocultura, e alguns procuravam incentivar outras culturas, como milho, feijão, cacau, plantas medicinais e produtos de agropecuária, ovos e couros.”²¹⁹

Na década de 1930, o porto de Vitória centralizava a exportação e a maior parte dos produtos importados pelo estado, tanto em volume de mercadorias quanto em valor. As estradas de ferro tiveram papel fundamental no crescimento da atuação desse porto. Conforme comentado anteriormente, a estrada de ferro Vitória – Minas Gerais escoava grande parte do que era produzido do norte mineiro e parte da produção do norte do estado. Ao sul, a estrada de ferro Leopoldina, que ligava a capital Vitória ao Rio de Janeiro, atraía a produção do sul do Espírito Santo, antes dirigida para o Rio.²²⁰

O movimento comercial do estado concentrava-se cada vez mais na capital, à medida que o porto de Vitória sofria melhorias e ampliava seu movimento. Os pequenos portos do sul, anteriormente ligados ao porto de Itapemirim, iniciaram relações comerciais diretas com o porto de Vitória, face ao enfraquecimento daquele porto. O porto de São Mateus, ao norte do estado, não teve seu desenvolvimento prejudicado pelo crescimento do porto de Vitória, continuando como subsidiário deste. Além disso, São Mateus não sofreu a concorrência das ferrovias, que tomavam somente as direções sul do estado e Minas Gerais.²²¹

Como conseqüência à localização do porto de Vitória na estreita faixa litorânea da ilha²²², a ampliação do cais comercial foi concebida com vistas ao melhor aproveitamento da peculiar condição geográfica do porto, localização bastante

²¹⁸ SIQUEIRA, op. cit., p. 116-7, nota 205.

²¹⁹ Ibid., p. 122.

²²⁰ Ibid., p. 126.

²²¹ Ibid., p. 126-8.

²²² Havia certa persistência dos governantes em manter a localização do porto junto à ilha de Vitória, com vistas a centralizar as atividades comerciais na capital, a fim de que Vitória tivesse condições de se tornar uma grande praça comercial.

questionada desde o início de sua construção. Essa localização, no entanto, não impediu que o porto viesse a crescer economicamente. No início da década de 1940, ainda que modesto em movimentação de mercadorias e detentor de pequena área de influência, era considerado o terceiro porto cafeeiro do país.²²³

“As discussões sempre levantaram questões, como o fato de não ter ocorrido uma preocupação não só com a preservação de uma retro-área externa, que desse suporte a uma maior movimentação de transporte de mercadorias, mas também com espaço físico para futura expansão urbanística da cidade. Relatórios da administração do Porto de Vitória comprovam que, nesta época (1940), já existia, por parte daquela administração, uma preocupação quanto à ampliação do porto, que deveria ser feita com íntima ligação ao Plano Diretor da cidade, tal a dependência existente entre a cidade e seu porto.”²²⁴

O porto de Vitória teria alterada sua característica de porto de pequeno porte, após a Segunda Guerra Mundial. De 1947 em diante, ampliava-se o mercado consumidor de minério de ferro. Importa ressaltar que, no período pós-guerra, intensificava-se o processo industrial na Europa, nos Estados Unidos, na União Soviética, no Japão e no Canadá. Esses países passam a demandar do Brasil crescentes quantidades de minério de ferro. Com isso, inicia-se a exploração do minério, a partir de 1942, por meio da criação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. A produção de minério de ferro apresentava-se em elevação constante, consolidando a posição do país como forte fornecedor do produto. O porto de Vitória seria o escoadouro natural do minério transportado pela CVRD, proveniente de Itabira, interior de Minas Gerais. O minério veio efetivamente diversificar as exportações portuárias, ampliando fortemente o intercâmbio comercial com o mercado internacional. A partir das necessidades relativas à exportação de minério, o porto iniciava alterações mais significativas em sua estrutura física, da mesma maneira como teve forçosamente que se adequar em épocas anteriores, em decorrência do incremento da exportação de café. O minério

²²³ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O porto de Vitória: expansão e modernização 1950-1994**. Vitória: Codesa, 1995. p. 40.

²²⁴ *Ibid.*, p. 40. (nota de rodapé).

exigiria não somente sua ampliação, como também a criação de terminais especializados.²²⁵

Melhorias portuárias e movimento comercial dos portos do Espírito Santo no governo Jones dos Santos Neves

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952, havia elaborado um relatório indicando a necessidade de investimentos prioritários no reaparelhamento de portos e ferrovias, em âmbito nacional. As instalações do porto de Vitória compreendiam um cais comercial e um cais industrial. O cais comercial situava-se na ilha de Vitória, junto ao centro da cidade, enquanto o cais industrial Eumenes Guimarães localizava-se no continente, à margem direita do canal. A construção do cais Eumenes Guimarães foi realizada em função das dificuldades de expansão do cais comercial de Vitória, tendo em vista a diversificação ocorrida no movimento de exportações e conseqüente necessidade de uma nova infraestrutura portuária.²²⁶

Apesar do início da exportação de minério de ferro ter ocorrido no porto de Vitória, este não teve condições, em razão de seu próprio sítio, de sustentar a ampliação do movimento comercial desse produto, sendo necessário construir-se um cais voltado especificamente para a exportação do minério. O lado continental da baía de Vitória apresentava uma profundidade natural mais adequada à instalação de um cais industrial. Os estudos realizados demonstraram que o local mais favorável à instalação do novo cais seria a base do morro do Atalaia, também chamado morro de Péla Macaco. Em prosseguimento, foram executados a terraplanagem e o aterro, com vistas à construção de uma esplanada com cerca de 150 m de comprimento e um cais de acostamento com 110 m de extensão. Os silos para armazenagem de minério seriam construídos na encosta do morro, viabilizando a chegada dos trens até sua porção superior, para descarga direta do produto nos reservatórios. A conclusão desse cais deu-se em fins da década de 1940, centralizando o movimento comercial de minério.²²⁷

²²⁵ SIQUEIRA, op. cit., p. 41, nota 223.

²²⁶ Ibid., p. 44-7.

²²⁷ Ibid., p. 47-9.

Até o final da década de 1950, foram ampliados os enrocamentos e realizados serviços de dragagem no interior da baía e no canal de acesso, a fim de melhorar a movimentação das embarcações no porto. Também a ferrovia Vitória – Minas Gerais sofreu melhoramentos, permitindo o carregamento de cargas cada vez maiores, fato que, por sua vez, exigia embarcações de maior porte para efetuar o transporte do minério.²²⁸

Na área do continente, foram construídos três terminais para descarregamento e armazenamento de derivados de petróleo, cujos serviços seriam explorados pelas empresas Texaco, Shell e Esso. Com a instalação desses terminais, em 1954, iniciou-se o serviço de importação de derivados de petróleo a granel, cujo bombeamento era realizado diretamente dos navios para as instalações. Tais terminais foram construídos nas proximidades do cais Eumenes Guimarães, localizando-se os tanques de armazenamento nos morros adjacentes. Outro cais industrial, próximo ao cais Eumenes Guimarães, na Enseada de Paul, seria construído ao final de década de 1950, com vistas a suportar a crescente exportação do minério.²²⁹

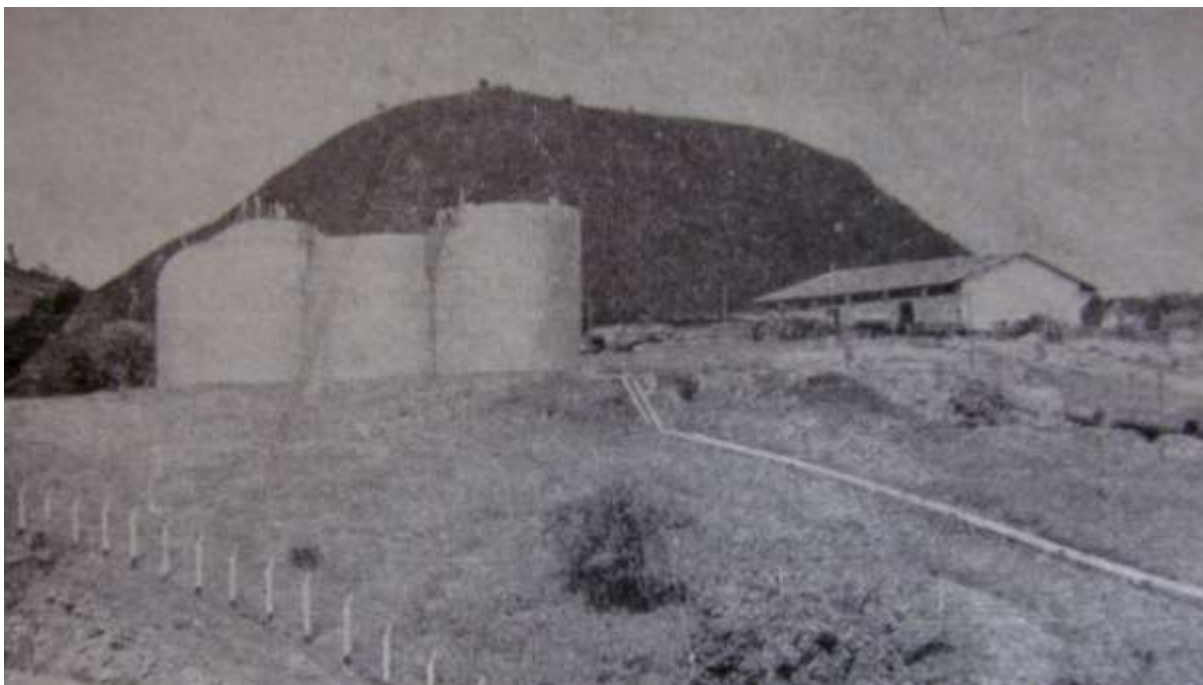


Figura 9: Tanques para armazenamento de produtos petrolíferos
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

²²⁸ SIQUEIRA, op. cit., p. 49, nota 223.

²²⁹ Ibid., p. 50-1.

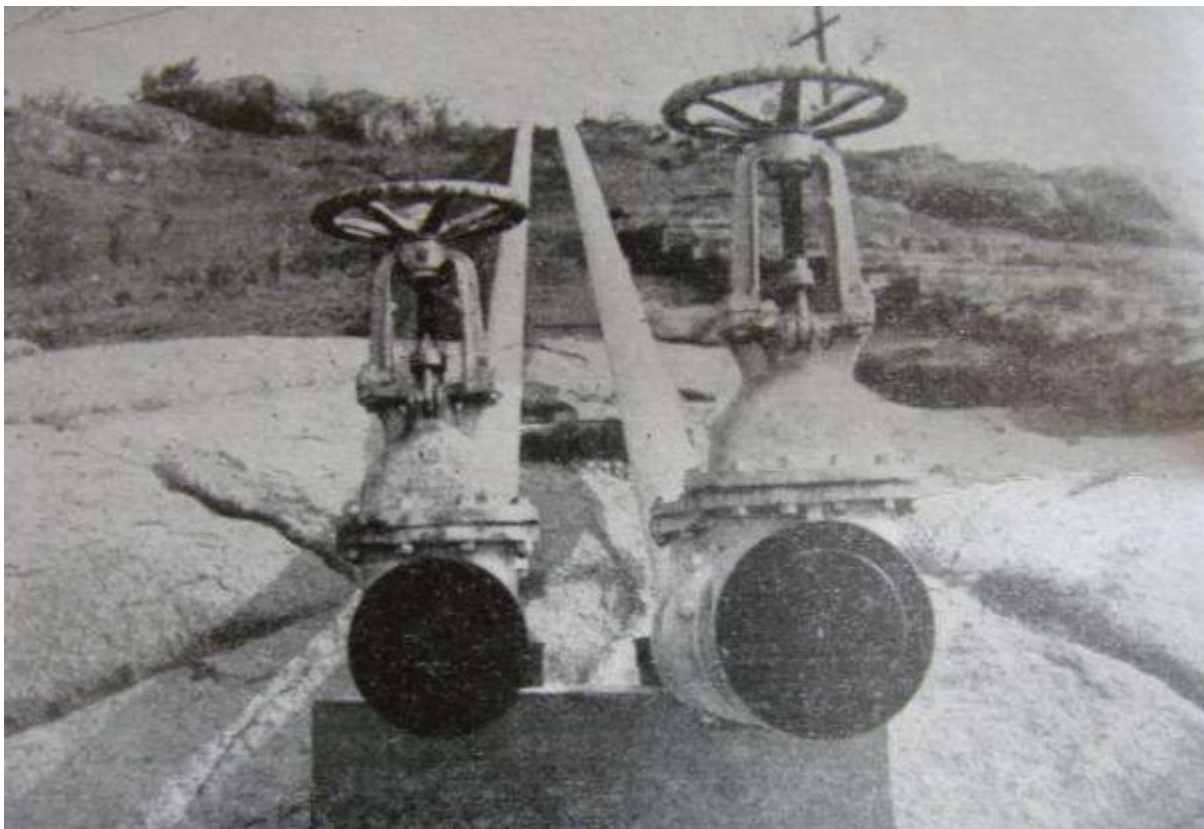



Figura 10: Tanques para armazenamento de produtos petrolíferos
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

54 04 03/3

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	GABINETE ESTACÃO 				
	DE: VITORIA ES	NR. 55	Pls. 118	Dt. 5	Hr.
RECEBIDO DE:	PTC	Às 10,00	Por	AFL-GNC	
Endereço	PRESIDENTE GETULIO VARGAS PALÁCIO RIO NEGRO - PETRÓPOLIS				

639.- TENHO A GRATA SATISFAÇÃO DE COMUNICAR A V.EXCIA ACABO ASSISTIR PRIMEIRA OPERAÇÃO DESCARGA PETROLEO DIRETAMENTE PORTO VITORIA, INAUGURANDO TERMINAL OCEANICA E DEPOSITO INFLAMAVEIS CONSTRUIDOS CIA. TEXAS COM A COLABORAÇÃO ESTADO. OPERAÇÃO REALIZADA INTERMEDIO NAVIO PETROLEIRO FNP SÃO PAULO COM ABSOLUTO EXITO. COM AS MINHAS VIVAS CONGRATULAÇÕES POR

ESSE EXPRESSIVO FATO DE MARCANTE RELEVO ECONOMICO PARA O ESPIRITOSANTO QUE PROSSEGUE ASSIM, SEM DESFALECIMENTO, NO FIRME PROPOSITO DE CONCRETIZAR AS LINHAS MESTRAS DA POLITICA NACIONAL DE VOSSA EXCELENCIA, APROVEITO O ENSEJO PARA TRANSMITIR LHE A EXPRESSÃO DE MEU ELEVADO APREÇO E CONSTANTE ADMIRAÇÃO.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

JONES DOS SANTOS NEVES
GOVERNADOR ESTADO

Figura 11: Telegrama datado de 06/04/1954 de Jones dos Santos Neves para Getúlio Vargas congratulando-o pelo êxito da operação de descarga de petróleo no porto de Vitória
 Fonte: www.cpdoc.fgv.br

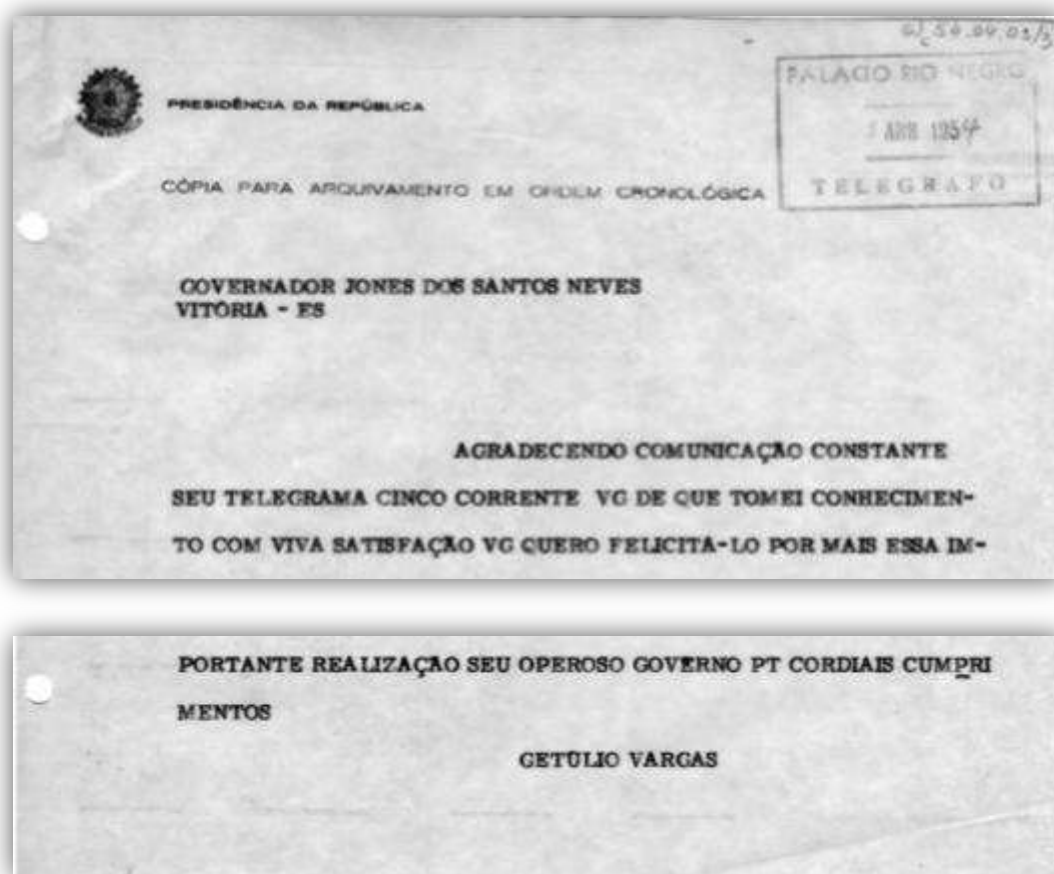


Figura 12: Telegrama datado de 08/04/1954 de Getúlio Vargas em resposta a Jones dos Santos Neves
Fonte: www.cpdoc.fgv.br

O governo Jones dos Santos Neves foi marcado por diversas intervenções territoriais em Vitória e nas regiões adjacentes. A realização de um importante aterro de 96.000 m², que deu origem à Esplanada da Capixaba, visava à ampliação e ao aparelhamento do porto de Vitória. A obra, que durou todo o mandato estadual, teve início em maio de 1951, encontrando-se praticamente finalizada em janeiro de 1955. O material de aterramento foi dragado da baía de Vitória, tendo sido utilizados blocos de concreto ciclópico para execução do enrocamento.²³⁰

Santos Neves iniciou também as obras de aterro entre o Forte de São João, a Ilha de Santa Maria e o bairro de Bento Ferreira. Essas obras foram denominadas “aterro e recuperação de mangais”. Os desmontes de pedreiras em Bento Ferreira e Ilha de Santa Maria deram origem ao material empregado no enrocamento de 3,2 km, realizado em toda a extensão do forte de São João até a Ilha de Santa Maria. A área

²³⁰ O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 11-5, nota 184.

recebeu obras de drenagem, tendo sido pavimentados 28.435 m² de ruas.²³¹ O governo do estado colocou à venda 355 lotes na região, esperando obter um lucro no montante aproximado de 67% sobre o custo das obras, previsão que, infelizmente, não se realizou. A baixa procura para compra dos lotes, por parte da população, frustrou as expectativas governamentais, sendo vendidos apenas alguns terrenos, e ainda assim, em prestações, o que impediu o retorno imediato do investimento realizado.

“A conclusão de tôda a obra está prevista para o próximo semestre, pretendendo o Govêrno, antes disso, colocar à venda os lotes resultantes da conquista daquela extensa área, por sem dúvida, das mais valorizadas desta Capital.”²³²



Figura 13: Projeto de urbanização da Esplanada da Capixaba
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

²³¹ O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 16-7, nota 184.

²³² ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 8-9, nota 165.



Figura 14: Enseada da Capixaba, antes das obras de aterro
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 15: Vista parcial da Esplanada da Capixaba após as obras de aterro
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

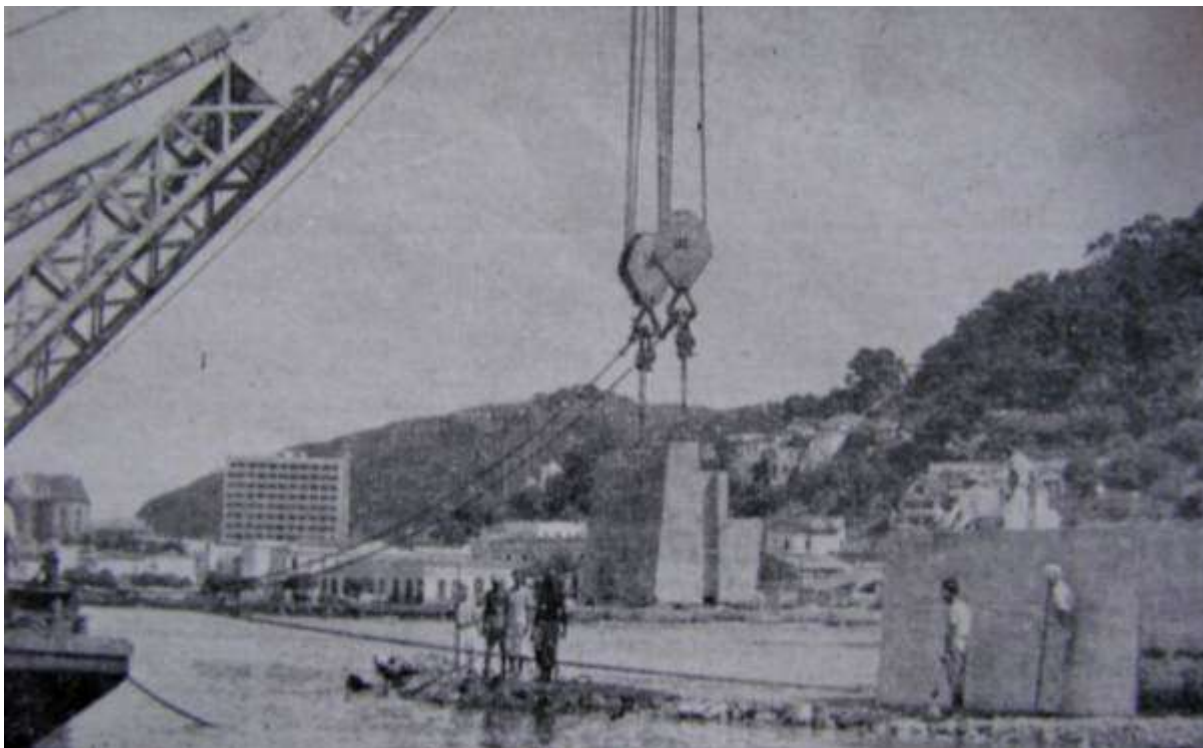


Figura 16: Assentamento de blocos na Esplanada da Capixaba
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958

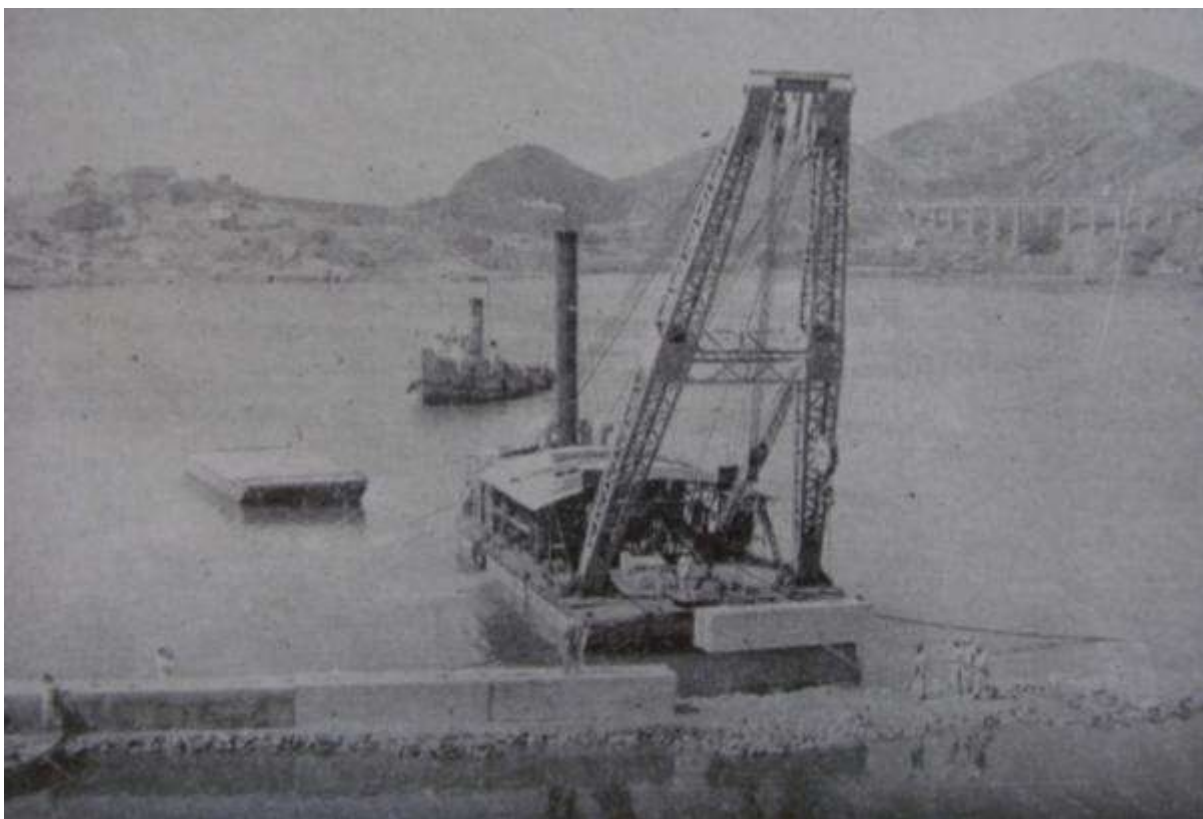


Figura 17: Assentamento de blocos de concreto ciclópico sobre a cortina de enrocamento na Esplanada da Capixaba
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

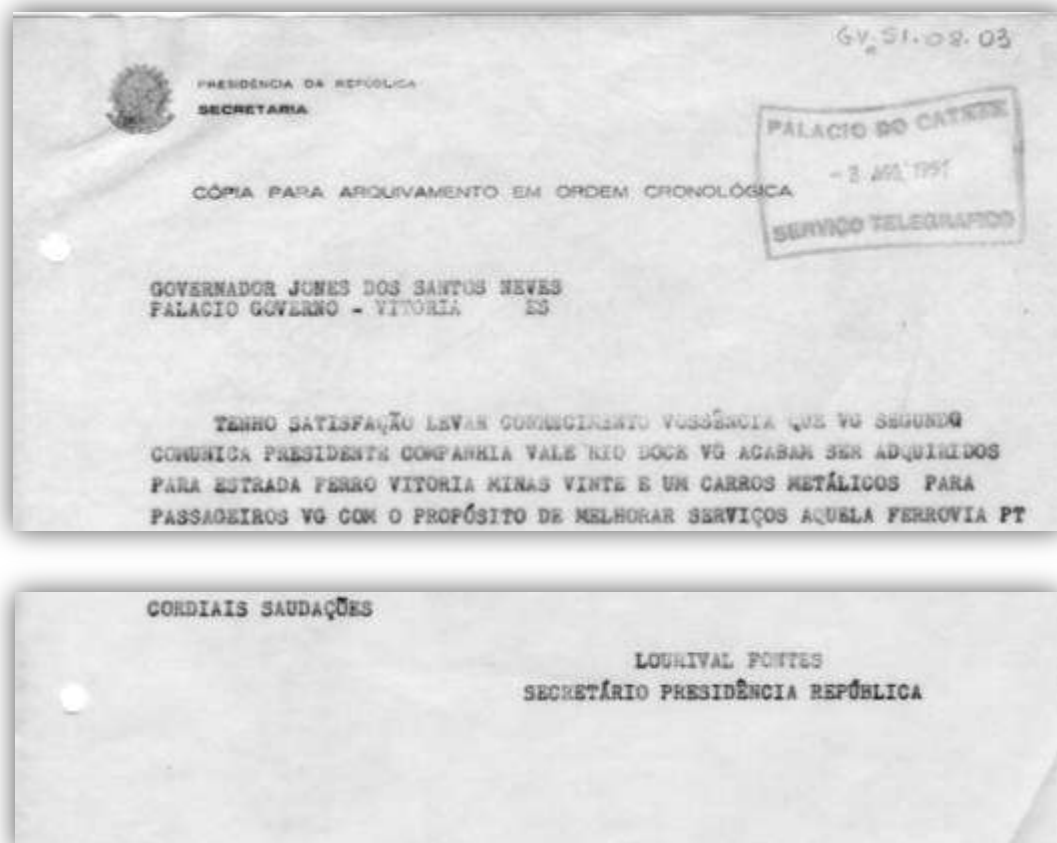


Figura 18: Telegrama 03/08/1951 de Lourival Fontes a Jones dos Santos Neves comunicando a aquisição de carros metálicos de passageiros para a Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Fonte: www.cpdoc.fgv.br



Figura 19: Vista da obra realizada entre o Forte de São João e Bento Ferreira
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

A mensagem de governo descreve minuciosamente o andamento dessas obras, confrontando com as gestões anteriores os ganhos em área aterrada. Vale ressaltar a importância que significava para o governo a incorporação dessas “áreas conquistadas ao mar”.

“É assim que, no item I do nosso planejamento, relativo às obras portuárias de Vitória, o ritmo acelerado de trabalho vence prazos prefixados e ultrapassa, em certos setores, as previsões mais favoráveis. A prova dessa assertiva se patenteia pela observação das áreas conquistadas ao mar, nos atêrros de Bento Ferreira e Capixaba. Na primeira já atingimos a 400.000 m² e na

segunda a 45.000 m². Para confronto desses números, basta citar o cálculo feito dos aterros efetuados, há tempos, na antiga área do Campinho e do atual Cais Comercial, no total de 255.000 m². O que importa em dizer que, em menos de dois anos, a nossa administração já conseguiu incorporar à Ilha de Vitória quase o dobro da área conquistada em todos os períodos de sua história.”²³³

Essas intervenções criaram um impacto direto na configuração espacial do território da capital. Segundo estudos de José Francisco Bernardino Freitas, o governador demonstrava claras intenções quanto à expansão da capital.

“[...] Santos Neves considera a necessidade de ganhar terras para promover as atividades inerentes ao Porto de Vitória no centro da cidade e promove o aterro da Esplanada Capixaba, da mesma forma que promove aterros em Bento Ferreira, também com propósitos explícitos de expansão territorial. Na visão do governante, a cidade precisava crescer fisicamente para acomodar o desenvolvimento previsto. A expansão como concebida por Neves passa a tomar, o rumo das praias.”²³⁴

Conforme mencionado no segundo capítulo deste trabalho, Santos comenta que a partir das décadas de 1940 e 1950, “os nexos econômicos ganham enorme relevo”, impondo-se às dinâmicas urbanas no território. Constata-se, nessa fase, a prevalência da “lógica da industrialização”, enquanto “processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipar o território para torná-lo integrado”.²³⁵ No caso em estudo, tal processo se mostra de forma clara, na medida em que as decisões econômicas refletem-se diretamente na expansão do território da capital, em consequência da ampliação da área retroportuária.

²³³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 8, nota 165.

²³⁴ FREITAS, op. cit., p. 14, nota 164.

²³⁵ SANTOS, op. cit., p. 24-7, nota 124.

A mensagem de governo alega como justificativa para as obras de melhoramentos portuários a importância de se dar continuidade às obras realizadas em gestões anteriores.

“O Pôrto de Vitória, com sua baía suntuosa, cheia de belíssimos quadros, é uma verdadeira dádiva da Natureza ao povo capixaba. E o Homem, no desejo natural do progresso, vem procurando retocar com pinceladas de ouro o que encontrou de mais sublime. E assim, os administradores anteriores, mesmo com sacrifícios diversos, procuraram dotá-los dos melhoramentos indispensáveis. Deixar paralisado o que foi encontrado não seria justo. Reclamava que se prosseguisse, aumentando ainda mais a sua capacidade, reaparelhando completamente com novas máquinas para que tivesse a sua perfeita finalidade, facilitando a indústria, o comércio e a lavoura dêsse Estado, na exportação e importação.”²³⁶

Diversos foram os melhoramentos realizados no cais comercial. Visando à melhoria do serviço de manutenção dos equipamentos que atendiam ao porto de Vitória, o governo do estado construiu uma oficina para reparos, no bairro de Bento Ferreira. Além disso, construiu um frigorífico para armazenamento de mercadorias e produção de gelo e uma usina de laticínios que funcionava dentro do próprio frigorífico. A fim de dar ao porto maior autonomia, colocou em funcionamento um estaleiro para manutenção de grandes navios e para construção de navios de ferro e madeira de até duas mil toneladas. Vários equipamentos foram importados: nove guindastes elétricos, um guindaste sobre rodas a diesel, motores, empilhadeiras mecânicas, sondas e caçambas para descarga de carvão e coque.²³⁷

As palavras do governador demonstram a preocupação em elevar a profundidade do canal e diminuir sua sinuosidade, por meio da realização de obras de dragagem, a fim de permitir que embarcações de maior porte adentrassem na baía:

²³⁶ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 73, nota 165.

²³⁷ **O ESPÍRITO** Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 18-9, nota 184.

“Em 1952 foram dragados 390.893 m² de materiais diversos, e apesar de vários acidentes ocorridos com as dragas ‘Sand Master’ e ‘Rio Branco’, é confortador verificar-se, pelo próprio testemunho da Praticagem, que não só a profundidade do canal, bacias e poços, está bastante melhorada, como a sinuosidade do canal, nos pontos mais difíceis, se encontra sensivelmente diminuída.”²³⁸

Os impactos sofridos pela capital em função da ampliação das atividades portuárias eram visíveis. Vitória dinamizava-se a cada dia e assumia gradativamente sua vocação polarizadora, preocupação tão enfatizada desde o século XIX pelos governantes capixabas.

“O Espírito Santo recresce, dia a dia, e Vitória, centro de convergência de suas atividades febris, deixa de ser uma Cidade-escala para se transformar no valor positivo de uma Cidade-pôrto.”²³⁹

²³⁸ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 9, nota 165.

²³⁹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 36, nota 179.



Figura 20: Oficina de Bento Ferreira
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

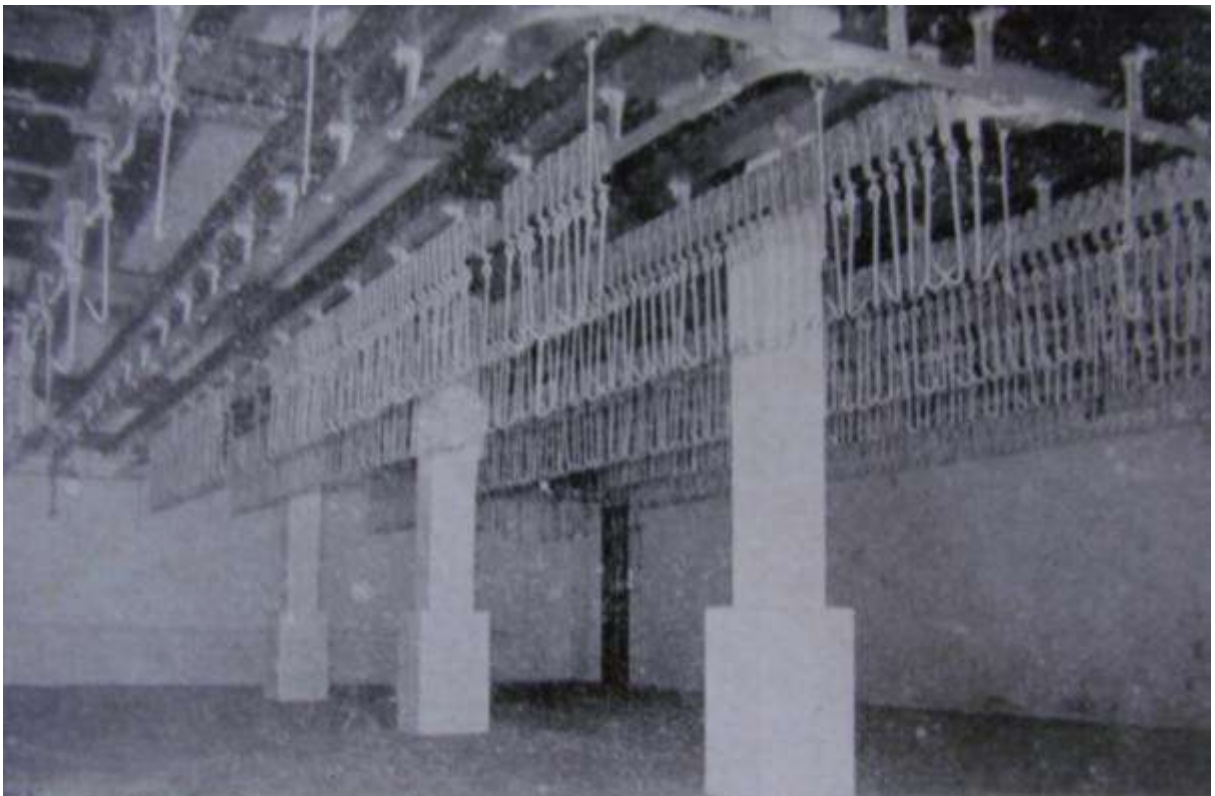


Figura 21: Vista de uma das câmaras frigoríficas
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

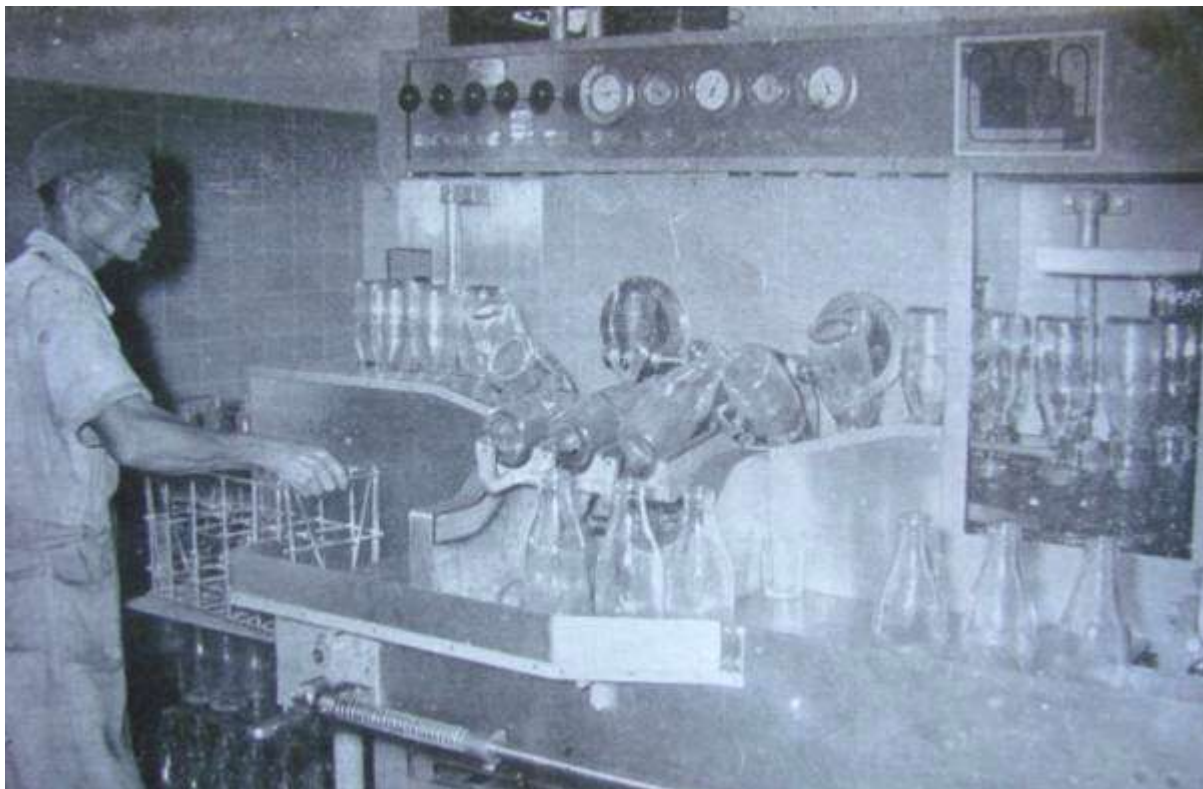


Figura 22: Usina de laticínios instalada no frigorífico
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 23: Início das obras de construção do Armazém 4
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 24: Vista aérea do cais acostável de Paul
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 25: Vistas do canteiro de serviço da Capuaba - construção dos tubulões de concreto para o cais acostável de Paul

Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

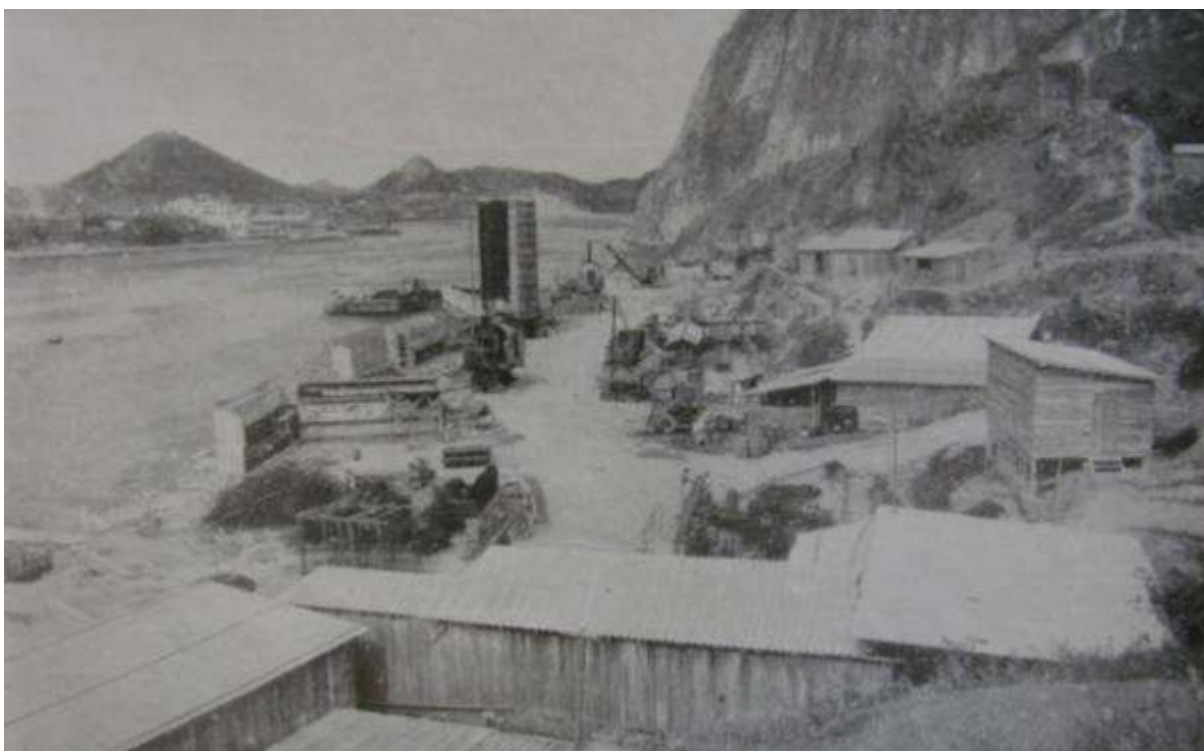


Figura 26: Vistas do canteiro de serviço da Capuaba - construção dos tubulões de concreto para o cais acostável de Paul

Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

As intervenções no porto previam a ampliação da faixa portuária no sentido do continente, demandando obras complementares no cais de minério em direção às ferrovias de Argolas e Pedro Nolasco.²⁴⁰ Na Enseada do Paul, do outro lado da baía, em Vila Velha, foram cravados os primeiros tubulões para construção desse porto, cujo projeto e orientação técnica couberam à empresa Engenharia Civil e Portuária S/A. Essa foi a primeira obra estadual realizada em concreto protendido, tendo sido custeada pelo governo federal. Esse cais destinava-se à comercialização de cargas pesadas, principalmente de produtos siderúrgicos.²⁴¹ As palavras do governador afirmavam a confiança no incremento da economia estadual por meio da modernização portuária:

“As instalações da Capuaba para produtos petrolíferos já se encontram também, em sua primeira fase, quase concluídas, prevendo-se para breves meses o funcionamento da terminal oceânica contratada pela Texas (South America) Ltda., o que representará notável benefício para a nossa economia, em decorrência da prevista e imediata redução nos preços da gasolina, lubrificantes e combustíveis.”²⁴²

“Dentro de breves dias aportará a Vitória o primeiro petroleiro para descarregar, pelo oleoduto da Capuaba, o combustível importado, concorrendo, assim, para a redução do preço dessa matéria prima do progresso.”²⁴³

A seguir, é apresentado um panorama da evolução do volume de mercadorias transportadas pelos portos estaduais. Verifica-se que o transporte de mercadorias cresceu ao longo da gestão de Santos Neves, tendo chegado ao seu ápice em 1954, com 15.136 toneladas transportadas, o equivalente a um salto percentual de 39,24% em relação ao ano anterior. É interessante observar que a tendência de crescimento permaneceu após o término de seu mandato. Em 1955, foram transportados por navegação, um percentual a maior da ordem de 18,43% de mercadorias em toneladas, em relação ao ano de 1954.

²⁴⁰ FREITAS, op. cit., p. 11, nota 164.

²⁴¹ **O ESPÍRITO** Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 22-3, nota 184.

²⁴² ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 8, nota 165.

²⁴³ Ibid., p. 10.

Dados para a navegação no estado	1952	1953	1954	1955	1957	1958
Número de passageiros	3.770	2.265	1.428	221	-	-
Mercadorias (toneladas)	11.607	10.870	15.136	17.927	15.780	12.782

Figura 27: Tabela demonstrativa de dados para a navegação no estado
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

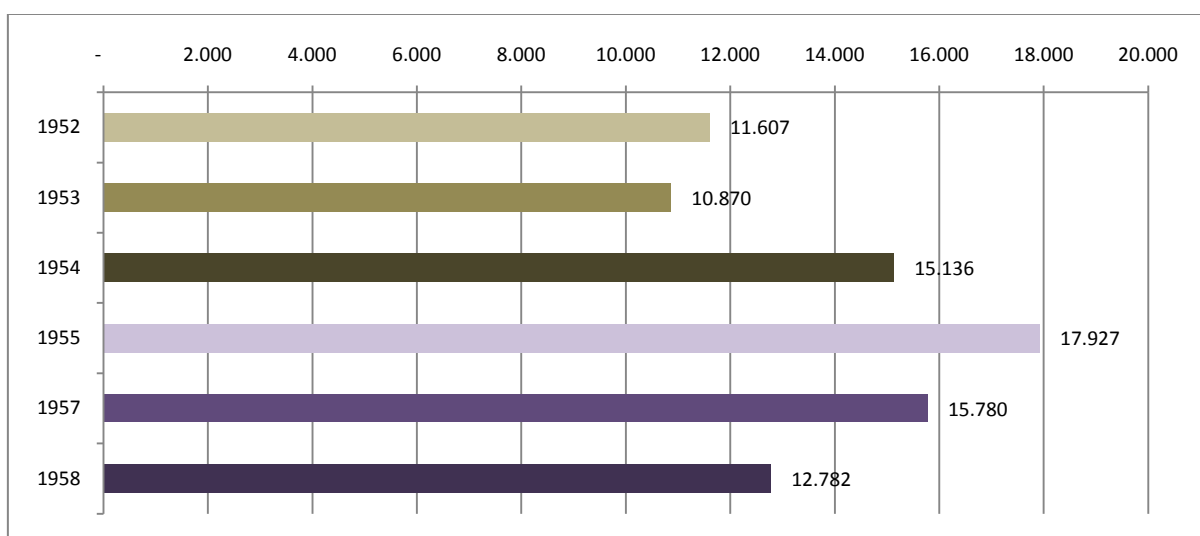


Figura 28: Gráfico demonstrativo das mercadorias transportadas por navegação em toneladas no estado
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Conforme mencionado anteriormente, a finalidade principal da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, criada em 1942, era dinamizar a exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, especialmente o minério de ferro. A criação da CVRD relacionava-se com a criação da CSN, sendo ambas as empresas, parte de um amplo projeto de desenvolvimento econômico, que buscava a industrialização nacional. Os anos 1950 marcariam a realização de maciços investimentos em infraestrutura, transformando decisivamente no longo prazo, o perfil socioeconômico dos municípios do estado do Espírito Santo, bem como dos estados localizados em sua área de influência.²⁴⁴ Tanto a CVRD quanto a CSN continuaram se fortalecendo ao longo dos anos.²⁴⁵

²⁴⁴ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 191-2, nota 50.

²⁴⁵ SILVA, op. cit., p. 149-53, nota 78.

“Graças à sólida orientação que a Cia. Vale do Rio Doce S. A. imprimiu aos seus negócios, o ano de 1952 foi de extraordinária atividade, no que toca às exportações de minério, pelo Pôrto de Vitória, sem falar no considerável volume de outras mercadorias de exportação e importação, escoadas pela sua ferrovia. [...] A média mensal de minério exportado, em 1952, foi de 125.584 toneladas, contra 106.164 toneladas em 1951. [...] Em 1951, a renda portuária resultante das exportações de minério foi de Cr\$ 2.549.956,00 e a de 1952 de Cr\$ 3.053.180,20, com o acréscimo bem animador de Cr\$ 465.244,20.”²⁴⁶

A mensagem de governo apresenta os principais itens transportados pelo cais comercial de Vitória, e embarcados na estação Pedro Nolasco, situada no município de Cariacica, com destino ao estado de Minas Gerais. Apresenta também os principais itens provenientes desse estado, para transporte via cais comercial. Observa-se que os itens transportados referem-se, em sua maioria, a gêneros correspondentes à produção de minério de ferro e afins.

“Nos transportes do Cais para Pedro Nolasco, preponderam as seguintes mercadorias, enumeradas por ordem decrescente de volume: carvão mineral, cremita, cimento, potassa, tambores de óleo, sal, trilhos usados, caminhões, madeira serrada, batatas e outras mercadorias.

De Pedro Nolasco para o Cais: ferro gusa, vergalhões, arame liso, madeira serrada, amarrados de tubos, madeira em toros, berilo brasileiro, migote de ferro, amarrados de chapas, barras de ferro, cantoneiras, trilhos usados, cortiça em placa, milho, sucatas de trilhos, artefatos de madeira e outras.”²⁴⁷

O movimento do cais comercial de Vitória mostrava-se em franca ascensão. Assim relata a mensagem de governo. Apresenta ainda, os principais itens comercializados

²⁴⁶ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 76, nota 165.

²⁴⁷ Ibid.

pelo porto. Nesse caso, os itens comercializados incluem também gêneros alimentícios.

“Continúa em franca ascensão o movimento de navios nesse Pôrto. Navios de quase tôdas as bandeiras do mundo têm visitado e operado no Pôrto de Vitória. [...] O movimento de exportação e importação do Pôrto de Vitória, continha em constante acesso, tendo sido bem animador o resultado registrado em 1952. [...] Como principais produtos de exportação foram registrados: arame liso, areia monasita, berilo brasileiro, café, cacau, ferragens, ferro gusa, feijão, madeira serrada, madeira em toro, minério de ferro, milho, trilhos usados, tubos de ferro, vergalhões, pedra britada, sulfato de cério, turfa, farinha de trigo, artefatos de madeira e outras mercadorias.

Os principais produtos de importação foram: arroz, cimento, carvão, farinha de trigo, gasolina, óleo lubrificante, sal, banha, bebidas, feijão, forragem, arame farpado, açúcar, cebolas, charque, farinha de mandioca, farinha de trigo, madeira serrada, milho, sabão e outras mercadorias.”²⁴⁸

²⁴⁸ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 77-8, nota 165.

4.6 Investimentos em energia e infraestrutura de transporte rodoviário

Conforme anteriormente comentado no primeiro capítulo deste trabalho, alguns meses após a investidura de Vargas em seu segundo mandato, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) publicou um relatório indicando qual seria a melhor estratégia para acelerar o crescimento econômico do país. O relatório afirmava a necessidade do estabelecimento de novas diretrizes econômicas, a fim de que o Brasil avançasse para um novo estágio de crescimento, preconizando o incremento da produção de bens de capital e da realização de investimentos nas áreas de infraestrutura de transportes e de energia elétrica. Em verdade, a necessidade de amplos investimentos maciços nessas áreas já havia sido diagnosticada ao final dos anos 1940, sendo a inexistência de uma infraestrutura adequada considerada um dos principais impasses ao avanço industrial do país. Com o retorno de Vargas ao poder, retomava-se essa política de investimentos.

Vale ressaltar, conforme mencionado anteriormente, a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI, em 1951, responsável pela formulação, em 1952, do Plano Geral de Industrialização, no qual se estabeleciam áreas prioritárias de investimentos nacionais, tais como produção de energia e produção de equipamentos para prospecção e refino de petróleo, dentre outras áreas estratégicas.

Em seguimento às diretrizes estabelecidas em âmbito nacional e, a fim de aumentar a cota per capita de geração de energia no estado, Santos Neves colocava em prática um Plano de Eletrificação, construindo inicialmente a usina hidrelétrica Grande Central de Rio Bonito, em parceria com a Construtora Nacional S/A e a A.E.G. Companhia Sul-Americana de Eletricidade.²⁴⁹

“Tão importante empreendimento, que aí está a desafiar o negativismo dos céticos, constitui um dos pontos altos da atual administração e representará, no futuro, o fundamento inicial de nossa rendição econômica.”²⁵⁰

²⁴⁹ O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 29-39, nota 184.

²⁵⁰ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 11, nota 179.

Com vistas a operacionalizar o serviço de distribuição de energia, o governador criou a companhia Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – Escelsa. Outras usinas hidrelétricas localizadas em João Neiva e Alfredo Chaves tiveram suas obras iniciadas, sendo também realizados estudos na bacia hidrográfica do rio Santa Maria por técnicos alemães, a fim de que fosse verificada a viabilidade de implantação de uma usina no local.²⁵¹ Com visão de futuro e atento à industrialização crescente, o governador afirmava sobre a construção das hidrelétricas:

“Os destinos industriais do Estado se encontram, assim, bem amparados e protegidos, robustecendo as nossas esperanças na grandeza futura do Espírito Santo.”²⁵²

“Não é o Espírito Santo um estado industrial, mas o futuro nos acena com diferente situação, tanto mais que várias indústrias européias estão desejosas de transferir-se para o Brasil, e poderá aproveitá-las quem tiver energia elétrica para fornecer. Se os chefes do Govêrno Estadual nos períodos administrativos seguintes estiverem dispostos a executar o que está planejado, teremos, sem dúvida, dentro de poucos anos, um parque industrial respeitável.”²⁵³

A inauguração da usina de Rio Bonito deu-se somente em 1960. Os empreendimentos em geração de energia viabilizaram a posterior expansão da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Ferro e Aço de Vitória.²⁵⁴

Comentou-se anteriormente que o impacto da política energética do governo Vargas obteve visibilidade apenas nas décadas seguintes. A infraestrutura criada em seu governo propiciou, somente nos períodos de governo posteriores, um efetivo incremento no consumo de energia elétrica. Da mesma maneira, deu-se o impacto da política energética implementada durante o período de governo de Santos Neves,

²⁵¹ **O ESPÍRITO** Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 29-39, nota 184.

²⁵² ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 13, nota 179.

²⁵³ Ibid., p. 260.

²⁵⁴ BITTENCOURT, op. cit., p. 381, nota 151.

que chegou a seu término sem apresentar um incremento significativo no consumo de energia.²⁵⁵

Santos Neves se encontrava ciente, portanto, de que suas realizações à frente do governo estadual no setor de geração de energia elétrica deveriam ter continuidade na gestão governamental subsequente. Os rumos políticos do estado, entretanto, frustrariam as expectativas do governador. Conforme comentado em capítulo anterior, seu sucessor, Lacerda de Aguiar, manteria as secretarias e instituições criadas por Santos Neves com vistas ao desenvolvimento industrial. Entretanto, as realizações nesse sentido seriam bem mais tímidas, sendo a orientação do novo governo, notadamente voltada a beneficiar a agropecuária estadual. Os grandes projetos de impacto econômico teriam lugar no Espírito Santo, somente a partir de 1964.²⁵⁶

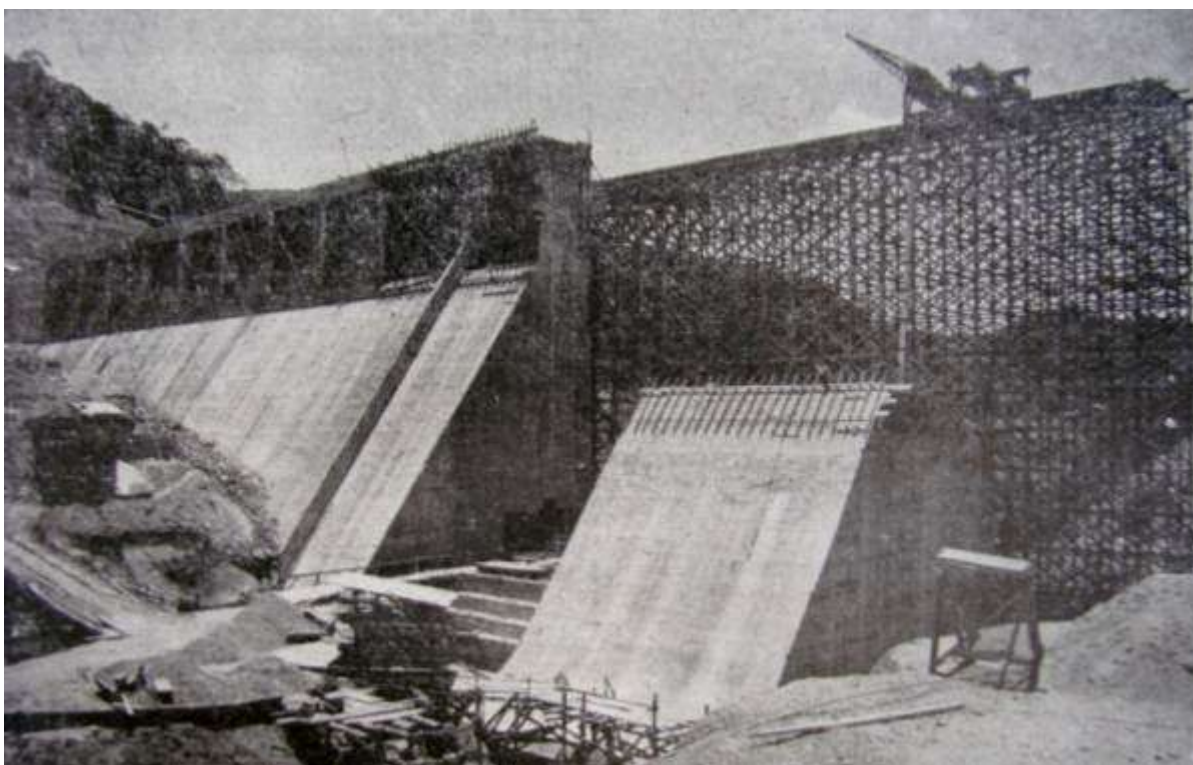


Figura 29: Usina hidrelétrica de Rio Bonito em construção
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

²⁵⁵ Conforme mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, os investimentos realizados na construção de usinas hidrelétricas levam aproximadamente cinco anos para surtir o retorno desejado.

²⁵⁶ BITTENCOURT, op. cit., p. 382, nota 151.



Figura 30: Usina hidrelétrica de Rio Bonito
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 31: Desembarque no porto de Vitória do material elétrico para a usina hidrelétrica de Rio Bonito
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

61652 06.16/3

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	CARRINHO DE ESTAÇÃO 
	DE: VITORIA -ES NR. 191 Pls. 180 Dl. 16 Hr. 1700
RECEBIDO DE: PYF3 Às 1710 Por JRS-HJT	
Endereço PRESIDENTE GETULIO VARGAS RIO	URGENTE

Getúlio Vargas

TENHO HONRA SATISFAÇÃO TRAZER CONHECIMENTO VOSSÊNCIA GOVERNO ESTADO ACABA ASSINAR CONTRATO CONSTRUÇÃO UZINA HIDRO-ELETRICA RIO BONITO, DISTANTE 35 QUILOMETROS COM ESTA CAPITAL, CAPACIDADE 24.000.CAVALOS E PRAZO ENTREGA 32 MESES. COMPLETA-SE COM ESSE ATO, PLANO VALORIZAÇÃO INSTITUIDO MEU GOVERNO, FICANDO TODOS SETORES, RODOVIARIO, OBRAS PORTUARIAS, FOMENTO AGRICOLA E ELETRIFICAÇÃO EM PLENA MARCHA. OBRAS CONSTRUÇÃO UZINA ELETRICA ESTAO A CARGO CONCEITUADAS FIRMAS COMPANHIA CONSTRUTORA NACIONAL E A.E.G. (COMPANHIA SUL AMERICANA ELETRICIDADE), VITORIOSAS NA CONCORRENCIA PUBLICA AQUI REALIZADA, JÁ ESTANDO GOVERNO ESTADO PROVIDENCIANDO PAGAMENTO PRIMEIRA PARCELA CONTRATO, CUJO TOTAL SERÁ CERCA 130 MILHÕES CRUZEIROS. DENTRO BREVES DIAS VOLTAREI PRESENÇA VOSSÊNCIA AFIM SOLICITAR PROVIDENCIAS PARA ABREVIAR EXPEDIÇÃO LICENÇA IMPORTAÇÃO ALEMANHA MAQUINARIA NECESSARIA, ORÇADA, APROXIMADAMENTE EM 34 MILHÕES CRUZEIROS. CONGRA-

TULANDO-ME COM VOSSÊNCIA PELO INICIO NO ESPIRITO SANTO DO VASTO E PATRIOTICO PROGRAMA DE VOSSÊNCIA NO SETOR DA ENERGIA ELETRICA, APROVEITO O ENSEJO PARA RENOVAR-LHE OS PROTESTOS DA MINHA ELEVADA ESTIMA E SOLIDA CONSIDERAÇÃO. -

JONES SANTOS NEVES


Dir. 17/6/52


Figura 32:Telegrama datado de 16/06/1952 de Jones dos Santos Neves para Getúlio Vargas comunicando a assinatura do contrato de construção da usina hidrelétrica do Rio Bonito pelo governo do Espírito Santo.



Figura 33: Telegrama datado de 20/06/1952 por Getúlio Vargas em resposta a Jones dos Santos Neves
Fonte: www.cpdoc.fgv.br

6453.09.10/4

	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		RADIOGRAMA		
	GABINETE MILITAR		SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO		
RADIOGRAMA					
DE: VITORIA ES		NR. 03	PIB.30	DL. 10	Hr. 10
RECEBIDO DE: YF-3		As.	Por	AFL-CBB	
Endereço	PRESIDENTE GETULIO VARGAS PALÁCIO CATÊTE - RIO				



Nº 2373.- TENHO A GRATA SATISFAÇÃO DE COMUNICAR A V.EXCIA QUE, PELO VAPOR "SANTA URSÓLA", ACABAM DE CHEGAR A ESTE PORTO OS TRES GRANDES TRANSFORMADORES, VINDOS DIRETAMENTE DA ALEMANHA, E DESTINADOS Á USINA DE RIO BONITO. CONGRATULANDO-ME COM V.EXCIA POR ESSA AUSPICIOSA NOTICIA QUE MARCA O INICIO DA IMPORTAÇÃO DO MAQUINARIO DA GRANDE CENTRAL ELETRICA, CUJA CONSTRUÇÃO MERECEU DE V.EXCIA OS MELHORES ESTIMULOS, PEÇO VENIA PARA SOLICITAR OS BONS OFICIOS DE V.EXCIA NO SENTIDO SER ABREVIADA SOLUÇÃO BANCO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

RESPEITOSAS SAUDAÇÕES

JONES DOS SANTOS NEVES
 GOVERNADOR ESTADO

Figura 34: Telegrama datado de 10/09/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre o transporte de maquinaria alemã destinada à usina de Rio Bonito.

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

Cal 53.09.10/4

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	CAMINHO DA ESTAÇÃO 
	DE: VITORIA -ES NR.218 Pgs. 47 Dt. 22 Hr. 0930
RECEBIDO DE: PYF-3 Às 0935 Por AZM-WJS.	
Endereço	PRESIDENTE GETULIO VARGAS PALACIO DO CATETE RIO

TENHO GRANDE SATISFAÇÃO COMUNICAR VOSSA EXCELENCIA EMBARQUE ALEMANHA, PELO S-S IZABEL, SEGUNDA REMESSA MAQUINARIA DESTINADA SUB ESTAÇÃO TRANSFORMADORA SESENTA SEIS MIL VOLTS DA GRANDE CENTRAL HIDRO-



ELETRICA RIO BONITO, EM RITMO ACELERADO DE CONSTRUÇÃO. ATTS.SDS.-

JONES DOS SANTOS NEVES
 GOVERNADOR ESPIRITO SANTO.

Figura 35: Telegrama datado de 22/10/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre o transporte de maquinaria alemã destinada à usina de Rio Bonito.

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

64.51.10 167

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	RADIOGRAMA				COMANDO EM CHEFE ESTACÃO 
	DE: VITÓRIA ES	NR. 144	Pls. 114	Dt. 16	Hr. 18,15
RECEBIDO DE: PYF-3 Às 18,20 Por AFL-DRV					
Endereço	PRESIDENTE GETULIO VARGAS PALÁCIO CATETE - RIO				

TENHO A GRATA SATISFAÇÃO DE COMUNICAR A VOSSA EXCELENCIA
 QUE, APÓS METICULOSOS ESTUDOS E PERSISTENTES CONVERSÇÕES, ACABO RE-
 CEBER HOJE PALAVRA FINAL DIREÇÃO GRUPO ALEMÃO KLOECHNER FIRMANDO DE-
 CISÃO INSTALAR VITORIA GRANDE USINA SIDERURGICA.

CONGRATULANDO-ME VS VIVAMENTE, COM VOSSA EXCELENCIA POR ESSE NOTAVEL
 EMPREENTIMENTO QUE O BRASIL, ALEM DA VITORIOSA INICIATIVA DE VOLTA RE-
 DONDA, FICARÁ A DEVER Á SABIA E PATRIOTICA INSPIRAÇÃO DE VOSSA EXCELEN-
 CIA, TEREI OPORTUNIDADE DE VISITA-LO, EM BREVE, PARA SOLUCIONAR PEQUE-
 NOS DETALHES DA CONCRETIZAÇÃO DESSE IMPORTANTE PROJETO DEPENDENTE AGORA
 APENAS DAS PROVIDENCIAS COMBINADAS COM O GOVERNO BRASILEIRO.

RESPEITOSAMENTE
 JONES DOS SANTOS NEVES
 GOVERNADOR ESTADO

Figura 36: Telegrama datado de 16/10/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas comunicando decisão do grupo alemão Kloechner de instalar Usina Siderúrgica em Vitória
 Fonte: www.cpdoc.fgv.br

Conforme mencionado no terceiro capítulo deste trabalho, Milton Santos comenta que, ao final da Segunda Guerra Mundial, dava-se início no país a diversos investimentos públicos em infraestrutura de transportes, efetuando-se a ligação entre estradas de ferro já construídas e construindo-se novas rodovias. Verificava-se uma integração do território, por meio da conexão entre as diferentes regiões brasileiras. Esse período perduraria até o final da década de 1960.²⁵⁷

De fato, esse processo pode observado no estado do Espírito Santo, à ocasião. Santos Neves colocava em prática o Plano Rodoviário, que propunha a ligação entre

²⁵⁷ SANTOS, op. cit., p. 36, nota 124.

os principais municípios do estado. Os recursos para viabilização do plano foram obtidos por meio do Fundo Rodoviário, que majorava em 0,05% o imposto sobre vendas mercantis. Com esses recursos, o governo estadual construiu diversas rodovias, tais como a Rodovia Pedro Nolasco, que ligava Vitória a Colatina e a rodovia de ligação entre Cachoeiro de Itapemirim e Guaçuí. Também foi construído um trecho entre Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, bem como asfaltados trechos entre Vitória, Safra e Cachoeiro de Itapemirim. As obras rodoviárias totalizaram cerca de 923 km de estradas construídas, 241 km de estradas recuperadas, 100 km de pavimentação e 2,2 km de pontes.²⁵⁸ Preocupava-se o governador, em interligar o norte e o sul do estado por meio de um sistema rodoviário, sabendo de antemão que essa seria uma condição básica para o desenvolvimento econômico do estado.

“Como é de vosso conhecimento, comporta o ‘Plano de Valorização’, no capítulo rodoviário, a construção de um sistema de ligação perfeita, entre o norte e o sul do Estado, através do pôrto de Vitória, estuário natural da nossa produção. Imprimiu-se em 1952, um ritmo mais acelerado na construção desses trechos, logrando obter um rendimento cêrca de três vezes maior do que no ano anterior.”²⁵⁹

²⁵⁸ **O ESPÍRITO** Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 40-59, nota 184.

²⁵⁹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 12-3, nota 165.

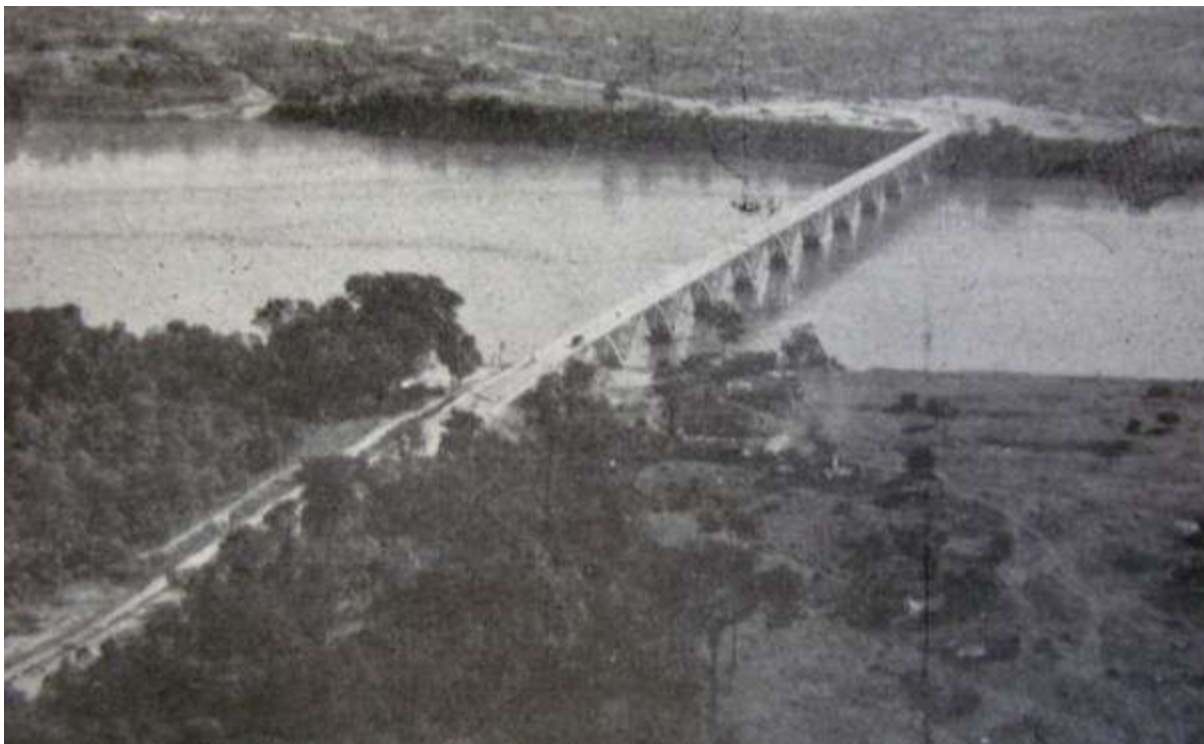


Figura 37: Ponte sobre o Rio Doce, em Linhares
 Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

ENCERTECO	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOTELEGRAMA			INDICAÇÕES DO SERVIÇO 2 JUN 1954	
	-URGENTE- EMBAIXADOR LOURIVAL FONTES PCATETE - RIO			CARIMBO 2 JUN 1954 NR.1030	
DE: VITÓRIA ES NR.28 PLS. 75 DT. 2 RECEBIDO DE PYF-3 AS 1050 POR AZM JOS					
E ASSINATURA	N. 857 DE 1-6-54. CUMPRIMENTANDO CORDIALMENTE PREZADO EMINENTE AMIGO, PEÇO FINEZA COMUNICAR EXMº SRº PRESIDENTE REPÚBLICA ESTAREI RIO PROXIMO DIA 5 AFIM CONVIDAR OFICIAL S.EXCIA.PARA NOS HONRAR SUA PRESENÇA INAUGURAÇÃO PONTE PRESIDENTE GETULIO VARGAS, SOBRE RIO DOCE, QUE LIGARÁ NORTE AO SUL ESTADO. SENDO MINHA VIAGEM EXCLUSIVAMENTE PARA ESSE CONVITE E COMBINAÇÃO DATA E DETALHES INAUGURAÇÃO,				
	ESTIMARIA OBTER AUDIENCIA BREVE PARA NÃO RETARDAR MEU REGRESSO. GRATO. COS.BOS.- JONES DOS SANTOS NEVES - GOV.ESP.SANTO.				
TEXTO					

Figura 38: Telegrama datado de 02/06/1954 de Jones dos Santos Neves a Lourival Fontes solicitando audiência com Getúlio Vargas a fim de convidá-lo para inauguração da ponte Getúlio Vargas, sobre o Rio Doce

Fonte: www.cpdoc.fgv.br



Figura 39: Getúlio Vargas e Jones dos Santos Neves na inauguração da ponte sobre o Rio Doce
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

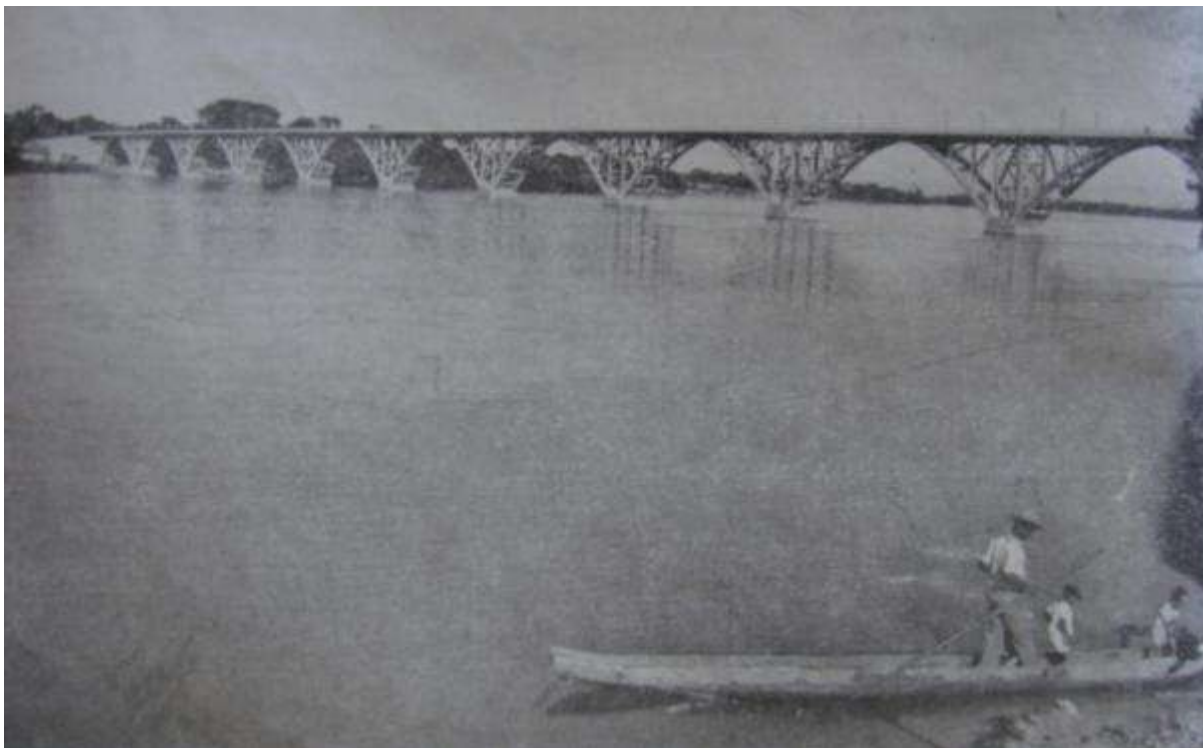


Figura 40: Vista panorâmica da ponte Presidente Vargas
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 41: Vista da ponte Presidente Vargas: “contraste entre o passado e o futuro”
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

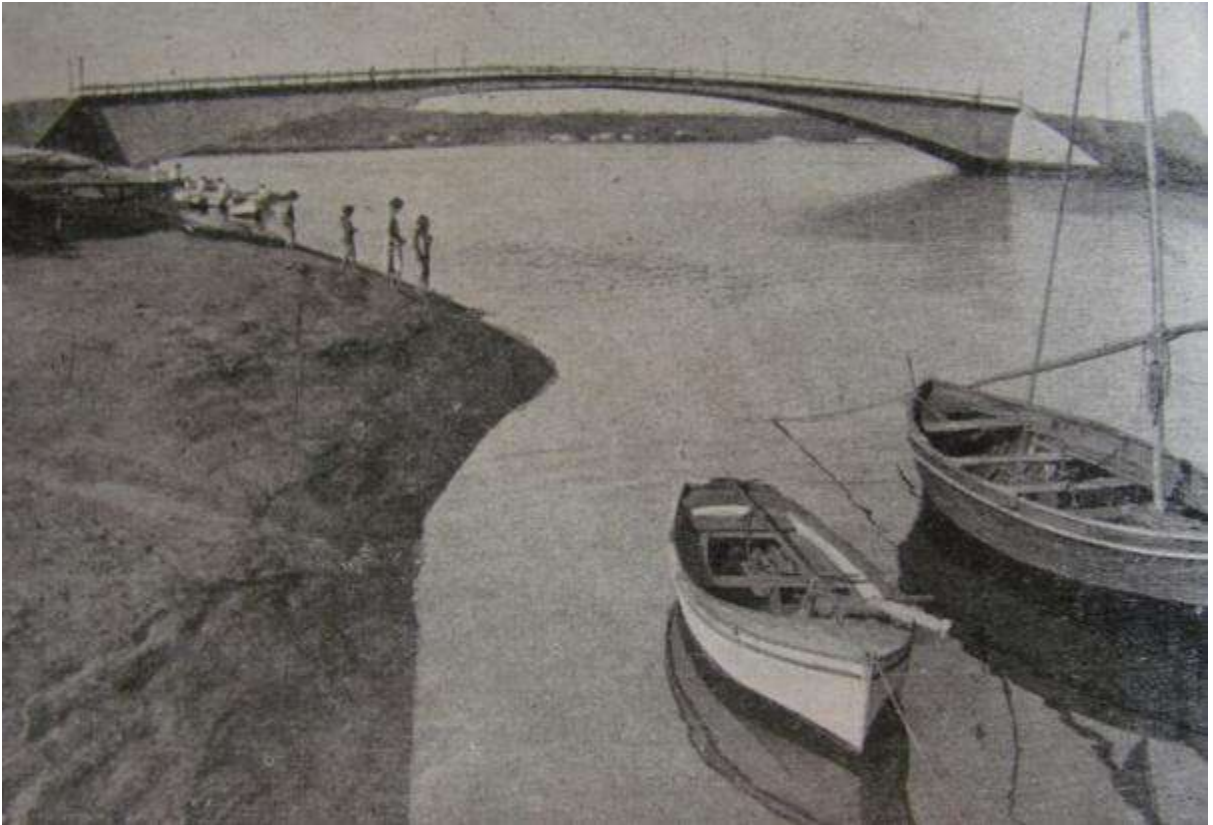


Figura 42: Vista panorâmica da ponte de Guarapari
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 43: Vista da ponte de Guarapari
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 44: Viaduto de São Torquato: passagem superior sobre a estrada de ferro Vitória - Minas
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 45: Rodovia Vitória - Colatina: passagem superior em João Neiva sobre a estrada de ferro Vitória - Minas
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 46: Ponte sobre o Rio Itaúnas em Morro D'anta
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 47: Ponte sobre o Rio Farinho: Santa Leopoldina – Rio Bonito
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 48: Ponte Fernando de Abreu, em Cachoeiro de Itapemirim
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 49: Ponte Águia Branca: Rodovia São Domingos – Barra de São Francisco
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

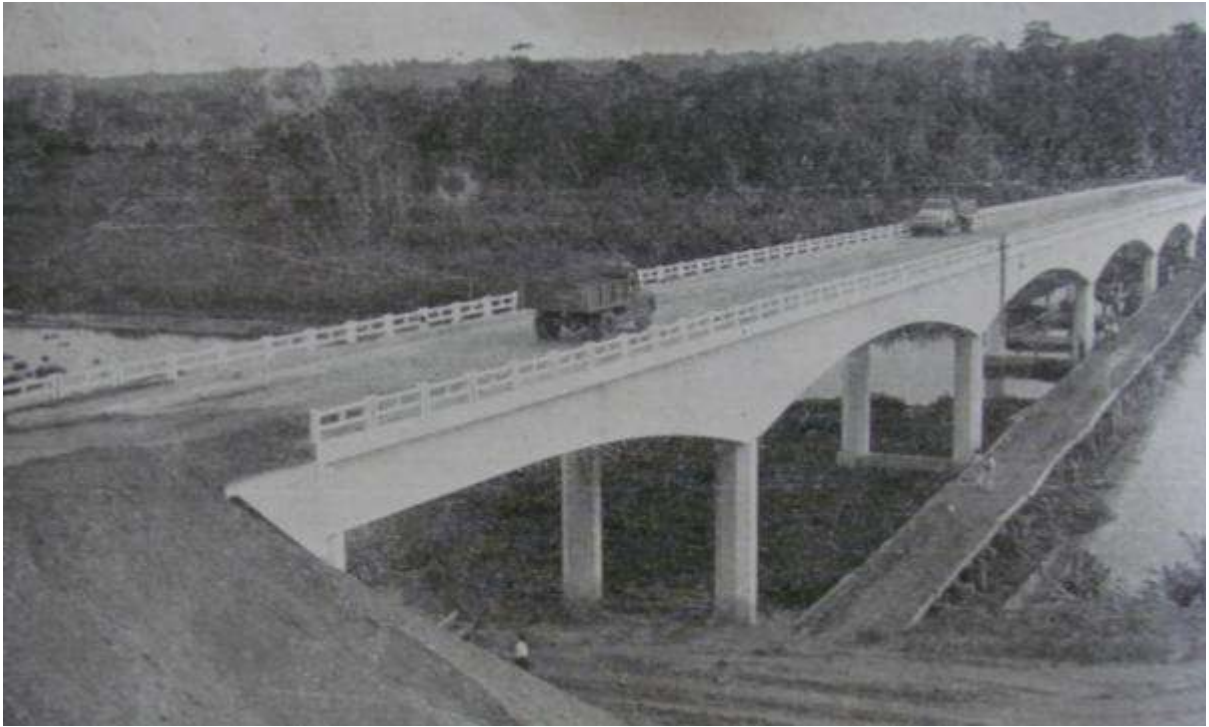


Figura 50: Ponte sobre o Rio São Mateus
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 51: BR 5: Vitória - Linhares
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

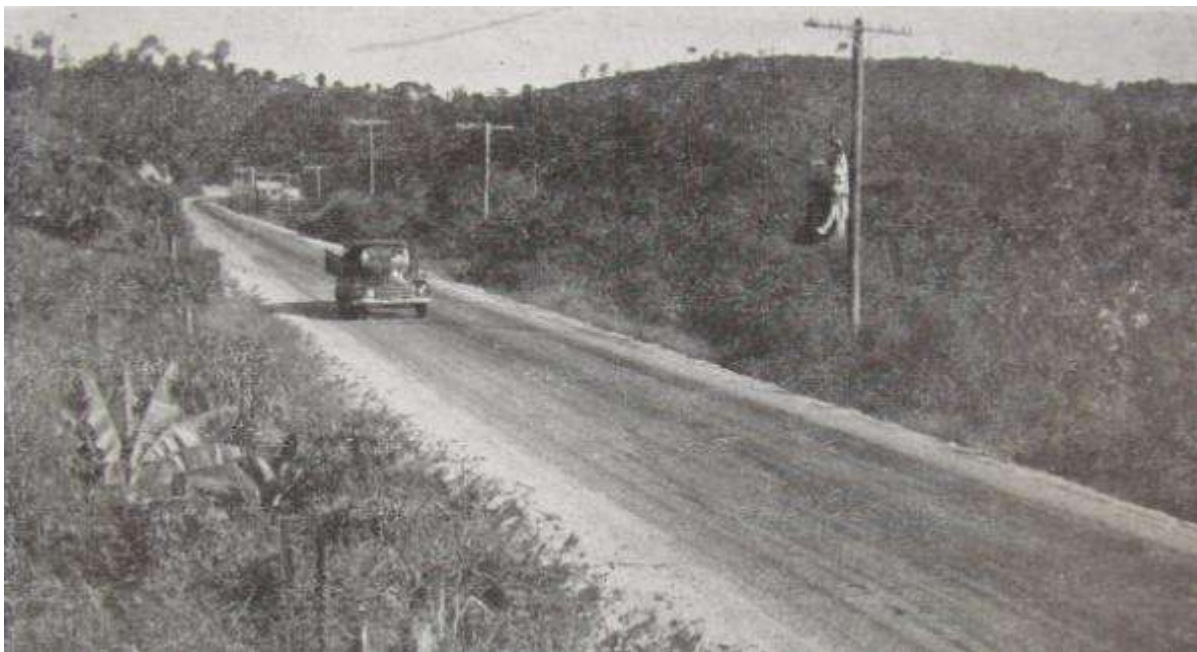


Figura 52: BR 5: trecho pavimentado Rio Novo - Iconha
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 53: Trecho pavimentado na rodovia Iconha Rio Novo: ao fundo, “o Frade e a Freira”
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

A preocupação em integrar o norte do estado à nova malha rodoviária fica clara na mensagem do governador. À ocasião, a região norte apresentava-se ainda pouco habitada e com um longo caminho a ser percorrido no sentido de seu pleno desenvolvimento. Entretanto, já vislumbrava Santos Neves, o potencial dessa região.

“Muito há, entretanto, ainda que fazer na constituição de novas malhas da nossa rêde rodoviária, sobretudo no norte do Estado, onde o espírito desbravador da nossa gente, vencendo a selva e subjugando as distâncias, prepara os alicerces de uma nova civilização.”²⁶⁰



O Plano Rodoviário buscava fortalecer o escoamento da produção rumo ao porto comercial. Essa a razão maior dos investimentos em obras de infraestrutura rodoviária.

“Igualmente animadores são os resultados auferidos pelo desenvolvimento dos trabalhos do ‘Plano de Valorização Econômica’, no setor rodoviário. Previstos para a conclusão no quinquênio, os trechos programados de Vitória-Colatina e Cachoeiro-Alegre-Guaçuí prosseguem ativamente. O primeiro, que denominámos ‘Rodovia Pedro Nolasco’, em homenagem ao grande pioneiro da penetração ferroviária ao longo do rio Doce, já se encontra com 60% ultimados, sendo de prever-se sua conclusão total, até o fim do corrente ano. Será uma rodovia de 1ª classe, construída sob um alto padrão técnico, em articulação com a BR-5 (Rio-Vitória-Salvador), e promoverá o escoamento rápido da volumosa produção do Norte do Estado para a Capital, estuário natural das nossas riquezas. A rodovia Cachoeiro-Guaçuí substituirá a antiga estrada pioneira e facilitará, grandemente, o transporte da zona sul, devendo as obras ser intensificadas no presente exercício.”²⁶¹

²⁶⁰ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 14, nota 165.

²⁶¹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 13-4, nota 165.

616 52.08 23/4

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	GABINETE DA ESTAÇÃO E DATA			
				
DE: VITÓRIA ES	NR. 232	Pls. 145	Di. 23	Hr. 1025
RECEBIDO DE:	PYF3	As 143	Por BNC - WJS	
Endereço	URGENTE URGENTE PRESIDENTE GETULIO VARGAS RIO			

1817 . TENHO A HONRA DE ENCAMINHAR A VOSSA EXCELENCIA, EM ANEXO, COPIA DO RADIOGRAMA QUE ESTOU DIRIGINDO AO SR MINISTRO FAZENDA TRANSMITINDO-LHE VEEMENTE APELO NO SENTIDO


SEJA CONCEDIDA LICENÇA IMPORTAÇÃO PARA 10.000 TONELADAS ASFALDO DESTINADAS PAVIMENTAÇÃO JA INICIADA RODOVIAS ESTADUAIS. ROGO VOSSA EXCELENCIA, COM MAIOR EMPENHO, NOS ATENDA NESTA EMERGENCIA. EM CASO CONTRARIO, SEREMOS FORÇADOS A PARALIZAR AS OBRAS E CRUZAR OS BRAÇOS, COM OS MAIS GRAVES PREJUIZOS PARA O ESTADO, QUE NAO SENDO PESADO AO ERARIO, COMO VOSSA EXCELENCIA BEM RECONHECEU, APENAS DESEJA QUE NAO SEJAM CRIADOS EMBAZAÇOS AO SEU ESFORÇO SILENCIOSO E PERTINAZ PARA A CONCRETIZAÇÃO IMEDIATA DAS SÁBIAS E PATRIÓTICAS DIRETRIZES INSPIRADAS PELO BENEMERITO GOVERNO DE VOSSA EXCELENCIA. RESPEITOSAS SAUDAÇÕES -

JONES DOS SANTOS NEVES
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 54: Telegrama datado de 23/08/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

G/52.08.23/4

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	CAMINHO DA ESTACÃO DATA 7 10 52 EST. ESTADUAL DE ESPÍRITO SANTO GABINETE MILITAR
	DE: VITÓRIA NR. 81 PIs. 62 Dt. 7 Hr. 15.00
RECEBIDO DE: PYF-3 As 15.15 Por ADE WJS	
Endereço PRESIDENTE GETULIO VARGAS RIO	

NR 2060. AO TER CONHECIMENTO CONCESSÃO LICENÇA IMPORTAÇÃO PARA
 3.000 TONELADAS ASFALTO, DEFERIDA PELO BANCO BRASIL PARA NOSSO
 ESTADO, VENHO APRESENTAR A VOSSA EXCELENCIA OS MEUS EFUSIVOS
 AGRADECIMENTOS POR ESSA MEDIDA QUE NOS PERMITIRÁ RETOMAR SER-

VIÇOS PAVIMENTAÇÃO RODOVIAS ESTADUAIS, DENTRO SUPERIORES DIRE-
 TRIZES BENEMERITO GOVERNO VOSSA EXCELENCIA. RESPEITOSAS SAUDA-
 ÇÕES.


JONES DOS SANTOS NEVES
 GOVERNADOR ESPÍRITO SANTO

Piv. 9/10/52
R

Figura 55: Telegrama datado de 07/10/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

GL 52.02.25/4

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	RADIOGRAMA			
	DE: VITÓRIA ES	NR. 245	Pls. 142	Dt. 20 Hr. 10,00
RECEBIDO DE: PYF-3		Às 10,30 Por AFL-BLV		
Endereço	PRESIDENTE GETULIO VARGAS U R G E N T E PALÁCIO CATÊTE - RIO			

AO REASSUMIR O GOVERNO DO ESTADO, CUMPRO O GRATO DEVER DE TRANSMITIR A V. EXCIA A EXPRESSÃO DO MEU VIVO RECONHECIMENTO PELAS PROVAS DE CONSIDERAÇÃO E APREÇO RECEBIDAS DE V. EXCIA, DURANTE A MINHA BREVE ESTADA NESTA CAPITAL. CONFORTADO PELO GENEROSO ACOLHIMENTO DE V. EXCIA, QUE SOBRE-

MODO ME DESVANECEU, TOMO LIBERDADE DE VIR SOLICITAR SUA PRECIOSA INTERFERENCIA JUNTO AO EXMO SR. MINISTRO FAZENDA NO SENTIDO DE SER ABREVIADA SOLUÇÃO EMPRESTIMO BANCO BRASIL, AINDA NÃO DECIDIDO PELO CONSELHO SUPERINTENDENCIA MOEDA CREDITO, APÓS DUAS REUNIÕES REALIZADAS. NA ESPERANÇA MERECER BREVE DECISÃO FAVORAVEL PARA ESSE PROBLEMA DE VITAL INTERESSE DO ESPIRITO SANTO, AGRADEÇO, DE ANTEVÃO, AS PROVIDENCIAS DE V. EXCIA A QUEM RENOVO AS MINHAS HOMENAGENS DE RESPEITOSA ESTIMA E CONSTANTE ADMIRAÇÃO.



ATENCIOSAS SAUDAÇÕES
 JONES DOS SANTOS NEVES
 GOVERNADOR ESTADO ESPIRITO SANTO

A. M. Neves

Figura 56: Telegrama datado de 20/11/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

64.52.08.23/4

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	CARIMBO DA ESTAÇÃO & DATA		
			
DE: VITÓRIA	NR. 4	Pls. 55	Dt. 1 Hr. 14.
RECEBIDO DE: PYF-3	Às 14.10	Por ADE WJS	
Endereço	PRESIDENTE GETULIO VARGAS RIO		

NR. 2279. AO TER CONHECIMENTO EMBARQUE AMERICA PRIMEIRA
 PARTIDA 6.500 TAMBORES ASFALTO PARA PAVIMENTAÇÃO NOSSAS RODOVIAS, CUMPRO
 GRATO DEVER TRANSMITIR VOSSA EXCELENCIA EXPRESSÃO SINCERO RECONHECIMENTO
 POVO E GOVERNO ESPIRITO SANTO PELA INESTIMAVEL COOPERAÇÃO DE VOSSA EXCE-

LENCIA SENTIDO SE CONCRETIZASSE TÃO RELEVANTE SERVIÇO. RESPEITOSAS SAU-
 DAÇÕES.

JONES DOS SANTOS NEVES
 GOVERNADOR ESTADO

Carilberto
01/12/52
etc

Figura 57: Telegrama datado de 01/12/1952 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas sobre a licença e o empréstimo do Banco do Brasil para importação de asfalto destinado a pavimentação de rodovias do Espírito Santo

Fonte: www.cpdoc.fgv.br

GU. 53. 01. 08/a

 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA GABINETE MILITAR SERVIÇO RADIOTELEGRÁFICO RADIOGRAMA	CARTÃO DA ESTAÇÃO			
				
DE: VITÓRIA	NR. 47	Pls. 90	Dt. 8	Hr. 9.30
RECEBIDO DE: PYF-3	As 10.05	Por	ADE WJS	
Endereço	PRESIDENTE GETULIO VARGAS			
	RIO			

NR 10 DE 7-1-953.

TENHO GRATA SATISFAÇÃO COMUNICAR VOSSA EXCELENCIA QUE ESTÃO SENDO DESEMBARCADAS NESTE PORTO 1.300 TONELADAS ASFALTO AMERICANO, CORRESPONDENTES PRIMEIRA PARTIDA RECEBIDA E DESTINADA OBRAS PAVIMENTAÇÃO RODOVIA VITÓRIA-
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, CUJOS SERVIÇOS PROSSÉGUEM RITMO ACELERADO. COM AS MINHAS CONGRATULAÇÕES, DESEJO EXTERNAR A VOSSA EXCELENCIA OS SINCEROS AGRADECIMENTOS DO POVO E GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO PELA INESTIMÁVEL COOPERAÇÃO RECEBIDA DE VOSSA EXCELENCIA PARA A CONCRETIZAÇÃO DESSA IMPORTANTE OBRA. RESPEITOSAS SAUDAÇÕES.

JONES DOS SANTOS NEVES
GOVERNADOR ESTADO

Paulo 9/2/57

Figura 58: Telegrama datado de 08/01/1953 de Jones dos Santos Neves a Getúlio Vargas comunicando desembarque de asfalto americano para a pavimentação da rodovia Vitória - Cachoeiro do Itapemirim.
Fonte: www.cpdoc.fgv.br

4.7 Economia estadual e fomento econômico

No período compreendido entre 1920 e 1940, observou-se um forte crescimento da produção industrial nacional, em oposição a uma redução no setor agrícola. O período compreendido entre 1933 e 1939 indica uma taxa de crescimento de 11,2% na indústria, contra apenas 1,7% de crescimento na agricultura nacional.²⁶² A crise do café iniciava-se em 1929, marcando o declínio de sua produção. Por outro lado, crescia a produção do algodão, destinada à exportação e à indústria têxtil nacional, tendo subido de 2% para 8,7% a participação brasileira na área mundial de plantio desse produto. A produção agrícola destinada ao mercado interno elevou-se significativamente, sendo produzidos em maior escala produtos como arroz, feijão, carne, açúcar, mandioca, milho e trigo, crescendo o valor total da produção agrícola de 36%, em 1925-29, para 48,3%, em 1939-43. O valor da produção de café declinava de 71,7% para 41,7% nesses mesmos períodos.²⁶³

Até 1950, ainda predominavam no estado do Espírito Santo as relações de produção familiares. O plantio do café era realizado em pequenas propriedades, ao contrário dos demais estados que formavam o bloco cafeeiro da Região Sudeste, nos quais a grande propriedade e as relações de produção capitalistas já eram predominantes. O fato é que a estrutura produtiva estadual ainda não havia sofrido os impactos das mudanças ocorridas no país após 1930.

	1951	1952	1953	1954	1955
Agropecuária	703797,62	501292,53	596641,36	578773,07	619755,63
Indústria	60594,62	66075,64	61121,10	65433,86	71334,35
Comércio	295035,45	205750,02	224118,18	227910,36	246287,25
Serviços	527212,36	476989,14	498435,79	512688,39	589364,01

Figura 59: Tabela demonstrativa dos valores dos Produtos Internos Brutos para o estado, período 1951 a 1955

Fonte: www.ipeadata.gov.br

²⁶² DINIZ, Ely. Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930 – 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978, p. 67, apud FAUSTO, op. cit., p. 392, nota 6.

²⁶³ FAUSTO, op. cit., p. 392, nota 6.

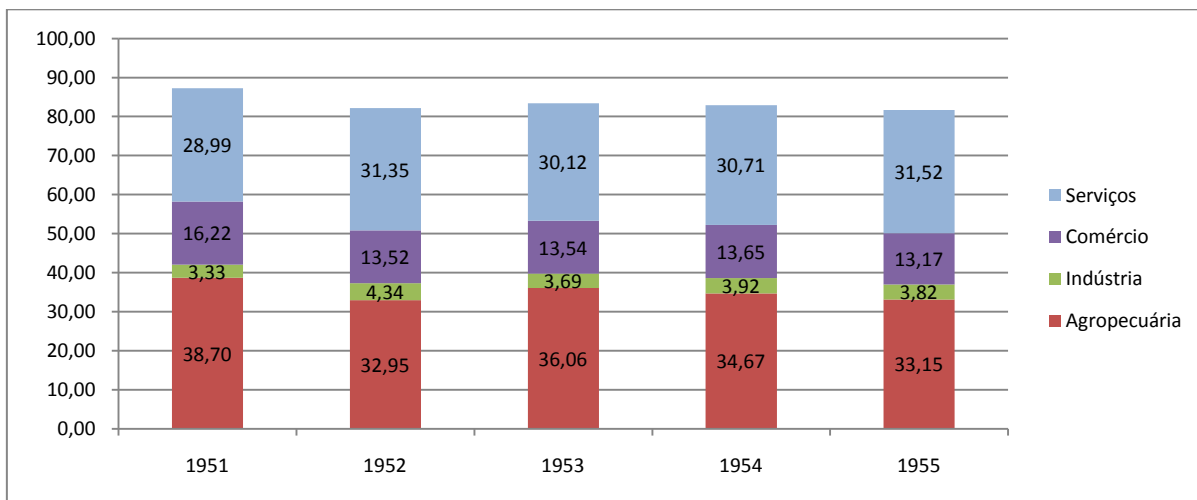


Figura 60: Gráfico comparativo entre os Produtos Internos Brutos de serviços, comércio, indústria e agropecuária para o estado, período 1951 a 1955

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Em todo o período do governo Santos Neves, o produto interno bruto estadual correspondente ao setor agropecuário foi o que mais se destacou, sendo seguido pelo relativo ao setor serviços. O PIB industrial apresentava-se pouco significativo, ficando entre 3% e 5% do total.

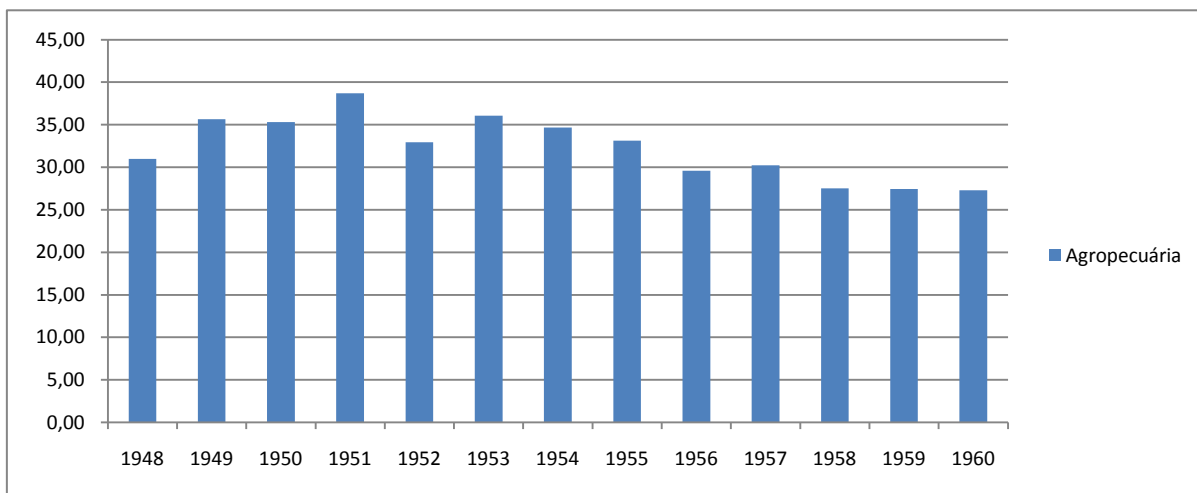


Figura 61: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo à agropecuária para o estado, período 1948 a 1960

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Analisando-se o PIB para o setor agropecuário, no período entre 1948 e 1960, verifica-se ter havido um destaque positivo para o ano de 1951, início do governo

Santos Neves, com visível elevação em relação ao governo anterior. Apesar da queda verificada no ano de 1952, pode-se afirmar que os níveis do PIB agropecuário mantiveram-se em ascensão durante o governo Santos Neves, mantendo-se em níveis elevados até 1960.

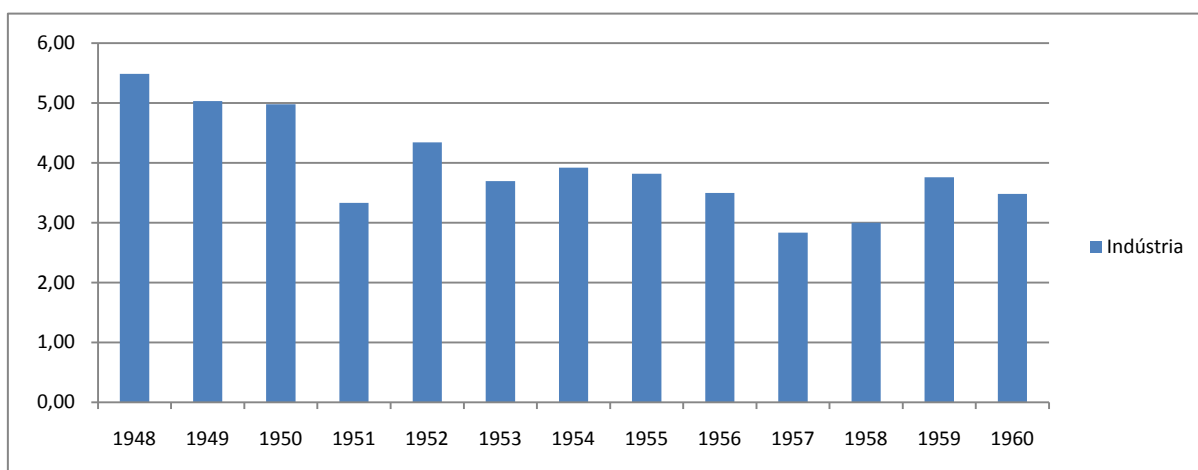


Figura 62: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo à indústria para o estado, período 1948 a 1960

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Analisando-se o PIB para o setor industrial, no período entre 1948 e 1960, verifica-se ter havido um destaque positivo para o ano de 1950, imediatamente anterior ao início do governo Santos Neves, com pequena queda no ano de 1951. Verifica-se também uma elevação notável no ano de 1955, último ano do mandato Santos Neves e primeiro ano do mandato Lacerda de Aguiar. Pode-se afirmar que uma nova elevação desses níveis somente pode ser verificada a partir de 1959.

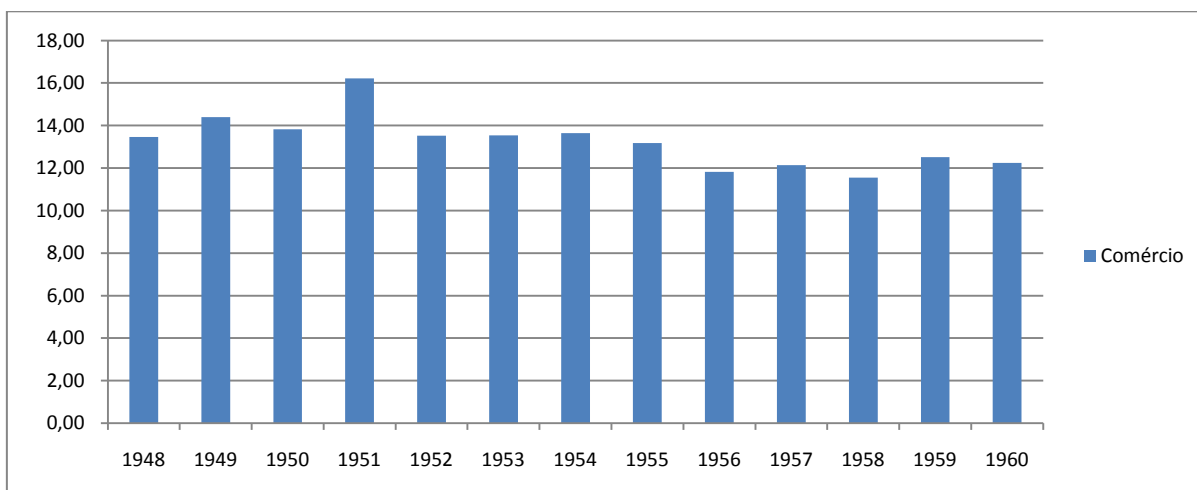


Figura 63: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo ao comércio para o estado, período 1948 a 1960

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Analisando-se o PIB para o setor comercial, no período entre 1948 e 1960, verifica-se ter havido um destaque positivo para o ano de 1951, início do governo Santos Neves, com visível elevação em relação ao governo anterior. Apesar da queda verificada no ano de 1952, pode-se afirmar que os níveis do PIB comercial mantiveram-se em ascensão durante o governo Santos Neves, mantendo-se em níveis elevados até 1960. Pode-se afirmar uma estreita correlação entre os níveis dos PIBs dos setores agropecuário e comercial, indicando que o comércio voltava-se prioritariamente aos produtos resultantes da produção agropecuária.

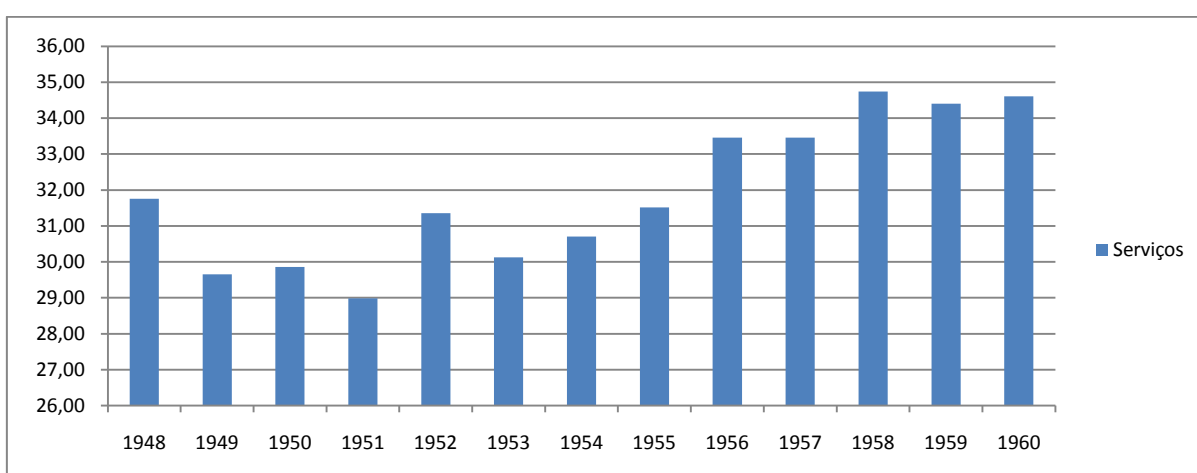


Figura 64: Gráfico demonstrativo do valor do Produto Interno Bruto relativo aos serviços para o estado, período 1948 a 1960

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Analisando-se o PIB para o setor serviço, no período entre 1948 e 1960, verifica-se ter havido um destaque positivo para o ano de 1951, início do governo Santos Neves, com visível elevação em relação ao governo anterior. Apesar da queda verificada no ano de 1952, pode-se afirmar que os níveis do PIB de serviços mantiveram-se em ascensão durante o governo Santos Neves. Observa-se ainda, uma elevação crescente durante os anos seguintes até 1960.

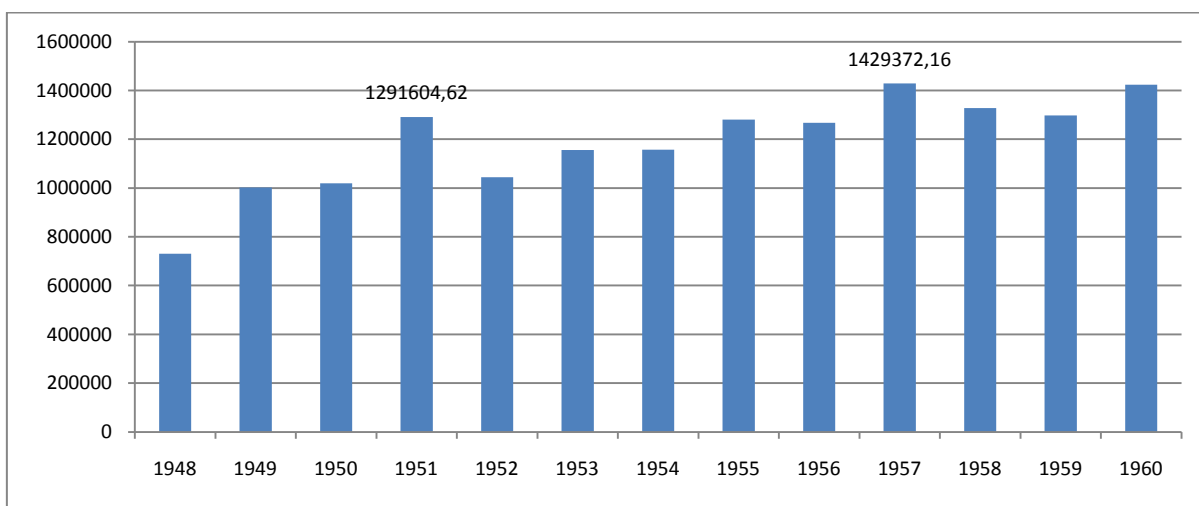


Figura 65: Gráfico demonstrativo da evolução do valor do Produto Interno Bruto para o estado, período 1948 a 1960

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Analisando-se o PIB geral para o estado, no período entre 1948 e 1960, verifica-se ter havido um destaque positivo para os anos de 1951, 1955, 1957 e 1960. Observa-se, entretanto, que de maneira geral, o PIB estadual não apresentou elevação significativa em valores absolutos, durante o período compreendido entre 1951 e 1960.

No início da década de 1940, a exportação do minério de ferro no Espírito Santo começava a despontar, em consequência das facilidades portuárias encontradas pelo estado de Minas Gerais.²⁶⁴ O café, somado às culturas de milho, arroz, feijão, cana de açúcar e mandioca, representava cerca de 90% da produção agrícola do Espírito Santo. Entretanto, a economia cafeeira era a que efetivamente se destacava dentre as demais culturas. O setor secundário não apresentava crescimento significativo, face à inexistência de infraestrutura para a indústria e ao isolamento do

²⁶⁴ SIQUEIRA, op. cit., p. 35, nota 223.

estado dentro da Região Sudeste. O setor secundário relacionava-se estreitamente com a agricultura. O café, embora computado na produção agrícola após beneficiamento, apresentava elevado valor e expressivo volume na produção industrial, sendo o beneficiamento correspondente a esse produto, superior a 50% do total da produção industrial.²⁶⁵

A economia local era composta basicamente pela produção de café e dela dependia fortemente. No entanto, os excedentes de capitais provenientes da produção cafeeira não resultavam no aquecimento da economia local, já que eram, em sua maioria, investidos nas áreas mais desenvolvidas da Região Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro. Por outro lado, o café tinha uma posição inquestionável como fonte geradora de rendas públicas para o estado. Esse fator foi primordial para determinar as ações governamentais, que àquela época, voltavam-se basicamente para o desenvolvimento da produção agrícola. Em 1950, o governador do estado, Carlos Lindemberg, ao final de seu mandato, afirmava que o desenvolvimento econômico seria alcançado por meio do incremento da produção agrícola:

“Cabe ao ES estimular cada vez mais os trabalhadores agrários, a fim de assegurar o sustento do seu povo e obter sobras para exportação. Mas esse incentivo deve ser a resultante de uma política de interiorização do processo. É preciso que em nosso território essencialmente agrícola, amparemos o homem do campo, assistamos o trabalhador rural, pois no campo está 68% da população ativa estadual. Somente com tal procedimento – assistência técnica, médica, sanitária, educacional e financeira, e conseqüentemente elevação do padrão de vida do homem do interior – a nossa agricultura será forte, progressiva e possibilitará o desenvolvimento da indústria estadual, marco de uma nova era na economia capixaba.”²⁶⁶

²⁶⁵ SIQUEIRA, op. cit., p. 36, nota 223.

²⁶⁶ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1947-1951: Lindemberg). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Estadual em 1950 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindemberg**, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória: [s.n.], 1950.

Lindemberg fortaleceu o setor agrícola, criando estruturas que garantiam a predominância do grupo agrofundiário na economia e na política estadual. Ampliando estradas, construindo pontes e escolas rurais, bem como realizando melhorias nas instalações portuárias do cais comercial de Vitória, Lindemberg buscou criar uma infra-estrutura básica, com vistas a facilitar o escoamento da produção agrícola, principalmente a cafeeira.

Assim sendo, por volta dos anos 1950, enquanto o país implementava o modelo de crescimento econômico baseado na substituição de importações pela produção industrial nacional, o estado do Espírito Santo permanecia ainda voltado para o campo, em descompasso com o modelo econômico adotado pelos centros mais dinâmicos da economia brasileira. Persistindo em uma economia agrário-exportadora, o estado mantinha-se na periferia do desenvolvimento na Região Sudeste.

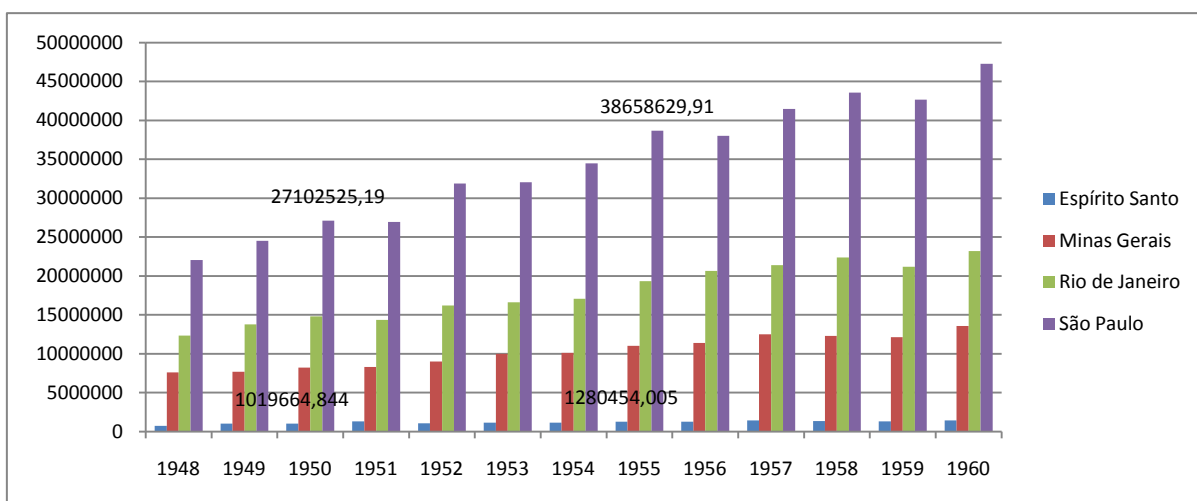


Figura 66: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos para os estados da região sudeste, período 1948 a 1960

Fonte: www.ipeadata.gov.br

O gráfico apresenta os valores dos produtos internos brutos dos quatro estados componentes da Região Sudeste, desde 1948 até 1960. Verifica-se, de fato, um distanciamento acentuado entre os valores do PIB do Espírito Santo e dos PIBs dos demais estados analisados. Apenas a título de exemplo, o PIB do Espírito Santo correspondia a menos de 2% do somatório dos PIBs da Região Sudeste, no período compreendido entre 1950 e 1955, conforme apresentado por meio do gráfico a seguir.

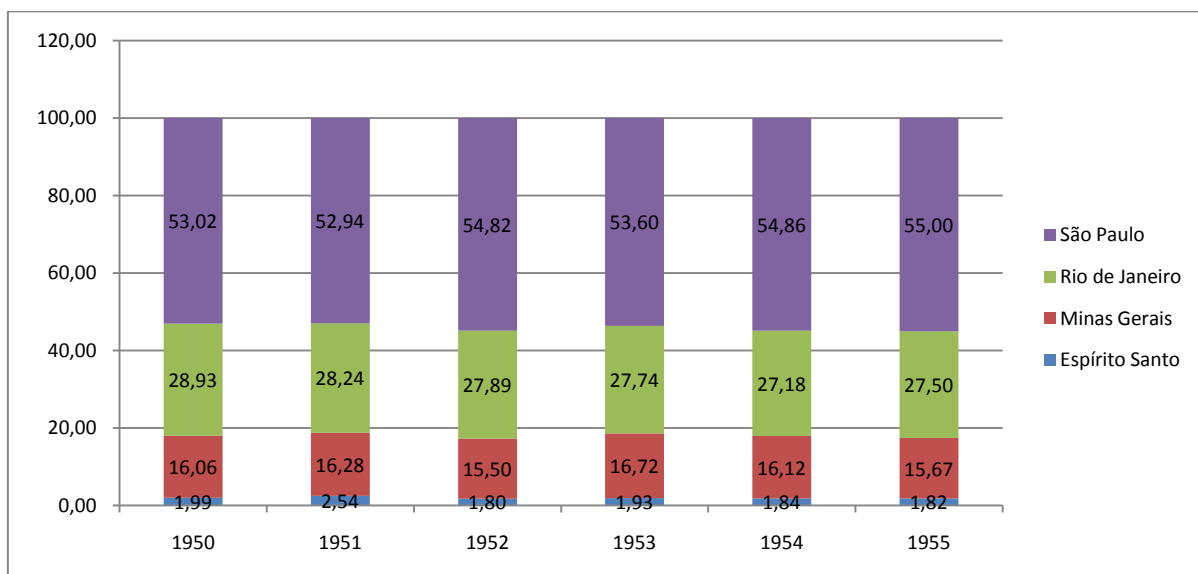


Figura 67: Gráfico comparativo dos valores percentuais dos Produtos Internos Brutos para os estados da região sudeste, período 1950 a 1955

Fonte: www.ipeadata.gov.br

No início da década de 1950, a produção industrial do estado era ainda inexpressiva e pouco diversificada. A indústria de transformação, pilar da industrialização capixaba, era composta majoritariamente por apenas quatro gêneros: produtos alimentares, madeira, têxteis e minerais não metálicos, sendo o primeiro, responsável por 76,7% do valor da produção industrial total. Dentro do gênero produtos alimentares, a atividade de beneficiamento do café era responsável por cerca de 60% do valor total da produção industrial. Em 1949, os estabelecimentos industriais eram de pequeno porte, sendo da ordem de 4,6, o número médio operários por estabelecimento. No Brasil, esse número correspondia quase ao triplo daquele apresentado pelo estado. Nessa década, o setor industrial apresentou uma taxa de crescimento negativa e grande dependência da atividade de beneficiamento do café.²⁶⁷

“Entretanto, em que pese o desempenho das exportações de café e mesmo de minério de ferro na economia capixaba, na década de 1950, Vitória já não era apenas um porto. Esforços industrializantes começaram a vingar, a partir daí. O Moinho de Trigo do

²⁶⁷ MORANDI, Ângela Maria. ROCHA, Haroldo Correa. **Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991. p. 47-8.

'Grupo Buaiz' e a reformulação da fábrica de cimento de Cachoeiro de Itapemirim, datam desse período."²⁶⁸

Os esforços empreendedores de Santos Neves não refletiram, entretanto, em impactos mais imediatos na diversificação econômica e na produção industrial do estado, que se mantinha pouco significativa em relação à produção nacional. Até 1964, a principal atividade industrial ainda era a transformação de alimentos, reflexo da economia agroexportadora desenvolvida ao longo da história estadual.

"Não se pode afirmar que, até 1964, tenha ocorrido uma diversificação relevante no setor industrial, uma vez que, no decorrer dos anos 60, a principal atividade da indústria de transformação do Estado era a de alimentos. Embora o setor industrial tenha crescido nesse período, seu desempenho sobre a economia capixaba ainda se apresentava reduzido. Em relação à produção industrial brasileira, no Espírito Santo, essa era pouco significativa: não atingia a 1% da produção nacional."²⁶⁹

²⁶⁸ BITTENCOURT, op. cit., p. 379, nota 151.

²⁶⁹ SIQUEIRA, op. cit., p. 36-7, nota 223.

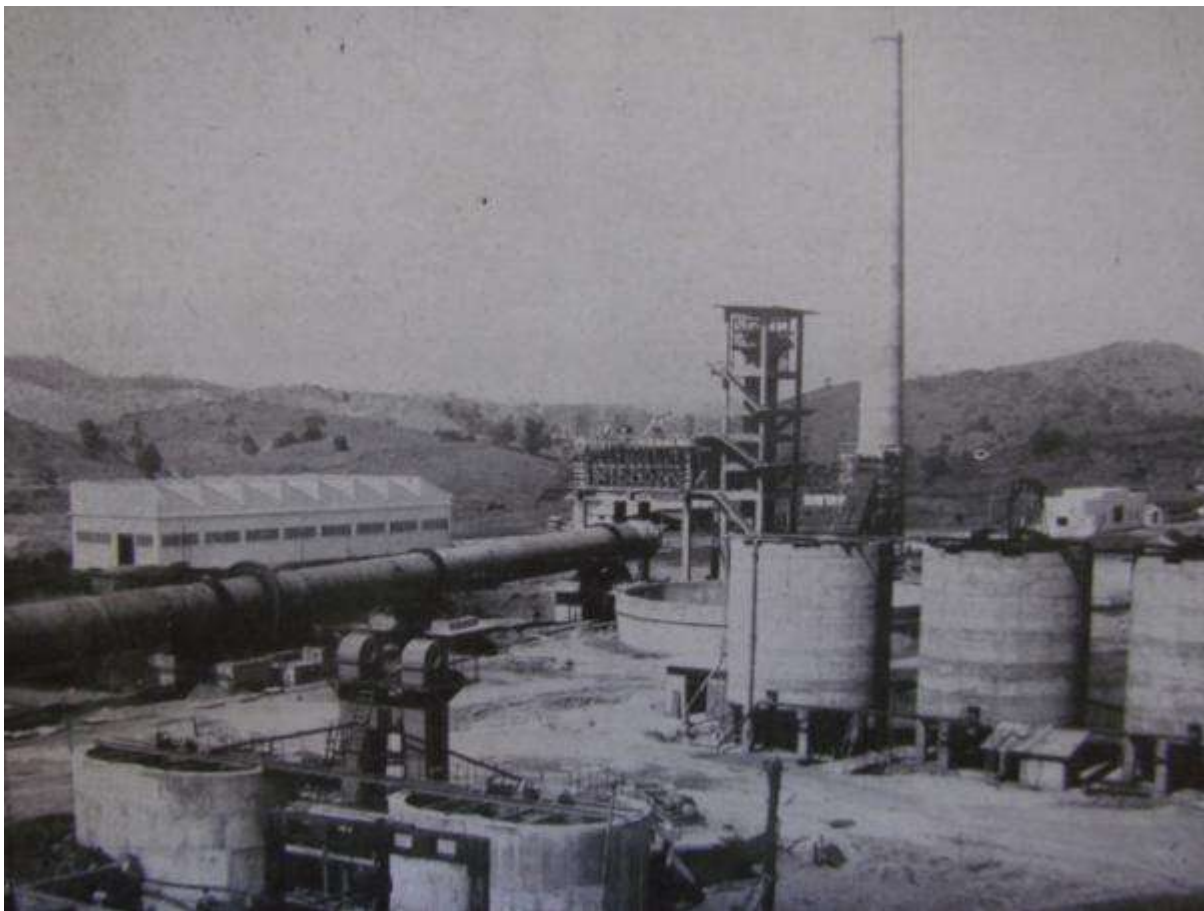


Figura 68: Vista das obras da fábrica de cimento Barbará, em Cachoeiro de Itapemirim
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

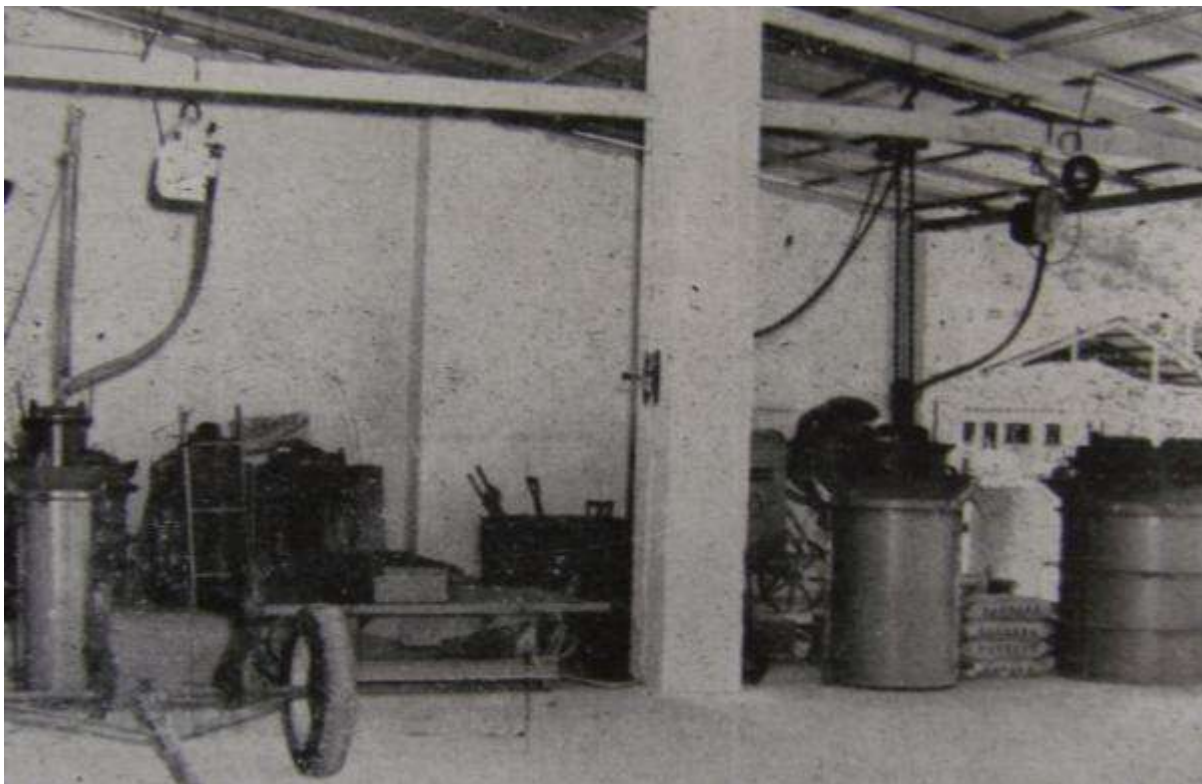


Figura 69: Fábrica de artefatos de cimento, em Vitória
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

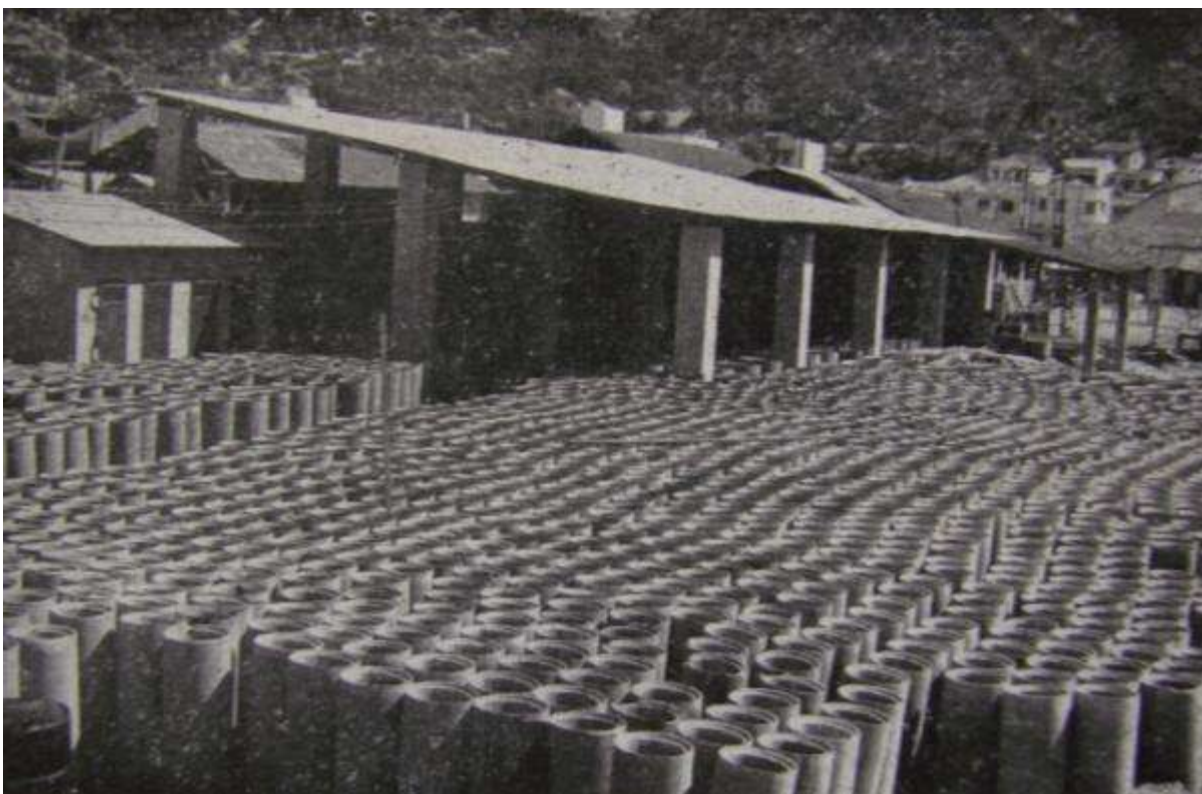


Figura 70: Fábrica de manilhas e meios fios de concreto, em Vitória
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

Segundo a mensagem de governo enviada em 1954 à Assembléia Legislativa, os principais produtos industriais do período eram, segundo o valor da produção e, em ordem de importância: café beneficiado, madeira serrada, produtos de padaria, sacos de aniagem, tecidos de algodão, açúcar cristal, arroz beneficiado, aguardente, ferro gusa e cimento. Em 1952, o café beneficiado era o produto industrial de maior destaque. Em seguida, com grande distância do primeiro item, apresentavam-se a madeira serrada e os produtos de padaria. Entretanto, por meio da mensagem de governo, percebe-se a preocupação com os produtos ferro e cimento, procurando-se avaliar o desempenho desses itens. A mensagem evidencia o bom desempenho da produção de ferro, vislumbrando-se a dinamização desse setor.

“Se buscarmos estudar a situação de produção das indústrias do ferro e cimento, no Estado, no mesmo período [1941 a 1952], vamos verificar que o ferro gusa começou a ser produzido pela Companhia Ferro e Aço em 1945 apresentando um resultado modesto de 670 toneladas elevando-se a quase oito mil em 1949, decrescendo desse ano até 1951 e reagindo, ligeiramente, em 1952, onde registrou 6.063 toneladas. Volta-se agora a atenção para a instalação de importante siderurgia alemã, em consórcio com a Companhia Ferro e Aço. Concretizado tal projeto, teremos verdadeira revolução nesse setor.”²⁷⁰

Entretanto, pelo teor da mensagem, percebe-se que o desempenho da produção de cimento não correspondeu às expectativas governamentais, razão pela qual o governo buscava promover a instalação de uma nova fábrica desse produto.

“Já o cimento produzido por antiga fábrica de propriedade do Estado sua produção compreende todo o período em foco. Em 12 anos tomando por base, 1941, sua produção não cresceu mais de 15%. Depreende-se daí que instalações antigas e desgastadas não permitiam o aumento da produção, reclamado pela falta do produto e pelas necessidades mesmo internas, do produto. Voltando sua atenção para êsse problema, estimula o

²⁷⁰ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 261-2, nota 179.

Govêrno a instalação de nova fábrica para produção diária de 12 a 18 mil sacos. Admitindo uma produção média de 15.000 sacos diários, teremos acrescidas às modestas 6.000 toneladas de 1952 mais de duzentas mil toneladas no seu primeiro ano de funcionamento, o qual está muito próximo.”²⁷¹

Por meio da Lei nº 622, de 19 de fevereiro de 1952, o governo autorizava a instalação de uma fábrica de trigo, com capacidade produtiva de cinquenta toneladas/dia, e contratava a companhia Barbará, para realizar a ampliação da fábrica de cimento localizada em Cachoeiro de Itapemirim, com capacidade produtiva superior a dez mil sacos de cimento/dia.²⁷²

A mensagem de governo reforça a preocupação em manter o bom desempenho da indústria de alimentos. Conforme mencionado anteriormente, o governo emvidou esforços para incrementar a produção de farinha, ao norte do estado. Outros esforços significativos observaram-se no sentido de promover a instalação de usinas de laticínios por municípios de todo o estado, inclusive na capital.

“Se considerarmos a situação entre os dois últimos anos, constatamos com prazer que três produtos experimentaram queda de preço – a farinha de mandioca, o feijão e a manteiga. A queda do preço da farinha recorda-nos as providências do Govêrno na montagem de grandes fábricas para restabelecer, no Espírito Santo, sua tradição de grande produtor dessa mercadoria de inestimável influência na alimentação de sua população. O feijão teve maior safra em 1953, forçando a baixa de preço, [...]. Na manteiga deve-se ao fato de não ter havido as mesmas faltas de 1952, fazendo-nos lembrar a instalação de usinas de laticínios, em vários pontos do Estado, de iniciativa do Govêrno e as instalações do frigorífico, em Vitória, atribuindo situação especial aos

²⁷¹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 261-2, nota 179.

²⁷² BITTENCOURT, op. cit., p. 411, nota 151.

produtores de laticínios com instalações próprias junto ao frigorífico da Capital.”²⁷³

Dados sobre a produção industrial no estado (todas as indústrias)	1949	1950	1951	1952	1953
Valor da produção em 1.000 dólares americanos	43.546,08	59.266,81	82.550,87	75.287,16	52.788,04
Número de estabelecimentos	1.870	1.872	2.043	2.382	4.672
Pessoal ativo	9.743	7.662	9.027	9.915	14.949

Figura 71: Tabela demonstrativa de dados sobre a produção industrial no estado, período 1949 a 1953
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Industrial Estado do Espírito Santo - 1950/1954, 1952/1956, 1953/1957, 1954/1958, 1956/1961

Dados sobre a produção industrial no estado (todas as indústrias)	1954	1956	1957	1958
Valor da produção em 1.000 dólares americanos	45.642,86	47.618,35	50.283,93	31.990,05
Número de estabelecimentos	5.286	6.035	6.308	6.400
Pessoal ativo	15.973	6.628	6.522	6.031

Figura 72: Tabela demonstrativa de dados sobre a produção industrial no estado, período 1954 a 1958
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Industrial Estado do Espírito Santo - 1950/1954, 1952/1956, 1953/1957, 1954/1958, 1956/1961

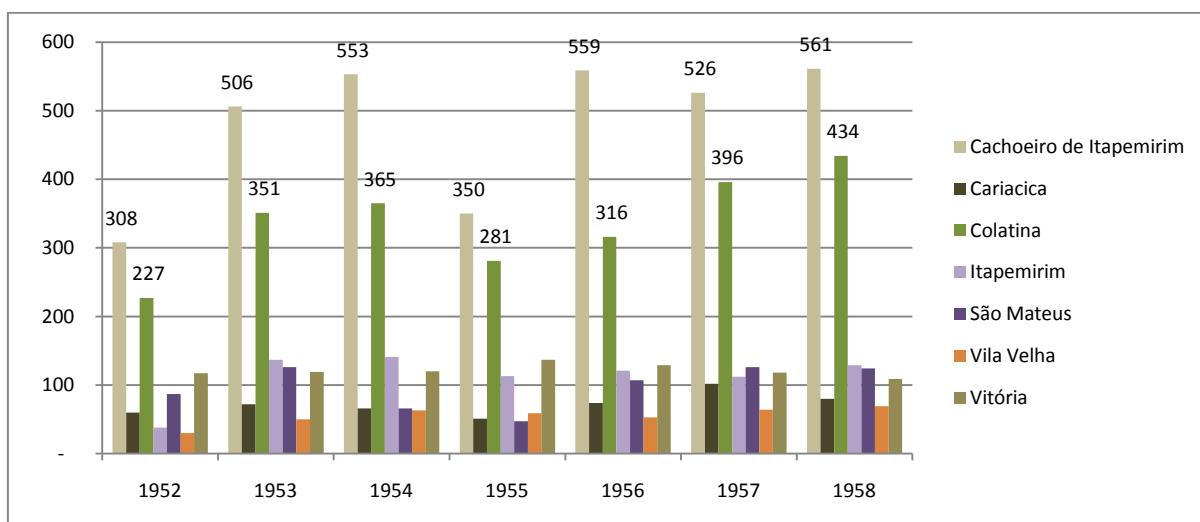


Figura 73: Gráfico demonstrativo do número de estabelecimentos da produção industrial para municípios
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Industrial Estado do Espírito Santo - 1950/1954, 1952/1956, 1953/1957, 1954/1958, 1956/1961

²⁷³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 272-3, nota 179.

Os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina destacavam-se no quesito “número de estabelecimentos da produção industrial”. Observa-se que em 1955 Cachoeiro de Itapemirim apresentou uma brusca queda nesse número, fato que veio refletir nos números verificados para o estado. Cabe ressaltar que no ano seguinte, em 1956, houve uma recuperação imediata nesse quesito. Colatina também apresentou uma redução no número de estabelecimentos industriais nesse mesmo ano. Entretanto, verifica-se que a recuperação deu-se de forma mais lenta do que aquela apresentada pelo município de Cachoeiro de Itapemirim.

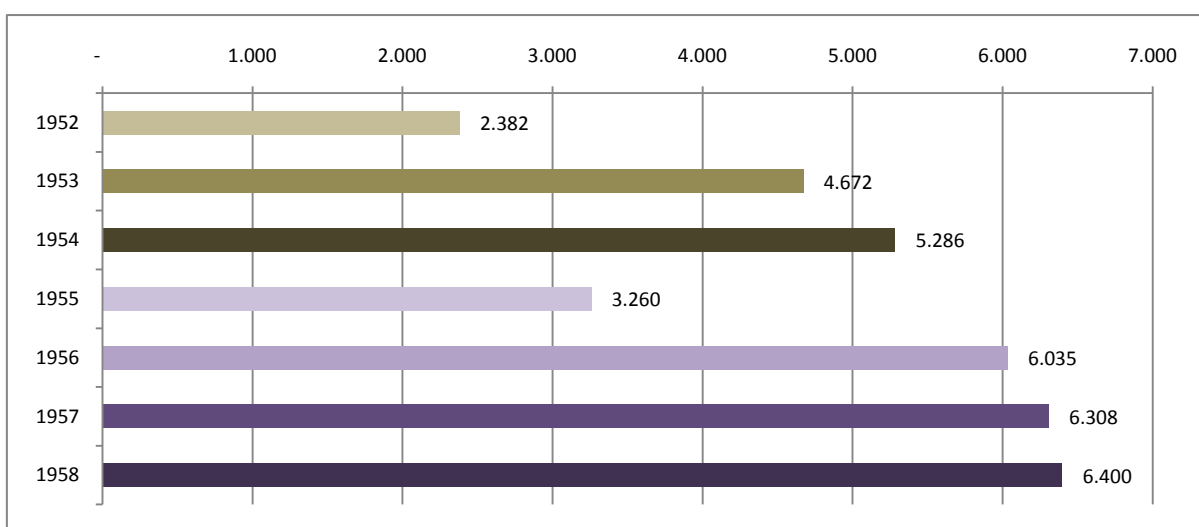


Figura 74: Gráfico demonstrativo do número de estabelecimentos da produção industrial para o estado
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Industrial Estado do Espírito Santo - 1950/1954, 1952/1956, 1953/1957, 1954/1958, 1956/1961

Os números de estabelecimentos da produção industrial no estado cresceram significativamente no período que se seguiu a 1956. No ano de 1958, o número de estabelecimentos industriais no estado era maior do que o dobro do número apresentado em 1952.

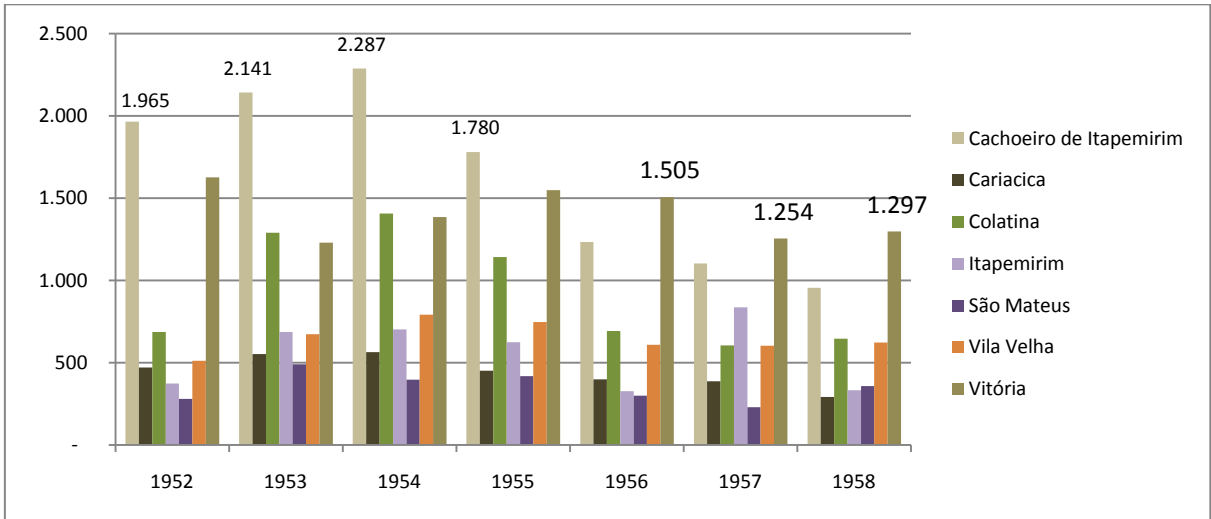


Figura 75: Gráfico demonstrativo do pessoal ativo na produção industrial para municípios
 Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Industrial Estado do Espírito Santo - 1950/1954, 1952/1956, 1953/1957, 1954/1958, 1956/1961

Os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória se destacavam no quesito “número de pessoal ativo na produção industrial”. Observa-se que esse número sofreu um constante e acentuado declínio a partir de 1954 em Cachoeiro de Itapemirim e em Colatina. Já no município de Vitória, esses números, apesar de descendentes, não apresentavam declínio tão acentuado.

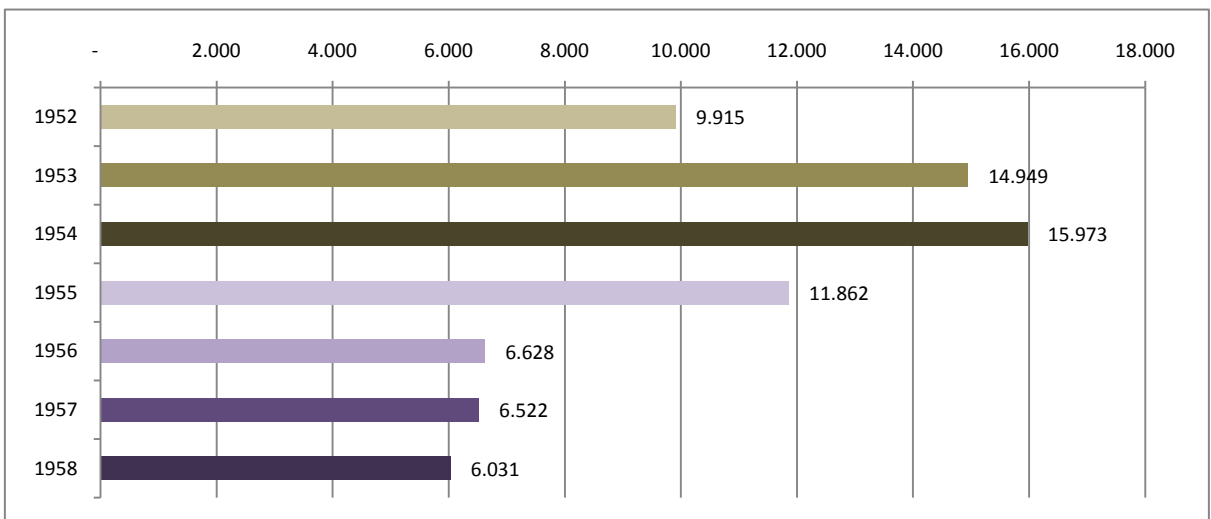


Figura 76: Gráfico demonstrativo do pessoal ativo na produção industrial para o estado
 Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Industrial Estado do Espírito Santo - 1950/1954, 1952/1956, 1953/1957, 1954/1958, 1956/1961

A situação do estado mostrava-se análoga à dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, apresentando acentuado declínio no número de pessoal ativo na produção industrial a partir de 1954. Importa observar que, nesse mesmo período, conforme já analisado anteriormente, o número de estabelecimentos industriais mostrava significativo crescimento, ao passo que o número de trabalhadores sofria acentuado decréscimo. Esses dados sugerem a expansão de uma rede de estabelecimentos de pequeno porte, empregando um reduzido contingente de trabalhadores.

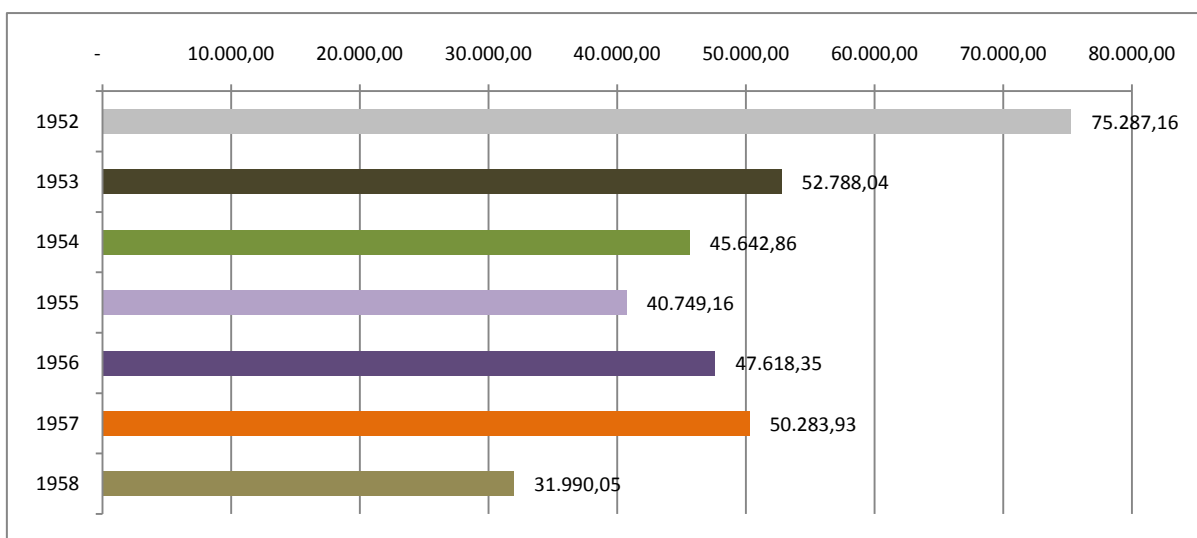


Figura 77: Gráfico demonstrativo do valor da produção industrial em 1.000 dólares americanos para o estado

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Industrial Estado do Espírito Santo - 1950/1954, 1952/1956, 1953/1957, 1954/1958, 1956/1961

Mais uma vez fica visível a intenção do governo estadual em fomentar a geração de energia por meio da criação de uma indústria siderúrgica. Os municípios de Itabira e Guaçuí apresentavam-se como potenciais fornecedores de matérias primas para esse setor.

“Enquanto isto, não se descuida o atual Govêrno, em abrir novas perspectivas para a expansão de nossa economia. Na hierarquização dêsses cometimentos, avulta, neste instante, o sonho de criar aqui uma grande indústria siderúrgica, aproveitando o minério de ferro de Itabira e o enorme potencial de manganez recentemente encontrado nas magníficas e ricas jazidas de Guaçuí.”²⁷⁴

²⁷⁴ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 31, nota 165.

Importa agora observar a evolução dos Produtos Internos Brutos da capital, Vitória e dos municípios vizinhos, verificando como se comportaram nos anos de 1949 e 1959, os setores da indústria, comércio e serviços, a fim de analisar em que medida as políticas e ações implementadas pelo governo do estado configuraram-se como fatores de mudanças nos municípios em estudo. Optou-se por estabelecer dois marcos temporais – o ano de 1949, anterior ao início do governo Santos Neves, e 1959, que representa um período de cinco anos posterior à sua gestão, a fim de que fosse possível observar as mudanças também no médio prazo, após o término de seu governo.

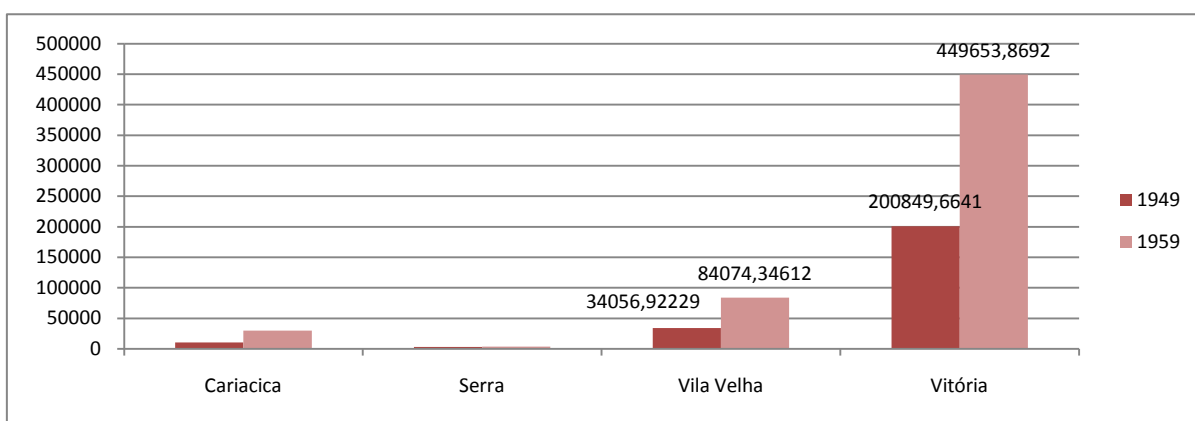


Figura 78: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959

Fonte: www.ipeadata.gov.br

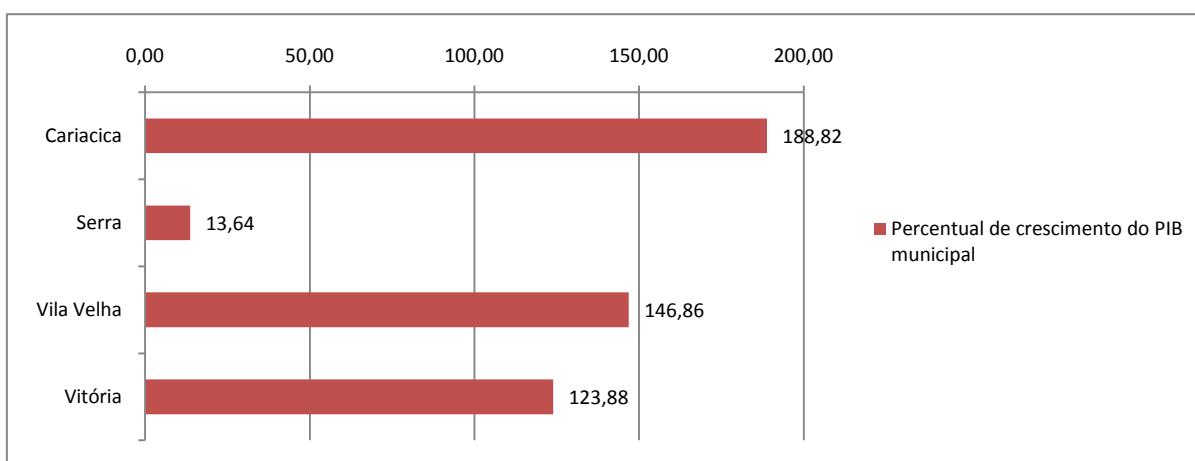


Figura 79: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959

Fonte: www.ipeadata.gov.br

De acordo com os gráficos anteriores, observam-se valores absolutos representativos para o PIB de Vitória. Entretanto, se avaliados em termos percentuais, destaca-se o crescimento dos PIB correspondentes aos municípios de Cariacica, Vila Velha e Vitória.

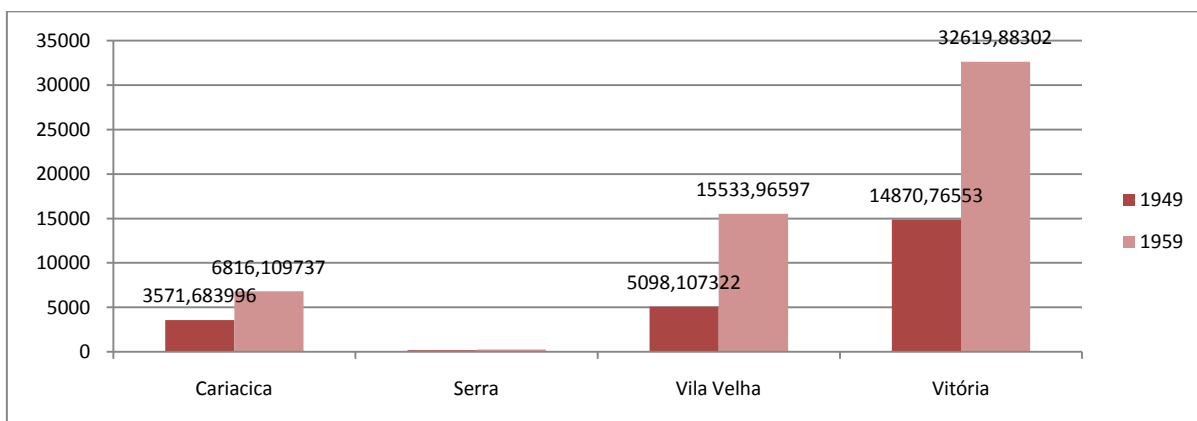


Figura 80: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos industriais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959
 Fonte: www.ipeadata.gov.br

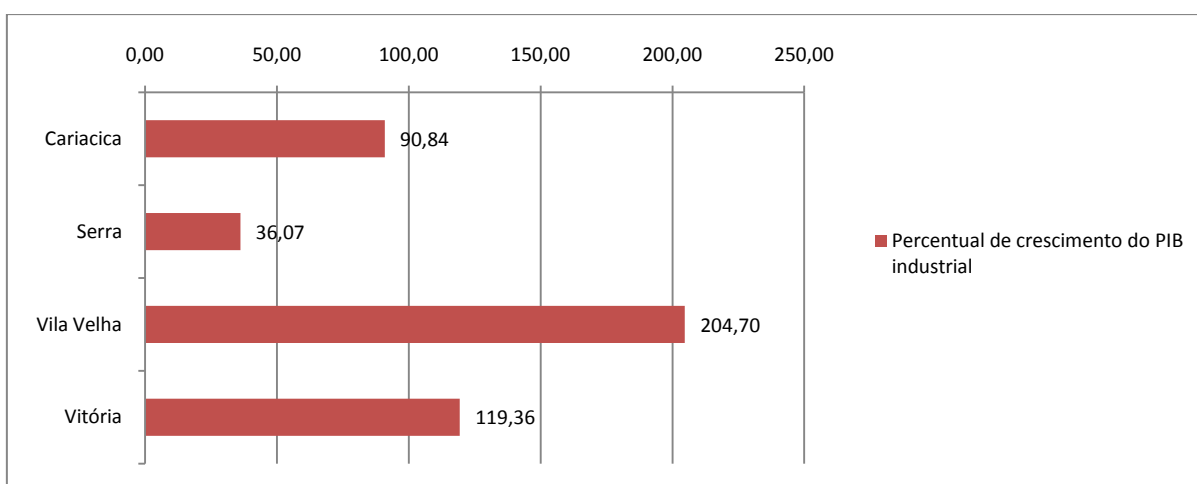


Figura 81: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos industriais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959
 Fonte: www.ipeadata.gov.br

Para o setor industrial, de acordo com os gráficos anteriores, observam-se valores absolutos representativos para os PIBs industriais de Vitória e Vila Velha. Entretanto, se avaliados em termos percentuais, destaca-se o crescimento do PIB industrial correspondente ao município de Vila Velha. A fábrica de chocolates Garoto, localizada no município de Vila Velha e criada em 1934, mostrou um desempenho produtivo digno de nota, principalmente após 1938. O ciclo de prosperidade da fábrica teve apenas uma pequena interrupção, no período correspondente à Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945. A partir de então, retomou seu crescimento em ritmo acelerado, o que poderia justificar o percentual elevado de crescimento do PIB industrial desse município.

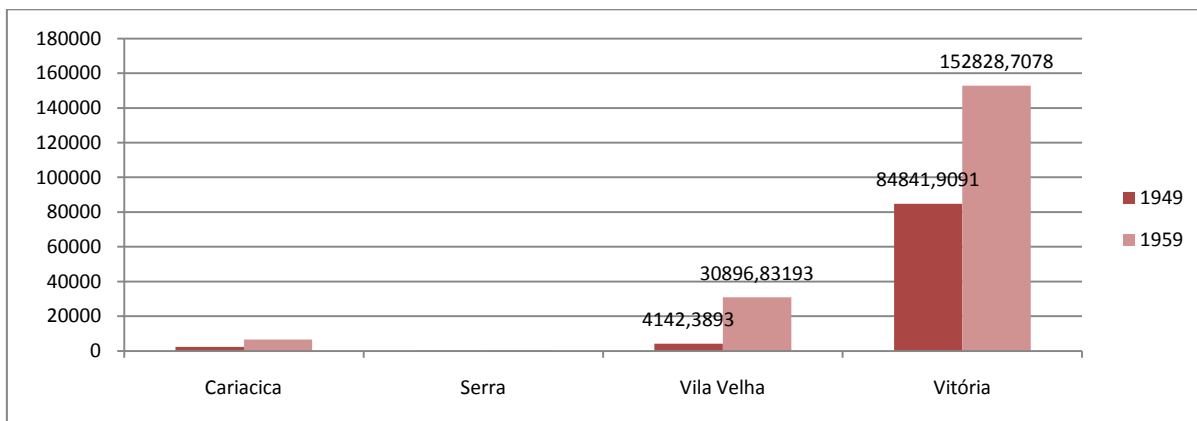


Figura 82: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos comerciais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959
 Fonte: www.ipeadata.gov.br

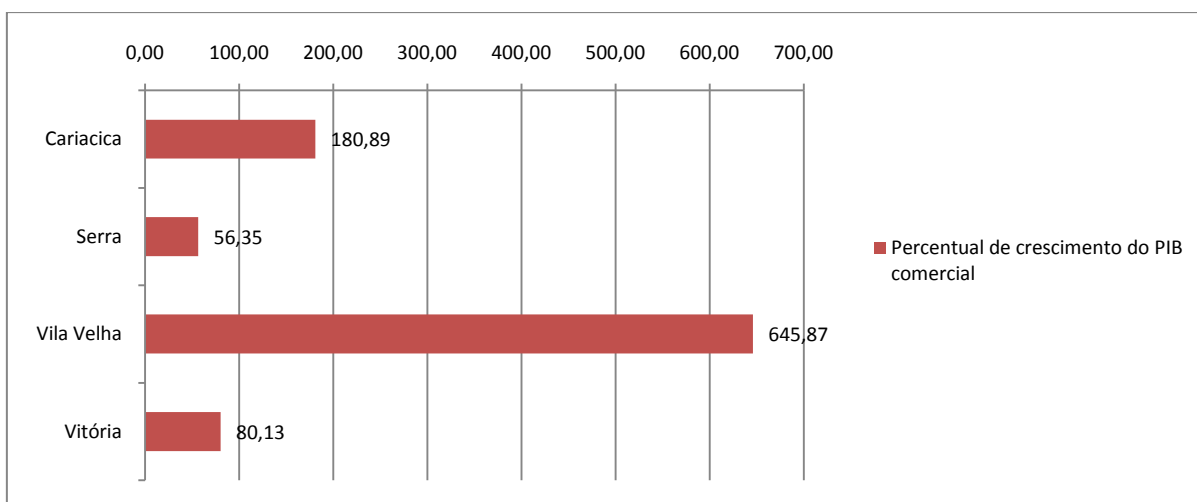


Figura 83: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos comerciais para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959
 Fonte: www.ipeadata.gov.br

Para o setor comercial, de acordo com os gráficos anteriores, observam-se valores absolutos representativos para o PIB comercial de Vitória. Entretanto, se avaliados em termos percentuais, destaca-se o crescimento do PIB comercial correspondente ao município de Vila Velha, pelas mesmas razões expostas em relação à elevação do PIB industrial desse município.

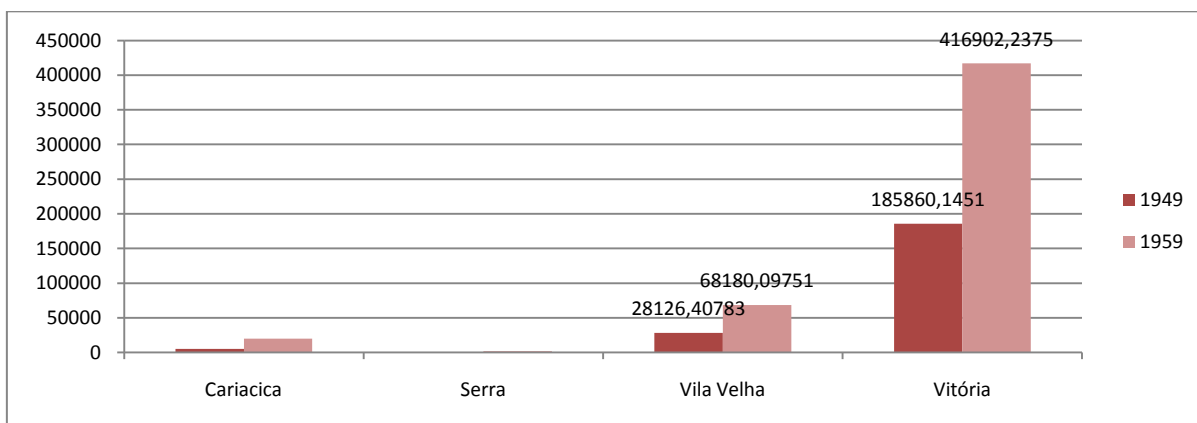


Figura 84: Gráfico comparativo dos valores dos Produtos Internos Brutos de serviços para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959
 Fonte: www.ipeadata.gov.br

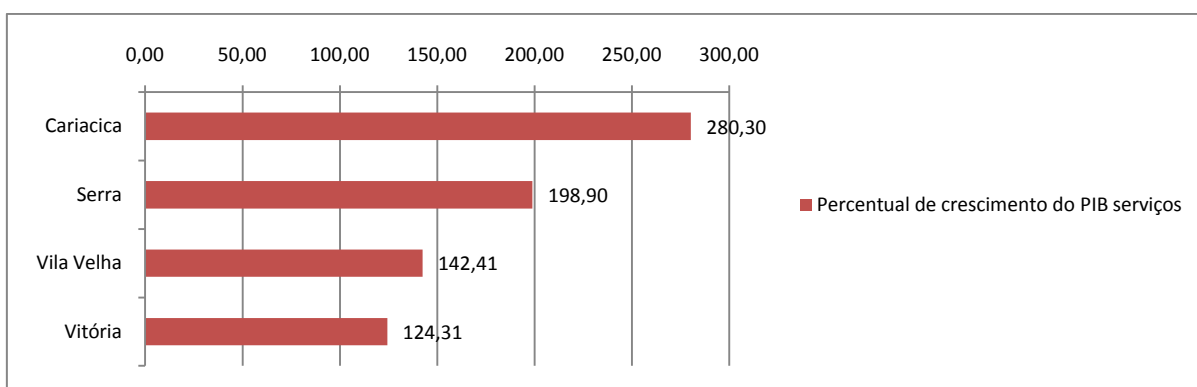


Figura 85: Gráfico comparativo dos percentuais de crescimento dos Produtos Internos Brutos de serviços para Vitória e municípios vizinhos, período 1949 a 1959
 Fonte: www.ipeadata.gov.br

Para o setor serviços, de acordo com os gráficos anteriores, observam-se valores absolutos representativos para o PIB serviços de Vitória. Entretanto, se avaliados em termos percentuais, destaca-se o crescimento do PIB comercial correspondente ao município de Cariacica, evidenciando certa dinamização urbana desse município.

De maneira geral, poder-se-ia observar que o município de Vitória era destaque em relação aos valores absolutos de seu Produto Interno Bruto, para os três setores analisados. Além disso, o percentual de crescimento do PIB foi também relevante, evidenciando uma alteração positiva na economia da capital e conseqüente dinamização urbana.

Os municípios de Cariacica e Vila Velha também apresentaram percentuais significativos de crescimento para seus PIBs. Apenas o município de Serra não apresentava relevantes alterações para os setores em estudo, tanto em termos absolutos, quanto em termos percentuais. De fato, esse município era o que permanecia com suas antigas características rurais, enquanto nos demais ocorria

um processo mais ou menos intenso de urbanização, decorrentes do incremento dos setores indústria, comércio e serviços.

4.8 Políticas sociais

A política desenvolvimentista preconizada por Jones dos Santos Neves recebeu forte influência da corrente de pensamento em voga na Europa e nos Estados Unidos, denominada “Welfare State”²⁷⁵, que significa “Estado de Bem-estar Social”. O Estado de Bem-estar Social é um tipo de organização política e econômica em que o Estado funciona como agente da promoção social e ordenamento econômico.

Segundo essa concepção, portanto, o Estado é o agente regulamentador social, político e econômico do país, cabendo àquele prover de serviços públicos a população, bem como protegê-la. De acordo com os princípios do Estado de Bem-estar Social, os cidadãos deveriam ter, por toda a vida, o direito a uma série de bens e serviços fornecidos e garantidos direta ou indiretamente pelo Estado, tais como educação, assistência médica, auxílio-desemprego, garantia de renda mínima e recursos para a criação de seus filhos. Essa forma de organização político-social foi implementada com sucesso em países que se encontravam em avançado estágio de desenvolvimento capitalista, nos quais a industrialização era o setor de maior destaque na economia.

Entretanto, o Brasil dos anos 1950 encontrava-se ainda em fase de transição mercantil para industrial, diferentemente dos países da Europa e dos Estados Unidos, os quais já evidenciavam um estágio avançado de industrialização. No caso do Espírito Santo, o desenvolvimento sócio-econômico encontrava-se ainda mais atrasado em relação aos demais estados da Região Sudeste, por apresentar um modelo econômico primário, baseado na produção agrícola de pequenas propriedades. Portanto, há que se questionar a transposição desse modelo para o Espírito Santo, as adaptações sofridas e os resultados advindos da tentativa de sua implementação por parte do governo estadual.

A razão principal para a orientação política do governo Santos Neves, fundamentada na concepção do Estado do Bem-estar Social, seria a “incorporação da concepção

²⁷⁵ A concepção de Estado de Bem-estar Social originou-se na época da Grande Depressão e se fortaleceu diante do fim do nazismo e do fascismo, e com a hegemonia dos governos sociais-democratas na Europa Ocidental, onde seus princípios foram defendidos pela social-democracia. Tal forma de organização político-social foi implementada mais intensamente nos países nórdicos como a Suécia, Dinamarca e Noruega e Finlândia. Cf. MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990: texto para discussão nº 852. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0852.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2008.

varguista sobre a forma de desenvolvimento nacional”. Jones dos Santos Neves, mais que amigo e admirador de Vargas, havia sido seu discípulo durante o período estadonovista. A orientação do programa de governo Santos Neves buscava suas raízes nesse aprendizado, principalmente em relação à política social.²⁷⁶

A Secretaria de Educação seria entregue inicialmente a Rafael Grisi, e posteriormente a Maria Magdalena Pisa²⁷⁷. A direção do Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro ficaria a cargo de Milton Caldeira²⁷⁸. A direção do Instituto de Bem-Estar Social ficaria sob a responsabilidade de Henrique Cerqueira Lima Filho.²⁷⁹ A essa ocasião, o Espírito Santo, ao contrário dos demais estados da Região Sudeste, via-se ainda carente de mão-de-obra técnica especializada. Os governos estaduais anteriores não haviam se preocupado, até então, em promover o conhecimento técnico. Ainda era reduzido o número de instituições de ensino voltadas para a formação de mão-de-obra técnica no estado, que possuía apenas dois cursos de nível superior - Direito e Odontologia. No governo Santos Neves, por força da necessidade de pessoal especializado, o ensino superior seria ampliado por meio da criação da Universidade do Espírito Santo. Até o ano de 1953, o governo Santos Neves havia construído cinquenta e duas unidades escolares, na capital e no interior do estado, encontrando-se ainda sete unidades em fase final de construção. Dentre essas obras, apresentavam-se algumas de grande porte, tais como a Escola Politécnica e o Colégio Estadual do Espírito Santo, em Vitória. A criação da Universidade do Espírito Santo, da Escola Politécnica e do Colégio Estadual contribuiu para fortalecer a polarização da capital.

²⁷⁶ ZORZAL E SILVA, op. cit., p 253, nota 141.

²⁷⁷ Professora, nascida no município de Itapemirim, Espírito Santo, em 1900. Entre 1948 e 1955 foi também diretora da Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas da Secretaria de Educação e Cultura.

²⁷⁸ Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo e servidor público, nascido no município de Vila Velha, Espírito Santo.

²⁷⁹ **O ESPÍRITO** Santo trabalha e confia: 1951-1955, op. cit., p. 6, nota 184.



Figura 86: Audiência pública concedida semanalmente pelo governador
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958. p. 15.

No governo Santos Neves, a política social não foi objeto de um plano, a exemplo da política econômica, não havendo, portanto, diretrizes que a norteassem. As ações governamentais na área social decorriam das demandas impostas pela política econômica. A força de trabalho, vista então como mão-de-obra para a indústria nascente, deveria ter condições de se manter e se reproduzir, além de estar tecnicamente preparada para atender a um mercado de trabalho em formação. Os investimentos em educação se faziam também imprescindíveis, especialmente pelo fato dos governos anteriores ao governo de Santos Neves não haverem priorizado a formação de mão-de-obra para o setor secundário.

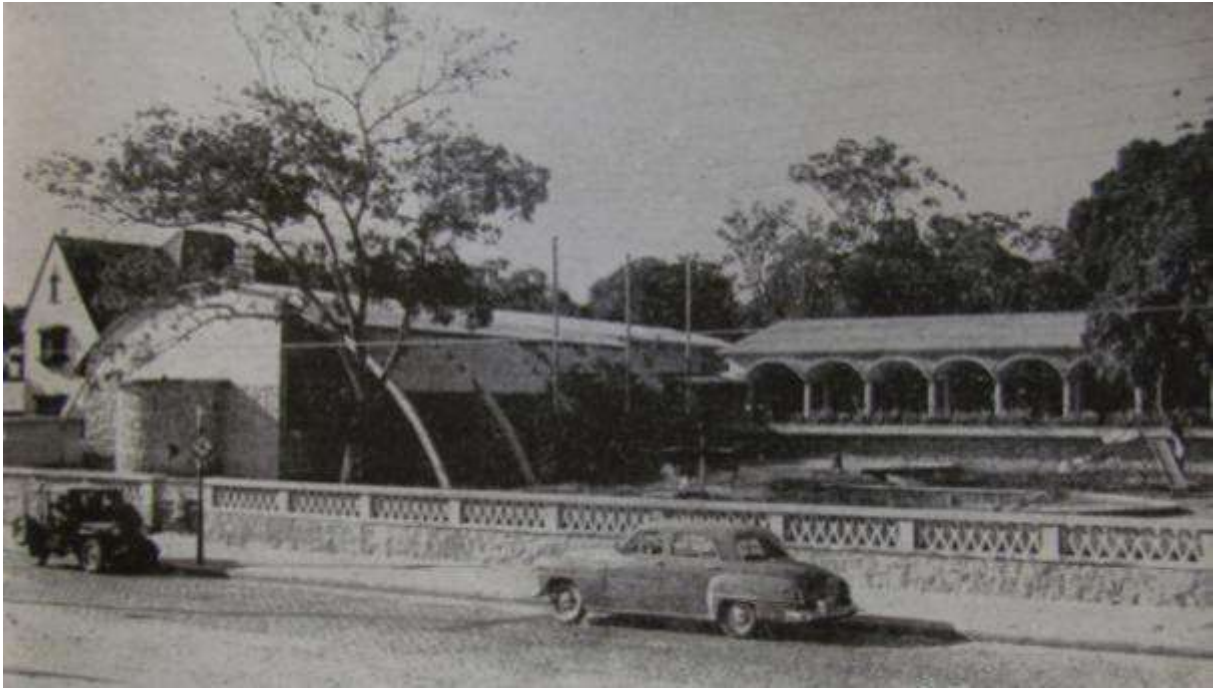


Figura 87: Parque infantil Maria Lindemberg, na Praia Comprida, Vitória
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

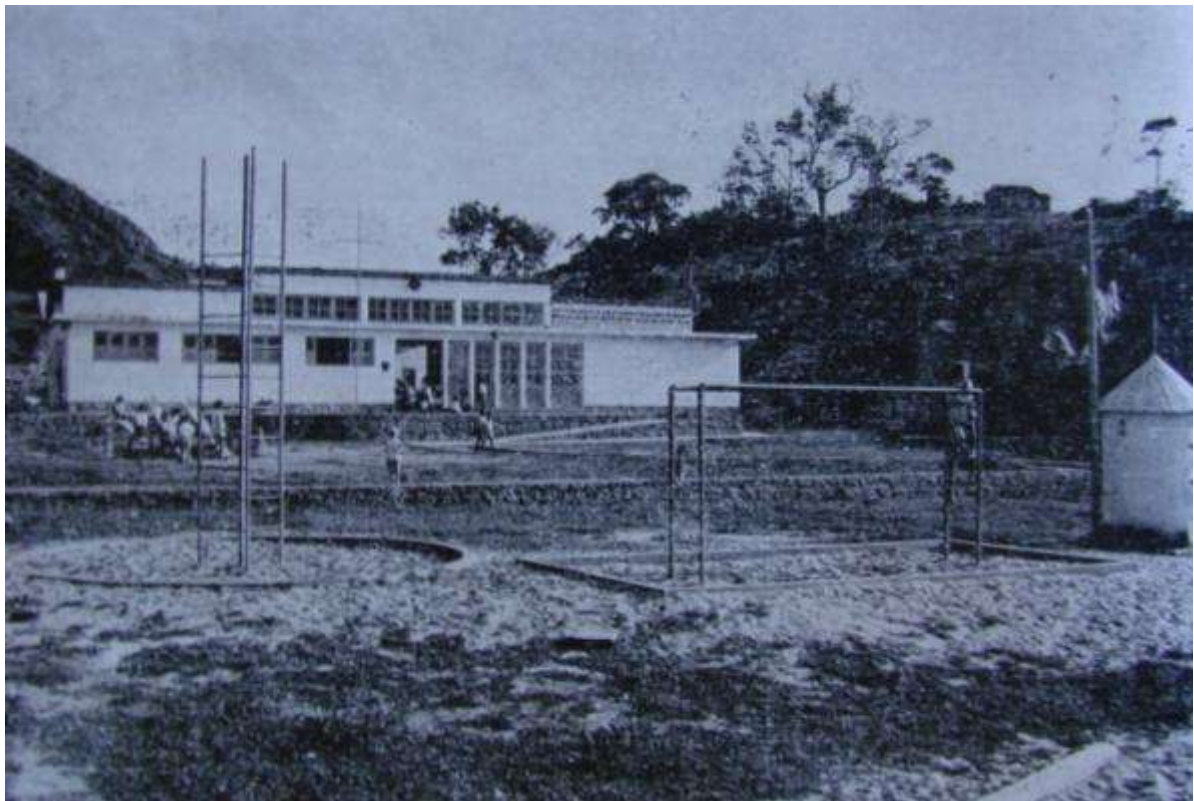


Figura 88: Parque infantil Darcy Vargas, em Santo Antônio, Vitória
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

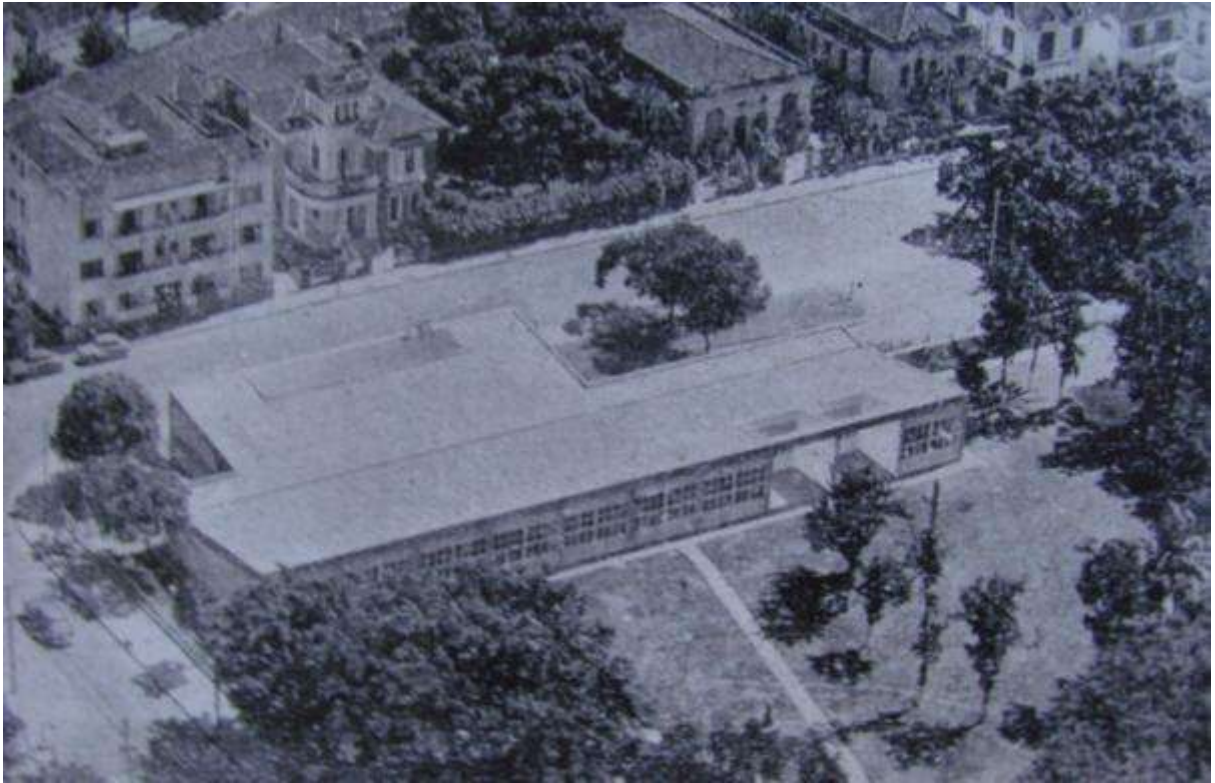


Figura 89: Parque infantil Ernestina Pessoa, Vitória
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

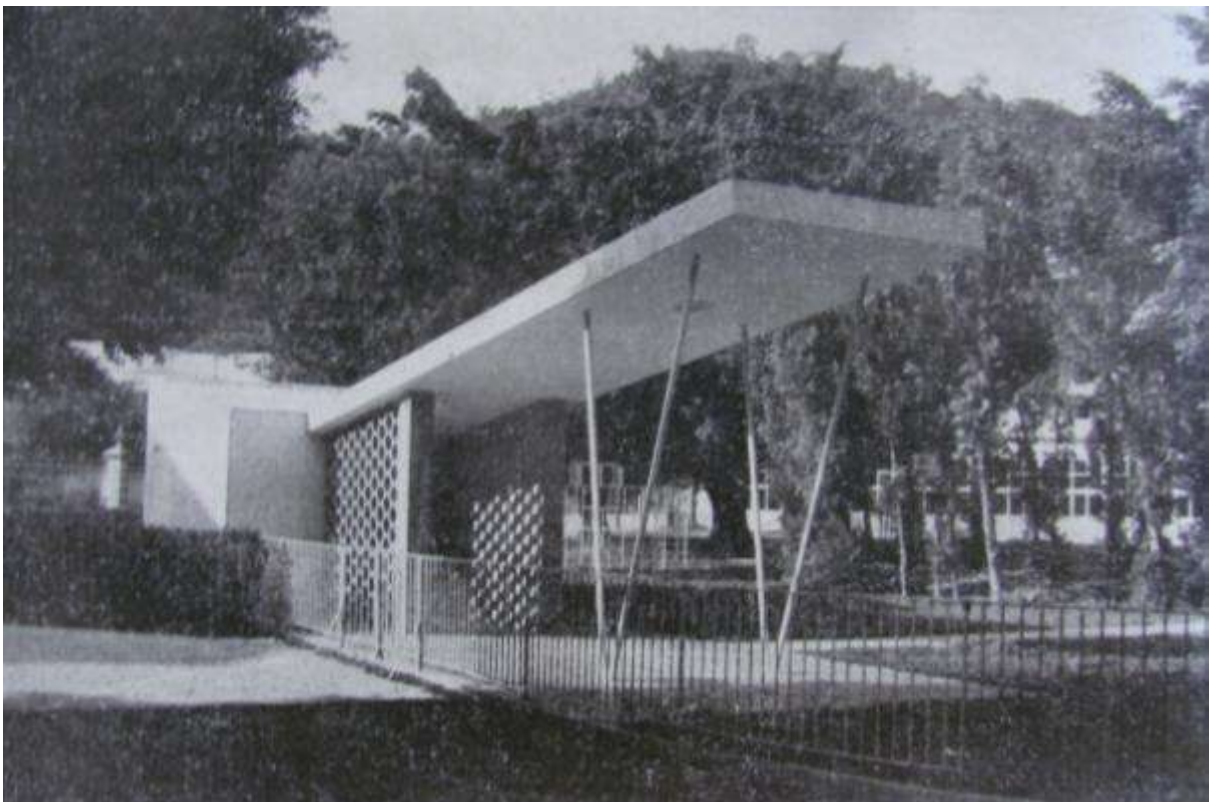


Figura 90: Pórtico de entrada do parque infantil Ernestina Pessoa, Vitória
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 91: Grupo escolar Santo Antônio, Vitória
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

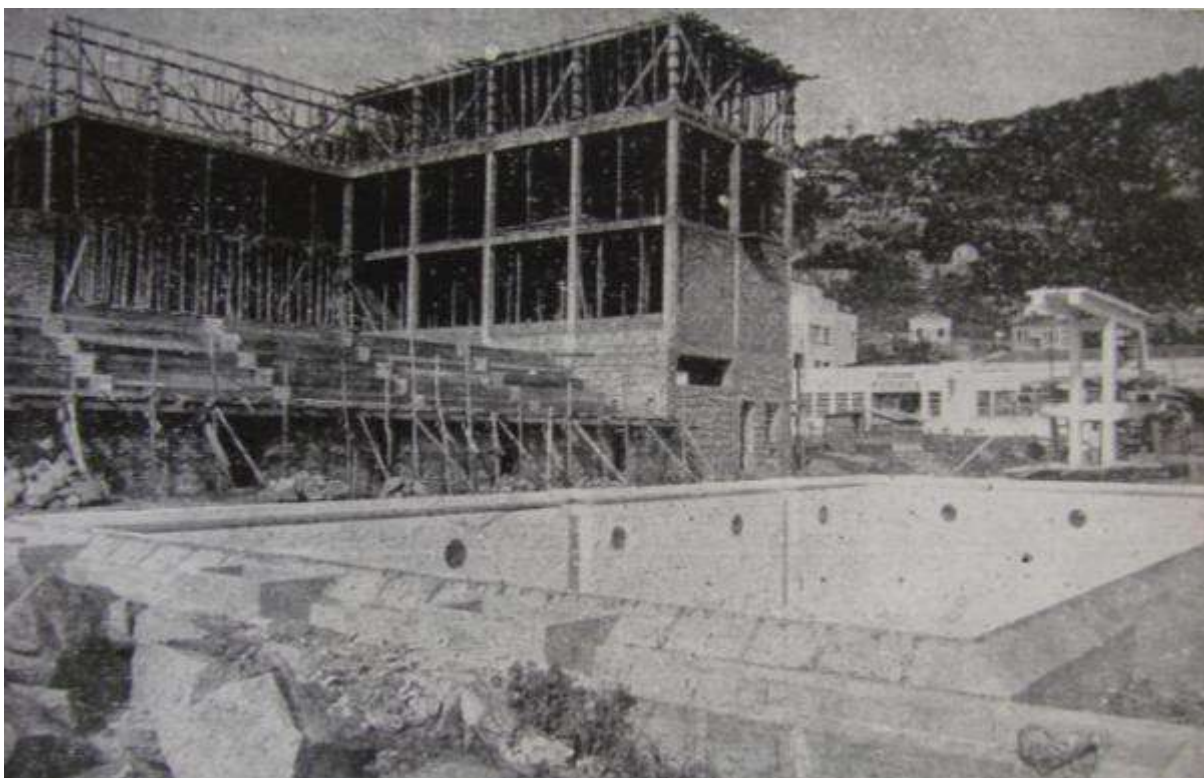


Figura 92: Construção do Colégio Estadual do Espírito Santo
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

Dessa forma, Santos Neves procurou implementar ações que contemplassem as áreas de habitação e educação, ambas fortemente relacionadas aos propósitos da política econômica. Zorzal e Silva compara as diferentes motivações políticas que sustentaram as ações implementadas nas áreas de habitação e educação, durante o governo Santos Neves:

“[...] a política habitacional respondeu, de certa forma, às demandas populistas colocadas pelas lideranças petebistas no sentido de atender concretamente os interesses das classes trabalhadoras, enquanto que a política educacional refletiu mais o caráter autoritário e impositivo de Jones, no sentido de viabilizar a modernização capitalista, do que a expressão de concessões às classes trabalhadoras ou o reflexo de demandas colocadas pelas classes dominantes”²⁸⁰.

A ação governamental voltava-se para a criação de estruturas de suporte ao ensino fundamental e para a ampliação do ensino superior, ainda pouco expressivo no estado. A nova política educacional implementada por Santos Neves desarticulava o sistema político vigente no estado:

“Na verdade, tal política tocava em cheio na base de sustentação do sistema de dominação política. Isso porque introduzia um corte nos vínculos de solidariedade pessoal entre dominantes e dominados, que tinha sua expressão real no clientelismo que a Secretaria de Educação permitia concretizar. Pois essa Secretaria, na realidade, era o espaço que detinha o maior número de cargos e, além disso, aquele em que o coronel podia influir mais decisivamente, na indicação dos indivíduos.”

²⁸¹

Santos Neves, afastando do ensino as interferências políticas, desagradava ao grupo agrofundiário, haja vista que o controle sobre a educação, principalmente no

²⁸⁰ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 266, nota 141.

²⁸¹ Ibid., p. 263.

que concerne ao ensino fundamental, era uma forte base ao clientelismo estadual, na medida em que alimentava a manutenção da força política desse grupo.²⁸²

“Se o balanço das nossas atividades administrativas se mostra favorável, em outros setores, ao se estabelecer hoje o paralelo entre os presságios do discurso de posse e a síntese do que logramos realizar em três anos, é, justamente, sob o aspecto da Política Educacional que mais sobre-excedem e avultam os saldos em nosso favor. Declarávamos apenas que a Educação era tema predileto do nosso espírito. E trazíamos, simplesmente, no torçal da consciência, o firme propósito de praticar a Política da Educação, ao invés de fazer política com a Educação. Foi essa uma conquista que mais me entenece o espírito e constitui legítimo título de ufania de imperecível recordação. Vinhamos, há dezenas de anos, subordinando aos interesses inconfessáveis dos grêmios político-partidários a sacrossanta missão do ensino.”²⁸³

A racionalização e a centralização na administração pública, colocadas em prática por Santos Neves especialmente no setor educacional, seguiam as diretrizes federais de modernização burocrática. No entanto, essa medida impactou decisivamente os rumos políticos do estado. Ao retirar uma parcela grande de poder, das mãos da oligarquia rural, Santos Neves se distanciava desse grupo e perdia um possível apoio para a realização da continuidade de suas ações. Com a morte de Vargas, a ininterrupção de seus trabalhos e investimentos careceria de sustentação política para sua implementação.

“Havia, assim, atrás desse fenômeno, toda a força irresistível do hábito e da tradição que se impunha vencer. Urgia operar-se, nas estruturas e no

²⁸² A noção de clientelismo originou-se de estudos sobre sociedades rurais européias. Consiste em um sistema de relações sociais caracterizado pelo contato pessoal e formação de laços pessoais entre patrões e trabalhadores rurais. Nesse sistema, os trabalhadores rurais – clientes – se subordinam aos patrões – proprietários da terra. A situação de extrema pobreza em que se encontram os trabalhadores propicia a permuta de proteção por lealdade política. A permanência da desigualdade social é a condição para a alimentação e a sobrevivência do sistema. Cf. NUNES, op. cit., p. 26-7, nota 75.

²⁸³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 21-2, nota 179.

funcionamento do sistema educacional do Estado, uma legítima metamorfose, uma verdadeira transfiguração.

Hoje, sem sombra de vaidade nem de alarde, pode o Governo afirmar a feliz e completa realização desse anseio. A Lei nº 549, de 7 de dezembro de 1951, quebrou as algemas do professorado primário, libertando-o das pêias de qualquer interferência estranha. O professor é agora, no Espírito Santo, senhor de sua vontade e goza de tôdas as regalias da inamovibilidade. Praza aos céus que assim continue, pelos tempos em fora, e que jamais se pratique, em nosso Estado, o crime de lesa-Educação de submetê-lo, de novo, ao jugo e à tutela das clãs eleitorais.

Como consequência e reflexo dessa nova Política Educacional todo o organismo do ensino se tonificou, recebendo sadios impulsos de vida e de entusiasmo.”²⁸⁴

A mensagem de governo traduz os impactos positivos da racionalização e centralização administrativa para o sistema educacional. Entretanto, conforme mencionado, foi alto o preço político pago pelo estado, decorrente da implementação dessa nova prática. O grupo ruralista apoiaria Lacerda de Aguiar, que descontinuaría a política de investimentos em infraestrutura básica para a industrialização, a qual se encontrava em seus primórdios no Espírito Santo.

O tema da habitação social ganhou força durante o período da ditadura varguista, entre 1930 e 1945. O problema da moradia destinada à força de trabalho operária esteve presente na pauta governamental, haja vista que as condições de habitação absorviam parte significativa dos salários, trazendo conseqüências ao modo de vida e de consumo do operariado. Essa questão tomava uma maior amplitude diante do cenário nacional, em que todas as questões econômicas eram objeto de preocupação do Estado e das empresas envolvidas na estratégia desenvolvimentista traçada para o país. A habitação era vista como condição básica para reprodução da força de trabalho e, conseqüente fator econômico para a industrialização brasileira. Além disso, a habitação era considerada como um forte

²⁸⁴ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 21-2, nota 179.

elemento da formação ideológica e política do trabalhador e fundamental para a criação do trabalhador-padrão a ser forjado por meio do regime ditatorial, a fim de que servisse como base de sustentação política do governo.²⁸⁵

Nos debates lançados à ocasião percebe-se uma dissociação entre as propostas para habitação operária concebidas por meio dos discursos e os modelos de moradia efetivamente implementados, assim como a casa própria localizada na periferia e custeada pelos próprios trabalhadores. Nesse período, aumentou o número de profissionais envolvidos com a produção da habitação operária, com destaque para os profissionais de Engenharia. As Jornadas de Habitação Econômica contaram com a participação de higienistas, engenheiros, advogados, assistentes sociais, urbanistas, sociólogos, economistas, demógrafos, empresários, geógrafos e escritores. Dentre os participantes encontrava-se Roberto Simonsen, empresário e defensor da industrialização.²⁸⁶

“Se, por um lado, até empresários industriais, como Roberto Simonsen, acreditavam que só a ação estatal seria capaz de viabilizar moradias dignas para o operário, os engenheiros buscavam no desenvolvimento técnico e na mudança da legislação a indispensável redução do custo de produção da moradia, enquanto profissionais de outras formações tentavam demonstrar que a obtenção da moradia digna dependia sobretudo da vontade do trabalhador — este deveria ser convencido, por meio da educação, de que a casa própria individual na periferia, mesmo precária, inacabada e desprovida de infraestrutura, era melhor que o cortiço promiscuo na área central.”²⁸⁷

O antigo desejo das elites urbanas era eliminar os cortiços localizados no centro da cidade, segregando os trabalhadores na periferia, o que ampliando a distância física entre as moradias das diferentes classes sociais. Não obstante, instaurava-se uma nova fase de reflexão a respeito do problema da moradia, que passou a ser um tema

²⁸⁵ BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 73.

²⁸⁶ Ibid., p. 73-4.

²⁸⁷ Ibid., p. 76.

multidisciplinar. A ampliação do ensino superior e da burocracia estatal no período de governo varguista favoreceu a elaboração de um diagnóstico das condições habitacionais e dos possíveis obstáculos para que fosse melhorada. Foram também elaboradas propostas em que eram levantados os aspectos físicos, urbanísticos, econômicos, jurídicos e sociais do problema da moradia de interesse social, a fim de que fossem viabilizadas soluções habitacionais alternativas destinadas à população de baixa renda, sobretudo em relação à aquisição da casa própria.²⁸⁸

“Muitos desses profissionais tinham uma visão ainda muito simplista do assunto, repleta de preconceitos morais e de intenções assistencialistas; outros uma crença absoluta na capacidade da técnica resolver os problemas sociais. No entanto, suas análises e propostas foram importantes para difundir a idéia da habitação social no Brasil.”²⁸⁹

Entre 1933 e 1938, foram criados diversos institutos nacionais, com o propósito de prover moradia popular para a força de trabalho que despontava no cenário industrializante. Esses institutos direcionavam grande parte de suas receitas para a construção de habitações populares. A política de investimentos em habitação popular decorria da necessidade de oferecer moradia à massa de trabalhadores empregados na indústria nascente, propiciando à nova força de trabalho as condições adequadas para se manter e se reproduzir.²⁹⁰

Em 1933, Vargas criava o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – IAPM; em 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI. Nos anos subsequentes foram criados institutos de outras categorias profissionais e, em 1938, foi criado o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPASE. Após 1945, esses institutos passaram a prover também, serviços nas áreas de alimentação, habitação

²⁸⁸ BONDUKI, op. cit., p. 75, nota 285.

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ CAMPOS JUNIOR. op. cit., p. 38, nota 123.

e saúde. Em 1966, os institutos vinculados aos trabalhadores privados foram unificados com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.²⁹¹

No Espírito Santo, em seguimento à política habitacional varguista, foi criada uma autarquia por meio da Lei nº 627/52, denominada Instituto de Bem Estar Social – IBES, com fins de execução de ações na área habitacional. As ações a serem desenvolvidas por essa autarquia tinham como objetivo principal, fornecer moradia adequada à população de baixa renda. O primeiro projeto desenvolvido pela autarquia recentemente criada contemplava a construção de um conjunto residencial constituído por 886 casas, dois edifícios comerciais, cada um com capacidade para quarenta lojas, um cinema, um ambulatório médico, um posto de puericultura, uma igreja, escolas, um clube social e esportivo, cinco campos para recreio de crianças e cinco parques. O projeto propunha dotar o conjunto de todos os serviços necessários a um funcionamento autônomo.

Conforme mencionado no terceiro capítulo deste trabalho, teorias ou correntes de pensamento, vigentes à ocasião, delegavam ao Estado a condução da resolução dos problemas urbanos, que seriam então decorrentes das “grandes questões político-econômicas nacionais”. Sendo o urbanismo aplicado no atendimento às “novas exigências sócio-urbanas”, construíam-se nas periferias das cidades, vilas operárias e áreas industriais destinadas à classe trabalhadora.²⁹²

Santos Neves, no relatório de governo de 1954, tece comentários sobre o Instituto de Bem Estar Social:

“Entidade que se transformou em padrão para outras unidades do país, nasceu êsse Instituto, em nosso govêrno, da concepção generosa de se ampliar o aparelhamento assistencial do Estado com um órgão que cuidasse, especialmente, da edificação de casas populares para abrigar a gente humilde e marginal das cidades e dos campos.

²⁹¹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Institutos de aposentadoria e pensões**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

²⁹² CHOAY, op. cit., p. 33-4, nota 133.

Entregue à dedicação zelosa do Dr. Henrique Cerqueira Lima, seu primeiro e grandioso empreendimento já se levanta em Aribiri, com a fase final da construção de um conjunto residencial constituído de 200 casas, parte do plano completo de 886 residências, distribuídas por vários outros órgãos assistenciais. É uma pequena cidade que se ergue celeremente e que abrigará cêrca de 5.000 pessoas agradecidas à solicitude social do Govêrno.”²⁹³

Esse conjunto habitacional seria construído pelo próprio IBES, em local próximo à capital, no bairro do Aribiri, no município de Vila Velha. Nas palavras de Campos Júnior, a construção desse conjunto deve ser considerada “a primeira intervenção mais importante do urbanismo moderno no estado” ²⁹⁴.

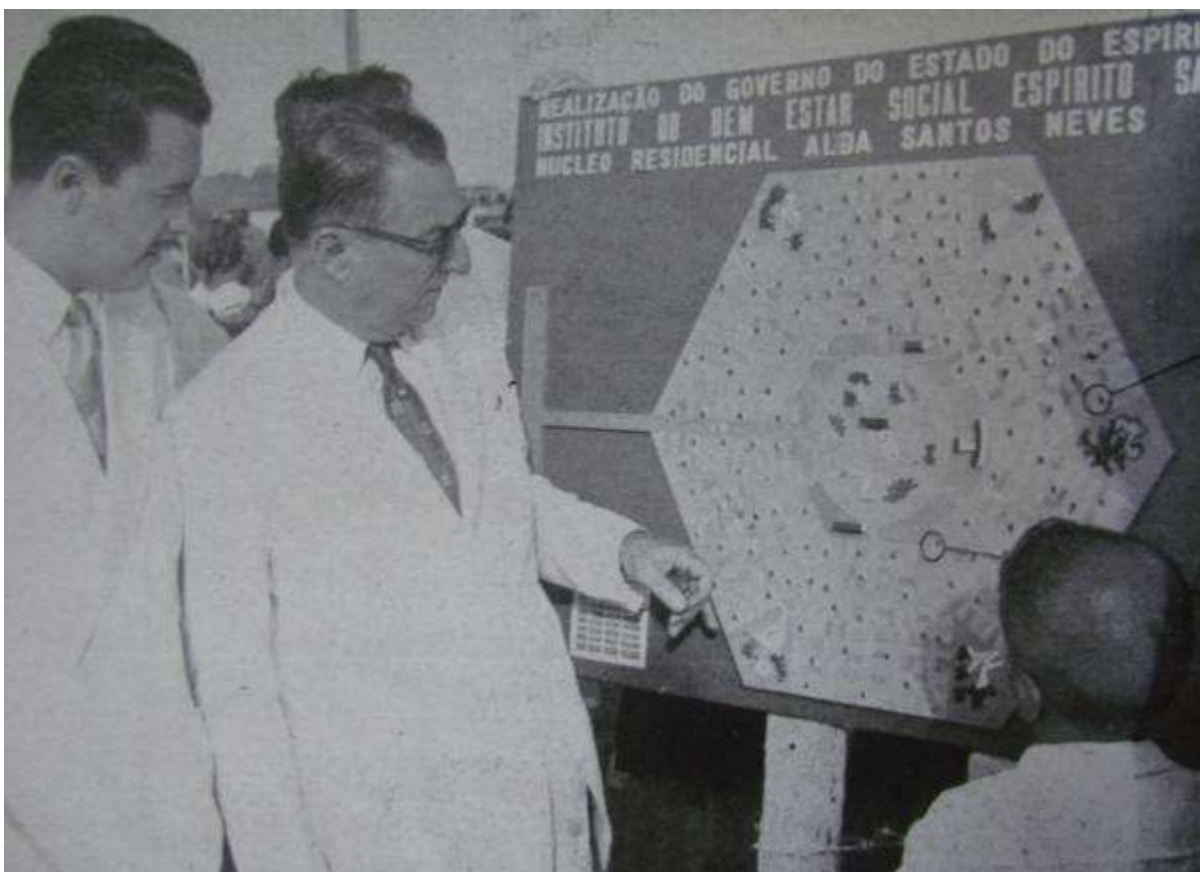


Figura 93: Projeto e construção da firma “Construções Populares Ltda.” - Instituto de Bem Estar Social
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

²⁹³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 28-9, nota 179.

²⁹⁴ CAMPOS JUNIOR. op. cit., p. 38, nota 123.



Figura 94: Vista aérea de parte do conjunto habitacional planejado pelo IBES
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 95: Casas em construção no conjunto habitacional planejado pelo IBES
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

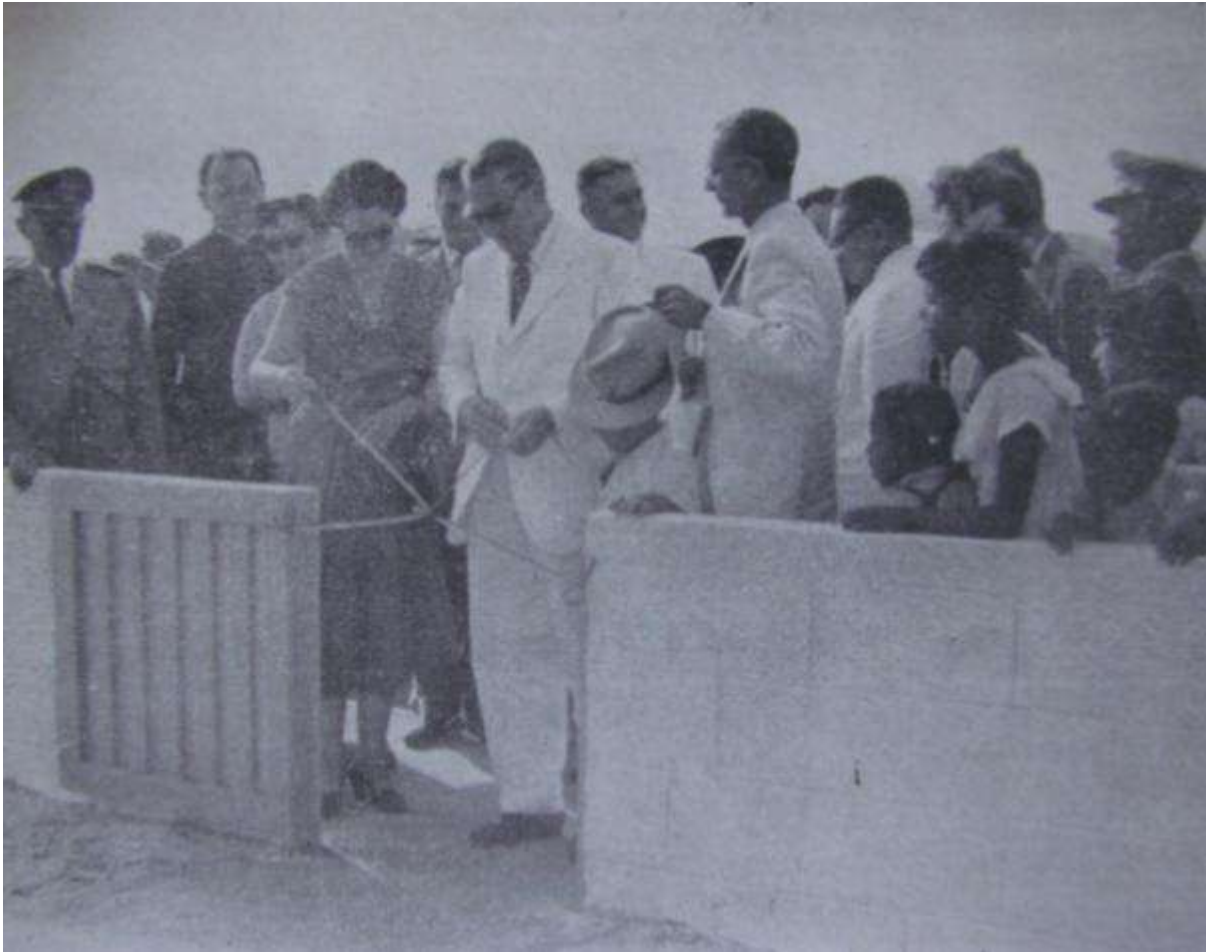


Figura 96: Henrique Cerqueira Lima, presidente do IBES, Santos Neves e sua esposa entregam uma residência à família vista à direita da fotografia
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

Entretanto, as atribuições da autarquia seriam modificadas, passando esta a ser responsável apenas pela fiscalização das obras e não mais por sua execução, como previsto inicialmente. Ao final do governo Santos Neves, haviam sido construídas as duzentas primeiras casas do empreendimento, que seria denominado “Núcleo Residencial Alda dos Santos Neves”. No novo conjunto habitacional, as famílias poderiam comprar ou alugar as casas construídas, sendo a entrega dos imóveis baseada na ordem seqüencial de inscrição dos candidatos. Da listagem de pretendentes, eram selecionados aqueles que deveriam ser contemplados com as moradias, segundo critérios estabelecidos pelo Serviço Social do estado. Posteriormente, o conjunto seria denominado simplesmente “IBES”, dando também o mesmo nome, ao bairro em que se localizava.

5. Conclusão

As políticas públicas implementadas por Santos Neves trouxeram alterações significativas para o Espírito Santo, com visíveis desdobramentos espaciais, sociais, políticos, administrativos e econômicos para o estado. Tais políticas apresentavam um caráter desenvolvimentista, sendo os principais esforços voltados para fortalecer o setor industrial. Essa característica, em particular, distinguiu a gestão governamental de Santos Neves, das duas gestões estaduais imediatamente anteriores e da gestão posterior ao período em estudo. Pode-se afirmar que essas ações e investimentos deram início à criação de uma base infraestrutural para o incremento do setor industrial, representando o marco inicial do desenvolvimento econômico industrial do Espírito Santo. Tal desenvolvimento viria a se consolidar efetivamente, apenas na década de 1970.

As alterações espaciais resultantes de uma das ações de Santos Neves foram visíveis no território da capital do estado. Duas importantes alterações se deram com a realização de aterros. A primeira destinava-se à ampliação da área retroportuária, fazendo surgir um novo espaço urbano - a Esplanada da Capixaba; a segunda visava à criação de novas áreas destinadas à urbanização, sendo criados os bairros de Bento Ferreira e Ilha de Santa Maria. Os impactos sofridos pela capital em função da ampliação das atividades portuárias eram perfeitamente observáveis. Vitória dinamizava o setor comercial e de serviços, urbanizando-se gradativamente e, por conseguinte, assumindo características de cidade polarizadora, intenção tão presente desde o século XIX, no discurso dos governadores capixabas. O município de Vila Velha também sofreu uma importante intervenção, resultante da construção do conjunto habitacional IBES, no bairro do Aribiri, tendo sido uma obra pioneira do urbanismo moderno no estado.

O governador Santos Neves, mesmo ciente do estágio econômico agroexportador em que se encontrava o Espírito Santo, buscou implementar uma política de geração de energia elétrica, a fim de possibilitar a criação das bases para o desenvolvimento industrial. Essa política seguia as diretrizes nacionais para desenvolvimento industrial acelerado do país, não obstante a força política estadual dominante ser constituída majoritariamente pelas classes agrofundiárias presentes no interior do estado.

Para tanto, dentre outros investimentos, iniciou um importante empreendimento em geração de energia elétrica - a construção da usina hidrelétrica Grande Central de Rio Bonito. O governador se encontrava ciente de que os esforços voltados à geração de energia deveriam ter continuidade na gestão governamental subsequente. As diretrizes políticas de seu sucessor Lacerda de Aguiar, no entanto, frustrariam as expectativas de Santos Neves, por terem redirecionado os esforços governamentais em benefício da agropecuária estadual, e mantendo minimamente os investimentos antes realizados com vistas ao desenvolvimento industrial.

Por força dos novos rumos das diretrizes do novo governo, os esforços empreendedores de Santos Neves não resultaram em impactos mais imediatos na diversificação econômica e na produção industrial do estado, que se mantinha pouco significativa em relação à produção nacional. Até 1964, a principal atividade industrial ainda era a transformação de alimentos, reflexo da economia agroexportadora desenvolvida ao longo da história do estado. Além disso, os grandes projetos de impacto econômico somente teriam lugar no Espírito Santo, também a partir dessa data.

Os investimentos efetuados em infra-estrutura de transportes pelo governo Santos Neves promoveram um fortalecimento do corredor de exportação²⁹⁵ formado pela ferrovia Vitória – Minas e o cais comercial de Vitória. Seu governo colocou em prática o Plano Rodoviário, que propunha a ligação entre a capital e os principais municípios do estado. A política de melhoria da infraestrutura rodoviária possibilitou uma intensificação dos fluxos comerciais entre o interior e a capital, com consequente dinamização do processo de urbanização de Vitória.

A dinamização desse processo de urbanização da capital e de seus municípios vizinhos pode ser verificada por meio da evolução dos valores absolutos e percentuais de seus Produtos Internos Brutos para os setores da indústria, comércio e serviços. Vitória obteve crescimentos relevantes para o PIB, em números absolutos e percentuais, evidenciando uma alteração positiva na economia da capital e uma maior movimentação comercial e de serviços, com consequente incremento urbano. Os municípios de Cariacica e Vila Velha também apresentaram percentuais significativos de crescimento para seus PIBs. O município de Serra,

²⁹⁵ O termo “corredor de exportação” é relativamente recente. Entretanto, à ocasião, observava-se o início da consolidação desse sistema de logística, motivo pelo qual, utilizou-se tal expressão.

entretanto, permanecia nos mesmos moldes agrofundiários, não tendo apresentado alterações relevantes para os setores em estudo, tanto em termos absolutos, quanto em termos percentuais.

Pode-se entender como moderna a gestão governamental de Santos Neves, da mesma forma como pode ser considerada também moderna a gestão de Getúlio Vargas, haja vista o contexto histórico de um Brasil que tão somente iniciava sua fase industrial. O governo Santos Neves primava pela eficácia, apresentando estreita dependência do poder central. Esses aspectos centralizadores poderiam nos impedir de caracterizar sua gestão como moderna, no sentido específico desse conceito, não fossem os investimentos despendidos na construção de escolas e estabelecimentos de saúde, a reestruturação mais complexa do aparelho de Estado, com o desmembramento de Secretarias e a indicação de técnicos de nível superior para sua direção, ações essas que evidenciavam o empenho do governador em buscar uma modernização e uma autonomia, ainda que incipientes.

É também notório e indicativo da busca por uma gestão mais moderna, o fato de Santos Neves ter buscado implantar uma burocracia de Estado que diminuísse as influências e as interferências das elites agrárias no governo. E o fez principalmente na Secretaria de Educação, centralizando a nomeação para os cargos de professor nas mãos do governo estadual e, conseqüentemente, não reforçando os laços de solidariedade política com os coronéis do interior do estado. Como comentado anteriormente, os interesses clientelistas seriam enfraquecidos, haja vista a centralização estabelecida na política educacional.²⁹⁶ Uma outra evidência da busca pela modernização no período de governo de Santos Neves seria o modelo pioneiro de planejamento adotado em sua gestão - o Plano de Valorização Econômica.

As diretrizes norteadoras da gestão varguista orientavam a gestão governamental de Santos Neves que, por sua vez, apresentava-se certamente distanciada das gestões de governo de seus antecessores, Punaro Bley e Carlos Lindemberg, e de seu sucessor, Lacerda de Aguiar, especialmente sob o viés econômico. Importa ressaltar que a gestão de Santos Neves diferenciou-se mais amplamente da gestão de Lacerda de Aguiar, tendo em vista os objetivos principais absolutamente diferenciados de um e de outro governante. Enquanto Santos Neves buscava seguir

²⁹⁶ ZORZAL E SILVA, op. cit., p. 286, nota 141.

a política desenvolvimentista característica do governo varguista, Lacerda de Aguiar retomava a idéia de um estado ruralista e agroexportador.

Em relação às gestões de Punaro Bley e de Lindemberg, havia certamente um distanciamento de objetivos, mas de forma alguma tão díspares quanto em relação ao governo Lacerda de Aguiar. Tanto Punaro Bley quanto Lindemberg buscaram, ainda que de maneira menos ostensiva do que Santos Neves, colocar o Espírito Santo na rota do desenvolvimento econômico, o primeiro atendendo a demandas sociais em saúde, educação e assistência social, o que propiciou indiretamente as condições para uma posterior industrialização, procurando diversificar a produção agrícola e realizando melhorias portuárias, e o segundo, preocupando-se em livrar o café do ônus excessivo como suporte às finanças do estado, pela via da diversificação econômica, bem como deixando encaminhados os estudos para a construção da usina hidroelétrica Jucu 2, o que denota sua intenção em preparar o estado para uma industrialização futura.

O exame da possibilidade de uma defasagem entre o horizonte de expectativa governamental e sua realidade de atuação, em se tratando de políticas e investimentos públicos versus resultados esperados e efetivamente alcançados, mostrou que as políticas públicas implementadas por Santos Neves corresponderam à expectativa do governante, ciente este das limitações econômicas apresentadas pelo estado, o que inviabilizava um maior e mais consistente desenvolvimento industrial no curto período de apenas um mandato estadual. Entretanto, as expectativas do governante em relação à continuidade dos investimentos realizados nos períodos seguintes restaram frustradas, face à mudança inesperada nos rumos políticos nacionais, que resultaram na eleição e posse de Lacerda de Aguiar, governador que sucedeu Santos Neves. O governo do Espírito Santo, após a morte de Vargas, distanciou-se da orientação nacional industrializante, retornando à orientação ruralista.

Algumas características da gestão de governo de Santos Neves foram inicialmente concebidas, a partir de leituras preliminares sobre o tema. Pressupôs-se que as melhorias no setor portuário propiciaram um incremento na comercialização de mercadorias por via marítima. Essa hipótese foi confirmada, tendo em vista o crescimento do Produto Interno Bruto, tanto da capital, quanto do estado, para o setor comércio e serviços.

Entendeu-se ter havido um maior desenvolvimento econômico no interior do estado, em decorrência, não somente dos investimentos efetuados em infraestrutura de transportes e energia elétrica, como também resultantes dos investimentos em modernização agrícola. Essa hipótese ainda não restou totalmente comprovada, sendo necessária uma investigação mais aprofundada sobre tal questão. Por fim, entendeu-se que todo o conjunto dessas ações resultou em um saldo positivo nas condições sociais da população, com a conseqüente redução das taxas de mortalidade e o aumento do crescimento vegetativo no estado. Entretanto, não foi possível comprovar com maior precisão tal assertiva, face ao recorte proposto inicialmente para a pesquisa.

Não obstante, por serem questões extremamente importantes, pretende-se em momento futuro, possivelmente em tese de doutorado dessa mestranda, analisar tais assuntos com maior detalhamento e aprofundamento. Pretende-se também, a fim de melhor apurar tais resultados, ampliar o recorte temporal da pesquisa. Almeja-se analisar mais detalhadamente, os períodos governamentais da década de 1930 até meados dos anos 1970, fase em que ocorreu a efetiva incorporação do estado ao cenário industrial do país.

Buscou-se ter contribuído para esclarecer questões importantes para a história urbana e econômica do Espírito Santo, esperando que novos estudos sobre essa temática possam ser construídos a partir das análises apresentadas por meio deste trabalho.



Figura 97: Monumento erigido pelo governador Jones dos Santos Neves em homenagem póstuma a Getúlio Vargas

Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

6. Referências

- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **História da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-ES, 2005.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Os sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Unesp, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: MINDLIN, Betty. (org.). **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidade: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DINIZ, Ely. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil**: 1930 – 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- DULCI, Otávio Soares. As elites políticas. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Unesp, 2004.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1947-1951: Lindemberg). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Estadual em 1950 [por] Carlos Fernando Monteiro Lindemberg**, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória: [s.n.], 1950.
- _____. Governador (1951-1954: Neves). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Estadual em 1953 [por] Jones dos Santos Neves**, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória: [s.n.], 1953.
- _____. Governador (1951-1954: Neves). **Mensagem enviada à Assembléia Legislativa Estadual em 1954 [por] Jones dos Santos Neves**, governador do Estado do Espírito Santo. Vitória: [s.n.], 1954.
- _____. **Anuário estatístico do Espírito Santo**. Departamento Estadual de Estatística: Vitória, 1956.
- _____. **Anuário estatístico do Espírito Santo**. Departamento Estadual de Estatística: Vitória, 1958. v. 4.
- _____. **Anuário estatístico do Espírito Santo**. Departamento Estadual de Estatística: Vitória, 1959.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FREITAS, José Francisco Bernardino. **Os relatórios e mensagens de governo e as intervenções urbanísticas em Vitória – 1930 – 1955: uma história oficial.** [S.l.:s.n., 199-?]. Artigo originado do banco documental referente à pesquisa intitulada “Os relatórios e mensagens de governo e os planos e projetos urbanísticos para Vitória 1900 – 1965”, realizada pelo Núcleo de Arquitetura e Urbanismo (NAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do Estado e direito do cidadão: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930 – 1945).** 162 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>. Brasília: IBGE, [19--?]. Acesso em: 8 dez. 2008.

_____. **Sinopse estatística do município de Vitória:** Estado do Espírito Santo: aspectos históricos e geográficos, principais resultados censitários, alguns resultados estatísticos, aspectos fotográficos. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1951.

_____. **Boletim Estatístico**, Rio de Janeiro, n. 29, fev. 1950.

_____. **Boletim Estatístico**, Rio de Janeiro, n. 53, jan/mar. 1956.

JAGUARIBE, Helio. **Condições institucionais do desenvolvimento.** Conferências pronunciadas no Clube de Engenharia em junho de 1957. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951 – 1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil:** papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990: texto para discussão nº 852. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0852.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2008.

MENDES, Candido. Celso Furtado: fundação e perspectiva do desenvolvimento. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 set. 2008.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de. COSTA, Geraldo Magela. (Orgs.). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

MORANDI, Ângela Maria. ROCHA, Haroldo Correa. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

NEVES, Jones dos Santos. **Cartas selecionadas**. Vitória: Cultural-ES, 1988.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp, 2004.

REZENDE, Vera Lúcia. Ecos do modernismo: a Guanabara e o plano Doxiadis. In: **Novas memórias do urbanismo carioca**. FREIRE, Américo. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAUJO, Maria Celina. (org.). **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SIQUEIRA, Penha. **O desenvolvimento do porto de Vitória, 1870 - 1940**. Vitória: FCAA, 1984.

_____. **O porto de Vitória: expansão e modernização, 1950 – 1993**. Vitória: Codesa, 1994.

SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: Fapesp, 1998.

VELOZO, João Paulo dos Reis; Albuquerque, Roberto Cavalcante.(Org) **Modernidade e pobreza: a construção da modernidade econômico-social**. Rio de Janeiro: Nobel, 1994.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.

ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

_____. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: Edufes, 2004.

7. Apêndice 1 - Aspectos territoriais e comentários

Além da capital, alguns municípios foram também analisados - os mais representativos à época, a fim de propiciar um estudo comparativo. Para efeitos didáticos, os municípios foram agrupados por regiões. Essa metodologia de abordagem buscou agrupar os municípios segundo suas áreas de influência econômica²⁹⁷.

Sugerimos a seguinte divisão, a título de melhor compreensão didática: Região Norte 1, compreendendo os municípios de Linhares e São Mateus; Região Norte 2, compreendendo o município de Colatina; Região Capital Expandida, já mencionada, compreendendo Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica; Região Serrana, compreendendo Domingos Martins e Santa Leopoldina e, finalmente, Região Sul, compreendendo os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim. A área que denominamos “Região Capital Expandida” compreende os municípios de Vitória (capital do estado), Vila Velha (à época denominada Espírito Santo), Cariacica e Serra. Tais municípios se encontravam mais estreitamente ligados à capital, tanto geográfica quanto economicamente. Diante do estudo desses municípios e da análise e comparação entre eles, buscou-se chegar com maior precisão às conclusões desejadas. A seguir, encontram-se tabela e gráficos apresentando as áreas do estado e suas regiões, de acordo com a divisão estabelecida:

Região	Área total em km ²	Percentual em relação à área total do estado
Região Norte 1	7.983	16,39
Região Norte 2	4.998	10,26
Região Capital Expandida	1.110	2,28
Região Serrana	2.843	5,84
Região Sul	2.884	5,92
Restante do Estado	28.902	59,32
Estado	48.720	100,00

Figura 98: Tabela demonstrativa da área em km² de cada região em estudo e correspondente percentual em relação à área total do estado

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

²⁹⁷ A nomenclatura utilizada para as diferentes áreas baseou-se na denominação utilizada atualmente para as microrregiões do estado, segundo estudos do Instituto Jones dos Santos Neves, órgão de pesquisas oficial do governo do estado do Espírito Santo.

A Região Norte 1 apresentava a maior área de todas as regiões em estudo, apesar de contemplar apenas dois municípios – Linhares e São Mateus. A Região Norte 2, compreendendo apenas o município de Colatina, vinha em segundo lugar em área.

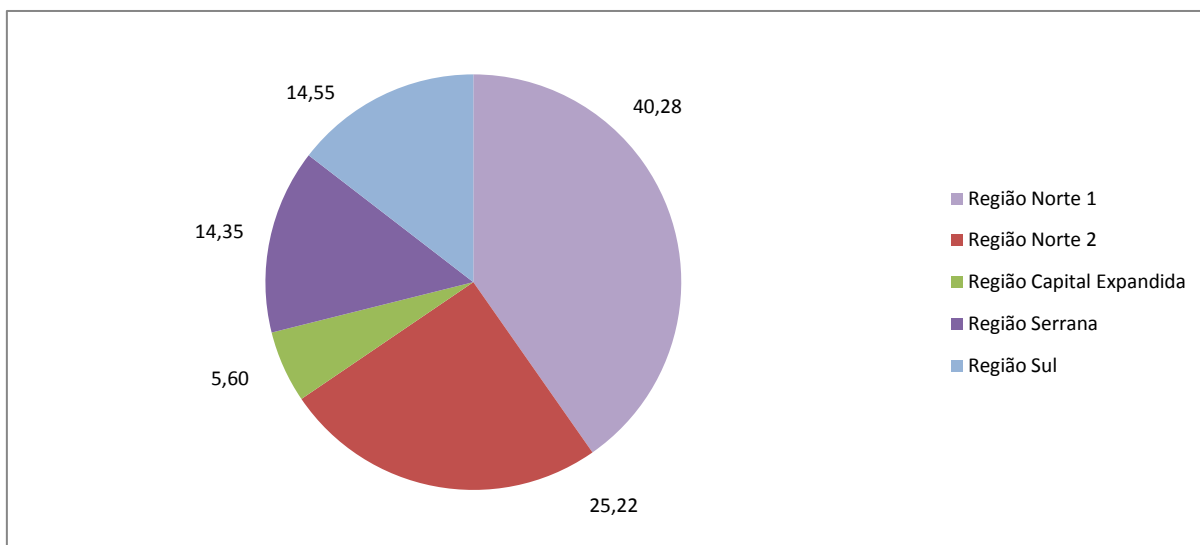


Figura 99: Gráfico demonstrativo do correspondente percentual da área de cada região em relação ao somatório das áreas das regiões em estudo
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

As regiões Norte 1 e Norte 2 apresentavam os percentuais de 40,28% e 25,22%, respectivamente, em relação aos municípios em estudo. A Região Capital Expandida correspondia ao percentual pouco significativo de 5,60% da área em estudo, mesmo compreendendo quatro municípios, dentre eles, a capital do estado.

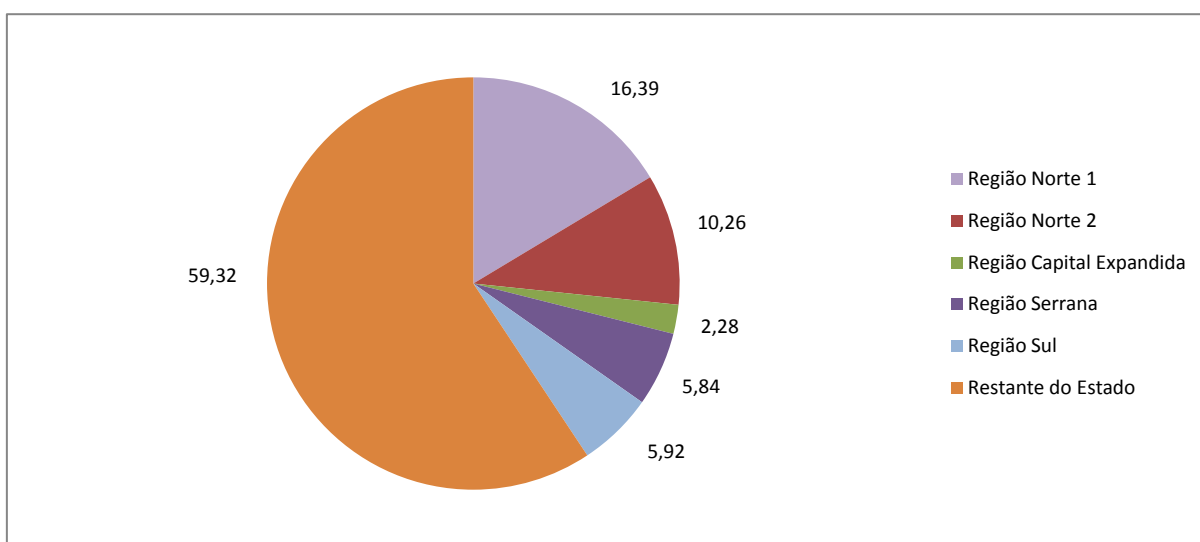


Figura 100: Gráfico demonstrativo do correspondente percentual da área de cada região em estudo em relação à área total do estado
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Ao se considerar o território estadual na totalidade, observou-se que as regiões em estudo correspondiam a pouco mais de 40% da área total do Estado. As Regiões Norte 1 e Norte 2 apresentavam áreas correspondentes a 16,39% e 10,26% da área total do estado, respectivamente. A Região Capital Expandida representava apenas 2,28% da área total do Estado e as Regiões Sul e Serrana somavam 11,76% do território estadual.

	Área total em km ²	Percentual em relação à área total do estado
Municípios em estudo	19.818	40,68
Restante do Estado	28.902	59,32
Estado	48.720	100,00

Figura 101: Tabela demonstrativa do somatório das áreas em km² dos municípios em estudo e do correspondente percentual em relação à área total do estado

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

O município de Colatina apresentava a maior área dentre todos os municípios estudados, sendo seguido por Linhares e São Mateus, também bastante significativos em área, podendo ser classificados como municípios de grande porte territorial. Os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Domingos Martins, Santa Leopoldina e Itapemirim representavam em área, aproximadamente, um terço dos municípios anteriormente mencionados, podendo ser classificados como municípios de médio porte territorial. Os demais municípios foram classificados como de pequeno porte territorial, sendo o menor deles, a capital Vitória.

Analisando-se especificamente a Região Capital Expandida, verificou-se que o município de Serra apresentava maior extensão territorial - 549 km² - equivalente a 49,46% da área dessa região. O município de Cariacica apresentava-se como o segundo maior em dimensão territorial da região em estudo, com 257 km² e 23,15% da área total dessa região. O município de Vila Velha, em terceiro lugar, apresentava 213 km², correspondendo a 19,19% da área total e, em último lugar no ranking observava-se a capital Vitória, com 91 km² e apenas 8,20% da Região Capital Expandida.

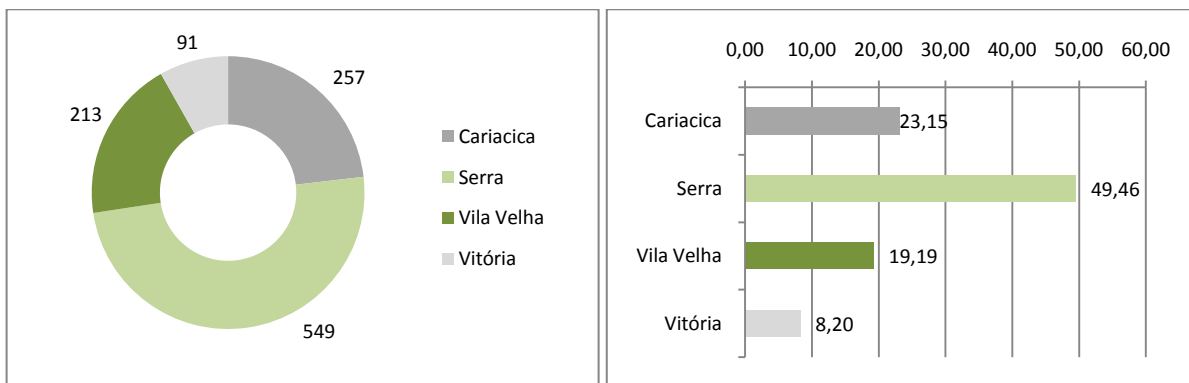


Figura 102: Gráfico demonstrativo da área em km² e em valores percentuais de cada município componente da Região Capital Expandida
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Conforme se pode perceber por meio dos gráficos apresentados a seguir, as demais regiões em estudo apresentavam municípios com áreas equiparáveis entre si, em termos territoriais. À exceção da Região Norte 2, que compreendia apenas o município de Colatina, as demais regiões eram compostas por dois municípios com áreas aproximadamente equivalentes.

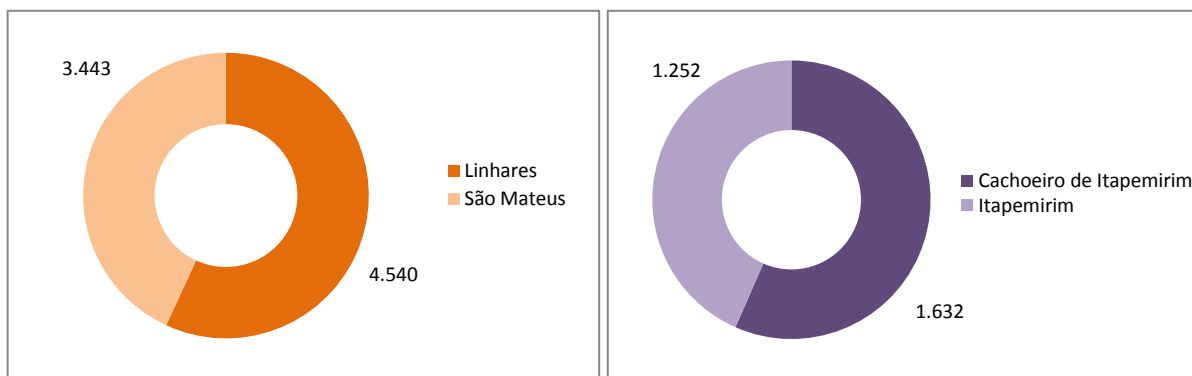


Figura 103: Gráfico demonstrativo da área em km² de cada município componente das Regiões Norte 1 e Sul
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

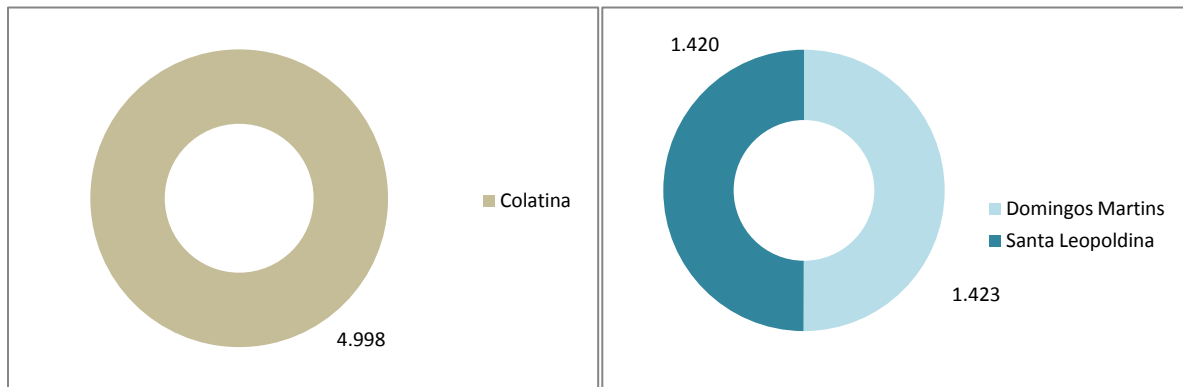


Figura 104: Gráfico demonstrativo da área em km² de cada município componente das Regiões Norte 2 e Serrana

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

8. Apêndice 2 - Indicadores demográficos e comentários

No período compreendido entre 1920 e 1940, ocorreram mudanças significativas no Brasil. A população brasileira cresceu em 34%, chegando a 41,1 milhões de habitantes. A Região Norte era a menos habitada, concentrando apenas 3,5% da população total em 1940. A região de maior povoamento era o Nordeste, com 32,1% do total de habitantes. No país verificava-se o predomínio de uma população jovem – 54% do total correspondiam a menores de vinte anos. A crise mundial de 1929, seguida do dispositivo da Constituição de 1934, que estabelecia cotas para a entrada de imigrantes no país, acarretaram uma significativa redução da imigração estrangeira, e, por outro lado propiciaram uma maior migração interna. Face à crise da borracha, foi intenso o fluxo de pessoas que migraram da Região Norte para o Nordeste, retornando à região de origem. Já as regiões Sul e Centro Sul receberam um grande afluxo de imigrantes mineiros. Outro ponto de atração populacional era o Rio de Janeiro, à ocasião, Distrito Federal. O surto industrial e as restrições impostas à entrada de imigrantes estrangeiros fizeram com que o estado de São Paulo, a partir de 1933, passasse também a receber imigrantes.²⁹⁸

Considerou-se importante a realização de análise dos indicadores demográficos estaduais, para obtenção de algumas conclusões de pesquisa. Analisou-se, sempre que possível, o período compreendido entre 1945 e 1958. Essa escolha refletiu a preocupação em considerar o período de gestão governamental imediatamente anterior ao de Santos Neves (1945 a 1950), o período correspondente à sua gestão (1951 a 1954) e o período de gestão governamental imediatamente posterior à sua (1955 a 1958), o qual, possivelmente, refletiria o resultado de políticas implementadas no período precedente.

A tabela a seguir apresenta a população dos municípios em estudo, segundo os dois censos realizados em 1940 e 1950, bem como as estimativas populacionais realizadas para os anos de 1955, 1957 e 1958.

²⁹⁸ FAUSTO, op. cit., p. 389-90, nota 6.

População	1940	1950	1955 (estimativa)	1957 (estimativa)	1958 (estimativa)
Cachoeiro de Itapemirim	72.834	81.082	85.466	87.518	88.478
Cariacica	15.228	21.741	24.688	28.015	29.048
Colatina	66.263	100.437	118.901	130.715	135.058
Domingos Martins	16.718	16.854	17.115	16.952	16.966
Itapemirim	27.992	28.741	29.400	29.289	29.367
Linhares	*	29.381	38.669	45.690	48.092
Santa Leopoldina	17.031	17.711	18.207	18.212	18.284
São Mateus	24.250	39.850	46.760	20.775	21.279
Serra	6.415	9.245	9.302	9.150	9.137
Vila Velha (Espírito Santo)	17.054	23.127	25.909	28.726	29.629
Vitória	45.212	50.922	55.113	58.165	59.280
Estado	750.107	861.562	917.950	950.856	964.346

* O município de Linhares não havia sido criado à ocasião. A emancipação de Colatina ocorreu em 1943.

Figura 105: Tabela demonstrativa do contingente populacional e estimativas por municípios e estado
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

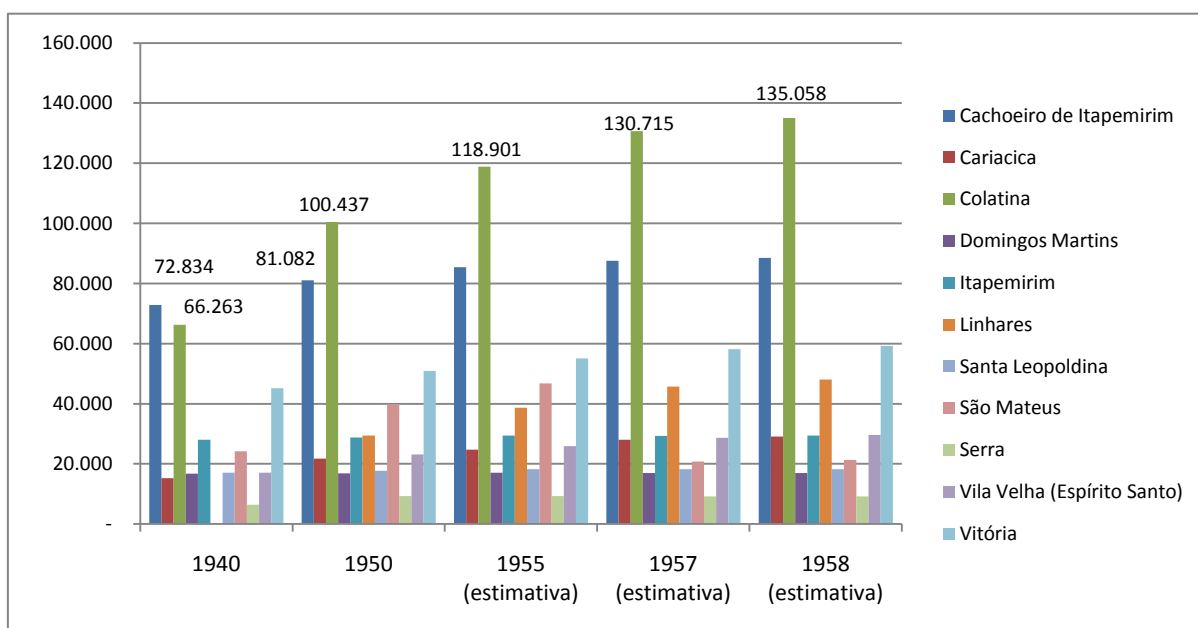


Figura 106: Gráfico demonstrativo do contingente populacional e estimativas anuais
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Observou-se que, em 1940, os dois municípios mais populosos em números absolutos eram Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, com contingentes populacionais aproximados de 72.834 e 66.263 habitantes, respectivamente. Em 1940 o município de Linhares não havia sido criado, haja vista sua emancipação do município de Colatina ter ocorrido apenas em 1943. O município de Serra era o que detinha os menores números absolutos de população em 1940. Essa tendência não se alterou ao longo do período analisado. A capital Vitória figurava, em termos absolutos, como terceiro município mais populoso dentre os elencados. Interessa observar que a capital Vitória detinha a menor área territorial dentre os municípios analisados e, entretanto, apresentava-se como o mais populoso.

Taxas de crescimento populacional por municípios	Taxa de crescimento real 1940/1950	Taxa de crescimento estimada 1950/1955	Taxa de crescimento estimada 1955/1957	Taxa de crescimento estimada 1957/1958
Cachoeiro de Itapemirim	11,32	5,41	2,40	1,10
Cariacica	42,77	13,56	13,48	3,69
Colatina	51,57	18,38	9,94	3,32
Domingos Martins	0,81	1,55	0,95	0,08
Itapemirim	2,68	2,29	0,38	0,27
Linhares	-	31,61	18,16	5,26
Santa Leopoldina	3,99	2,80	0,03	0,40
São Mateus	64,33	17,34	55,57	2,43
Serra	44,12	0,62	1,63	0,14
Vila Velha (Espírito Santo)	35,61	12,03	10,87	3,14
Vitória	12,63	8,23	5,54	1,92
Estado	14,86	6,54	3,58	1,42

Figura 107: Tabela demonstrativa das taxas de crescimento populacional para os municípios e estado
 Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

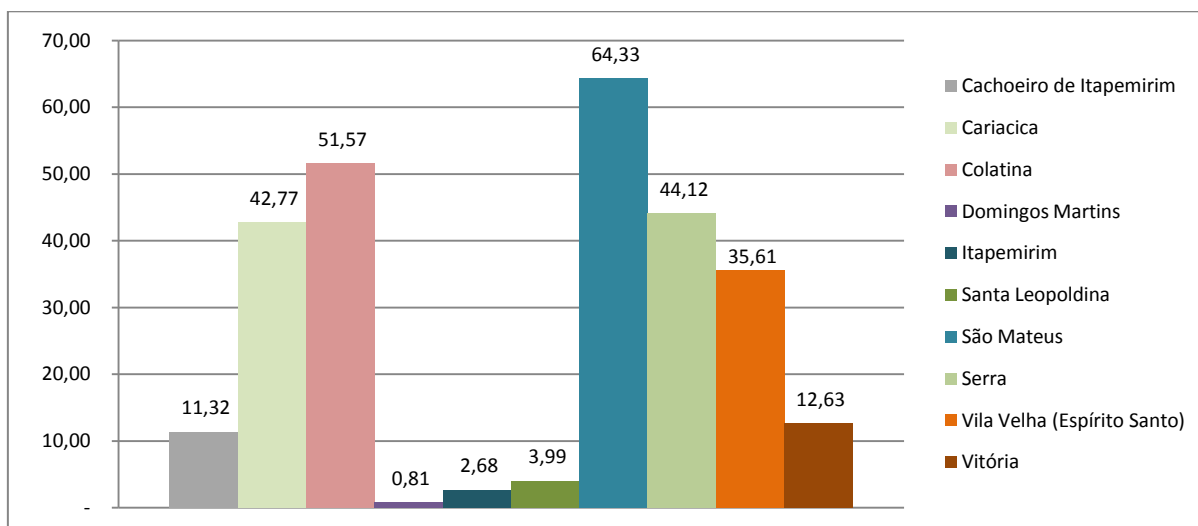


Figura 108: Gráfico demonstrativo das taxas de crescimento populacional real para os municípios e estado, entre 1940 e 1950

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

A partir dos dados provenientes do censo realizado em 1950, observou-se que a maior taxa de crescimento populacional entre 1940 e 1950 foi a do município de São Mateus, apresentando o significativo crescimento de 64,33%. O município de Colatina ficou em segundo lugar no ranking de crescimento populacional, com a taxa 51,57%. Importa ressaltar que, até o ano de 1943, o município de Linhares integrava Colatina. Esse fato torna ainda mais significativa a taxa de crescimento do município de Colatina, o qual, na data de realização do censo de 1950, já não mais contava com parte do contingente populacional de Linhares. Vale ressaltar que, ao contrário de Colatina, o município Cachoeiro de Itapemirim obteve um crescimento populacional inexpressivo no período - apenas 11,32%.

Em relação ao município de Colatina, importa ressaltar a correlação entre o crescimento populacional apresentado e sua performance econômica. Conforme será comentado adiante, Colatina apresentava elevada produção de café, tanto em termos quantitativos de grãos produzidos, quanto em valores da produção. O período compreendido entre 1945 e 1949 apresenta produção ascendente. O ano de 1949 é um marco em termos de valor da produção do grão, tendo Colatina produzido em café, a exorbitante quantia de 12.985.640,00 dólares americanos. Também em relação à população pecuária, Colatina apresenta valores ascendentes no período compreendido entre 1945 e 1950. Diante do exposto, sugere-se que o crescimento populacional do município de Colatina esteja relacionado com o

excelente desempenho na produção do café e com os crescentes valores atribuídos à população pecuária para o período em estudo.

Os municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha, integrantes da Região Capital Expandida, obtiveram crescimentos percentuais dignos de nota – 44,12%, 42,77% e 35,61%, respectivamente. A capital Vitória não obteve crescimento populacional expressivo, apresentando a taxa de 12,63%, menor que a taxa calculada para o estado, correspondente a 14,86%. Os números evidenciam um crescimento populacional absoluto bastante significativo na área periférica à capital, sendo que, a própria capital, centro polarizador da região, não demonstrou a mesma tendência de crescimento de seu entorno.

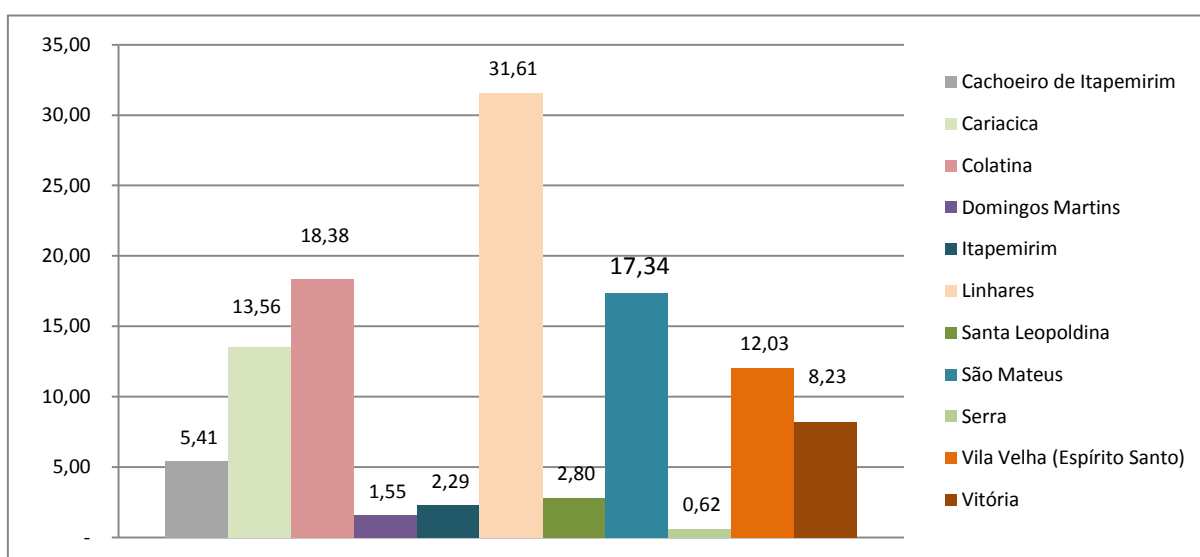


Figura 109: Gráfico demonstrativo das taxas de crescimento populacional estimado para os municípios e estado, entre 1950 e 1955

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

No período compreendido entre 1950 e 1955, o município de Linhares apresentava a maior taxa de crescimento populacional estimado. O segundo município de maior crescimento estimado foi Colatina, com a taxa de 18,38%. Como já mencionado anteriormente, o município de Linhares foi emancipado do município de Colatina em 1943. Como comentado anteriormente, Colatina atravessava uma fase de excelente desempenho econômico e àquela ocasião, já se evidenciava o embrião que viria a transformar-se em importante centro polarizador estadual. Além do desempenho ótimo na produção de café e na produção pecuária, Colatina apresentava também excepcional performance na produção industrial. Em 1953, o município de Colatina

registrou o elevado valor de 11.248.090,00 dólares americanos para a produção do período. Sugere-se, também para esse período, uma forte correlação entre o crescimento populacional do município e o excelente desempenho na produção do café, da produção pecuária e da produção industrial.

O município de São Mateus também apresentou um significativo crescimento estimado no período, seguido por Serra e Vila Velha – 17,34%, 13,56% e 12,03%, respectivamente. Vitória obteve um pequeno crescimento estimado - 8,23%. O crescimento estimado de Cachoeiro de Itapemirim não se mostrou relevante nesse período – apenas 5,41%, ainda que o município tenha apresentado uma excepcional performance econômica. Em Cachoeiro de Itapemirim, ao contrário de Colatina, o desempenho econômico não foi seguido pelo crescimento populacional. Tal fenômeno sugere encontrar-se o município de Cachoeiro de Itapemirim já consolidado e estabilizado, à ocasião, em termos populacionais, ainda que evidenciando grande crescimento econômico. Já o município de Colatina passava por um período de franco crescimento tanto populacional quanto econômico, indicando uma ocupação mais recente de seu território.

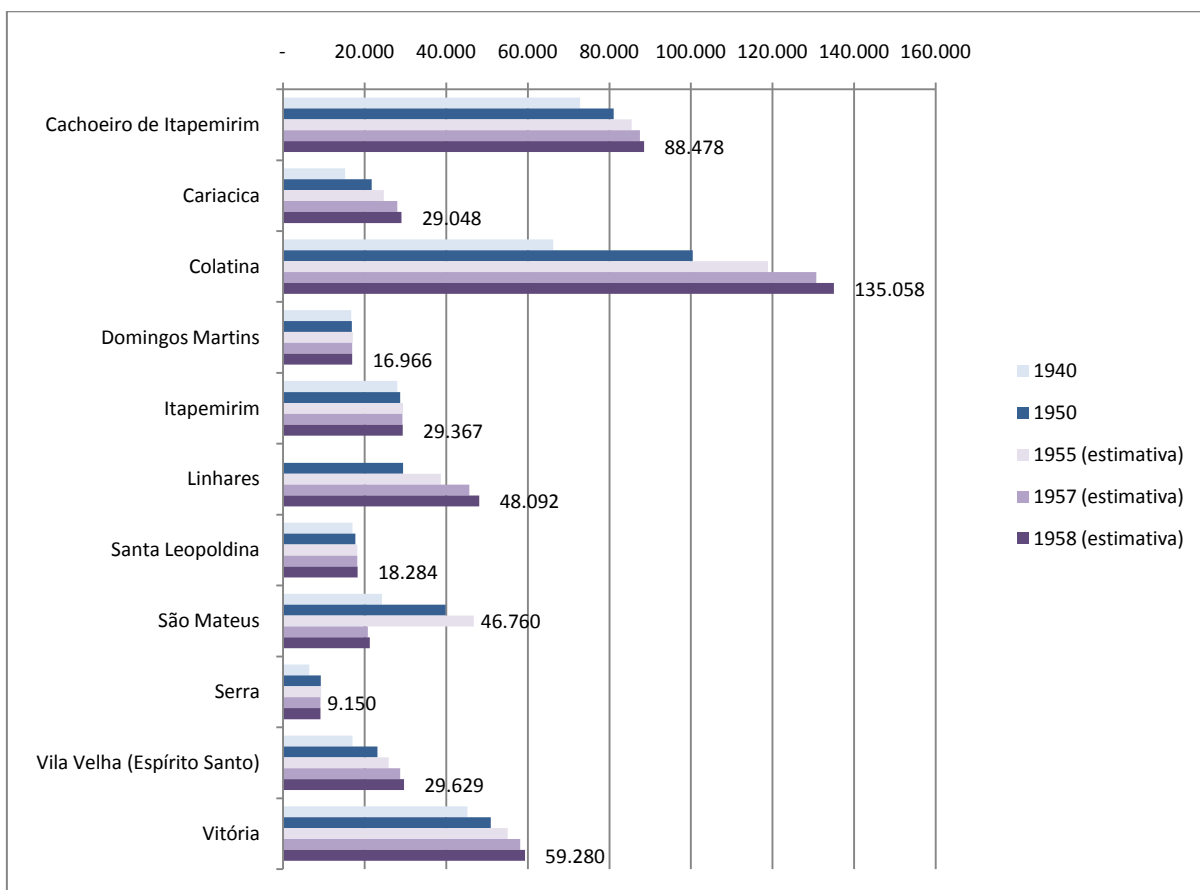


Figura 110: Gráfico demonstrativo do contingente populacional e estimativas por municípios
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

O gráfico anterior permite auferir o volume de contingente populacional por município, no período em estudo. É visível a supremacia dos números absolutos apresentados pelos municípios de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. Os municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha, integrantes da Região Capital Expandida, apresentavam baixos contingentes populacionais. Entretanto, se somados os números correspondentes às populações desses três municípios, pode-se observar que, a partir de 1950, o somatório ultrapassou o contingente populacional da capital. Conforme observado anteriormente, verifica-se uma tendência de crescimento populacional nos municípios periféricos à capital. Entretanto, mesmo considerado o somatório populacional dos municípios vizinhos à capital, os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina evidenciavam um volume populacional, em números absolutos, bastante superior ao número correspondente à soma dos três municípios em questão.

O estado do Espírito Santo obteve um crescimento populacional de 14,85% entre os anos 1940 e 1950. Entre os anos 1950 e 1955, a estimativa de crescimento foi bem menor - 6,54%. De modo geral, pode-se auferir que o crescimento populacional para o estado não se apresentou muito significativo no período em estudo. Por outro lado, observou-se um crescimento acentuado em alguns municípios em especial. Os municípios da Região Capital Expandida destacaram-se no quesito “crescimento populacional”. Também os municípios de Colatina, São Mateus e Linhares obtiveram grande crescimento em seu contingente. O município de Cachoeiro de Itapemirim, ainda que fosse o segundo mais populoso em números absolutos dentre os municípios em estudo, manteve estáveis suas taxas de crescimento.

Densidade populacional por municípios	1955	1956	1957
Cachoeiro de Itapemirim	52,4	53,6	54,2
Cariacica	96,1	109,0	113,0
Colatina	23,8	26,2	27,0
Domingos Martins	12,0	11,9	11,9
Itapemirim	23,5	23,4	23,5
Linhares	8,5	10,1	10,6
Santa Leopoldina	12,8	12,8	12,9
São Mateus	13,6	6,0	6,2
Serra	16,9	16,7	16,6
Vila Velha (Espírito Santo)	121,6	134,9	139,1
Vitória	605,6	639,2	651,4
Estado	18,8	19,5	19,8

Figura 111: Tabela demonstrativa da densidade populacional para o estado e municípios
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Densidade populacional é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território. A análise da tabela anterior evidencia a elevada densidade populacional da capital Vitória, nos anos 1955 – 605,6%. Os municípios que

apresentavam a segunda e a terceira maiores densidades dentre os municípios em estudo eram Vila Velha e Cariacica, respectivamente. Tais municípios integravam a Região Capital Expandida, estando localizados na periferia da capital. Importa observar que, mesmo não sendo os contingentes populacionais tão elevados nesses dois municípios, a distribuição da população pelo território apresentava-se razoavelmente concentrada.

O município de Colatina, apesar de ser o mais populoso em termos absolutos, apresentava baixa densidade populacional em 1955 – 23,8%. O município de Cachoeiro de Itapemirim, de maneira semelhante, apresentava um elevado número de habitantes e baixa densidade populacional.

Vitória	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	26,36	23,59	24,08	19,79	18,94	20,58	21,33	16,84	18,29
Crescimento vegetativo	27,24	32,18	51,84	87,59	113,52	106,21	114,20	141,01	151,62

Figura 112: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Vitória, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no município de Vitória durante o período em estudo, observou-se um significativo aumento ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 106,97 % nos números da natalidade do município, sendo 2.137 a média de nascimentos para o período em estudo.

Por outro lado, o número de óbitos gerais mostrou uma pequena elevação. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 4,66% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 1.108 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

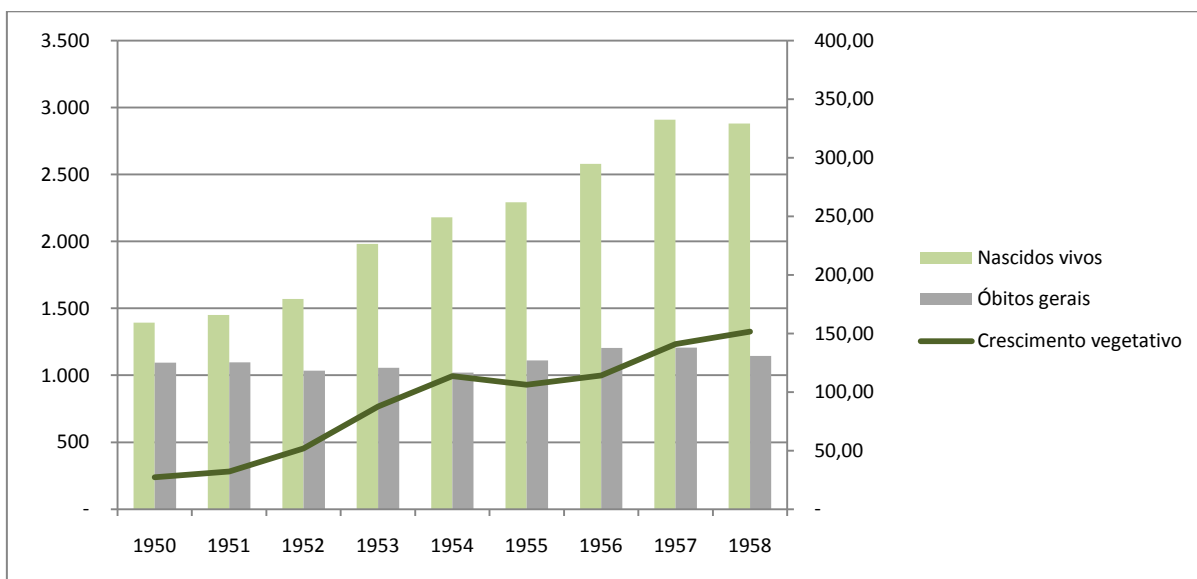


Figura 113: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vitória, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

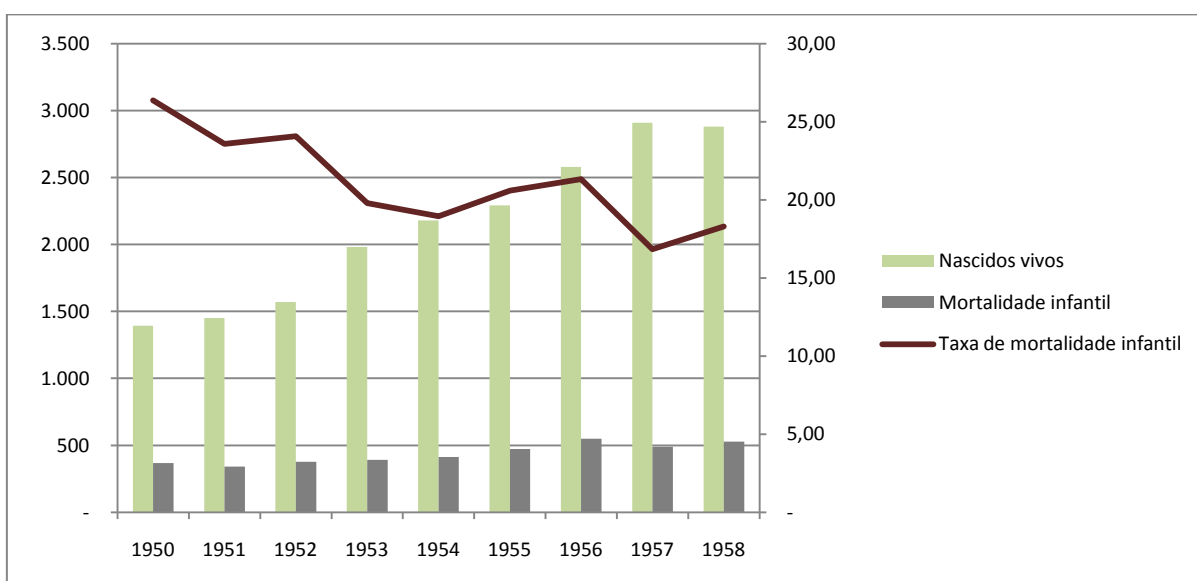


Figura 114: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vitória, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Houve um significativo crescimento vegetativo no período em estudo. O crescimento vegetativo corresponde à diferença entre o número de nascidos vivos e o número de óbitos gerais. Entretanto, as taxas de mortalidade infantil mantiveram-se estáveis. Essa leitura mostra-se bastante positiva. Conclui-se pela possibilidade de melhoria nas condições de saúde da população do município, fazendo aumentar o número de nascimentos em relação ao número de óbitos no período.

Cariacica	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	27,71	25,05	25,83	21,65	21,97	21,40	20,10	22,34	21,90
Crescimento vegetativo	62,75	72,19	74,01	118,61	101,88	82,00	93,71	77,73	66,44

Figura 115: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Cariacica, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no município de Cariacica durante o período em estudo, observou-se um significativo aumento ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 50,40 % nos números da natalidade do município, sendo 699 a média de nascimentos para o período em estudo.

O número de óbitos gerais mostrou também uma significativa elevação. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 47,06% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 382 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

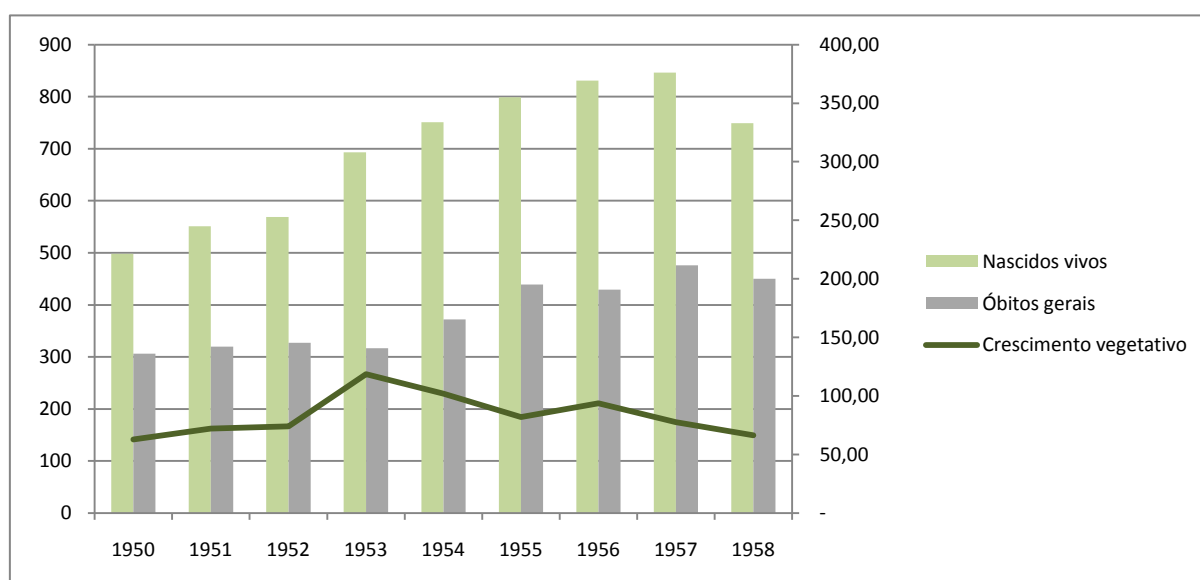


Figura 116: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cariacica, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

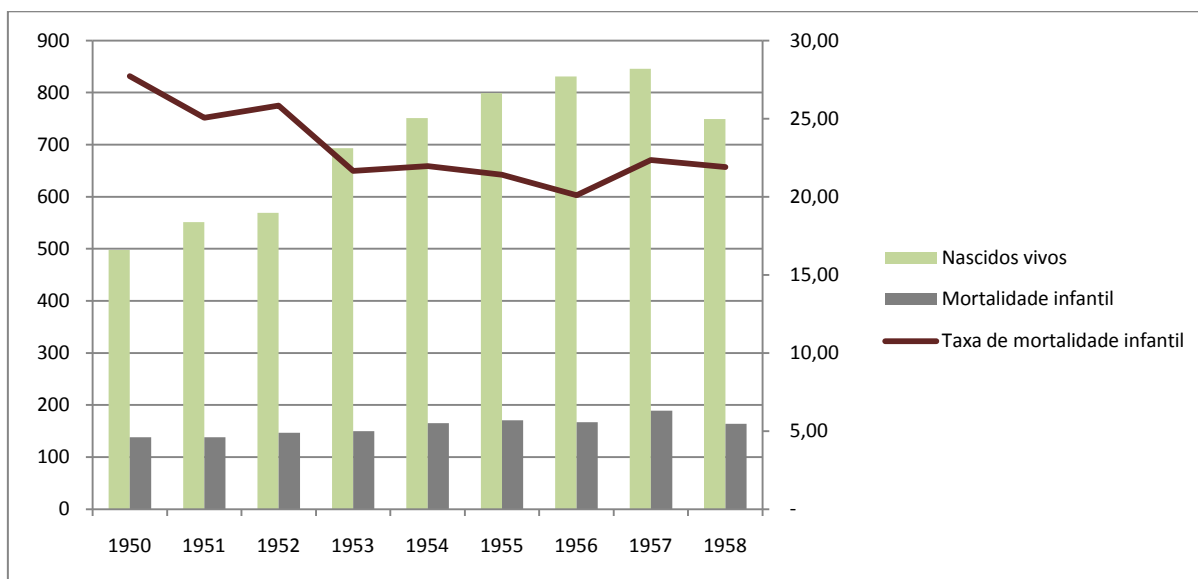


Figura 117: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cariacica, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Houve um significativo crescimento vegetativo no período compreendido entre 1950 e 1953. De 1954 a 1958 as taxas de crescimento sofreram significativo declínio. Ao final do período, no ano de 1958, a taxa de crescimento vegetativo correspondia praticamente à taxa verificada em 1950. Cabe ressaltar que, no ano de 1956, houve um pequeno crescimento dessa taxa. As taxas de mortalidade infantil mantiveram-se estáveis. Conclui-se pela possibilidade de melhoria nas condições de saúde da população do município, no período compreendido entre 1950 e 1953, fazendo aumentar o número de nascimentos em relação ao número de óbitos gerais. Entretanto, nos anos subseqüentes evidencia-se uma possível queda nesses indicadores de saúde, principalmente em face do aumento significativo do número de óbitos gerais.

Vila Velha	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	16,07	15,86	16,19	13,29	14,14	15,85	15,38	15,42	13,30
Crescimento vegetativo	169,42	174,22	173,65	242,51	256,66	240,99	255,72	227,81	239,15

Figura 118: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Vila Velha, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no município de Vila Velha durante o período em estudo, observou-se um significativo aumento ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 103,32% nos números da natalidade do município, sendo 1.200 a média de nascimentos para o período em estudo.

O número de óbitos gerais mostrou também uma significativa elevação. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 61,51% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 371 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

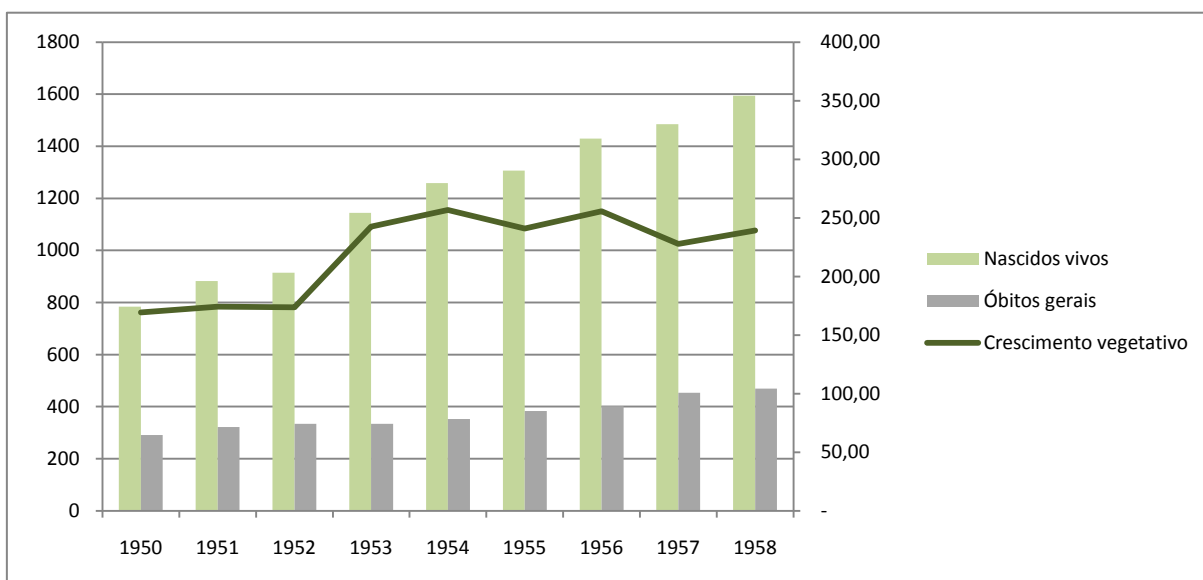


Figura 119: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vila Velha, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

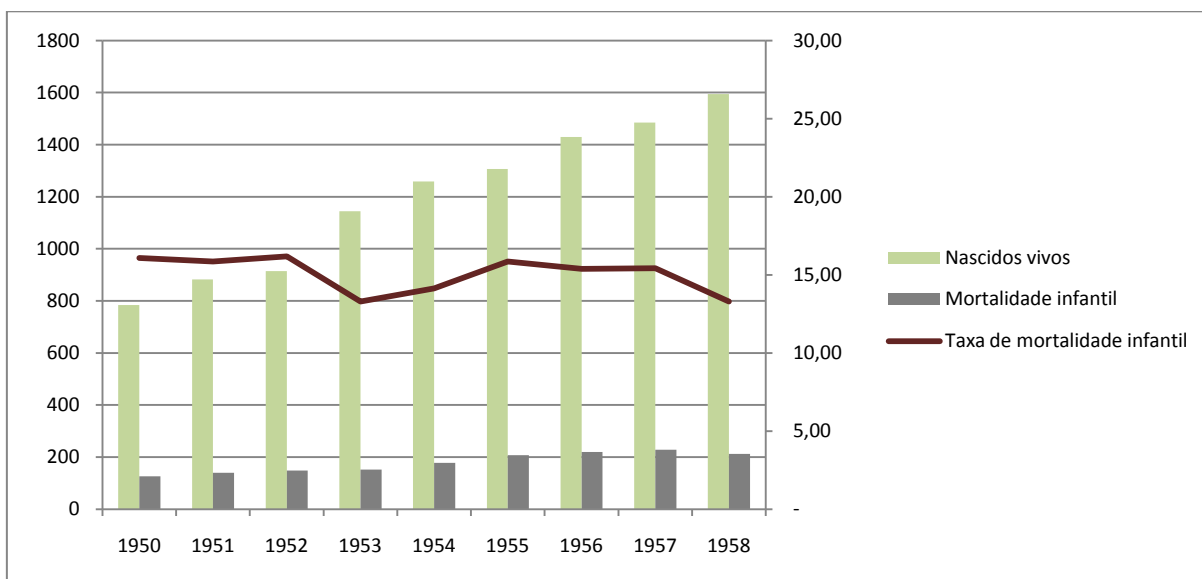


Figura 120: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Vila Velha, segundo registro civil
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

As taxas de crescimento vegetativo mantiveram-se estáveis no período compreendido entre 1950 e 1952. De 1953 em diante houve uma significativa elevação dessas taxas. As taxas de mortalidade infantil mantiveram-se estáveis. Essa leitura mostra-se bastante positiva. Conclui-se pela possibilidade de melhoria nas condições de saúde da população do município, fazendo aumentar o número de nascimentos em relação ao número de óbitos no período, principalmente entre os anos de 1952 e 1953.

Serra	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	23,97	18,08	14,90	14,36	13,13	17,90	15,16	14,29	13,43
Crescimento vegetativo	83,33	163,85	214,29	265,35	292,08	211,54	188,54	180,00	194,79

Figura 121: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Serra, segundo registro civil
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no município de Serra durante o período em estudo, observou-se um acréscimo razoável ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se afirmar

que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 16,94 % nos números da natalidade do município, sendo 326 a média de nascimentos para o período em estudo.

Por outro lado, o número de óbitos gerais mostrou um razoável decréscimo. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve uma queda de 27,27% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 111 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

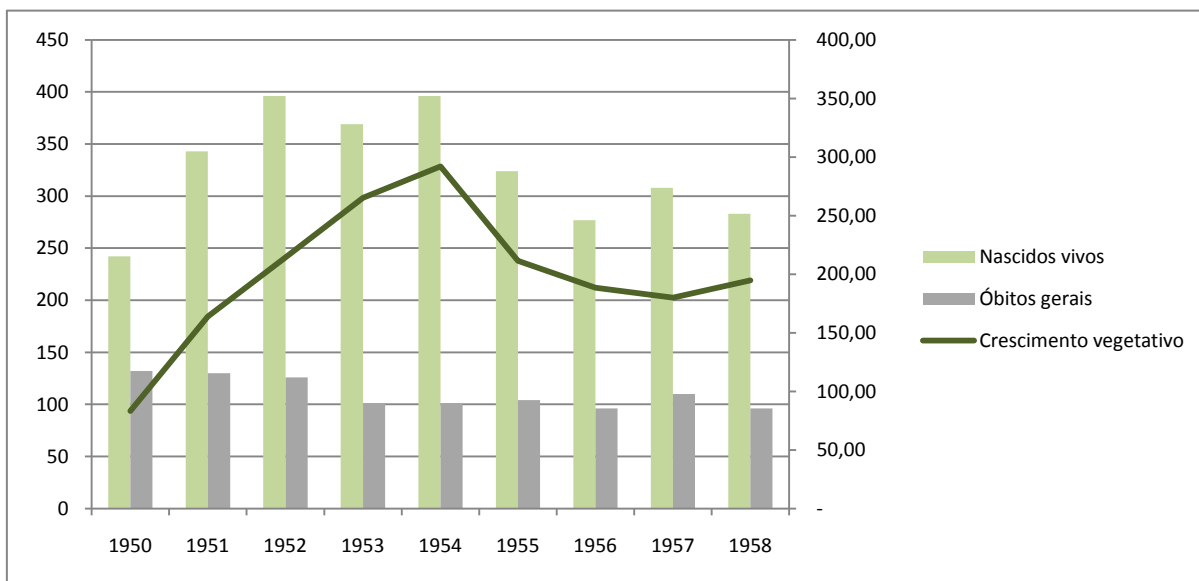


Figura 122: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Serra, segundo registro civil
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

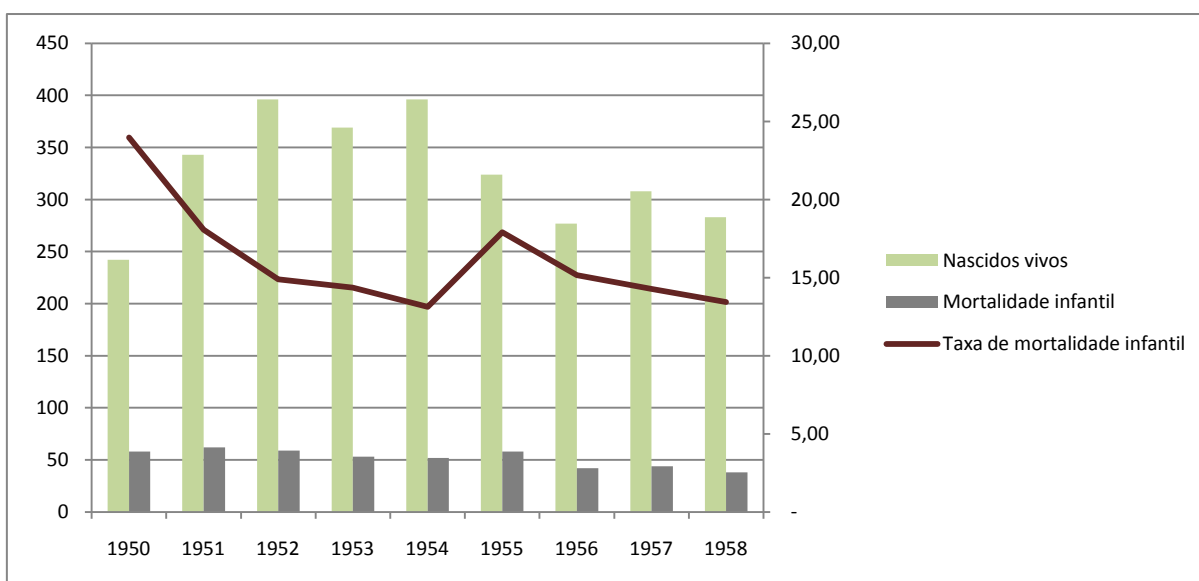


Figura 123: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Serra, segundo registro civil
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Houve um significativo crescimento vegetativo no período compreendido entre 1950 e 1954. De 1955 em diante, observou-se um persistente decréscimo nas taxas, havendo uma pequena recuperação apenas no final do período, em 1958. Entretanto, as taxas de mortalidade infantil mantiveram-se estáveis. Essa leitura mostra-se bastante positiva, no que diz respeito ao período compreendido entre 1950 e 1954. Conclui-se pela possibilidade de melhoria nas condições de saúde da população do município, fazendo aumentar o número de nascimentos em relação ao número de óbitos gerais. Entretanto, nos anos subseqüentes evidencia-se uma possível queda nesses indicadores de saúde, principalmente em face do decréscimo significativo do número de nascimentos.

Cachoeiro de Itapemirim	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	17,85	16,59	15,64	14,96	15,69	16,25	17,19	14,98	13,76
Crescimento vegetativo	132,07	158,58	167,92	191,73	206,54	168,85	164,14	188,23	187,10

Figura 124: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Cachoeiro de Itapemirim, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no município de Cachoeiro de Itapemirim durante o período em estudo, observou-se um pequeno aumento ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 10,96 % nos números da natalidade do município, sendo 2.422 a média de nascimentos para o período em estudo.

Por outro lado, o número de óbitos gerais mostrou pequeno declínio. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve uma diminuição de 11,48% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 886 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

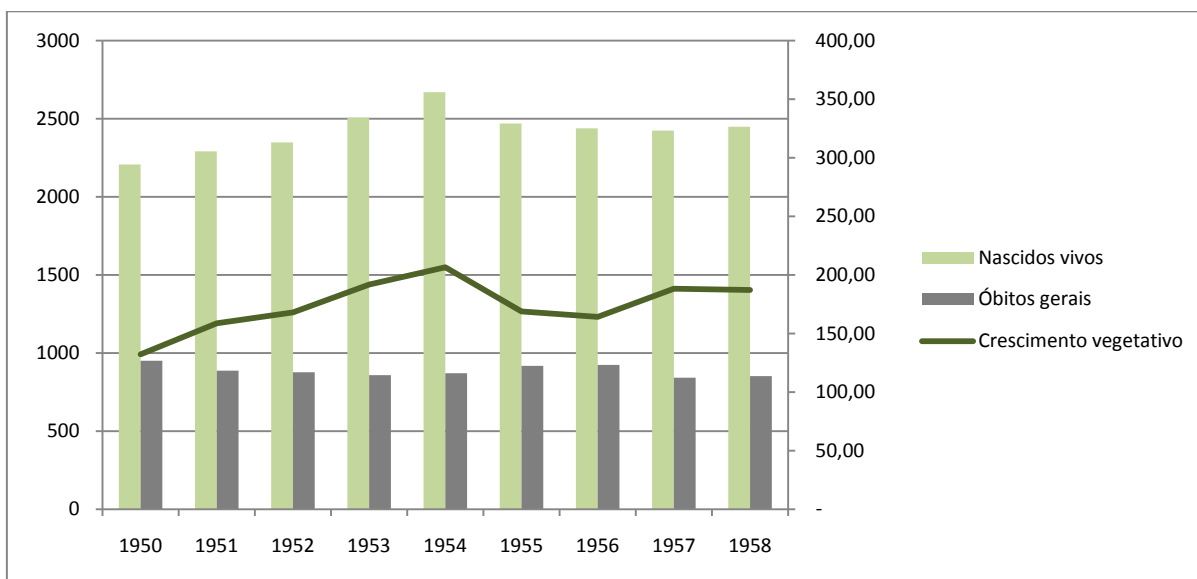


Figura 125: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cachoeiro de Itapemirim, segundo registro civil
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

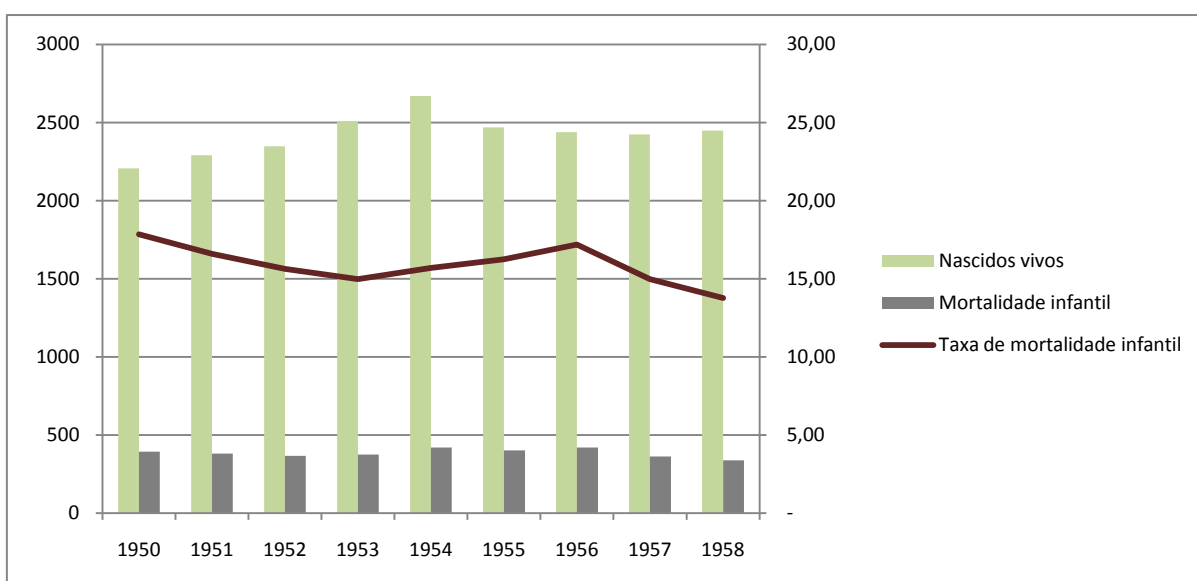


Figura 126: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Cachoeiro de Itapemirim, segundo registro civil
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

As taxas de crescimento vegetativo mantiveram-se crescentes, apesar de apresentarem discreta instabilidade no período em estudo, principalmente em face do acentuado declínio verificado em 1955 e 1956. Da mesma maneira, se comportaram os números para a população de nascidos vivos, o que poderia

justificar a instabilidade verificada. Entretanto, as taxas de mortalidade infantil mantiveram-se estáveis.

Colatina	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	14,15	15,47	18,22	15,86	13,45	15,44	14,28	15,52	16,35
Crescimento vegetativo	235,55	231,54	188,83	227,32	259,91	245,29	260,45	236,22	189,84

Figura 127: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Colatina, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no município de Colatina durante o período em estudo, observou-se um razoável aumento ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 18,32 % nos números da natalidade do município, sendo 4.404 a média de nascimentos para o período em estudo. Por outro lado, o número de óbitos gerais mostrou grande crescimento. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve um significativo incremento de 36,98% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 1.337 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

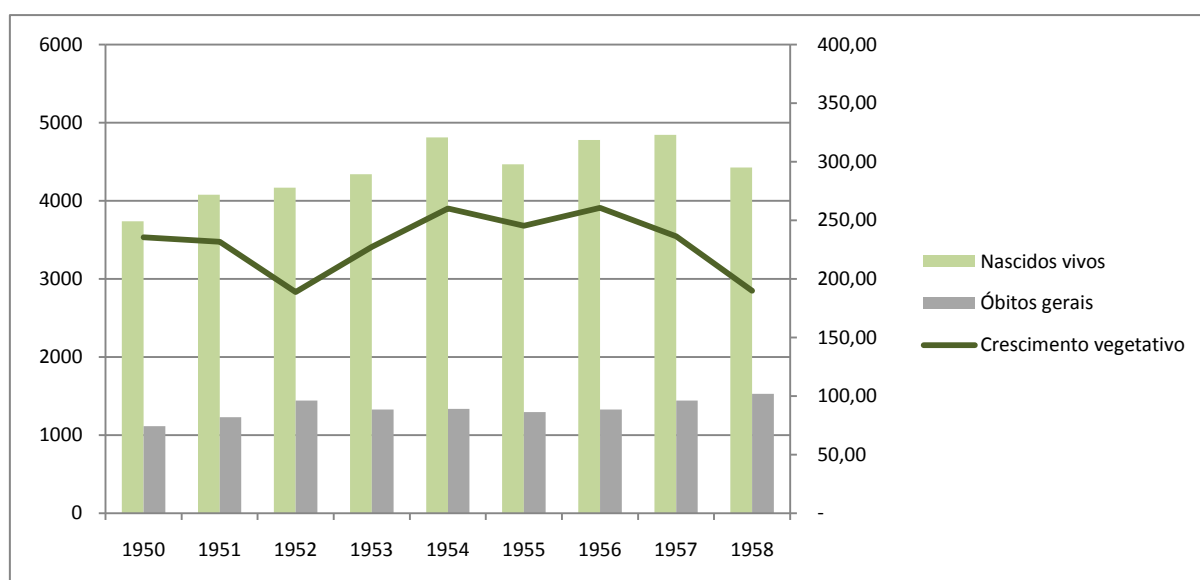


Figura 128: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Colatina, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

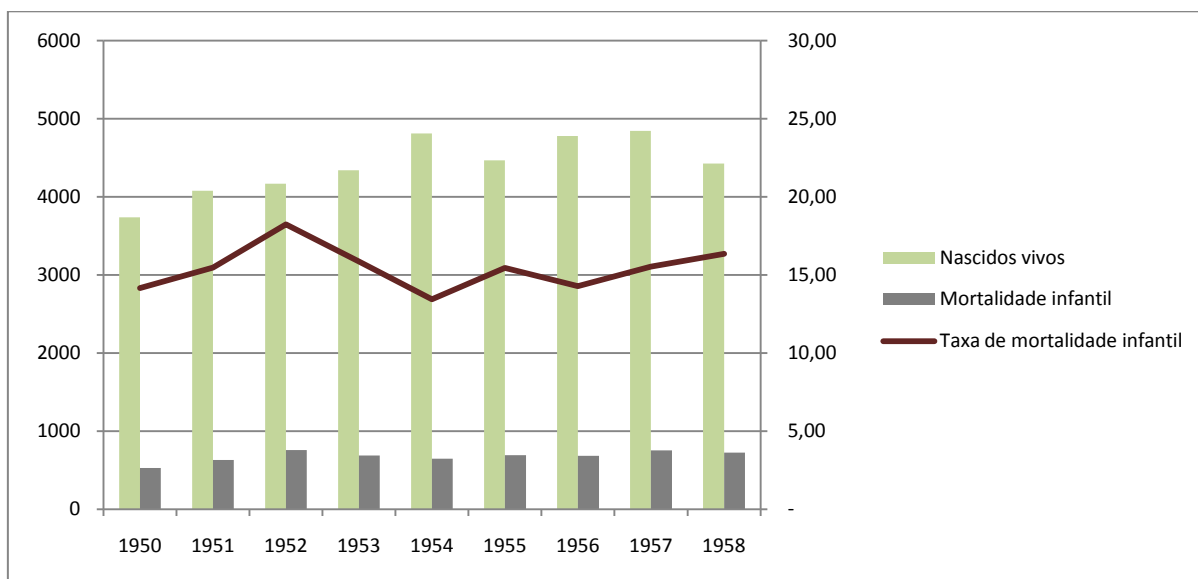


Figura 129: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Colatina, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

As taxas de crescimento vegetativo mantiveram-se instáveis no período em estudo. De 1950 a 1952, verificou-se acentuado declínio. Já no período de 1953 a 1954, as taxas sofreram significativo crescimento, vindo a decrescer novamente em 1955. Já em 1956 verificou-se novo crescimento, logo acompanhado por um significativo decréscimo nos anos subsequentes. Da mesma maneira, se comportaram os números para a população de nascidos vivos, o que poderia justificar a instabilidade verificada – exceção feita ao período de 1950 a 1952, em que os números de nascidos vivos sofreram um incremento, sinalizando em sentido oposto ao das taxas de crescimento vegetativo. Entretanto, as taxas de mortalidade infantil mantiveram-se estáveis.

Linhares	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	16,99	15,06	17,40	13,53	12,90	13,75	15,90	16,10	19,19
Crescimento vegetativo	176,96	184,56	160,53	258,14	272,44	283,95	215,97	187,05	156,50

Figura 130: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o município de Linhares, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no município de Linhares durante o período em estudo, observou-se um exorbitante aumento ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 130,61 % nos números da natalidade do município, sendo 1.058 a média de nascimentos para o período em estudo.

O número de óbitos gerais mostrou também grande crescimento. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve um significativo incremento de 149,01% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 345 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

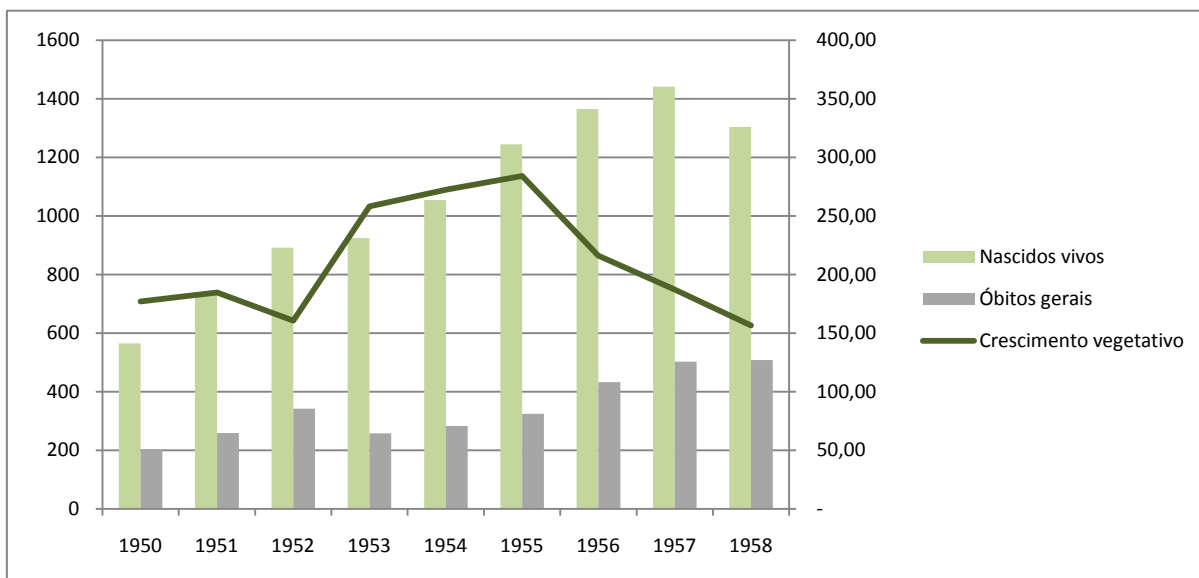


Figura 131: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Linhares, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

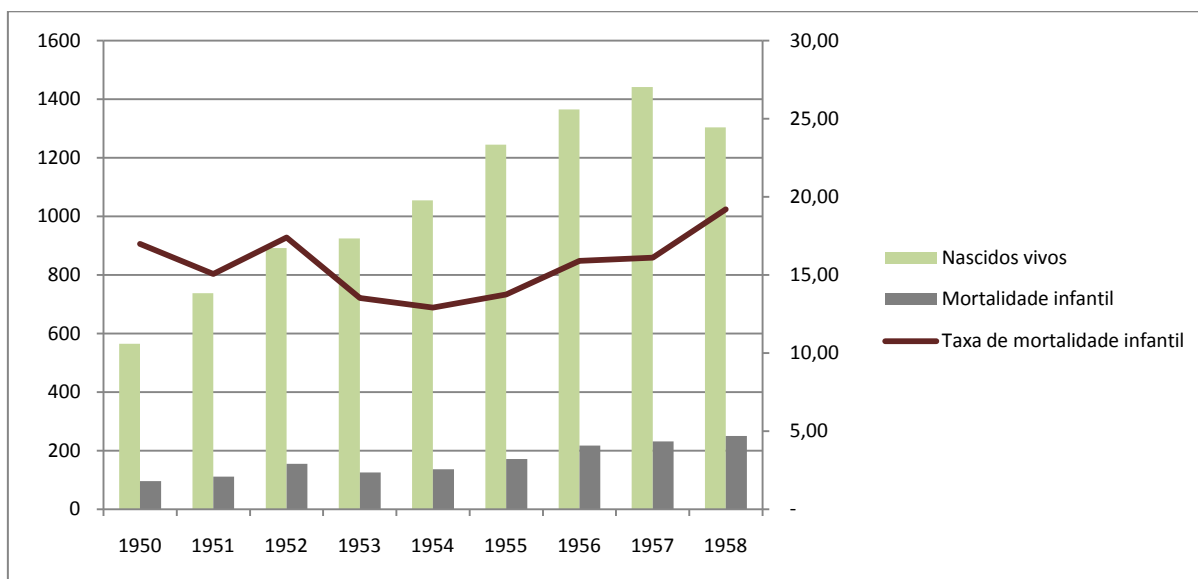


Figura 132: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o município de Linhares, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

As taxas de crescimento vegetativo mantiveram-se instáveis no período em estudo. De 1951 a 1952, verificou-se razoável declínio. Já no período de 1953 a 1955, as taxas sofreram significativo crescimento, vindo a decrescer novamente a partir de 1956. No ano de 1958, a taxa encontrava-se bem mais baixa que aquela referente a 1950, ano inicial do período em estudo. Os números para a população de nascidos vivos se comportaram de maneira absolutamente diferente, não se correlacionando com a instabilidade verificada. As taxas de mortalidade infantil sofreram um pequeno acréscimo.

Espírito Santo	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Taxa de mortalidade infantil	17,32	17,05	18,00	15,75	15,02	16,40	16,01	15,90	16,01
Crescimento vegetativo	150,41	170,01	162,65	194,70	209,94	191,18	195,35	182,22	173,50
Percentual de casamentos	0,89					0,98		0,93	0,92

Figura 133: Tabela demonstrativa de taxas demográficas para o estado do Espírito Santo, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

Analisando-se o número de nascidos vivos no estado do Espírito Santo durante o período em estudo, observou-se um razoável aumento ao longo dos anos. Levando-se em conta os extremos na linha de evolução da natalidade no período, pode-se

afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 32,57 % nos números da natalidade do município, sendo 32.009 a média de nascimentos para o período em estudo.

O número de óbitos gerais mostrou também crescimento. Utilizando o mesmo raciocínio, podemos afirmar que, de 1950 a 1958, houve um incremento de 21,38% nos números da mortalidade geral para o município, sendo 11.378 a média de óbitos gerais para o período em estudo.

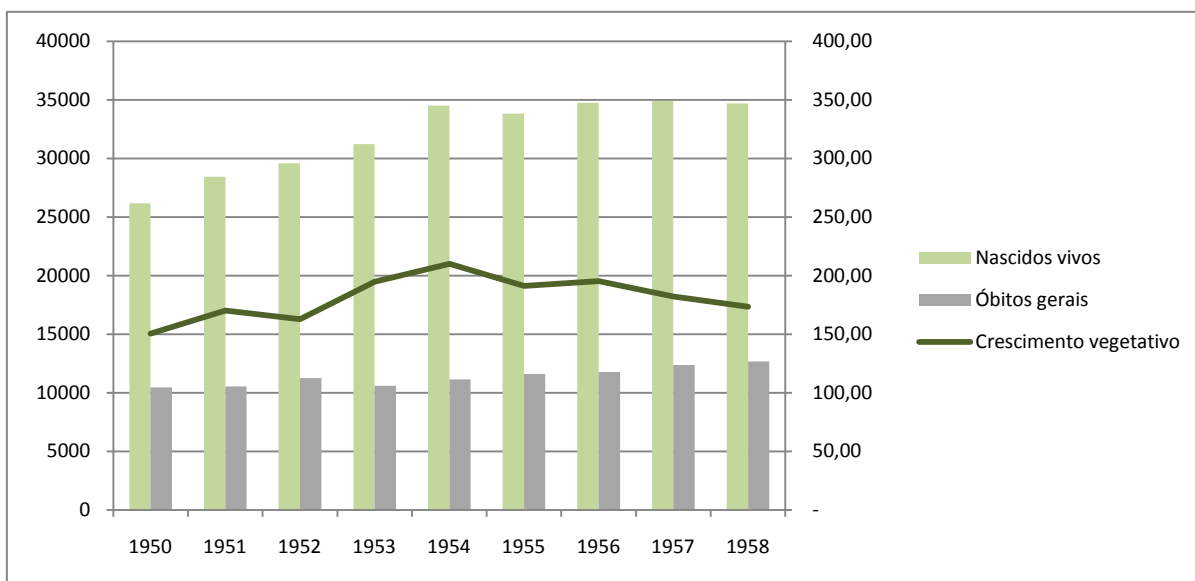


Figura 134: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o estado do Espírito Santo, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

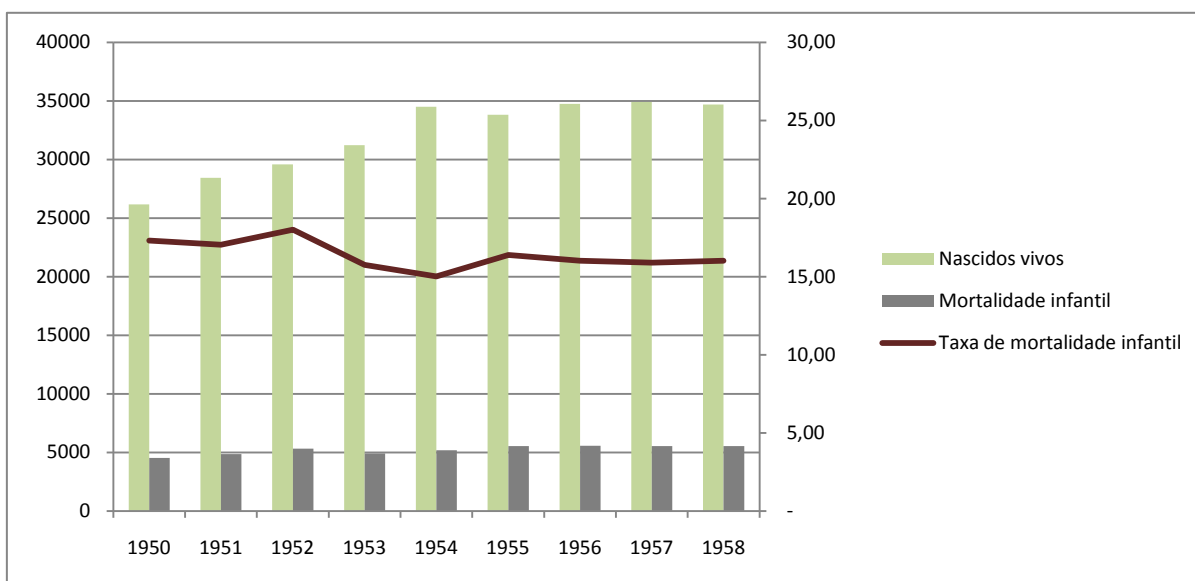


Figura 135: Gráfico demonstrativo de taxas e dados demográficos para o estado do Espírito Santo, segundo registro civil

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959

As taxas de crescimento vegetativo mantiveram-se instáveis no período em estudo. De 1950 a 1951, verificou-se razoável acréscimo, vindo a decrescer em 1952. Já no período de 1953 a 1954, as taxas sofreram significativo crescimento, vindo a decrescer novamente em 1955. No ano de 1956, houve um novo crescimento da taxa, verificando-se mais um declínio nos anos subsequentes. Da mesma maneira, se comportaram os números para a população de nascidos vivos, o que poderia justificar a instabilidade verificada. As taxas de mortalidade infantil sofreram um pequeno decréscimo.

9. Apêndice 3 – Produção agrícola e comentários

Produção agrícola das 28 principais culturas

Buscando o aumento da produtividade no campo, Santos Neves criou as chamadas “Casas do Lavrador”, uma rede assistencial em que os lavradores mantinham contato com técnicos especializados da Secretaria de Agricultura. É visível a intenção do governo em levar a modernização também ao campo. Ainda que o foco de investimentos estivesse voltado à criação das bases para a indústria nascente, a preocupação com a agropecuária fazia-se presente na agenda governamental.

“Já foram construídas e se acham instaladas devidamente, as ‘Casas do Lavrador’ de São Mateus, Barra de São Francisco, Baixo Guandu, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Linhares e Aracruz, estando em fase de acabamento as de Mucurici, Ibirapu e Cachoeiro de Itapemirim, e iniciadas as de Guaçu e Muqui. Completa-se, assim, a rede assistencial ao lavrador que, já agora, sente, de perto, a ação tutelar do Estado no amparo à produção dos campos. Os índices dessa produtividade, como corolário do novo alento, crescem visivelmente, atestando a fertilidade das nossas terras e o esforço anônimo e pertinaz do lavrador capixaba.”²⁹⁹

O governo demonstrava a intenção de fazer progredir o setor agrícola pela via da mecanização e da utilização de técnicas de cultivo mais modernas. À ocasião, a agricultura ocupava ainda lugar de destaque enquanto provedora de receitas para o estado. A criação da fábrica de farinha, em Linhares, e da usina de laticínios, em Guaraná, atestam a promoção da industrialização voltada ao beneficiamento e à transformação de alimentos. Em Itapina foi construída uma escola técnica rural, a fim de elevar os níveis da educação voltada à agricultura.

“No preparo do terreno para lavoura, estiveram em funcionamento, no ano findo, 41 conjuntos moto-mecanizados que trabalham cêrca de 5.000 hectares. E se não fôra a terrível estiagem que, há três anos, assola

²⁹⁹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 15-6, nota 179.

impiedosamente as nossas terras, a produção rural se apresentaria em níveis surpreendentes. Mesmo assim, as estatísticas registram e comprovam o crescimento vultoso de nossa produção agrícola, como testemunho eloqüente do progresso atual do nosso setor agrário.”³⁰⁰



Figura 136: Máquinas de moto-mecanização agrícola
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

³⁰⁰ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 15-6, nota 179.

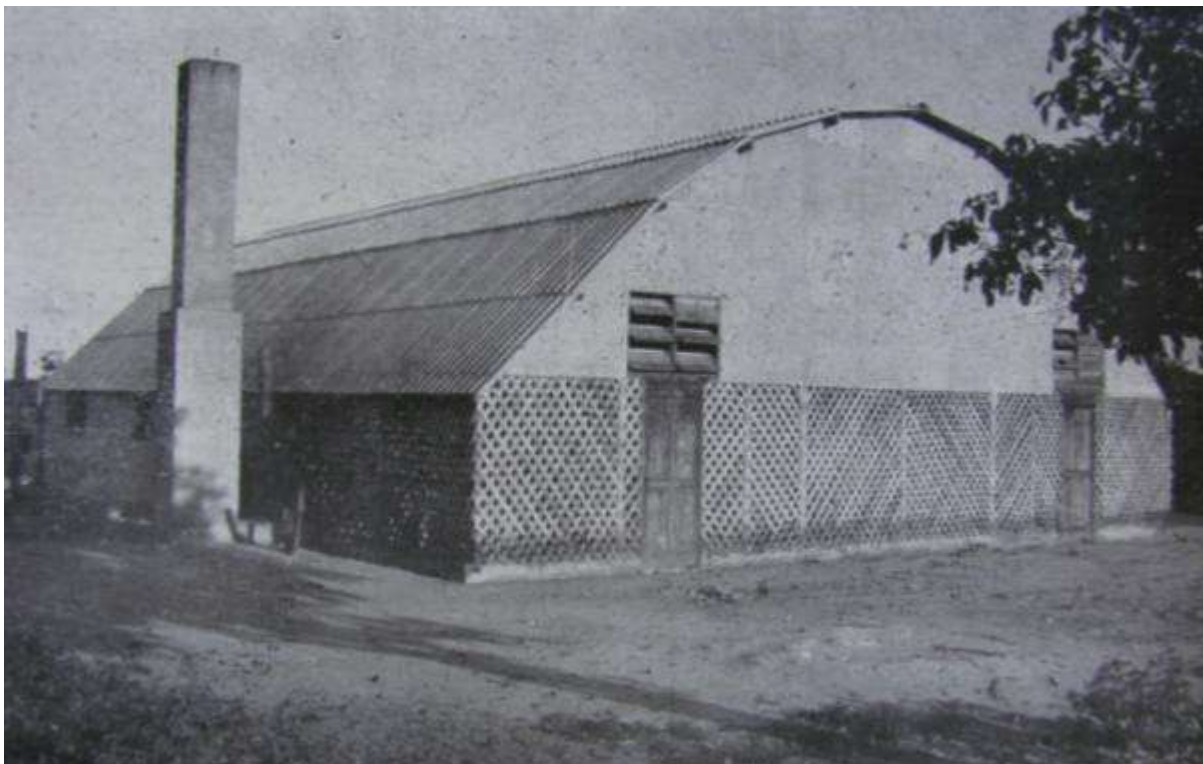


Figura 137: Fábrica de farinha, em Linhares
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 138: Casa do lavrador em São Francisco
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

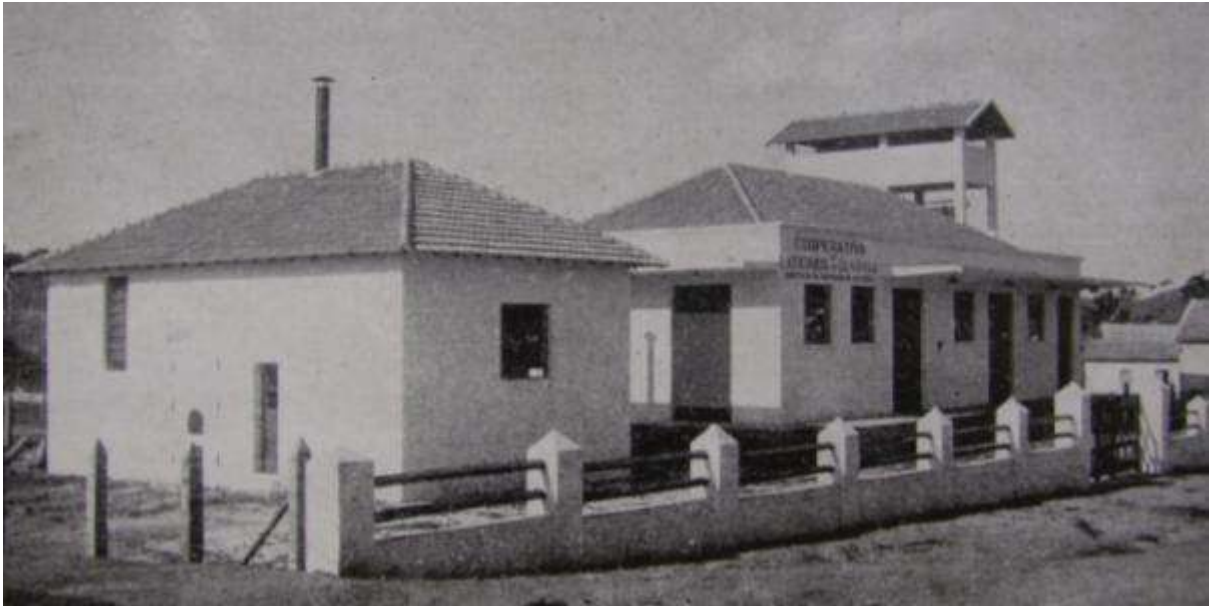


Figura 139: Usina de laticínio, em Guaraná
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.



Figura 140: Escola técnica rural, em Itapina
Fonte: O ESPÍRITO Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.l.:s.n.], 1958.

A agroindústria foi incentivada por meio da criação de quatro fábricas de farinha e três usinas de laticínios no estado. A seguir, apresenta-se um panorama da produção agrícola estadual:

Valor total da produção agrícola das 28 principais culturas	1953	1955	1956	1957	1958
Cachoeiro de Itapemirim	2.306,58	1.687,42	1.694,24	3.309,44	1.688,44
Cariacica	681,56	527,77	703,52	588,44	358,06
Colatina	7.652,74	8.643,92	10.078,04	12.751,06	6.806,15
Domingos Martins	1.808,40	1.295,87	1.543,42	1.537,48	791,23
Itapemirim	585,98	523,71	772,32	851,00	573,78
Linhares	1.462,31	1.549,92	1.155,77	2.157,25	1.628,88
Santa Leopoldina	1.266,45	1.208,75	1.442,16	1.561,51	797,51
São Mateus	1.110,77	385,15	639,80	732,73	461,49
Serra	392,04	293,62	389,84	491,68	296,06
Vila Velha	68,43	42,12	43,14	47,99	26,56
Vitória	25,59	20,40	36,97	37,84	30,11
Estado	56.428,40	46.207,88	51.502,24	63.444,10	34.324,20

Figura 141: Tabela demonstrativa do valor total da produção agrícola das 28 principais culturas em 1.000 dólares americanos para os municípios em estudo e estado
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

O município de Colatina se destaca no quesito “valor da produção agrícola das 28 principais culturas”. É interessante perceber que o valor da produção do município sofre um acentuado e constante acréscimo no período compreendido entre 1953 e 1957, ano em que alcança seu ápice no valor de produção, representando 20,09% do valor da produção total do estado. O ano de 1957 é destaque também para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, ainda que, comparativamente ao município de Colatina, apresentem valores bem mais baixos. Os valores anuais da

produção de café, analisados em seguida, vêm demonstrar ser o café o produto forte na produção agrícola do município de Colatina.

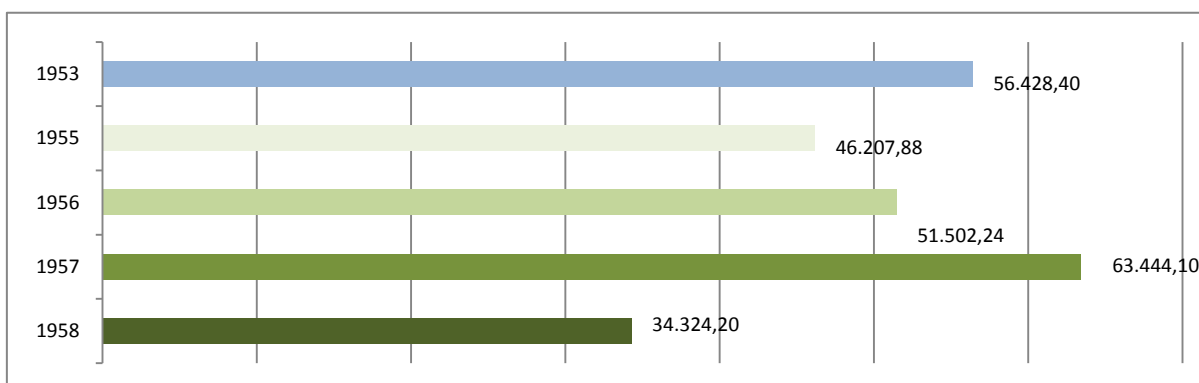


Figura 142: Gráfico demonstrativo do valor total da produção agrícola das 28 principais culturas em 1.000 dólares americanos para o estado do Espírito Santo

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

O valor da produção agrícola das 28 principais culturas no estado sofre significativo declínio entre 1953 e 1955. No período compreendido entre 1956 e 1957, verifica-se um acentuado incremento nesse quesito. O ápice em termos de valor para o período em estudo é verificado em 1957, ano em que a produção atinge cerca de 63 milhões de dólares americanos.

Produção de café

Conforme comentado em capítulo anterior, a economia cafeeira apresentava-se como o sustentáculo da economia, no período em estudo. O próprio governador reconhecia que as altas verificadas nos valores da produção agrícola deviam-se, primordialmente, ao sucesso apresentado pelas safras de café. A mensagem de governo, ao mesmo tempo em que enaltecia a importância dos valores auferidos em decorrência do sucesso na produção, reforçava a vulnerabilidade do preço do café frente ao mercado internacional, o que colocava o balanço de pagamentos do estado em constante risco de desequilíbrio.

“Quem quer que se debruce sobre os quadros estatísticos da nossa produção agrícola, com o ânimo de perquirí-la e analisá-la, há-de verificar, através dos números representativos de seu valor, a extrema flutuação de seus totais, comandada pelas cotações

oscilatórias do mercado cafeeiro. Neste último quinquênio, de 1948 a 1952, o total, em valor, da nossa produção rural subiu de 637 milhões a 1 bilhão 635 milhões, porque o café – produto básico de nossa economia – ascendeu de 261 milhões a 1 bilhão e 20 milhões de cruzeiros, na crista da onda de sua crescente valorização. No entanto o volume físico da produção pouca diferença sofrera, porque ainda estamos no início de aproveitamento das extensas áreas de terras apropriadas ao cultivo do nobre produto, ao norte do Estado. A conjuntura internacional, que não comandamos, propiciou-nos, assim, uma fase de intensa prosperidade. Mas se outra fora a contingência, se os preços internacionais baixassem, tôda a economia espírito-santense sofreria um colapso e mergulharíamos, sem dúvida, nos abismos da decadência e da miséria.”³⁰¹

A região ao norte do estado encontrava-se ainda recobertas por florestas. Possivelmente, data dessa época o início do desmatamento da área. Como já mencionado, o plantio do café encontrava-se em estágio inicial, configurando-se essas novas áreas como um pólo de atração para os produtores dos estados de São Paulo e Paraná.

“Temos, portanto, ainda à nossa frente, um grande destino a cumprir na expansão das riquezas do nosso Ouro-verde. As planícies onduladas do norte, recobertas de florestas, e cuja ‘mise-en valeur’ só agora entra em equação, constituem um aceno e um convite à expansão da nossa fronteira econômica dentro do território capixaba. O ‘rush’ que já ali se evidencia, pela crescente procura de solos virgens apropriados ao café, e pela instalação da cultura racional do produto por grandes plantadores de São Paulo e Paraná, demonstra a exuberância de nossas safras futuras.”³⁰²

³⁰¹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 5-6, nota 165.

³⁰² ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador (1951-1954: Neves), op. cit., p. 34, nota 179.

Produção de café (valores em 1.000 dólares americanos)	1945	1946	1947	1949
Cachoeiro de Itapemirim	1.152,88	1.218,35	718,17	1.129,71
Colatina	2.386,29	3.227,85	2.872,69	12.985,64
Linhares	112,94	209,18	213,28	910,12
Santa Leopoldina	375,43	342,83	191,84	287,87
Estado	15.700,42	17.896,89	15.825,79	40.121,27

Figura 143: Tabela demonstrativa da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios e estado, período 1945 a 1949

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

Produção de café (valores em 1.000 dólares americanos)	1952	1953	1954
Cachoeiro de Itapemirim	2.103,59	1.061,43	1.191,19
Colatina	8.093,69	6.432,38	4.851,12
Linhares	934,17	422,60	355,52
Santa Leopoldina	739,39	380,65	400,38
Estado	50.609,79	36.172,33	31.734,35

Figura 144: Tabela demonstrativa da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios e estado, período 1952 a 1954

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

Produção de café (valores em 1.000 dólares americanos)	1955	1956	1957	1958
Cachoeiro de Itapemirim	924,40	807,02	1.707,45	670,46
Colatina	7.285,27	7.577,19	9.609,86	4.598,93
Linhares	368,99	354,58	696,81	769,91
Santa Leopoldina	559,07	644,05	655,66	209,18
Estado	29.803,84	28.447,98	36.504,73	17.490,03

Figura 145: Tabela demonstrativa da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios e estado, período 1955 a 1958

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

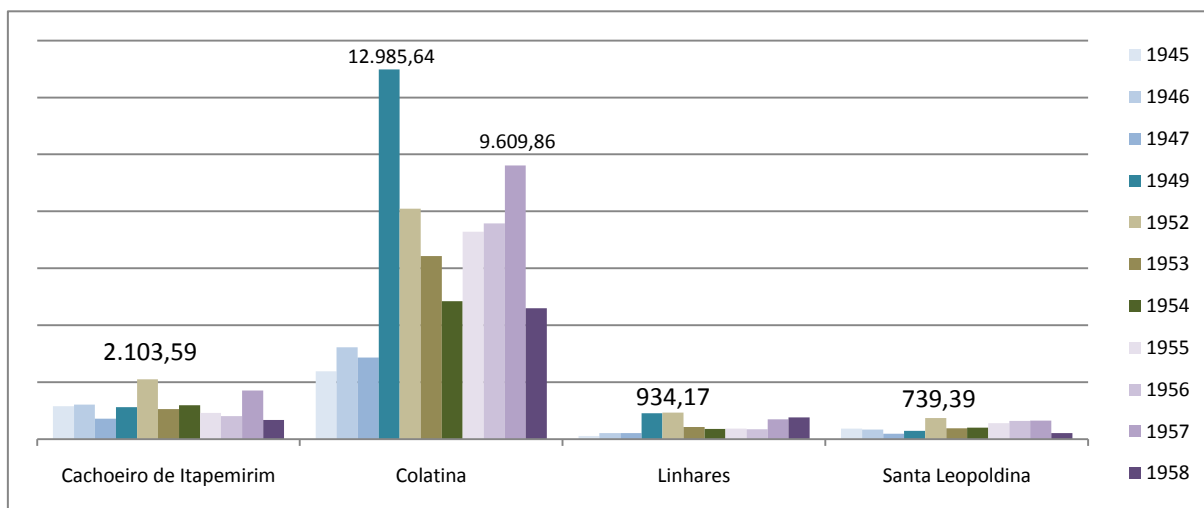


Figura 146: Gráfico demonstrativo da produção de café em 1.000 dólares americanos para municípios em estudo

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

O município de Colatina destacava-se em valores da produção de café, principalmente em dois períodos: em 1949 e em 1957. Observa-se claramente, no ano de 1949, um acentuado crescimento no valor da produção de café do município, havendo um decréscimo significativo desse valor até 1954. De 1955 em diante há uma retomada do crescimento até 1957, verificando-se um grande declínio em 1958. Em 1957, o valor da produção de café representava o significativo percentual de 75,36% do total da produção agrícola das 28 principais culturas do município. Conforme mencionado anteriormente, o café configurava-se como o produto forte da produção agrícola no município de Colatina, assim como nos demais municípios produtores do estado.

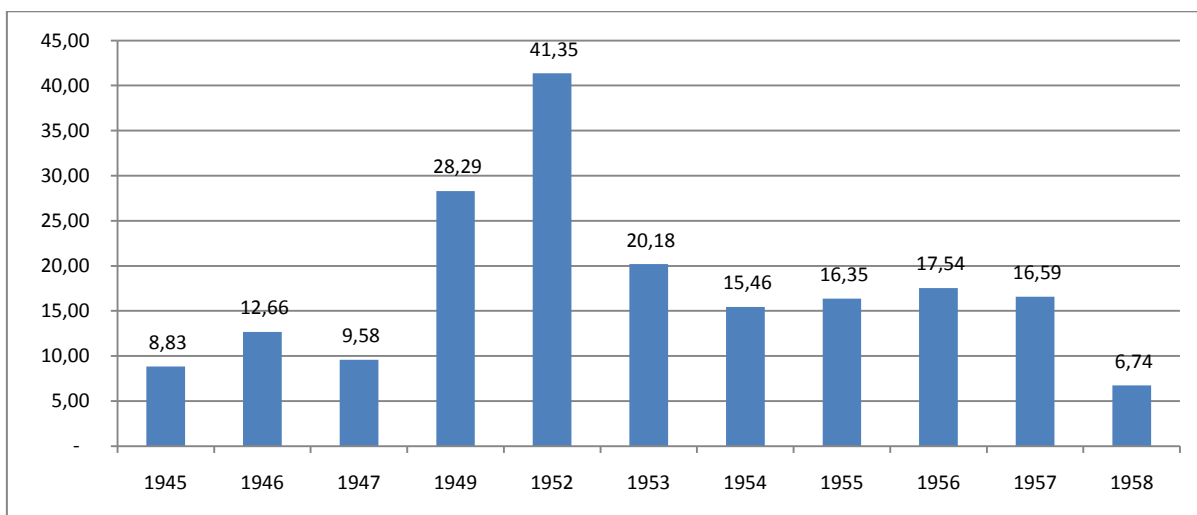


Figura 147: Gráfico demonstrativo do preço da saca de 60 kg de café em dólares americanos para o município de Colatina

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

Outra observação importante diz respeito ao ano de 1958. A produção em número de sacas de café cresceu de 1957 a 1958, ainda que o valor da produção tenha sofrido decréscimo significativo. Houve, na verdade, uma acentuada desvalorização do preço do produto no mercado, ainda que o quantitativo da produção do grão estivesse em alta. Em 1957, tomando-se como referência a produção do município de Colatina, calculou-se o preço da saca de 60 kg em 16,59 dólares americanos. Em 1958, a saca de 60 kg do produto custava apenas 6,74 dólares americanos, menos da metade do preço referente ao ano anterior e o menor preço verificado para todo o período em estudo. Em 1952, o preço da saca de 60 kg encontrava-se em seu ápice, sendo vendida a 41,35 dólares americanos. Tomando-se como referência a produção do município de Colatina, pode-se verificar que o grão sofreu significativa desvalorização em seus preços a partir de 1953.

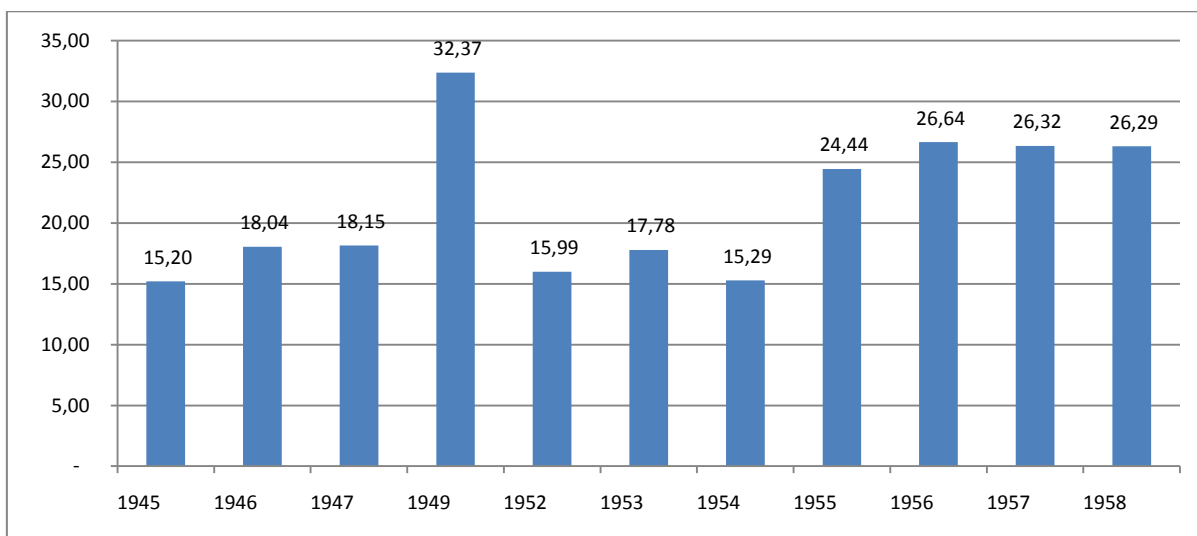


Figura 148: Gráfico demonstrativo do percentual do valor da produção de café do município de Colatina em relação ao valor da produção de café do estado

Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954, 1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

De acordo com o gráfico anterior, Colatina era o município que mais café produzia no estado, em termos de valor de produção. No ano de 1949, o município era detentor de 32,37% do valor total da produção de café estadual. Também no período compreendido entre 1955 e 1958, o município de Colatina apresentava-se bastante representativo no quadro estadual, sendo sua produção aproximadamente equivalente a um 25% da produção total de café do estado.

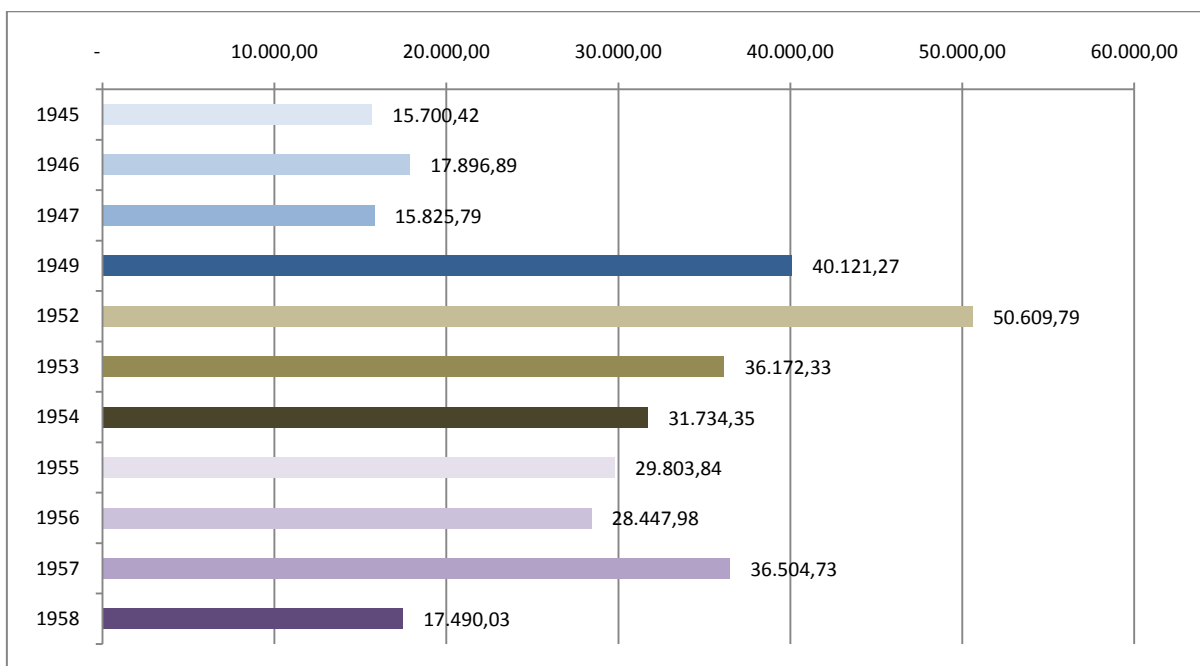


Figura 149: Gráfico demonstrativo da produção de café em 1.000 dólares americanos para o estado
Fonte: Anuários Estatísticos do Espírito Santo – 1956, 1958, 1959; Produção Agrícola no Estado do
Espírito Santo segundo as principais culturas e os municípios - 1944/1946, 1945/1947, 1952/1954,
1953/1955, 1954/1956, 1956/1958

Conforme se verifica no gráfico anterior, o valor da produção de café do estado obteve seu ápice no ano de 1952. Também o ano de 1949 foi bastante representativo nesse quesito. Os anos de 1953 a 1957 tiveram uma boa produção em valores totais, ainda que não se comparem aos excepcionais valores da produção, obtidos em 1949 e 1952.